



29 de **abril**
REVISTA DE HISTÓRIA

V.5 n.9 - Dez/2025

ISSN: 2764-9253

*A espiral
continua a
ascender*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

v789 29 de abril: Revista de História / coordenador
Roger Domenech Colacios. - Maringá, PR: UEM/PPH, 2025.

ISSN: 2764-9253

Vol. 5 n. 9 (dez. 2025).

Periodicidade semestral.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/>.

1. História - Periódicos. 2. Historiografia - Periódicos.
3. Regionalismo - Periódicos. 4. Cultura - Periódicos. I.
Colacios, Roger Domenech, coord. II. Universidade Estadual de
Maringá. III. Programa de Pós-graduação em História (PPH/UEM).
IV. Título.

CDD 23.ed. 900

Márcia Regina Paiva de Brito CRB 9/1247

Equipe editorial

Coordenador da Revista pela Pós-Graduação

Prof. Dr. Roger Domenech Colacios
(PPH/Universidade Estadual de Maringá- UEM),
Brasil

Editora Chefe

Giovana Eloá Mantovani Mulza (Doutoranda –
PPH/UEM)

Editor Chefe Adjunto

Matheus Barrientos Ferreira (Doutorando –
PPH/UEM)

Design e Redes Sociais

Fernanda Tiosso Sampaio (Doutoranda – PPH/UEM)
Vinícius Marcondes Araújo (Doutorando –
PPH/UEM)

Edição de Texto

Regina Daefiol (Doutoranda – PPH/UEM)
Matheus Barrientos Ferreira (Doutorando PPH/UEM)
Vinícius Marcondes Araújo (Doutorando –
PPH/UEM)

Edição de Layout

Ivana Aparecida da Cunha Marques (Egressa -
Doutorado – PPH/UEM)
Renan Tavares Albino (Mestrando - PPH/UEM)
Vanessa Bueno de Castilho (Doutoranda – PPH/UEM)

Secretaria

Cristiano de Oliveira Viana Correia (Egresso –
Mestrado – PPH/UEM)
Daniela Rigon Ratochinski (Egressa – Mestrado –
PPH/UEM)
Jose Victor Joly (Doutorando – PPH/UEM)

Capa v.5 n.9: Fernanda Tiosso Sampaio (Doutoranda
– PPH/UEM)



Esta obra está licenciada com uma
Licença [Creative Commons Atribuição
4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conselho Consultivo (nacional e internacional)

Aline Vanessa Locastre - Universidade Estadual de Mato
Grosso do Sul - UEMS, Brasil
Ana Heloísa Molina - Universidade Estadual de
Londrina- UEL, Brasil
Arnaldo Martin Szlachta Junior -Universidade Estadual
de Maringá - UEM, Brasil
Beatriz Rodrigues - Universidade Federal de Rondônia -
UENP, Brasil
Bruno Sanches Mariante da Silva - Universidade de
Pernambuco - UPE , Brasil
Cristian Andrés Di Renzo - Universidad Nacional de
Mar del Plata -UNMDP, Argentina
Diego Luiz da Silva - Fundação Oswaldo Cruz -
FIOCRUZ, Brasil
Eder da Silva Novak - Universidade Federal da Grande
Dourados -UFGD, Brasil
Fabio Pontarolo - Universidade Federal da Fronteira Sul
- UFFS, Brasil
Geovanni Cabral –Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará -UNIFESSPA, Brasil
Janaína Zdebskyi - Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC, Brasil
José Francisco dos Santos -Universidade Federal do
Oeste da Bahia - UFOB, Brasil
Marcio Carreri – Universidade Estadual do Norte do
Paraná -UENP, Brasil
Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná -
UNESPAR, Brasil
Paulo Roberto Souto Maior Junior - Universidade
Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brasil
Paulo Julião da Silva - Universidade Federal de
Pernambuco -UFPE, Brasil
Priscila Gontijo Leite - Universidade Federal da Paraíba
- UFPB, Brasil
Rafaela Arienti Barbieri - Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC, Brasil
Raimundo Nonato Pereira Moreira – Universidade do
Estado da Bahia - UNEB, Brasil
Rodrigo dos Santos - Universidade Federal de Rondônia
- UNIR, Brasil
Thiago Alves Dias – Universidade de Pernambuco
-UPE, Brasil
Thiago Groh de Mello Cesar - Universidade Federal do
Tocantins - UFT, Brasil
Thiago Henrique Pereira Ribeiro - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, Brasil
Wellington Amarante Oliveira – Universidade Federal de
Uberlândia - UFU, Brasil
Wilian Junior Bonete -Universidade Federal de
Pelotas- UFPel, Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO/EDITORIAL	6
ARTIGOS LIVRES	
A Expansão do mal: O século XX pela óptica dos exorcistas: Davi Silva Franco	11
Experiência e expectativa de <i>Eichmann em Jerusalém</i>: contribuições para a investigação de uma política de memória arendtiana: Jaciel Rossa Valente	37
Uma reação conservadora no campo intelectual: a Fundação da Promoção Social (FPS) e o Recife da década de 1960: Luiz Felipe Batista Genú	61
Ensino de História da África no Brasil: possibilidades didáticas a partir das Histórias em Quadrinhos “Angola Janga” e “Cumbe”: Flávia Santos Arielo e Gabriela Ferreira Lima	82
A Antiguidade como ferramenta colonial no Norte da África: os usos do passado na criação do Projeto do Mar Interior do Saara (1874-1883): Heitor dos Santos Rodrigues	103
PRIMEIROS PASSOS	
Em nome da pátria e da família: a educação feminina nas páginas da revista “<i>Futuro das Moças</i>” (1917-1918): Thaíssa Koller Freitas e Vanderlei Sebastião de Souza	125
Seminário de Fontes e Métodos: Uma abordagem metodológica e o uso de acervos digitais: Filipe França Neves de Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca	143
Relações étnico-raciais e descolonização do conhecimento na escola: uma experiência pibidiana: Larissa de Souza Inácio Brandão e Elaine Ribeiro da Silva dos Santos	163
RESENHAS	
Das margens para o centro: Mulheres marginalizadas no centro da pesquisa: Larissa Barbosa Costa	182
Branquitude em questão: Reflexões sobre o livro de Cida Bento: Alexia Henning	185
Lutar pela floresta, lutar pela vida: ecologia política no Brasil contemporâneo: Nicole Luna de Oliveira	190
Formação de sentidos através da cultura: história e vida prática: Neles Maia da Silva	197

O extremismo em perspectiva: da formação da mentalidade à elaboração de contranarrativas: Guilherme Abizaid David	204
Heim ins Reich: apontamentos acerca das políticas de migração e do retorno de “alemães do exterior” durante o regime nazista: Maria Rita Chaves Ayala Brenha	211
História da morte e reflexões contemporâneas sobre o luto: Fabiana Alves Dantas	216

EDITORIAL

A espiral continua a ascender

Giovana Eloá Mantovani Mulza¹

Matheus Barrientos Ferreira²

No bojo das formulações que deram origem à obra “Ciência Nova” (1725), o filósofo italiano Giambattista Vico trouxe à tona uma discussão sobre o *tempo*. Durante séculos, os pensadores e eruditos das mais variadas culturas humanas haviam formulado duas importantes noções de tempo: uma linear ou outra circular. O tempo linear pressupunha que a humanidade caminhava em constante progresso ou retrocesso, tal como uma flecha disparada que inevitavelmente acertará o próximo banquete ou a amada que cairá desfalecida. Haveria um início, um desenvolvimento e um fim - positivo ou negativo. O tempo circular, por sua vez, havia sido partilhado por diversos povos em variados cenários históricos. Pressupunha um eterno retorno ao ponto inicial, segundo o qual todos voltariam às origens após uma grande devastação apocalíptica. Sempre haveria um dilúvio ou um grande incêndio que conduziria a espécie humana para seus primórdios.

Ambas as noções, por sua vez, pareciam limitantes para entender o mundo que aflorava no século XVIII. Para as luzes, a visão de uma flecha inexorável ou de um círculo auto-reprodutível parecia insuficiente para explicar as constantes oscilações que acompanhavam a trajetória humana ao longo dos tempos. Diante desse aparente impasse, Vico sugeriu uma saída baseada nas “geometrias de revolução dos astros”: a ideia de uma rotação completa de um corpo móvel à volta de seu eixo lhe parecia muito mais adequada. Para escapar dos dilemas da história-flecha ou da história-círculo, ela propôs uma figura helicóide, a qual realiza um duplo movimento de rotação à volta de um eixo e de translação ao longo desse eixo. Tratava-se de uma percepção de tempo semelhante a um espiral.

Ligando o fim de uma curva ao princípio de outra, a espiral pode reconciliar a repetição triste com a renovação alegre. O fim de um período traz em seu bojo a certeza de uma nova renascença que marca o surgimento de um novo ciclo. Assim, não seríamos obrigados a escolher entre uma concepção da irreversível fecha e a euforia de um perpétuo retorno. Em seu

¹ Doutoranda em História pelo PPH/UEM. Editora Chefe da *29 de Abril: Revista de História*.

² Doutorando em História pelo PPH/UEM. Editor Chefe Adjunto da *29 de Abril: Revista de História*.

“curso e recurso”, a história se encadeia de forma que os recomeços sempre ocorram em um novo nível acima dos anteriores. E, em cada ciclo, as memórias adquiridas nos períodos anteriores fornecem referências aos sujeitos do presente para lidar com seus pontos. Não há um fim ou um retorno, mas uma espiral ascendente que garante um sentido de avanço geral para a humanidade, mesmo que alguns problemas se repitam.

É evidente que Vico estava se referindo ao movimento da história humana e suas ideias tornaram-se basilares para a fundação da ciência histórica nas décadas seguintes. No entanto, subjaz em sua proposta uma reflexão que se enquadra com o atual momento vivido pela **29 de Abril, Revista de História**, na qual os ciclos se encerram e se reiniciam em espiral. Em junho de 2025, o professor Drº Rodrigo dos Santos deixou a revista e a nova chefia iniciou uma nova etapa de consolidação e reorganização. A partir do legado deixado e pela memória dos que vieram antes, a atual gestão vem se preocupando em promover um contínuo avanço, ainda mais empenhada em democratizar o conhecimento e contribuir com a difusão dos saberes históricos. Os novos Editores-Chefes dedicam-se a realizar uma renovação que caminha de forma ascendente sem esquecer das chefias do passado e da importância dos ciclos anteriores. A presente edição que se apresenta ao leitor é fruto desse empenho coletivo, feito por várias mãos e herdeira de vários nomes. A todos aqueles que nos sucederam e nos permitiram estar nesse estágio tão importante da espiral, nossa sincera gratidão. Faremos jus ao empenho de vocês em tornar a **29 de Abril, Revista de História** em um periódico de referência na área da História.

A presente edição reúne um número recorde de 15 trabalhos. Trata-se de um marco histórico alcançado pela **29 de Abril, Revista de História**, cuja equipe dedica-se constantemente a aperfeiçoar e a consolidar o periódico. A seção “Artigos Livres” é aberta com o trabalho “**A Expansão do mal: O século XX pela óptica dos exorcistas**” de Davi Silva Franco. No artigo, o autor busca analisar um conjunto de livros escritos por padres exorcistas entre 1990 e 2010 na Itália com o intuito de verificar como esse grupo católico interpretou as várias transformações históricas, sociais e culturais vividas no século XX. Sua grande contribuição é demonstrar como essa “expansão do mal no século XX” é denunciada pelos padres que criticavam as transformações da vida moderna. Em seguida, contamos com o artigo de Jaciel Rossa Valente intitulado “**Experiência e expectativa de *Eichmann em Jerusalém*: contribuições para a investigação de uma política de memória arendtiana**”. Trata-se de um trabalho que almeja abordar a política de memória de Hannah Arendt, tomando como fonte principal o livro *Eichmann em Jerusalém*, de 1963. Partindo de uma perspectiva koselleckiana

de espaço de experiência e horizonte de expectativa, Jaciel Rossa Valente reconstrói os sete estratos da fonte.

Em **“Uma reação conservadora no campo intelectual: a Fundação da Promoção Social (FPS) e o Recife da década de 1960”**, Luiz Felipe Batista Genú analisa a participação de intelectuais nas disputas políticas em Pernambuco na década de 1960, contemplando as reações do campo conservador à implementação do Fundação da Promoção Social (FPS). Ao problematizar as fontes jornalísticas e os documentos governamentais da época, a proposta do autor é altamente inovadora. Outra contribuição de grande importância é delineada pelo artigo de Flávia Santos Arielo e Gabriela Ferreira Lima nomeado **“Ensino de História da África no Brasil: possibilidades didáticas a partir das Histórias em Quadrinhos ‘Angola Janga’ e ‘Cumbe’”**. Nele, as pesquisadoras defendem a aplicabilidade e os benefícios do uso de histórias em quadrinhos (HQs) como recurso didático no ensino de História da África no Ensino Médio, com foco nas obras *Angola Janga* e *Cumbe*, de Marcelo D’Saete. Ao final, o trabalho indica que, embora presentes nas escolas, seu uso ainda é limitado, evidenciando a necessidade de formação docente para práticas que valorizem narrativas visuais, diversidade e abordagens plurais da história afro-brasileira.

8

A seção “Artigos Livres” é encerrada com o trabalho de Heitor dos Santos Rodrigues, denominado **“A Antiguidade como ferramenta colonial no Norte da África: os usos do passado na criação do Projeto do Mar Interior do Saara (1874-1883)”**. Ao recuperar os usos do passado no projeto de criação do Mar Interior do Saara, idealizado por François Élie Roudaire entre 1874 e 1885, Heitor dos Santos Rodrigues demonstrou como as fontes clássicas serviram como instrumento de legitimação de um empreendimento colonial. A principal inovação do autor está em apontar como o projeto foi influenciado por uma corrente de geógrafos, militares e exploradores interessados nas fontes clássicas, em especial, na menção de Heródoto ao Mar Tritão.

Posteriormente, a seção “Primeiros Passos” reúne um conjunto de três trabalhos que, embora escritos por graduandos em coautoria com seus orientadores, demonstram um alto grau de maturidade historiográfica. Em **“Em nome da pátria e da família: a educação feminina nas páginas da revista ‘Futuro das Moças’ (1917-1918)”**, Thaíssa Koller Freitas e Vanderlei Sebastião de Souza analisam o debate sobre educação feminina nas páginas da revista carioca “Futuro da Moças”, entre 1917-1918, buscando entender como os discursos sobre o futuro do Brasil passavam pela educação das mulheres. Ambos demonstraram como a Primeira Guerra

Mundial influenciou o surgimento do sentimento patriótico na sociedade brasileira e impactou o papel das mulheres. Em seguida, contamos com o artigo de Filipe França Neves de Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca intitulado **“Seminário de Fontes e Métodos: Uma abordagem metodológica e o uso de acervos digitais”**. O trabalho busca expor o desenvolvimento e a aplicação de uma atividade prática de fontes e métodos a uma turma de Pesquisa Histórica I, consistindo em uma importante contribuição para o campo do Ensino da História.

A seção “Primeiros Passos” é finalizada com o trabalho **“Relações étnico-raciais e descolonização do conhecimento na escola: uma experiência pibidiana”**, de autoria de Larissa de Souza Inácio Brandão e Elaine Ribeiro da Silva dos Santos. O artigo visou discutir as temáticas étnico-raciais no ambiente escolar, evocando o conhecimento produzido junto ao projeto PIBID História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). As pesquisadoras abordaram a Lei 10.639/03 e a importância da descolonização do conhecimento a partir do reconhecimento da relação dos problemas do presente impostos pelo racismo estrutural ligados com o passado da cidade sul mineira de Alfenas.

9

Finalmente, a seção “Resenhas” apresenta uma volumosa série de sete trabalhos. Em **“Das margens para o centro: Mulheres marginalizadas no centro da pesquisa”**, Larissa Barbosa Costa analisa **“Das Margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos”**, livro organizado pelas doutoras Ana Maria Veiga, Vânia Nara Pereira Vasconcelos e Andréa Bandeira, o qual discute temáticas como trabalho, saberes, vida afetiva, dificuldades e desafios relacionados às mulheres sertanejas. Em seguida, Alexia Henning aborda o livro **“O Pacto da Branquitude”**, de Cida Bento, em **“Branquitude em questão: Reflexões sobre o livro de Cida Bento”**. Em sua resenha, a autora recupera conceitos fundamentais de Cida Bento para entender as relações entre negros e brancos, marcadas pela dominação política, cultural e econômica.

A terceira resenha é de autoria de Nicole Luna de Oliveira e se intitula **“Lutar pela floresta, lutar pela vida: ecologia política no Brasil contemporâneo”**. Imerso no crescente campo da História Ambiental, o trabalho objetivou analisar o livro **“Lutar com a Floresta”**, de Felipe Minalez, um importante marco no debate ambiental. Em sequência, o historiador Neles Maia da Silva em **“Formação de sentidos através da cultura: história e vida prática”**, apresentou uma interessante análise da obra **“Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã”**, Jörn Rüsen. O autor enfatiza como Rüsen é capaz de demonstrar as sociedades constroem sentido culturalmente, explorando a relação entre passado, presente e futuro. Uma

importante análise é feita pelo pesquisador Guilherme Abizaid David em **“O extremismo em perspectiva: da formação da mentalidade à elaboração de contranarrativas”**. Resenhando a obra “Extremism: a philosophical analysis”, do filósofo britânico, nascido no Quênia, Quassim Cassam, Guilherme Abizaid David problematiza como Cassam abordou conceitos como “extremista”, “fanático” e “fundamentalista” a fim de distingui-los e dotá-los de sentido mais consciente.

Em **“Heim ins Reich: apontamentos acerca das políticas de migração e do retorno de ‘alemães do exterior’ durante o regime nazista”**, a historiadora Maria Rita Chaves Ayala Brenha aborda criticamente o livro “‘Retorno à pátria alemã’: migrações de retorno do Brasil para a Alemanha sob o nazismo (1938-1939), de Méri Frotscher. Em sua análise minuciosa da obra, a autora recupera diferentes fundos e coleções de documentos para evidenciar a importância e a densidade das entrevistas reunidas Méri Frotscher. Por último, a seção “Resenhas” conta com o trabalho intitulado **“História da morte e reflexões contemporâneas sobre o luto”**, de autoria de Fabiana Alves Dantas. Dedicada a resenhar o livro “Três lições da história da morte”, de Juliana Schmitt, a historiadora se atenta sobretudo para as reflexões sobre a maneira de lidar com a morte e o luto na contemporaneidade apresentadas na obra.

10

Em conjunto, os 15 trabalhos compreendem avanços expressivos na ciência histórica. Agradecemos imensamente aos pesquisadores que submeteram seus artigos, enriquecendo esta edição com suas valiosas contribuições. Reiteramos nosso profundo reconhecimento à equipe dedicada que compõe a revista **29 de Abril: Revista de História**, cujo trabalho incansável torna possível a concretização de cada edição. Por fim, estendemos nossa gratidão aos leitores, cujo apoio e interesse são a força motriz que nos impulsiona a continuar produzindo ciência no Brasil.

A espiral continua a ascender.

Dezembro/2025.

ARTIGOS LIVRES

A Expansão do mal: O século XX pela óptica dos exorcistas

Expansion of Evil: The 20th Century from the Perspective of Exorcists.

Davi Silva Franco (davisttinsson@gmail.com)

Mestrando pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)¹

Resumo:

Este artigo destina-se a analisar um conjunto de livros escritos por padres exorcistas e inventariados entre 1990 e 2010 na Itália. Busca-se problematizar como esse grupo católico interpreta as transformações históricas, sociais e culturais do século XX, e de que modo se organiza para disseminar discursivamente uma narrativa que denuncia a modernidade como expressão da ação demoníaca. Nessas fontes, é possível identificar uma forte compreensão de que o século XX foi marcado por um aumento global da atividade demoníaca, explicado principalmente pelo afastamento das pessoas da Igreja, um processo iniciado com os avanços científicos e tecnológicos do século XIX e que teria se intensificado de forma inédita no século XX. Contudo, por meio da análise dos textos, dos argumentos de seus autores e da leitura crítica do contexto histórico em que foram produzidos, observa-se que a denúncia da expansão do mal no século XX está vinculada não apenas ao pecado, mas também a processos de democratização social, à laicização do Estado, ao aumento da liberdade sexual e a outras transformações culturais. Por fim, a chamada *crise da expansão do demoníaco* se traduz em um movimento de reação por parte de grupos católicos que buscaram mitigar as perdas de privilégios e de poder da Igreja ao longo do século XX.

11

Palavras-chave: Exorcismo; Modernidade; Crise religiosa.

Abstract:

This article aims to analyze a set of books written by exorcist priests and catalogued between 1990 and 2010 in Italy. It seeks to problematize how this Catholic group interprets the historical, social, and cultural transformations of the twentieth century, and how they organize themselves to discursively disseminate a narrative that denounces modernity as an expression of demonic action. In these sources, one can identify a strong understanding that the twentieth century was marked by a global increase in demonic activity, explained mainly by the distancing of people from the Church — a process that began with the scientific and technological advances of the nineteenth century and allegedly intensified in unprecedented ways in the twentieth century. However, through the analysis of the texts, the arguments of their authors, and a critical reading of the historical context in which they were produced, it becomes evident that the denunciation of the expansion of evil in the twentieth century is linked not only to sin, but also to processes of social democratization, the

¹ Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

secularization of the state, the increase in sexual freedom, and other cultural transformations. Finally, the so-called “crisis of the expansion of the demonic” is translated into a reactionary movement by Catholic groups seeking to mitigate the Church’s loss of privileges and power throughout the twentieth century.

Keywords: Exorcism; Demonic power; Historical transformations.

1. Introdução

Este artigo é fruto de uma trajetória de pesquisa histórica sobre o mal, sobre as construções religiosas cristãs sobre o maligno, sobre como essas forças se fazem presentes no imaginário dos grupos e se projetam no espaço social através das ações ordinárias ou ritualísticas dos sujeitos, e claro, sobre como esses conceitos podem ser discursivamente moldados em formatos narrativos que buscam atender as demandas políticas da Igreja católica.

Partimos do marco teórico da Nova História Cultural, pensando as fontes como objetos carregados de potencialidades, que além de buscar imprimir um sentido de verdade sobre o leitor, são carregados de uma historicidade, construções bem enraizadas no seu tempo histórico que nos revelam muito sobre as sensibilidades e anseios que atravessam uma realidade histórica (Chartier, 2002).

Francis Young (2016) reflete sobre como exorcismos sempre ressurgem em épocas de crise para Igreja, embora no último quartel do século XX a projeção mundial que o ritual de exorcismo alcançou se dera mais por elementos culturais que arregimentaram o público e os apresentaram ao ritual, como o clássico filme *O Exorcista* de (1973) e os outros que se seguiram, ou as músicas de Heavy Metal que falam sobre isso. Young não poderia estar mais certo em sua afirmação.

Para os padres exorcistas que se organizaram, e formaram a Associação Internacional dos Exorcistas (AIE) por volta do ano de 1990 na Itália, o século XX é o “século de satanás” (Pestana, *Apud* Amorth 2008, p. 12), uma época ímpar da humanidade, onde o diabo atua e se faz presente no mundo através de vários dispositivos, como a política, a mídia, a educação, a economia e a tecnologia.

Esse grupo de exorcistas, a AIE, foi fundada em 1994, pelo falecido Padre Gabriele Amorth e pelo Padre René Chenesseau, na Itália, com o apoio de outros exorcistas, como uma

resposta a essa situação histórica que eles compreendiam estar imersos, onde o diabo penetra o tecido social por tantas vias.

Para esta investigação histórica, utilizaremos como fonte três livros escritos na Itália e publicados mundialmente, traduzidos em várias línguas, por padres exorcistas dessa Associação, *um esorcista racconta* (1990), utilizaremos também sua versão em português *um exorcista conta-nos* (2000), bem como, *Possessioni diaboliche ed exorcismo: Come riconoscere l'astuto ingannatore* (2004), e *Summa Daemoniaca* (2004).

Para tal, utilizaremos da metodologia da cultura escrita, a partir de Ana Maria Galvão (2010) para compreendê-los dentro do processo histórico em que foram concebidos, para pensarmos sobre as condições sociais, culturais e históricas pujantes no momento de escrita, e publicação desses livros, que possibilitaram a existência do próprio escrito, que nesse caso, como iremos ver, surgem como uma incisiva resposta a uma crise religiosa causada pela incredulidade dita moderna, e a multiplicação de outras formas de religiosidades que desafiavam, ou mesmo contrapunham os dogmas da Igreja.

Eles denunciam as ações nefastas do diabo, latentes as transformações históricas ocorridas no século XX, que de forma tangente e ou gradual, enfraqueciam o poder católico, tais como a laicização dos estados na formação das repúblicas, que preconizava apartar um estado democrático de direito de uma religião oficial, estatização ou privatizações de instituições como o casamento e trabalhos funerários.

Essas transformações também diziam respeito sobre os aspectos culturais da vida social, tais como um aumento de liberdade religiosa, liberdade sexual, e liberdade econômica, que segundo esses exorcistas autores dos livros que serão analisados, essas coisas são também parte do plano diabólico para afastar as pessoas da Igreja.

Partindo da cosmovisão desses exorcistas, o universo católico como eles conhecia não poderia estar passando por uma crise maior. O Século XIX e os avanços dos estudos científicos colocava em xeque ou sob suspeita muitas das ditas verdades sagradas, ao passo que as transformações culturais pareciam afastar as pessoas da religião católica.

O ritual de exorcismo e a crença a respeito da possessão demoníaca é um campo onde essas transformações se evidenciam de maneira mais imediata, haja vista que, como nos explica Kamila

Dantas (2015), o homem medieval tinha uma outra relação com o sobrenatural, associando causa de doenças como loucura, epilepsia e outros, a origens sobrenaturais, sendo entendidas como castigos divinos.

Com o avanço dos métodos e estudos científicos, as ciências psicológicas passaram a interpretar a possessão como manifestação de patologias mentais, como aponta Cassio Rossetee (2020). Nesse contexto, aqueles que continuaram a realizar exorcismos foram frequentemente classificados como fanáticos, como reflete Joseph Laycock (2022).

O avanço dos estudos científicos que negavam elementos das verdades sagradas, o surgimento cultural de movimentos e grupos que diziam abertamente adorar ao diabo sob uma forma simbólica da rebeldia, da liberdade incondicional, um ar de incredulidade que pairava sobre os sujeitos, entre outros elementos surgidos ou intensificados a partir do século XX, que configuraram uma intensa crise religiosa para o catolicismo como nos explica Massimo Bonato (2014).

Não à toa, essa época é denunciada por esses exorcistas tão fortemente sob o signo do flagelo do maligno sob a humanidade, dessa forma, estabeleceremos níveis de compreensão sobre a forma que esse grupo de padres exorcistas traçam uma narrativa de demonização das transformações históricas do século XX, algumas que democratizavam a própria vida em sociedade, que se traduz em um movimento estratégico religioso que busca demonizar essas mudanças a fim de conservar o ritual exorcístico, a necessidade do ritual e um imaginário religioso onde anjos e demônios digladiam em um combate espiritual que tem o humano como peça fundamental.

Por fim traduz-se num estratagema religioso que busca conservar um imaginário que permita a Igreja exercer poder e controle sobre os fiéis, de forma que, a incredulidade religiosa ou a apreensão de outras crenças e religiões desregula e afrouxava o mecanismo de controle da Igreja sobre os sujeitos, à medida que os sujeitos paravam de acreditar nas verdades sagradas e a Igreja perdia cada vez mais espaço dentro da sociedade.

Para tal tarefa nos utilizamos como fontes livros escritos por padres exorcistas, a maioria associados a Associação Internacional Exorcista, aos quais analisaremos sob a metodologia da cultura escrita para entender esses documentos dentro do processo histórico em que foram

concebidos, para pensarmos sobre quais condições sociais e culturais históricas e pujantes no momento de escrita e publicação desses livros possibilitaram a existência do próprio escrito, que nesse caso, como iremos ver, surgem como uma incisiva resposta a uma crise religiosa causada pela incredulidade dita moderna, e a ascensão livre de repressão de outras formas de pensar o universo espiritual fora dos escritos bíblicos ou das determinações da Igreja.

Não à toa essa época é denunciada tão fortemente sob o signo do maligno sob a humanidade. Destarte, estabeleceremos níveis de compreensão sobre a forma que esse grupo de padres exorcistas traçam uma narrativa de demonização das transformações históricas do século XX, algumas que democratizavam a própria vida em sociedade, que se traduz em um movimento estratégico religioso que busca demonizar essas mudanças a fim de conservar o ritual exorcístico, a necessidade do ritual e um imaginário religioso onde anjos e demônios digladiam em um combate espiritual que tem o humano como peça fundamental.

Por fim, observa-se a constituição de um estratagema religioso que atua na preservação de um imaginário voltado a assegurar à Igreja a manutenção de poder e controle sobre os fiéis. A adesão a outras crenças ou a incredulidade em relação às verdades sagradas produz um tensionamento nesse mecanismo de controle, na medida em que desestabiliza a autoridade e compromete sua eficácia disciplinadora. Tal processo, entretanto, não deve ser interpretado de modo simplista como um “declínio” absoluto da Igreja dentro da sociedade, uma vez que, mesmo diante das transformações históricas e culturais, a instituição católica permaneceu com presença expressiva em determinada localidade e demonstra uma capacidade de reorganização diante dos novos cenários.

2. Século XX: um século sem Deus?

Busca-se aqui, estabelecer níveis de compreensão sobre as formas como os autores desses livros, buscam dar a forma e compreensão da importância do ritual exorcístico, a partir da compreensão da realidade histórica em que estão inseridos, de modo a reconhecer que, para estes, os problemas que eles denunciam como os males modernos, são nada mais, do que articulações do diabo e seus demônios afim de vencer a Igreja.

O livro *Un esorcista Racconta* (1990) escrito por Gabriele Amorth, o Exorcista de Roma, é chave para entendermos um elemento que compõe o núcleo principal desta pesquisa, compreender a forma de como o entendimento e a interpretação desses padres exorcistas, sobre transformações históricas do século XX e sobre o momento que eles vivem, da década de 90 ao século XXI, legitima não somente uma grave urgência do ritual exorcista a nível global, mas também configuram o próprio entendimento de porquê o ritual *funciona* e como deve ser executado para ter efetividade.

O prefácio a edição portuguesa desta obra, escrita por Dom Manuel Pestana Filho² escancara quase todas as questões que serão discutidas a frente, e se apresenta como um bom cartão de entrada para o que buscamos evidenciar.

O bispo de Anápolis, Dom Manuel Pestana Filho, ao trazer o seu tópico do prefacio intitulado “Nós precisamos de exorcismo” (Pestana, *Apud* Amorth 2008, p. 5) e repetir no fim do seu texto que nós precisamos “urgentemente!” (Pestana, *Apud* Amorth 2008, p. 5) de exorcismo, apresenta uma defesa da prática desse ritual justificado por uma leitura da realidade em que o diabo se acha instalado em todos os setores estruturais da sociedade, nas palavras do próprio bispo, uma infiltração visível do demônio uma realidade que padece, sob o sol de satanás, (Pestana, *Apud* Amorth 2008, p. 6).

É óbvio que, essa forma de pensar o diabo, escondido por diversas faces e presente de maneira quase onipresente na sociedade, almejando o fim da Igreja e do povo cristão não é novo³, mas dentro desses discursos recortados para a pesquisa, eles configuram uma nova face, que explica esse ressurgimento do diabo com tanta força.

Uma leitura da realidade que se alinha bastante à que o autor traz, como veremos adiante, e que impulsionará a outras discussões sobre a natureza da compreensão do ritual dentro dos recortes pretendidos, é perceptível a seguir:

O século do homem sem Deus, anunciado por Nietzsche, transforma-se no século de Satanás, que prepara o seu reino com a 1º guerra mundial, implanta o comunismo ateu e tirânico, contra Deus e contra o homem, na revolução bolchevista de 1917, semeia a

² Dom Manoel Pestana Filho (Santos, 27 de abril de 1928 - Santos, 8 de janeiro de 2011) foi um bispo e escritor brasileiro. Foi ordenado sacerdote em 1952, nomeado bispo da Diocese de Anápolis em 1978 e em 2004, aposentou-se aos ofícios sacerdotais. É o autor do livro “Igreja Doméstica”, publicado pelas Edições Loyola em 1980.

³ Confira: NOGUEIRA, Carlos Roberto Ferreira. O diabo no imaginário cristão. 2º edição. Bauru, São Paulo. EDUSC, 2002.

Europa inteira de ruínas e sangue com a 2º guerra mundial, fruto dos poderes das trevas; invade todas a terra de ódio, terror, impiedade, heresia, blasfêmia e corrupção em guerras e revoluções sem entregue; insinua-se de início, como fumaça, e, depois, implanta-se, poderoso, no seio da própria Igreja. (Pestana *Apud* Amorth, 2008, p. 7).

Das guerras mundiais ao comunismo ateu, tudo é denunciado como evidências de ações nefastas do diabo sobre a humanidade, uma realidade diabólica, consequência direta de uma postura hesitante da Igreja para com o Diabo, em que “ao aproximar-nos do último quartel do século XX, contestasse a existência de anjos, desaparece a oração de São Miguel suspendem o exorcismo e o ministério exorcista mergulha no silêncio” (Pestana *apud* Amorth, 2008, p. 8).

Pestana Filho encerra seu prefácio celebrando a capacidade que o livro escrito por Amorth tem não somente de contemplar e avaliar o imenso estrago que é feito, na igreja e no mundo, quando se para de levar o diabo a sério, como também fará o trabalho de “despertar muitas consciências narcotizadas pela civilização da morte e da mentira” (Pestana *apud* Amorth, 2008, p. 8).

O século do homem sem Deus, dito por Pestana Filho (Pestana *apud* Amorth, 2008, p. 7) o, faz referência a uma proclamação de Nietzsche na qual afirma que Deus está morto em *A Gaia Ciência* (1882), e aprofundado em *Assim Falou Zaratustra* (1883). A afirmação de Nietzsche não tem um peso literal, mas se refere a um processo essencialmente oitocentista de transformação cultural, social e econômico que colapsava os valores tradicionais religiosos que sustentavam a moralidade e a posição de poder da Igreja Católica, de forma que a Igreja perdia cada vez mais posições dentro da crescente gama de novos poderes e discursos que ascendiam com a finalidade de explicar o mundo e os fenômenos que nele ocorrem.

As notas da tradutora para a edição em português feitas por Maria de São José Souza, questionam se essa realidade diabólica vivida no século XX e citada por Pestana Filho não seria um exagero, mero pessimismo e obscurantismo, somente para em seguida nega essa possibilidade, afirmando que tudo é puro realismo, bastando apenas olhar a nossa volta para perceber imediatamente essa realidade, segundo Maria de São José Souza *apud* Amorth (2008), o inimigo atua de duas maneiras. Para fins de organização da narrativa, iremos dividir a citação de Maria em duas partes, pois cada parte, dar conta de evidenciar uma forma da ação diabólica no mundo de maneiras diferentes:

O inimigo age de duas maneiras.

- De forma discreta: por exemplo a banalização da morte pelos mass-media, a mentalização gradativa para que se aceite a eutanásia; as leis do divórcio e do aborto defendidas na própria ONU e divulgadas nos filmes e telenovelas em horas de grande audiência, sem esquecer os <ingênuos> desenhos animados dirigidos as crianças incentivando ao ódio a vingança a violência a mentira ao egoísmo em um gosto mórbido pelo desarmonioso, para não lhe chamar de horrível. (Souza *Apud* Amorth, 2008, p. 11).

Resguardaremos assim a outra parte de sua escrita para um pouco mais adiante, para analisarmos melhor separadamente cada uma destas. Maria de São José nos esclarece, pormenorizadamente, as estratégias pelas quais o diabo, ardiloso e furtivamente, trama contra os valores cristãos, tais como o casamento religioso, valorização da vida, e as virtudes em geral.

Se tomarmos ainda um terceiro texto que escreve esse livro, o prefácio a edição francesa do livro pelo teólogo René Laurentin⁴, nos dá mais exemplos através do qual o diabo se apresenta no mundo, atacando os sujeitos escondido sob uma organização do mundo que é feita pra lhes atacar:

O aumento extraordinário do erotismo, a apologia vitoriosa da homossexualidade, o mercado insinuante da droga e das suas máfias são os exemplos mais visíveis. A expansão do ateísmo e do materialismo e de tantas ilusões na nossa cultura e na nossa publicidade, levar-nos-ia, em meados do século XX a dizer: o demônio modernizou-se. Organiza o seu reino no mundo como um presidente do conselho de administração de uma empresa: tudo trabalha para ele. Vai poder repousar, renunciar às diabruras de antigamente, mas a sua maior habilidade é fazer-nos crer que não existe. (Laurentin *Apud* Amorth, 2008, p. 18).

18

Todos esses pré-textos introdutórios ao livro de Amorth apresenta ao leitor através de exemplos históricos, uma compreensão católica e profundamente conservadora sobre as transformações sentidas no século XX, e denuncia por trás dessas mudanças, a ação nefasta do diabo e seus demônios.

Essa narrativa católica, engendra esses vários discursos para demonizar essas mudanças sociais e culturais como as leis do divórcio, do aborto e da eutanásia, bem como um suposto aumento apologético da homossexualidade, do erotismo, da liberdade sexual e do ateísmo.

Ou seja esse contexto que atravessa o século XX de uma laicização dos estados nacionais, provenientes de uma modernidade liberal ou de um “socialismo ateu” (Amorth, 1990, p. 108) são percebidos como uma visível propagação do mal, em virtude da perda de privilégios que essas mudanças implicavam, tais como perca de influência tanto na esfera pública já que a laicização

⁴ René Laurentin (Tours, 19 de outubro de 1917 – Paris, 10 de setembro de 2017) foi um teólogo francês, doutor em Mariologia e reconhecido especialista no estudo de aparições marianas.

preconiza a não existência de uma religião oficial, como na esfera individual devidos a comportamentos desviantes proporcionados aos montes pela modernidade que afastam os indivíduos da vida religiosa (Chaves, 2014).

Teremos tempo para aprofundar nessa relação entre a mudanças da modernidade e a compreensão de uma realidade diabólica, e de como essa visão é apresentada ao leitor (três vezes antes de iniciar o livro) de maneira redundante e apressada a convence-lo sobre as condições históricas da sua realidade, uma realidade entregue ao diabo e, por consequência, da necessidade dos exorcismos.

Amorth, no segundo capítulo do seu livro intitulado *[il potere de satana] (o poder de satanás)* (1990) fala com muita convicção de que por mais que a ação diabólica seja uma realidade que abrange todos os homens e todos os tempos de maneira constante, há épocas da história em que se faz sentir mais fortemente, e então cita exemplos como o império romano nos anos de declínio e crise que levaram a sua fragmentação, e afirma que o descalabro moral daquela época é um reflexo direto de uma forte ação do diabo e sua corja na sociedade. Logo em seguida, afirma que vivemos novamente um desses momentos e nos oferece uma explicação para essa configuração de mundo:

Quando fiz meus estudos sobre império romano do tempo da decadência foi-me posto em destaque a crise moral daquela época. [...] Ora, encontramos-nos no mesmo nível devido, entre outras coisas, ao mau uso dos meios de comunicação social (que em si mesmo são bons), assim como ao materialismo e ao consumismo que envenenaram o mundo ocidental. (Amorth, 1990, p. 35, tradução nossa).

Eric Hobsbawn (1997) nos fala sobre as mudanças sociais e culturais que ocorreram no século XX como sendo tão violentas ao ponto de abranger e abalar as estruturas de relações sociais, os sistemas de pensamento e nos ajuda a entender sobre como essas mudanças como por exemplo o aumento do poder aquisitivo, de jovens, a estatização das instituições como casamento, culmina paulatinamente em uma perda de espaço considerável pela Igreja e dos pensamentos mais tradicionais (dos mais atacados) dentro das sociedades modernas. O que explica nesta análise, a compreensão de uma realidade diabólica apresentada por Amorth, Francesco Bamonte, José Antônio Fortea e outros exorcistas escritores.

É a partir da crise de arranjos básicos como a família e matrimônio que Hobsbawm analisa as transformações especialmente culturais do ocidente desenvolvido na segunda metade do século XX, onde há um substancial diminuição dos casamentos formais, e do desejo feminino por ter filhos e de compor um núcleo familiar, em detrimento de uma série de mudanças nas leis e ou nas formas de se pensar sobre assuntos como a homossexualidade, o aborto, a venda de anticoncepcionais e o divórcio.

Todas essas mudanças são sintomas de um mundo em metamorfose, que pode ser percebido através do movimento em que, gradualmente a Igreja Católica tradicional ficava cada vez mais à deriva desse novo mundo em formação, que parecia caminhar cada vez mais em direção de novas reivindicações de liberdade frente aos antigos padrões de pensamento, agora dito comumente medievais, como nos aponta Amorth (1990).

Amorth, logo ao iniciar o capítulo [*I Colpiti Dal Maligno*] (*As vítimas do maligno*), capítulo destinado a traçar um perfil das pessoas que são afetadas pelo demônio, apresenta que os motivos que explicam o aumento considerável de possessos e pessoas que precisam de algum tipo de libertação:

Em primeiro lugar analisemos a situação do mundo consumista do ocidente em que o sentido materialista e hedonista da vida fez com que muita gente perdesse a fé. Penso que cabe, sobretudo em Itália uma grande parte da culpa cabe ao comunismo e ao socialismo que com as doutrinas marxistas, dominaram nestes últimos anos a cultura, a educação e o mundo do espetáculo. (Amorth, 1990, p. 59, tradução nossa).

Nos ateremos a refletir sobre a afirmação de Amorth que coloca a situação do mundo “consumista e hedonista” (Amorth, 1990, p. 153) como sendo responsável pela perda de fé das pessoas. Como podemos entender os pensamentos dos exorcistas em relacionar uma causalidade entre as duas coisas?

Certamente podemos atribuir essa cultura consumista citada pelo exorcista, como uma realidade possibilitada pela situação econômica que a formou, pois os adolescentes recém saídos da escola e com um emprego em tempo integral, detinham um poder aquisitivo muito maior que seus antecessores, graças a era de ouro da economia. Nesse sentido, forma-se um novo grupo social de pessoas com poder aquisitivo que rejeitava o rótulo de criança, mas que era completamente

apático ao universo mental de pessoas com mais de 30 anos de idade, um grupo de indivíduos que cresceu em um mundo sob o as regras e os valores dos mais velhos não mais parecem relevantes, evidenciando um abismo que separa essas gerações para nos apontar as sucessivas e violentas transformações sociais e culturais no século XX Hobsbawn (1997).

Havemos de nos perguntar agora, por que um consumismo hedonista? Entendamos por prática de compras em busca de satisfação pessoal? Fora apresentado por esses padres como uma realidade diabólica? um momento histórico onde o diabo age com mais intensidade e detém mais poder?

Amorth é bastante claro ao afirmar que é matemática a explicação pela qual as pessoas paulatinamente no decorrer do século XX tem se afastado da religião. Comtemplando os parágrafos anteriores, acusa as tecnologias de serem utilizadas pelo diabo, em seus planos malignos:

Em Roma por exemplo, calcula-se que somente 12% dos habitantes vão a missa aos domingos. **É matemático: onde a religião cala, cresce a superstição. Daí a difusão especialmente entre os jovens da prática do espiritismo, da magia e do ocultismo.** E ainda o yoga, o zen e a meditação transcendental: tudo práticas fundamentadas na reencarnação, Encontram-se mesmo livros especializados nos quiosques, e o material para a prática da magia é difundido podendo ser até vendido por correspondência. [...] esses métodos aparentemente inofensivos conduzem muitas vezes a estado de alucinação ou de esquizofrenia. Juntemos isso a nociva proliferação das seitas, algumas das quais declaram abertamente obediência a satanás. **A magia e o espiritismo são incentivados por intermédio da televisão** [...] junte isso também a difusão de certas músicas de massas que invadem o público até a obsessão, **faço aqui muito particularmente ao rock satânico** ao qual Piero Mantero consagrou sua obra intitulada satana e lo stratagemma dela coda (edicionis segno, unide, 1988) **Ele fez referência espetacular incidência que estes veículos de satanás têm sobre os jovens.** É incrível observar como formas de magia e espiritismo espalhou-se dentro das universidades e das escolas, o mal generalizou-se mesmo nos pequenos centros. (Amorth, 1990, p. 60, tradução nossa, grifos nossos).

21

Tal qual exposto, a preocupação desses exorcistas com o consumismo ocidental se traduz na preocupação com elementos que se apresentam bem mais nocivos à Igreja católica, como a ascensão e reconhecimento de outras várias formas de religião e outras formas de pensar a esfera divina. Tal abertura foi tanto possibilitada como estimulada pelos avanços dos estados democráticos ocidentais rumo à laicização que preconizava a coexistência de várias religiões. Outra característica desse momento foi a mercantilização dessas outras formas de religiosidades,

uma mercantilização do que José Antônio Fortea (2004) nomeia de uma estética do mal, elemento fundamental que compõe o *rock satânico*⁵ que, segundo esses exorcistas, tem um poder arrebatador de tocar as sensibilidades dessa população jovem.

Obviamente, Amorth e os outros exorcistas, também reconhecem que a condição de estar em um estado grave de pecado, é também motivo pelo qual Deus, supostamente permite que o demônio ataque um sujeito, de diversas maneiras, inclusive podendo chegar à possessão demoníaca, “pecados como crime de aborto, perversões sexuais, homossexualidade, uso de drogas, vida matrimonial desordenada, práticas ocultistas” (Amorth, 2008, p. 61).

Contudo, delimitamos agora a refletir sobre a relação entre essas transformações do século XX, guiadas em um primeiro momento por um otimismo científico e tecnológico, que atravessando três guerras, 1º e 2º guerra mundial, respectivamente (1914-1918) e (1939-1945), e a denominada guerra fria (1947-1991), entra em crise. Os debates sobre o limite da razão, e os perigos do progresso científico o *pânico nuclear*⁶, coadunavam a uma realidade onde o esotérico, que nunca fora substituído completamente pelo pensamento científico, volta a ganhar força, destaque e vira alvo de interesse público:

A desconfiança e o medo da ciência eram alimentados por quatro sentimentos: o de que a ciência era incompreensível; o de que suas consequências tanto práticas quanto morais eram imprevisíveis e provavelmente catastróficas; o de que ela acentuava o desamparo do indivíduo, e solapava a autoridade. Tampouco devemos ignorar o sentimento de que, na medida em que a ciência interferia na ordem natural das coisas, era inerentemente perigosa. (Hobsbawm, 1997, p. 407).

Contraditoriamente ao que esperava os otimistas cientistas do final do século XIX, o último século do segundo milênio não foi um salto épico para um terceiro milênio extraordinário, evoluído, guiado pela lógica e pelas máximas do pensamento científico ao ápice do que a sociedade humana poderia alcançar, de tal forma que a ciência como motor do progresso humano, levaria a

⁵ A expressão *rock satânica* é recorrente nos discursos de exorcistas a partir da década de 1990, funcionando como uma categoria que associa práticas culturais contemporâneas em especial a música voltada ao público jovem a uma suposta infiltração demoníaca. Mais do que descrever um gênero musical propriamente dito, trata-se de uma construção discursiva que visa conferir materialidade ao imaginário do mal, inscrevendo a música dentro de um quadro simbólico de ameaça espiritual e de desordem social

⁶ Expressão usada para se referir ao medo generalizado do perigo nuclear da extinção humano e dos efeitos da radiação, inaugurado pelo uso de bombas nucleares pelos EUA, em fins da segunda guerra mundial.

sociedade a um estágio de configuração social onde as contradições do capitalismo tais como desempregos em massa, negação de acesso a direitos básicos, se fizessem não somente presentes, mas uma realidade que em momentos de crise principalmente, são irremediavelmente escancaradas, a quebra da bolsa de valores de 1929 é um bom exemplo, mas a pandemia da covid-19 (2020-2023), é um exemplo mais recente, e igualmente revelador.

A evolução do pensamento científico, fragmentou-o em tantos campos disciplinares de tal forma, que tornava-o cada vez mais difícil de ser apreendido em sua complexidade ao público leigo, a evolução dos conceitos científicos que explicavam as camadas que compõe a realidade se ramificaram a tal ponto de criar um abismo entre os cientistas e os leigos, e também ao ponto de criar paradoxos que colocavam em xeque não mais somente as certezas tradicionais do senso comum, mas as próprias bases científicas são solapadas e colocadas em xeque por novas evidências que foram possibilitadas por novas tecnologias como microscópio eletrônico e o telescópio, que embora tenham possibilitado novíssimas e diversas possibilidades de estudo, a um olhar marxista, como é o caso da leitura de Hobsbawn, não representou as grandes transformações esperadas pela grande parte da população que nunca manuseou nenhum desses objetos, e não teve sua realidade diretamente alterada, a medida que a produção itens, tomemos como exemplos, remédios e ou tratamentos de saúde recém descobertos, não era e em grande medida ainda não são, acessíveis por essa parte da população.

Tanto na área das ciências da natureza, com os estudos como os princípios da incerteza no desenvolvimento da teoria quântica, como na área dos estudos humanos, o movimento conhecido como *Linguistic turn*⁷ e os debates sobre o irrealismo, as bases de confiança que asseguravam aos sujeitos alguma ilusão de segurança e controle do futuro eram estremecidas, engolfando-os novamente nas incertezas do tempo.

3. Espiritas, bruxos, feiticeiros e rock and roll, magia no século XX.

Sociólogos como Max Weber (2007) observaram, no início do século XX, que o avanço da racionalização científica impulsionou um processo de desencantamento do mundo, no qual explicações religiosas tradicionais deixaram de ocupar o mesmo lugar central de outrora. Tal

⁷ Confira: MALERBA, Jurandir. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. Locus: Revista de História., Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006.

processo, contudo, não significava o desaparecimento da religião, mas a sua reconfiguração em meio a novas formas de racionalidade, em que a ciência e a técnica assumiram maior protagonismo como instâncias de explicação e ordenamento da realidade.

Contudo, a crise da racionalidade moderna, e de seu projeto de ciência homogeneizante, que se desenvolveu à medida de acontecimentos da própria História e da maneira que o próprio pensamento científico se fragmentou e se alterou ao longo do tempo do século XIX e XX, apontava também para o fracasso do pensamento científico em guiar o homem a um futuro melhor. O malogro das intencionalidades do pensamento racional oitocentista, poderia despontar um retorno a uma busca das religiões tradicionais durante o século XX, mas isso não se verificou na realidade como ficará claro a partir das fontes. A experiência religiosa não desapareceu, contudo, não retornou ao que era antes dos conhecimentos científicos, ela se transformou.

François Hartog (2013) nos fala como a ordem do tempo do presente do século XX fora colocada em xeque, uma crise do futuro se instala, de um lado, um passado religioso/místico que não está abolido nem esquecido, mas de onde pouco se pode tirar para responder os anseios do presente, embora suas ruínas permaneçam sempre presentes na paisagem histórica, do outro, um futuro imprevisível, onde os sujeitos são privados da divindade das certezas científicas, e relegados as acelerações do tempo capitalista.

Esses sujeitos que atravessam a crise do racionalismo moderno de forma que nem a religião tradicional, e nem a ciência, tinham mais qualquer meio de controle de projeção efetivo sobre o futuro, o futuro se torna um lugar incerto, obscuro, e, portanto, temido. Com a crise desse pensamento racional, as formas de articular o presente, passado e futuro também se alteram.

Rodrigo Coppe Caldeira (2010) ao sintetizar os debates levantados por Daniele Hervieu-Léger (1945) nos esclarece sobre esse complexo processo em que, ao mesmo tempo em que acontecia o processo de secularização das sociedades modernas, as formas de pensar o religioso se transmutaram, se multiplicaram e se disseminaram, inaugurando inéditas e diversas formas de pensar o universo religioso:

As sociedades modernas vivem um verdadeiro paradoxo: ao mesmo tempo que se enfraquece o poder das instituições religiosas de enquadrar os fiéis, esfacelando visões de mundo e levando a insubordinação a qualquer instituição religiosa, abre-se espaço para que novas construções religiosas se sucedam. Surge uma liberdade jamais vista: os

indivíduos constroem agora a sua fé, longe do resguardo de qualquer instituição. “A crença não desaparece, ela se desdobra, se diversifica”. (Caldeira, 2010, p. 2).

Julgo importante esclarecer o que chamaremos de crise do racional, nos parágrafos imediatamente acima, para que se entenda historicamente a transição colocada no começo desse tópico, entre o século onde *o homem matou Deus* (XIX), e o *século do diabo* (XX). Essa crise do racionalismo e a busca pelo esoterismo do mundo que escapa a ciência, aliada a um afrouxamento do poder político da Igreja dada a gradual laicização liberal das democracias ocidentais, cria um terreno fértil para profusão de novas formas de pensar essa dimensão espiritual/divina e que como fica claro no texto dos exorcistas, não só se tornam ideias frutíferas, no sentido do constante renovamento de proposição de novas ideias, mas também estabelece fortes conexões com os sujeitos, penetrando no tecido social de tal maneira a haver primariamente, uma ressaca não somente das explicações científicas do mundo, mas também das religiosas tradicionais.

Dito isto, este deambulo histórico, é fulcral para fundamentar e compreender as motivações por trás das relações que se estabelecem entre o pensamento católico tradicional (dos exorcistas) e as novas formas de interpretar essa dimensão espiritual.

25

Amorth, diferentemente dos outros exorcistas dos quais já vamos nos valer também, dedica seu livro a combater simultaneamente em duas frentes. Rotula como tolice uma postura excessivamente científica e cética quanto as realidades espirituais, como também demoniza as outras formas de espiritualidade, que foram muitas a se difundir durante o século XX.

Nas páginas 80 e 81, Amorth (1990, p. 81 e 81) apresenta um dos tantos relatos de experiencia que compõe o livro a fim de evidenciar a legitimidade, a veracidade da possessão demoníaca como uma realidade contemporânea.

O relato de exorcismo é realizado pelo Pe. Cândido Amantini, em uma data que a fonte não nos informa, mas certamente na segunda metade do século XX, haja visto que Amantini ingressa no ministério exorcísticas a partir dos anos 60 (El Padre, 2017).

Durante o ritual, o Exorcista Amantini põe em prática uma de suas estratégias para reconhecer uma verdadeira possessão, como fazer perguntas complicadas a crianças supostamente possesas, avaliando o nível de complexidade da resposta em relação à idade da criança em questão:

Perguntei-lhe: há sobre a terra grandes cientistas, pessoas altamente inteligentes que negam a existência de Deus e a vossa, o que é que tu dizes? Ao que a criança lhe respondeu imediatamente <Altamente inteligentes? Que altamente inteligentes, são altíssimas incipiências>. O Pe. Cândido acrescentou, fazendo referência expressa aos demônios: há alguns que negam Deus conscientemente, com a sua vontade, o que achas disso? Ao que o demônio respondeu <Toma atenção e lembra-te que nós quisemos reivindicar a nossa liberdade também diante dele. Dissemos-lhe não para sempre>. (Amorth, 1990, p. 81, tradução nossa).

Ao tom que Amorth apresenta tal caso, ele ataca a incredulidade moderna como sendo incipiente, ignorante. A segunda resposta que a garota supostamente possua fórmula, é essencialmente comparativa à incredulidade e o ceticismo como parâmetro fundamental do conhecimento científico e o episódio bíblico da queda de Lúcifer com os seus, ao negarem a Deus, tal como os cientistas mais céticos citados por Amantini.

Francesco Bamonte em sua obra *Possessioni diaboliche ed esorcismo. Come riconoscere l'astuto ingannatore* (2004), que, em suma, busca informar meios de se reconhecer uma verdadeira possessão demoníaca, dedica um capítulo intitulado *Não deixemos nos condicionar pelo racionalismo* no qual alerta para o cuidado que se deve ter com as afirmações céticas das escolas de parapsicologia ou de psiquiatria *atéia*, e afirma ser necessário que um psiquiatra seja sensível as realidades espirituais e não caia nas ciladas do racionalismo:

Aliás, todos sabem que a psiquiatria dos dias de hoje ainda não é uma ciência clara, orientadas por uma só colocação teórica, existem várias abordagens que perscrutam, uns mais outros menos, o sofrimento psíquico e psicológico do homem, tema este, como é fácil de imaginar, bastante complexo, enquanto abrange a aceção global de homem-ambiente-cultura. E muitas diversas colocações ignoram a esfera espiritual, confundindo a alma do homem com a psique e conseqüentemente, pretendendo reduzir tudo a mente humana ou ao inconsciente [...] é por isso ignorada toda a referência à esfera espiritual ou o mundo sobrenatural, porque são entendidos como inexistentes. (Bamonte, 2005, p. 166-167, tradução nossa).

Fortea (2004) também escreve de maneira duramente crítica aos cientistas que negam a existência das realidades espirituais. Ao responder à questão como sabemos se algo é causado pelo demônio? o Exorcista reconhece que fenômenos naturais tem causas naturais, e por isso podem ser explicadas pelas leis desse mundo, contudo, afirma ser categoricamente um erro tentar explicar os feitos sobrenaturais pelas leis físico-químicas e cita como exemplo um caso ocorrido no ano de

1994, na cidade de Civitavecchia, na Itália, onde um bispo supostamente viu uma estátua de gesso da virgem Maria chorar sangue.

O relato teve forte repercussão entre os crentes no fenômeno e aqueles que estavam dispostos a desmascarar o fato, como é possível ver em matérias da época de jornais Italianos e mesmo jornais brasileiros, a maioria, cientistas de diferentes áreas, dotados uma ignorante soberba, na perspectiva de Fortea:

Se um cientista insiste em explicar isso com razões naturais, a única coisa que demonstra é o quão pouco razoável pode ser. Quer dizer: demonstraria estar usando a razão a favor de seu capricho, como um meio para chegar a uma verdade que já tenha decidido de antemão. Um cientista que usa a razão para seu capricho, já não é um cientista, e sim uma espécie de bruxo ou mágico da razão. **E assim, diante de determinados fatos, certas pessoas, apesar de suas qualificações, agem tão irracionalmente quanto um bruxo caribenho dançando ao redor do fogo. Dançam ao redor do fogo da razão, mas são as suas decisões tomadas de antemão que guiam seus movimentos nessa dança.** Em geral, quando um ato é extremamente preternatural e não há como negá-lo, por mais racional que seja, esses tipos de cientistas teimosos tiram da manga uma solução que valha para todos: os poderes da mente podem fazer milagres. (Fortea, 2004, p. 61, grifos nossos).

27

Fortea se posiciona, assim como os outros exorcistas, em um ceticismo equilibrado e estratégico, que não nega os avanços e as descobertas científicas, mas se negam apreender a realidade como sendo algo que pode ser completamente apreendido e explicado através das ciências. Havia de existir uma realidade em que a ciência não é capaz de alcançar, somente sendo possível acessá-la através dos métodos religiosos.

A crise da incredulidade moderna como é chamada por Amorth, era uma preocupação ainda menor, ou melhor, atuava como elemento causador, ou mesmo agravador de um problema maior e mais antigo, a qual o mundo parecia cada vez menos preocupado em combater. A presença do diabo, que se traduzia nas diferentes formas de espiritualidades e religiões que se difundiam na Itália e na Europa, como o espiritismo e as temidas seitas satânicas que buscavam reavivar novas formas de Paganismo e Satanismo. Estes dois últimos são apresentados como os verdadeiros inimigos e o verdadeiro problema que a Igreja enfrentara no século XX, tópicos aos quais os autores dedicam-se a explicar.

De todas as obras tomadas neste trabalho como fontes, todas resgatam em alguma medida, seja fundamentando, citando como uma realidade contemporânea, ou criticando, um assunto tão

caro quanto sensível a Igreja Católica é a magia, compreendida como uma das maneiras mais antigas que o diabo tem de agir no mundo (Bamonte, 2005). Entretanto, ela não tinha mais a face da velha bruxaria representada estereotipadamente por velhas bruxas em uma realidade rural, atuando como vetores de resistência de uma cultura pagã, e mexericando maledicências e malefícios (Garnot, 2008).

A magia no século XX, a partir dos discursos desses exorcistas, não caem no esquecimento, mas ganham uma nova face, as diferentes formas de pensar a dimensão espiritual, circulantes na Europa, e provenientes de diferentes cantos do globo, possibilitados por uma economia de globalização liberal dos finais do século, ou seja, as diferentes vertentes chamadas categorizadas de moderno espiritualismo⁸, ou seja, o espiritismo, o mesmerismo e mesmo religiões como a umbanda, são todos classificados e citados como diferentes formas modernas de se fazer magia, e nos alertam ainda para os diferentes e vários perigos de se envolver com esse tipo de prática.

Amorth (1990) dedica dois capítulos para tratar o assunto da magia e do malefício⁹ intitulados *qualcosa di più sulla magia e, il maleficio* Bamonte (2004) dilui o assunto de maneira natural na sua obra, que seria difícil citar os capítulos em que esse assunto não se faça presente. A obra de Forte (2004) é organizada de maneira a se parecer com os grandes e antigos tratados escolásticos, ou seja, distribuir a obra em um compendio de questões complexas e multiformes. Nele, a terceira parte é dedicada a explicar a ação do demônio na natureza sob as diferentes configurações de magia e malefício possíveis através da relação do sujeito com os demônios.

Bamonte (2004) ao falar da ação extraordinária do demônio sobre a matéria, diz que está costuma ser rara embora “precisamos reconhecer que no nosso tempo está aumentando, por causa dos contatos cada vez mais frequentes da parte do povo com o mundo do ocultismo e de tudo que gira ao redor disso” (Bamonte, 2004, p. 68).

⁸ Podemos compreender o conjunto de práticas que ficou conhecido como moderno espiritualismo, de certa forma, como parte do grande movimento de reforma religiosa americana ocorrido na primeira metade do séc. XIX, e que foi responsável por inserir nas comunidades cristãs americanas condutas inovadoras em relação às práticas religiosas tradicionais realizaram inovações na prática dos cultos e da ritualística tradicional, incluindo como parte operante das comunidades a mulher, as relações extáticas com o sagrado e também iniciando uma verdadeira cruzada por valores sociais capazes de “tornar a comunidade digna de Deus (Portella; Costa, 2019).

⁹ Malefício, Bruxedo, ou um ato de bruxaria realizado por um bruxo para gerar algum tipo de desgraça a vítima com o auxílio do demônio (Bamonte, 2004, p. 83).

Em seguida explica que muitos, levados por um ceticismo leviano, pensam que as práticas ocultistas limitam-se ao campo da superstição e são inócuas, mas afirma que, dada a sua experiência no ministério exorcista, é possível constatar que um certo número de ações do demônio acontece por que o sujeito se aproximou ou teve contato com essas práticas ocultas, as vezes até sem seu conhecimento (Bamonte, 2004).

Nesse sentido, o Exorcista define em cinco pontos o que seriam essas práticas ocultas, que formam a face da bruxaria e do satanismo moderno, e que corroboram com a narrativa que viemos desenvolvendo até aqui:

Ter frequentado magos, cartomantes, bruxos, a magia, a feitiçaria, a cartomancia;

- 1- Ter feito uso de amuletos e talismãs, sobretudo se recebidos de bruxos, os quais os submetem a ritos de evocação e de propiciação aos espíritos.
- 2- Ter praticado certas técnicas como a meditação transcendental, da New Age, etc.;
- 3- Ter participado de seitas satânicas ou ter tomado esporadicamente parte em ritos de satanismo, como o pacto de sangue estipulado com o demônio, participações em missas negras, participação em homicídios rituais, profanação voluntária da eucaristia;
- 4- Ter ouvido por longos períodos de tempo e por muitas longas horas do dia, música com mensagens que convidam para o culto a satanás ou para a violência, para a necrofilia, para a blasfêmia, para o homicídio, e para o suicídio. (Bamonte, 2004. p. 69, tradução nossa).

29

Esses cinco pontos abarcam de modo geral todo o Satanismo presente no mundo no século XX segundo Bamonte, que se apresenta bilateralmente sob duas faces que serão expostas aqui respectivamente para manter o sentido da narrativa.

A primeira face vincula-se à uma corrente ocultista, herdeira direta das práticas pagãs, toma o diabo como um espírito não dotado de um corpo material, mas que se materializa sob diversas formas para os seus devotos que o invocam e o adoram, o honrando como Deus, em busca de ajudas ou poderes (a bruxaria clássica) (Bamonte, 2004).

A percepção dessa configuração de satanismo moderno se encontra mais explícita no livro do Amorth, no qual ele nomeia e localiza e reconhece na sociedade contemporânea quem são essas pessoas que ainda nos dias atuais praticam diferentes espécies de bruxaria.

Ao explicar o que é magia negra, Amorth instrui como sendo igualmente maléficos, as pessoas que praticam adivinhação, angúrio, magia, feitiçeiros, bruxos e ao que mais nos importa agora, aqueles que consultam os mortos (sedute spiritiche – sessão espírita).

Ao deparar-me com essa categorização de Amorth me questionei se ele se referia a diferentes formas rituais espiritistas que circulava entre esses sujeitos, ou se fazia referência ao movimento religioso espírita fundado por Alan Kardec (1804-1869) que parecia se alinhar com o discurso científico a cada nova descoberta da ciência ao passo que a Igreja tradicional perdia espaço para essas concepções. Contudo, Amorth ao detalhar mais sobre magia, nos tira essa dúvida, resgatando o mecanismo demonizador, e catalisando sua força também sobre esse grupo religioso:

Os feiticeiros julgam-se os senhores do bem e do mal. Os espiritas (spiritist) e médiuns empregam todos os seus esforços na invocação dos espíritos superiores ou dos espíritos dos defuntos, mas na verdade entregam o corpo e a alma a forças demoníacas, sem se darem conta que são sempre utilizados para um fim destrutivo. (Amorth, 1990, p. 149-150, tradução nossa).

Logo em seguida o Exorcista nos alerta para o verdadeiro perigo, tal qual Bamonte também assinala, que é a participação do sujeito em qualquer ritual ou grupo religioso dessa natureza:

30

Os ignorantes pensam que se trata somente de superstição, fingimento ou fraude. De fato, isto está relacionado a um certo número de casos, no entanto, na maioria dos casos a realidade é outra. A magia não é somente uma crença em algo falso desprovido de qualquer fundamento. É um recurso às forças demoníacas para influenciar o curso dos acontecimentos e influir sobre as pessoas, a seu prazer. Essa forma desviada de religiosidade [...] embora exista sob diversas formas, o resultado é o mesmo, afastar o homem de Deus, conduzi-lo ao pecado e à morte interior. (Amorth, 1990, p. 151, tradução nossa).

Tanto o espiritismo, como as outras diferentes práticas religiosas não cristãs surgidas no século XX, muitas tentando encontrar um caminho viável que conciliasse as descobertas científicas com as verdades espirituais, são rotuladas como diferentes formas de satanismo, não muito diferente de como o processo de demonização das culturas pagãs na idade média, contudo em um contexto histórico distinto.

Por sua vez, a segunda face relaciona-se à corrente que tem sido tão nociva quanto a primeira nos últimos anos, segundo o Exorcista Bamonte, a corrente do satanismo impessoal. Nela, não é identificada a crença objetiva em um diabo, deus ou espíritos. Entretanto, a partir dela entende-se que dentro de cada sujeito há uma força natural presente nos sujeitos e nos cosmos e

que pode ser emergida de diferentes formas, colocando-a a nosso serviço através de ritos blasfemos.

O diabo se apresenta, portanto, nessa corrente como não mais do que um símbolo, uma idealização dessa força que é reprimida no homem e que pode ser catalisada por rituais brutais “que são uma mistura explosiva de sexo e de profanação do sagrado, em uma virulenta contraposição ao Evangelho, à Igreja e à sua liturgia” (Bamonte, 2004, p. 52).

Isso acontece pois entende-se, ainda segundo o Exorcista que essa crença, delimita ainda a Igreja como a principal força repressora dessa energia natural circulante, em especial as religiões cristãs, e portanto é necessário libertar-se de todas as heranças limitadoras de origem religiosa, o mal toma a face de uma possibilidade de libertação, de contestação aos preceitos morais cristãos “a transgressão é o meio que permite aceder a experiencias não costumeiras; só “fazer aquilo que se quer” (em sentido absoluto) , conduz à verdadeira realização” (Bamonte, 2004, p. 53):

Como consequência extrema de tal pensamento os adeptos do satanismo ateu chegam a pronunciar afirmações delirantes deste tipo: “O diabo sou eu, deus sou eu, todo homem é deus, todo homem é satanás, porque deus, satanás, somos nós; não existe outro deus ou outro satanás fora do homem. Não acreditamos em deus, mas somos deus; não acreditamos em satanás, mas somos satanás”. É uma concepção panteísta levada à sua lógica extrema: se não existe um Absoluto, se não existe nem Deus nem Satanás, então não existem limites absolutos ao que podemos fazer. Qualquer coisa que alguém decida querer fazer faça: se queres ser violento, seja violento; se queres fazer o mal aos outros para alcançares o sucesso, tens o direito de fazê-lo; e queres cultivar a tua cobiça, o teu egoísmo, a tua luxúria desenfreada, tens o direito de cultivá-los, porque estes são sentimentos inatos de todo homem. A satisfação dos Instintos é a única norma ética: “Faze o que queres, e será essa toda lei”, é a palavra-chave do satanismo moderno.” (Bamonte, 2004, p. 54).

31

Nas páginas a seguir até o fim do capítulo, Bamonte nos dá uma verdadeira descrição de como acontece os rituais dessas seitas satânicas, que tem por essência o objetivo de perverter ao máximo os símbolos cristãos, adicionando novos sentidos e formas de concretizar uma adoração ao diabo as concepções erigidas por demonólogos do século XV e XVI, que já nos diziam nas descrições do sabá negro, de festas em que cada ato é simbolicamente uma profanação de um símbolo sagrado, assunto já extensamente esclarecido por Carlos Ginzburg (2012). Na verdade, podemos pensar a versão dos exorcistas como uma releitura das *missas negras*, mas agora, aconteciam sob o som de músicas frenéticas que o conduziam a um estado de perfídia moral, o rock’n roll e o uso de drogas sintéticas.

Hobsbawn (1997) nos traz dados interessantes da indústria fonográfica estadunidense, a venda de discos cresceu pouco mais de 700% entre os anos de 1955 e 1973, período em que na Europa consolidavam-se os Beatles como um símbolo de identidade dos jovens. Certamente esse aumento estrondoso em vendas desses tipos de música preocupava a Igreja Católica, quanto ao imenso, impacto cultural desses grupos. Contudo, fora a partir da identidade visual adotada no que conhecemos como heavy metal, movimento artístico que teve a banda Black Sabbath como pioneiro.

O uso de símbolos diabólicos e uma estética demoníaca foram definidoras para a cristalização da identidade visual do gênero, e era um tema recorrente nas letras das músicas pelas várias bandas que dominaram parte do comércio fonográfico mundial nessa época. A preocupação da Igreja toma, a partir disso, outros níveis. O impacto cultural desses movimentos artísticos e culturais como o Heavy Metal, a cultura gótica e o ressurgimento da Wicca, se apresenta segundo os exorcistas, como os “sintomas do século do diabo” (Bamonte, 2004, p. 56), são lidos como desdobramentos diretos da crise de incredulidade moderna, gerada por uma visão demasiada otimista da ciência, e um projeto de estado demasiado laico que enfraquecera a Igreja.

32

Fortea (2004) ao nos trazer o debate sobre a possibilidade de existência de uma estética maligna, não fornece margem para acurar ainda mais a forma como se deu a demonização dos movimentos que utilizaram essa estética, como nomeia quem são esses grupos hoje em dia afirmando serem ainda uma preocupação para a Igreja, no início do século XXI.

A priori Fortea (2004) busca uma definição do que seria essa estética do mal, como uma busca por uma beleza na deformação violenta do que entende-se por beleza, onde o belo encontra-se na mais distorcida, desvirtuada e deturpada representação da própria criação. Nesse sentido afirma haver na consciência humana uma concepção estética universal do que é maligno, “qualquer principiante reconheceria uma representação do mal, sem que necessite de qualquer instrução étnica sobre essas mitologias” (Fortea, 2004, p. 283, tradução nossa).

Esse debate não se limita a uma veia artística do que seria o belo dentro dessa estética do mal visto que o Exorcista aponta para os perigos dos usos políticos de uma estética a serviço do mal, e nos dá dois exemplos para visualizar seu argumento. O primeiro exemplo é o regime nazista na Alemanha, que reconheceu primariamente que “uma mensagem horrível deve ser misturada a grandes doses de beleza, da beleza de um ideal social encarnada em palavras e imagens” (Fortea,

2004, p. 285, tradução nossa). O Exorcista apresenta o nazismo como um grupo que utilizava toda uma estética a serviço do mal, uma estética que representava o mal sob uma roupagem de beleza.

De maneira semelhante, Fortea (2004) apresenta um grupo de pessoas que tem uma disfunção insana na percepção da beleza, ele chama de góticos, mas é o mesmo grupo de jovens citados por Amorth (1990) que são induzidas pelo rock satânico:

Há pequenos grupos de jovens, chamados góticos, que cultivam a mais elevada forma de feiura como beleza. Eles se vestem de preto e usam uma maquiagem sombria (lábios pretos, maquiagem que desenhe olheiras escuras, usam inúmeros piercings na orelha, nos lábios e no nariz atravessados por objetos de metal, etc.), colocam como enfeites caveiras, mãos dissecadas, túmulos, em suma, usam um visual macabro e assim por diante. Isso realmente entra na estética do mal, mas está dentro da insana e ilógica estética do mal. É preciso entender que a estética do mal segue regras lógicas. E que tanto o que está envolvido com algumas ideias como de outras pode compartilhar a admiração pela obra de arte digna de louvor. Qualquer um pode entender a beleza das gárgulas, admirar valores puramente estéticos do III Reich, gostar do filme “O Bebê de Rosemary”. Mas o que é que se pode encontrar nesta corrente dos chamados góticos? Uma coisa é valorizar a plasmação estética do mal e outra cultivar a feiura em si mesma. (Fortea, 2004, p. 281, tradução nossa).

33

A preocupação com esses grupos, de maneira ligeiramente diferente se faz presente nos textos dos três exorcistas. Bamonte (2004) e Amorth (1990) declaram abertamente que nos dias atuais as forças demoníacas se fazem sentir com mais força, ao passo que Fortea (2004) questiona se a sociedade está doente por haver uma profusão tão grande desses movimentos artísticos que buscam a beleza na distorção do belo, na provocação ao status quo.

Contudo, a preocupação católica gerada pela profusão em massa de diferentes formas de religiosidades, científicismos, charlatanismos e movimentos artísticos culturais como o heavy metal, se traduziam não mais do que na preocupação com um movimento que parecia ser global em direção a rejeição esmagadora da população jovem com as crenças católicas, principalmente as mais tradicionais, como a possessão demoníaca:

As instituições mais severamente solapadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional e as igrejas organizadas tradicionais no Ocidente, que desabaram de uma forma impressionante no último terço do século. O cimento que agregava as comunidades de católicos romanos desfez-se com espantosa rapidez. [...] A liberação feminina, ou mais precisamente as exigências de controle de natalidade das mulheres, incluindo o aborto e o direito ao divórcio, enfiou talvez a mais profunda cunha entre a

Igreja e o que se tornara no século XX o pilar básico dos fiéis [...] em suma, para melhor ou para pior, a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século XX. As igrejas ocidentais que tinham um domínio menos compulsório sobre seus membros, incluindo mesmo algumas das mais antigas seitas protestantes, declinaram ainda mais rapidamente. (Hobsbawm, 1997, p. 262-263).

Essa leitura de Hobsbawm (1997) sintetiza de forma contundente os efeitos das transformações sociais e culturais do século XX sobre a autoridade religiosa tradicional, confirmando o diagnóstico apresentado ao longo do artigo.

4. Considerações finais

Dito tudo isto, tomemos a assertiva de Francis Young (2016) de que os exorcismos sempre emergem em tempos de crise para o catolicismo. As mentes católicas que prezavam pela manutenção dos ritos e das crenças mais tradicionais, esses que ficaram insatisfeitos com as reformas propostas pelo Vaticano II, refiro-me aos exorcistas que recusavam-se a aceitar o abandono das formulas do ritual, encontravam-se num momento de crise sem precedentes, em que o ministério de exorcismo católico desapareceria com a morte dos últimos exorcistas, haja vista que a igreja se esforçava para desestimular não só o uso do ritual, mas também cursos de formação de novos exorcistas, tornando essa figura extremamente rara, nos anos que se seguiram 1970.

Para além do silenciamento da Igreja, o assunto dos exorcismos não fora esquecido, e a partir de toda aquela onda cultural pode ser inserida dentro dos debates da busca por uma estética do mal, produções audiovisuais de projeção global surgem na década de 70, colocando o tema do exorcismo como uma temática de várias produções audiovisuais nos anos que se seguiram¹⁰.

Os exorcistas surgem nas marginalidades da Igreja na década 90 para formar a Associação Internacional dos Exorcistas, e é partir do reconhecimento dessa realidade histórica diabólica que eles tomam-na como explicação para um suposto aumento de ataques demoníacos no mundo. É a partir da profusão de numerosas formas culturais e religiosas que explicavam, segundo eles, erroneamente a relação entre o plano material e o plano espiritual, que eles se veem ameaçados.

¹⁰ Confira: BOSSONE, Michel. O exorcista: a representação da possessão demoníaca nos anos de 1970. Dissertação (Pós graduação em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2015.

Seu ministério ritualístico perde gradualmente o sentido de atuação social como mecanismo religioso e então se mobilizam e projetam seu discurso na circulação social, buscando definir uma verdade e resgatar o sentido de uma prática religiosa ameaçada pelas mutações sociais ocorridas nos séculos XIX e principalmente XX.

5. Referências

- AMORTH, Gabrielle. **Un esorcista racconta**, EDB. 1990.
- AMORTH, Gabrielle. **Um exorcista conta-nos**, Paulinas. 2000.
- BAMONTE, Francesco: **Possessioni diaboliche ed esorcismo**. Come riconoscere l'astuto ingannatore, 2004.
- BONATO, Massimo. **Igreja Católica e a modernização social**: A crise do catolicismo a partir da expedição missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960, 2014.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. HERVIEU-LÉGER, D. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, 2010. 35
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações, 2002.
- CHAVES, Cintya. **“De Deus aos homens”**: O movimento de ação católica no município de Limoeiro do Norte – CE (1940 – 1954), 2014.
- DANTAS, Kamila. **A loucura na idade média**, 2015.
- EL PADRE Cándido, exorcista de Roma y maestro de exorcistas, vencía al diablo con paciencia y amor. *Religión en Libertad*. 04 de out. 2017. Disponível em: https://www.religionenlibertad.com/personajes/171004/padre-candido-exorcista-roma-maestro-exorcistas-vencia_46339.html.
- FORTEA, José Antônio. **Summa Daemoniaca**. El Arca, 2004.
- GALVÃO, Ana. **História das culturas do escrito**: Tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes. *Cultura escrita e letramento*, 2010
- GARNOT, Benoit. **A (literal) caça às bruxas**. História VIVA: sob a sombra do diabo, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo, 2013.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**: O Breve Século XX (1914 - 1991), 1997.

LAURENTIN, René. **Prefácio a edição francesa**, *Apud AMORTH*, Gabrielle. **Um exorcista conta-nos**, EDB. 1990.

LAYCOOK, Joseph. **The Catholic Church's views on exorcism have changed**: a religious studies scholar explains why. The conversation, Itália, 20 maio 2022.

Disponível em: <https://theconversation.com/the-catholic-churchs-views-on-exorcism-have-changed-a-religious-studies-scholar-explains-why-182212>. Acesso em: 2 fev. 2025.

PESTANA, Dom Manuel Filho. **Prefácio a edição portuguesa**, *Apud AMORTH*, Gabrielle. **Um exorcista Conta-nos**, EDB. 1990.

PORTELLA, Rodrigo; COSTA, Vinícius. O Moderno Espiritualismo:: Uma reflexão sobre a produção de sentidos religiosos na modernidade. **Revista brasileira de História das Religiões**, 2019.

ROSSETE, Cassio. **Possessão e exorcismo na Igreja Católica**, 2021.

SOUZA, Maria de São José. **Notas da tradutora**, *Apud AMORTH*, Gabrielle. **Um exorcista conta-nos**, Paulinas. 2000.

YOUNG, Francis. **A History of Exorcism in Catholic Christianity**, 2016.

36

Artigos Livres

Recebido em: 03 fev. 2025.

Aprovado em: 02 jun. 2025.

ARTIGOS LIVRES

Experiência e expectativa de *Eichmann em Jerusalém*: contribuições para a investigação de uma política de memória arendtiana

The experience and expectation of *Eichmann in Jerusalem*: contributions to the investigation of an arendtian politics of memory

Jaciel Rossa Valente (jaciervalente@gmail.com)

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo

O presente trabalho possui como temática a política de memória de Hannah Arendt e toma como fonte principal o livro *Eichmann em Jerusalém*, de 1963. Partindo de uma perspectiva **koselleckiana** de espaço de experiência e horizonte de expectativa, problematizamos, quais experiências e expectativas cristalizadas em *Eichmann em Jerusalém* possuem implicações para o debate sobre política de memória? Assim, estabelecemos como objetivos: a) mapear as experiências e expectativas que compõem a fonte; e b) ressaltar o valor heurístico dos estratos cristalizados na fonte para o debate sobre política de memória. Buscando viabilizar nossa empreitada analítica, **realizamos** empréstimos de categorias hermenêuticas provenientes da *Begriffsgeschichte* (História dos Conceitos) e **as estruturamos** em quatro etapas. Dessa forma, desembocamos em sete estratos que constituem a fonte e lançam luz para compreendermos os fragmentos de uma política de memória arendtiana. **Primeiro estrato**, os motivos que levaram a pensadora ao julgamento. **Segundo estrato**, o triângulo de comunicações que embasou a fonte. **Terceiro estrato**, expectativa de estabelecimento de novas vias para a compreensão. **Quarto estrato**, reconsideração da tese dos poços de esquecimento. **Quinto estrato**, método de construção e reconstrução do livro. **Sexto estrato**, controvérsia pública em torno da fonte. **Sétimo estrato**, considerações sobre a banalidade do mal.

37

Palavras-chave: Hannah Arendt; Eichmann; Experiência; Expectativa; Política de memória.

Abstract

The present study addresses the theme of Hannah Arendt's memory politics, taking as its main source the book *Eichmann in Jerusalem* (1963). From a koselleckian perspective of the space of experience and horizon of expectation, we examine the question: "Which crystallized experiences and expectations in *Eichmann in Jerusalem* have implications for the debate on memory politics?" Thus, we set the following objectives: a) to map the experiences and expectations that compose the source; and b) to highlight the heuristic value of the crystallized strata in the source for the debate on memory politics. In order to facilitate our analytical endeavor, we borrow hermeneutic categories from *Begriffsgeschichte* (History of Concepts) and structure them in four stages. In this way, we arrive at seven strata that constitute the source and shed light on the fragments of an arendtian memory politics. The first stratum concerns the motivations that led the thinker to the trial. The second stratum focuses on the communication triangle that underpinned the source. The

third stratum addresses the expectation of establishing new avenues for understanding. The fourth stratum involves the reconsideration of the thesis of memory voids. The fifth stratum examines the method of construction and reconstruction of the book. The sixth stratum concerns the public controversy surrounding the source. The seventh stratum reflects on the concept of the banality of evil.

Keywords: Hannah Arendt; Eichmann; Experience; Expectation; Memory politics.

1. Introdução

O ensaio em tela constitui-se em um estudo exploratório dos aspectos históricos envolvidos na formação e revisão do livro *Eichmann em Jerusalém*, de 1963, da pensadora Hannah Arendt. Afirmar que o estudo se trata de uma exploração, *a priori*, significaria que desconhecemos a fortuna crítica arendtiana, haja vista que *Eichmann* é um dos textos mais populares da obra da pensadora e continua sendo objeto de análise crítica desde seu lançamento.

Contudo, estabelecemos como problemática norteadora a seguinte questão: quais experiências e expectativas cristalizadas em *Eichmann em Jerusalém* possuem implicações para o debate sobre *política de memória*? Ao passo, fixamos como objetivos: a) mapear as experiências e expectativas que compõem a fonte; e b) ressaltar o valor heurístico dos estratos cristalizados na fonte.

Ao invés de construirmos um modelo interpretativo, como advoga favoravelmente a perspectiva de Paul Zumthor (2016, p. 91), que afirma que “a própria existência da crítica cria hoje um problema”, optamos por realizar empréstimos de categorias hermenêuticas provenientes da *Begriffsgeschichte* (História dos Conceitos) de vertente kosellekiana e estruturá-las metodologicamente. Seleccionamos as categorias *ausgrenzung* (seleção), *espaço de experiência*, *horizonte de expectativa* e *estratos de experiências* que são fundamentalmente analíticas. Para enriquecer tais categorias hermenêuticas e potencializar seu valor heurístico, acrescentamos um profundo diálogo historiográfico com os biografados arendtianos.

A *Begriffsgeschichte* desloca seu olhar das intenções subjacentes aos conceitos (caso da *Escola de Cambridge*) para “indicar a partir de quando um conceito se tornou fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse” (Koselleck, 1992, p. 135). Nesse sentido, a vertente koselleckiana “concentra-se no presente que passou, e não em seu passado”

(Koselleck, 1999, p. 11). Ela trata dos conflitos políticos, sociais e teóricos do presente do passado, por meio da estratificação de camadas significativas de experiências.

Tal concepção, compreende de que a análise não deve ser um exercício mecânico de decodificação, mas de busca pela compreensão profunda das disputadas contextuais e de suas implicações para a sociedade. Com isso, permanece um coeficiente dialético entre o intérprete e o texto, onde o significado não é fixo, mas um resultado em constante transformação a cada novo exercício de compreensão.

Arendt não é associada diretamente à hermenêutica alemã no sentido estrito da tradição filosófica, mas sua obra compartilha aspectos fundamentais dessa tradição, não somente devido à sua proximidade com Karl Jaspers e Martin Heidegger, mas também pelo grande foco na compreensão do mundo, na escrita da história e na interpretação do sentido da experiência humana.

Desse modo, estruturamos nossa metodologia em quatro etapas. Na primeira etapa, operacionalizamos a categoria *ausgrenzung*, a qual se refere ao comando de separação/seleção “daquilo que diz respeito a um conceito daquilo que não diz respeito” (Koselleck, 1992, p. 137). Implica um processo de catação/seleção de excertos/trechos/frases sintéticas e gerais que possivelmente contenham contribuições relevantes para entendermos as experiências e expectativas que se cristalizaram em *Eichmann em Jerusalém* (Arendt, 1999).

Durante a segunda etapa, operacionalizamos as categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. O primeiro defende que a “experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência fundem-se tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento” (Koselleck, 2006, p. 309). Indica que, em um conceito, excerto ou texto encontram-se simultaneamente experiências diversas que, em um determinado presente, contribuíram para sua formação. Ao passo que o *horizonte de expectativa* se refere ao *futuro-presente* que é “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (Koselleck, 2006, p. 311). Essa categoria remete às projeções de futuro que se formam e se encontram presentes no hoje, a partir de um *espaço de experiência*. Ambas as categorias incidiram sobre os fragmentos recolhidos na primeira, formando um quadro geral de experiências e expectativas que estavam veladas.

Já na terceira etapa, realizamos a revisão bibliográfica temática focada nas biografias arendtianas que foram traduzidas, desembocando nos seguintes textos: Laure Adler (2007), Sylvie Courtine-Dénamy (1994), Ann Heberlein (2021), Julia Kristeva (2002), Celso Lafer (2018), Derwent May (1988), Samantha Rosehill (2022), David Watson (2001) e Elisabeth Young-Bruehl (1997).

Na quarta etapa, organizamos o quadro específico sob a perspectiva de *estratos de experiência*. A metáfora “permite separar analiticamente [e somente na análise histórica] os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração longa são investigados” (Koselleck, 2014, p. 19). Desse modo, a metáfora é empregada com o intuito de separar as experiências e expectativas que se cristalizaram na fonte *Eichmann em Jerusalém*, e que lançam fragmentos significativos para pensarmos uma *política de memória* arendtiana.

2. Cura posteriori e o julgamento de Adolf Eichmann

40

O julgamento de Adolf Eichmann teve início no dia 11 de abril de 1961, em Jerusalém, e sua execução ocorreu em 1º de junho de 1962. Hannah Arendt publicou *Eichmann em Jerusalém* em maio de 1963, e a segunda edição revisada foi publicada em 1964. Esse parâmetro temporal constitui os acontecimentos basilares do nosso estudo.

Um estrato primário que devemos expor são os motivos que levaram a pensadora a querer cobrir o julgamento. Desde que Eichmann foi capturado na Argentina em 1960, Arendt acompanhava o caso, entrando no debate sobre a legitimidade de Israel em conduzir o caso e as condições jurídicas que advinham de Nuremberg. Nesse âmbito, já havia estabelecido Karl Jaspers como seu interlocutor e parecerista pessoal. A parceria entre orientanda e orientador se tornou profícua na escrita de *Eichmann em Jerusalém*, devido à correspondência entre ambos ao apresentarem críticas e revisões do texto.

Mesmo inserida na discussão, sua entrada definitiva se deu “quando ficou claro que Eichmann seria julgado em Israel, ela decidiu propor-se como repórter a William Shawn, o editor da *New Yorker*” (Young-Bruehl, 1997, p. 295). O editor prontamente aceitou a solicitação de Arendt, pois ela era “uma voz intelectual célebre e estimada nos Estados Unidos, além de ter experiências dolorosas da devastação nazista na Europa, de antissemitismo e de perseguição”

(Heberlein, 2021, p. 145). Como a pensadora já desfrutava de reconhecimento acadêmico, devido à publicação dos livros *Origens do Totalitarismo* (1951) e *A Condição humana* (1958), bastou uma carta a William Shawn para ser contratada.

O editor também levou em consideração a experiência prévia de Arendt em jornais, pois na década de 1940, a pensadora já havia trabalhado em revistas como *Aufbau*, *Partisan Review*, *Jewish Social Studies* e *Menorah Journal*. O retorno focado a um periódico levou a biógrafa Adler (2007) a denominar essa fase da vida de Arendt de *Grande Reporte*. Contudo, a denominação prioriza o âmbito do trabalho, ao invés de expressar as experiências que conduziram a pensadora a optar por retornar à posição de jornalista. Nesse caso, a denominação empregada por Young-Bruehl (1997), de *Cura posteriori* (1961-1965), é mais condizente.

Com o sinal de aceite da *New Yorker*, a pensadora adiou uma estada na Universidade Northwestern, cancelou uma palestra em Vassar e ampliou sua bolsa de estudos na Fundação Rockefeller. A Fundação, ela escreveu em dezembro de 1960, afirmando que “compreenderão, julgo eu, por que razão devo cobrir esse processo; não pude assistir ao Processo de Nuremberg, **nunca vi essa gente em carne e osso** e é, provavelmente, a minha única oportunidade de o fazer” (Arendt, 1960, p. 1 grifo nosso). A pensadora retoma esse mesmo tópico em resposta à entrevista de Samuel Grafton, em 1963, comentando que “eu penso há muitos anos a respeito da natureza do mal [...]. E o **desejo de me expor** – não aos atos, que, afinal, eram bem conhecidos, mas ao próprio malfeitor – foi provavelmente o motivo mais poderoso em minha decisão de ir a Jerusalém” (Arendt, 2016d, p. 770 grifo nosso).

Em ambas as citações supracitadas, podemos verificar que o estrato de experiência de Arendt não estava assentado no trabalho, como deixou implícito Adler (2007), mas em uma curiosidade crítica. A pensadora que trabalhou em *Origens* com *tipos ideais*, mantinha o interesse latente de ver e ouvir, ou seja, experienciar o depoimento de um dos algozes. Subentendido e pouco formulado, já pairava em *Origens* a busca por aprofundamento sobre o mal, quando empregou o conceito de *mal radical*.

Desse estrato de curiosidade outro se desdobrava. Em janeiro de 1961, escreveu à Universidade de Vassar: “sei que, de uma certa maneira, assistir a esse processo **é uma obrigação que devo ao meu passado**” (Arendt, 1961, p. 1 grifo nosso). Essa obrigação que sentia de encarar

os fragmentos do seu próprio passado, do seu povo e dos crimes dos quais teve a sorte de escapar permeia *Eichmann* como toda a sua obra. Heberlein (2021, p. 15) frisou que “a questão do Holocausto não era teoria, a questão do mal não era apenas um problema filosófico. O mal e o Holocausto eram questões muito pessoais, como o são para alguém que é forçado a sacrificar parte de sua vida, sua língua e seu contexto”. A biógrafa ressalta que, além da ruptura da vida pública – perda de seus direitos e carreira – Arendt experienciou a ruptura da vida privada – seu contexto. Portanto, essa obrigação que Arendt falou pode ser traduzida como *dever de memória* e responsabilidade com os fatos.

Não somente no público, mas também na vida privada, Arendt falou sobre seu *dever de memória*. Ao comunicar a Jaspers sobre a decisão de cobrir o julgamento em Jerusalém, o filósofo disse, em 1960, que “o processo Eichmann não lhe trará prazer. Acho que ele não poderá se desenrolar de maneira satisfatória. Temo sua crítica e acho que você deverá guardá-la para si mesma, na medida do possível” (Arendt; Jaspers, 1992 [carta nº 267 de 14 outubro de 1960]). Na opinião de Jaspers, a implementação de um tribunal internacional seria o melhor caminho para julgar crimes contra a humanidade, o que não havia sido feito. Além disso, estava no horizonte de Jaspers que a crítica de Arendt repercutiria de forma severa dentro da comunidade judaica, o que se comprovou em 1963.

Contudo, Arendt já havia ultrapassado o debate do qual Jaspers ainda estava inserido e não aceitou guardar sua crítica diante desse fato. Respondeu ao filósofo que, “no entanto, caro amigo, **jamaís me perdoarei** por não ir ver esse desastre ao vivo e em toda a sua estranha inanidade. Não se esqueça de que deixei a Alemanha muito cedo e de que vivi tudo isso muito pouco diretamente” (Arendt; Jaspers, 1992 [carta nº 271 de 02 de dezembro de 1960] grifo nosso). Tal pensamento, evidencia o quanto o *dever de memória* e de responsabilidade estavam impregnados em um horizonte de expectativa dialético. Ver, ouvir, compreender e julgar pairavam sob a expectativa de que, por meio do pensar e do narrar, seria possível dar sentido ao que já havia sido e ao que estava por ser vivido. Assim, entre as experiências e expectativas que impeliram Arendt a cobrir o julgamento, iniciou a formação do estrato *cura posteriori*, denominação certa, pois mescla a curiosidade de se expor, que vem em decorrência das reflexões sobre o mal, a redenção por meio da compreensão dos crimes e algozes.

Com esses motivadores basilares, Arendt chegou a Jerusalém no dia 8 de abril de 1961. Nesse momento, a pensadora reorganiza seu círculo de sociabilidade em prol da compreensão do julgamento. Karl Jaspers passa a transmitir o parecer público da imprensa europeia, principalmente alemã; Heinrich Blücher, seu marido, sintetizava e transmitia o parecer da imprensa norte-americana; e Kurt Blumenfeld traduzia as reportagens publicadas em hebraico.

De acordo com Young-Bruehl (1997, p. 296), “o triângulo de comunicações que Arendt estabeleceu entre Nova York, Basiléia e Jerusalém, entre Blücher e Jaspers e entre Jaspers e Blumenfeld foi uma grande fonte de prazer e apoio”. Estendendo a colocação da biógrafa, podemos afirmar que esse foi o estrato basilar da formação do acontecimento e da produção do livro *Eichmann em Jerusalém*, uma vez que as fontes secundárias (assim denominadas por Arendt) provinham da imprensa alemã, nova-iorquina e israelense.

Essas três grandes imprensas cobriram todo o julgamento, o primeiro a ser transmitido simultaneamente pela televisão e em nível mundial. David Ben-Gurion, então primeiro-ministro de Israel, objetivava abrir um processo motivado por 6 milhões de mortos. Tal premissa foi aceita pela imprensa em geral, mas não foi o caso de Arendt, que entendia que todo julgamento deveria ocorrer somente a serviço da justiça, uma vez que se acusa, defende e condena ou absolve um sujeito. Podemos indicar, na mesma linha de interesse de Zumthor (2012, p. 99) que “a questão é a da natureza de um acontecimento. O que queremos saber, e qual será o estatuto do que teremos aprendido?”. Abria-se a oportunidade de estabelecer novas proposições para a atividade de julgar crimes sem precedentes e imperdoáveis.

Ao todo, foram 121 sessões transmitidas em hebraico, traduzidas simultaneamente para o alemão, inglês e francês. Dessas, 72 foram dedicadas a ouvir as testemunhas da acusação. Segundo Adler (2007, p. 409-410), a pensadora se impacientou com a lentidão das sessões, com o sotaque do procurador e, até mesmo, com a língua utilizada durante o processo, uma vez que via como “comédia” o uso do hebraico como norma em um ambiente onde todos falavam e pensavam em alemão. Contudo, houve exceções, como no caso que comentou a Blücher

De toda maneira, o processo é bastante interessante. Hoje, por exemplo, havia o pai de Grynszpan contando simplesmente como os nazistas despacharam sem aviso prévio para a fronteira da Polônia todos os judeus poloneses (mas naturalizados alemães) com dez marcos no bolso. Um velho senhor, com o quipá das pessoas piedosas, muito simples e muito direto. Nenhuma grandiloquência. Muito impressionante. Pensei comigo que, ainda

que no fim das contas fiquemos apenas nisso, o fato de que um simples quidam, que sem isso jamais teria tido a oportunidade, possa dizer alto e forte, em dez frases, sem nenhum pathos, o que aconteceu, **só isso vale a pena**” (Adler, 2007, p. 414 – negrito nosso).

Arendt ficou profundamente impactada com o contador de histórias Grynszpan. Mencionou no livro o testemunho de Grynszpan, indicando que “essa história não levou mais de dez minutos para ser contada, e quando terminou – a destruição sem sentido, sem necessidade, de 27 anos em menos de 24 horas – era de se pensar que todo mundo, todo mundo devia ter o seu dia na corte” (Arendt, 1999, p. 251). Formava-se um estrato que lhe acompanharia pelo resto de sua vida, a atenção que deveria ser dada à oralidade e o poder de iluminar o passado por meio da preservação do testemunho.

Escutar as testemunhas e observar o processo de reificação levou Arendt a reconsiderar uma de suas principais teses apresentadas em *Origens*. Havia afirmado que as *fábricas da morte*, ao eliminarem os corpos, levavam ao apagamento de memórias, lembranças e narrativas. Por sua vez, criavam-se *poços de esquecimento*, excluindo qualquer possibilidade de chegar ao fundo dos fatos. Ao se deparar com as testemunhas em Jerusalém, a pensadora reconsiderou sua tese, afirmando que

os buracos de esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobre um homem para contar a história. Portanto, nada pode ser “praticamente inútil, pelo menos a longo prazo” (Arendt, 1999, p. 254).

Um testemunho, como o de Grynszpan, é o impedimento colocado contra o esquecimento almejado pelos nazistas. Sua revisão abriu um novo horizonte investigativo, pois em obras como *Homens em tempos sombrios* e *A Vida do espírito*, podemos observar o interesse na discussão sobre memória e testemunho por meio do referencial teórico e a forma narrativa.

Em conjunto com as testemunhas, outro fator fez com que Arendt se interessasse, em certos momentos, com o julgamento. De acordo com May (1988, p. 92), a imprensa e o promotor haviam apresentado a imagem de Eichmann como um inimigo patológico dos judeus, um sádico e um monstro de depravação. No entanto, Arendt se deparou com outro sujeito. Relatou a Blücher que “o todo é absolutamente normal, indescritivelmente mesquinho e repulsivo. Ainda não estou entendendo nada, mas **sinto que tudo vai se decantar** de uma hora para outra, quando eu estiver em casa, naturalmente” (Arendt; Blücher, 2000 [carta de 20 de abril de 1961] – grifo nosso). Pouco

tempo depois, voltou a tocar no assunto, “imagino que você deva ter lido que ele gostaria de ser enforcado publicamente. [...]. A coisa toda é tão indescritivelmente banal, baixa e repulsiva. Eu ainda não a compreendo, mas **tenho a impressão de que a ficha vai cair** a qualquer momento” (Arendt; Blücher, 2000 [carta de 25 de maio de 1961] grifo nosso). Formou-se um contraste entre a imagem da imprensa e aquele sujeito “fantasmagórico” que estava no tribunal. Nesse momento, Arendt indicou que não sabia do que se tratava tal discrepância, mas que certamente encontraria sua resposta.

Desabafou com Blücher que “não sou a única, muitos outros também têm o sentimento desagradável de que o **essencial se encontra simplificado** sob uma miscelânea de atrocidades e crueldades” (Adler, 2007, p. 419 – grifo nosso). Algo estava explícito, mas de difícil compreensão para o arcabouço teórico proveniente da tradição. Houve um desconforto que estilhou a expectativa de Arendt, levando à transformação de seu espaço de experiência.

3. O dever de julgar e narrar

45

Arendt não acompanhou todo o processo presencialmente, deixou Jerusalém no final de junho e voltou para New York no começo de agosto em 1961 (Rosehill, 2022). Para casa, trouxe o espanto socrático que sentiu durante boa parte do julgamento. Antes de sistematizar suas reflexões em escrita, a pensadora levou para o Centro de Estudos Avançados no outono de 1961, o manuscrito quase finalizado de *Da Revolução*, o qual somente viria a ser publicado em 1963. Além disso, finalizou a tradução do livro *Os Grandes Filósofos*, de Karl Jaspers.

No começo de 1962, Arendt realizou uma série de palestras na Universidade de Chicago (Rosehill, 2022). Após, quando pensava em retomar seus trabalhos sobre o caso Eichmann, uma sequência de três imprevistos a levou a adiar seu trabalho: um forte resfriado que a deixou semanas na cama, um acidente de táxi no Central Park e o rompimento de um aneurisma em seu marido. Somente após esses três acontecimentos que conseguiu focar na escrita do livro.

Eichmann foi escrito entre fevereiro e março, publicado em 5 fascículos na *New Yorker* e convertido em livro em maio. Quanto à desordem e à demonstração de novas formas de pensar, o livro não deixou a desejar. Young-Bruehl (1997, p. 279) afirmou que as análises de Arendt surgiam de “exercícios de pensamento, tentativas de captar experiências e encontrar a base experiencial de posturas, decisões e políticas”. Uma experiência era verificada, lastreando seu passado histórico e

os horizontes de sentidos que poderiam ser dados. Concordando com Lafer (2018, p. 105), a análise dos fatos empregada pela pensadora, “iluminam o passado e esclarecem o presente sem a camisa de força de rígidos determinismos”.

De acordo com Paul Zumthor (2012, p. 92), o produto do historiador, independente da sua técnica e velocidade, será “um diálogo relatado: uma narração”. Arendt, mesmo não sendo uma historiadora, ao se dispor a escrever por *termos históricos* possuía consciência que seu texto seria uma narração. Quando a escrita ocorreu, não estava dentro do horizonte de propor uma explicação pormenor do seu método e, muito menos, do que significava uma narrativa histórica. Contudo, após observar que um dos maiores pontos da crítica a seu texto era a falta de método e cuidado com as fontes históricas, a pensadora acrescentou na segunda edição uma “Nota ao leitor” e um “Pós-escrito”, em 1964.

Procurou esclarecer que não trabalhou com sua emoção nem com sua memória, mas com textos, evidenciando a liberdade que teve da *New Yorker*. Ao mesmo tempo, afirmou que seu trabalho se aproxima muito de uma “monografia histórica” devido ao emprego que fez de separação entre “fontes primárias” que “só podem ser usadas no tratamento de assuntos especiais – neste caso, o julgamento em si –, enquanto o material secundário é utilizado para tudo o que constitui o plano de fundo histórico” (Arendt, 1999, p. 305). A distinção entre fontes, entre acontecimento e contexto receberam destaque no *pós-escrito*.

A pensadora fez questão de frisar quais foram suas fontes: a) “transcrição em alemão do interrogatório de Eichmann pela polícia, gravado em fita, depois datilografado, e as folhas datilografadas apresentadas a Eichmann, que as corrigiu de próprio punho”; b) “documentos apresentados pela acusação, mais o ‘material legal’ distribuído pela acusação”; c) dezesseis declarações sob juramento de testemunhas chamadas originalmente pela defesa” [listando todas]; e d) “um manuscrito de setenta páginas datilografadas, escrito pelo próprio Eichmann” (Arendt, 1999, p. 304). Com isso, podemos evidenciar que em decorrência da crítica ao seu método, Arendt procurou tornar mais elucidativa sua escrita e aproximar da História.

Entretanto, o livro *Eichmann em Jerusalém* desencadeou muito mais que uma leva de críticas com relação ao método, gerou uma controvérsia pública em larga escala. Assim que foi lançado, os pensadores Irving Howe e Lionel Abel, patrocinados pela revista *Dissent*, promoveram

uma reunião da sociedade literária de New York de caráter emergencial no hotel *Diplomat*. O público foi consideravelmente maior do que o usual e contou com a presença do historiador de Raul Hilberg, da escritora sionista Marie Syrkin e do pensador Daniel Bell como principais críticos do livro; enquanto que o pensador Alfred Kazi foi o único a se manifestar a favor de Arendt (Rosehill, 2022, p. 185). A partir dessa reunião, outras tantas, dentro e fora das universidades, foram se multiplicando, ao ponto de o debate provocar “uma guerra civil na comunidade intelectual judaica” (WatsonATSON, 2001, p. 82).

A controvérsia se manifestou em salas de aula, universidades, grupos de pesquisa e debates políticos. Entretanto, foram nas revistas científicas que o acontecimento se potencializou. O jornal *Aufbau*, no qual Arendt colaborou intensamente entre 1941 e 1945, se recusou a publicar uma resposta às críticas. Ao invés disso, publicou em 1964 um dossiê completo de críticas e resenhas que detravam a pensadora. Nele, o texto de Martin Buber, sionista que Arendt tanto admirava, é um exemplo elucidativo das críticas gerais. Buber censurou Arendt afirmando que “seu tom não tinha moderação” (Courtine-Dénamy, 1994, p. 110). Dentro do dossiê, somente Josef Maier tomou o lado de Arendt com o texto *Qu’est-ce que Hannah Arendt vraiment dit?* Afirmando que “entre nós, uma parte do passado está ainda ‘inultrapassada’ e deve ser ultrapassada” (Courtine-Dénamy, 1994, p. 104)¹.

47

Críticas gerais e descabidas foram lançadas. A título de menção, acusaram Arendt de odiar a si própria e de odiar seu próprio povo. No *pós-escrito* da segunda edição, a pensadora opinou que “tudo isso é possível por causa do clamor centralizado na ‘imagem’ de um livro que nunca foi escrito e que supostamente versava sobre assuntos que muitas vezes não só não foram mencionados por mim, mas que nunca me ocorreram antes” (Arendt, 1999, p. 306). A pensadora via a controvérsia como um processo organizado de manipulação da opinião pública em prol de interesses bem definidos e objetivos limitados, que somente era possível “descaracterizando seu livro”. A esse respeito, Karl Jaspers comentou que

Você [Arendt] atingiu as terminações nervosas mais sensíveis de muita gente – uma mentira em sua própria existência –, e eles a odeiam. A verdade será maltratada até a morte, como Kierkegaard disse de Sócrates e de Jesus. Agora, a coisa não chegou a isso e

¹ Outros intelectuais se manifestaram a favor da pensadora, tais como Mary McCarthy, Hans Morgenthau, Daniel Bell, Bruno Bettelheim, Dwight Macdonald e Karl Jaspers. Contudo, suas defesas estiveram majoritariamente localizadas em reuniões, cafés e cartas.

não chegará. Mas você recebeu uma *fama* detestável, que não é o que você merece. **A longo prazo, por certo, o seu caráter prevalecerá e seu triunfo será radiante** (Arendt; Jaspers, 1992 grifo nosso)

Arendt sustentou que seu livro estava pautado em fatos e a eles seus críticos mais exaltados deveriam levar em consideração. Ao passo, como iluminou Jaspers, existia a expectativa entre alguns, como o próprio Jaspers, Heinrich e Gray, que o valor heurístico, fenomenológico e histórico de *Eichmann* prevaleceria sob a opinião pública.

Arendt e seu livro enfrentaram desde oposições gerais, solta em conversas em círculos muito bem localizados, até pesquisas extensas financiadas por instituições de grande visibilidade. Possivelmente, o pseudo-historiador Jacob Robinson seja a figura mais elucidativa dessas críticas amplamente financiadas e focalizadas. Robinson escreveu uma série de textos dedicados a apontar falhas factuais em *Eichmann*, sendo o livro *And the Crooked Shall Be Made Straight* o de maior repercussão. Nele, Robinson discorre por mais de 600 páginas e afirma ter encontrado 400 erros factuais no livro de Arendt. Podemos apontar que seu principal ponto foi que a *banalidade do mal* era uma “teoria” sem fundamentação factual.

48

Arendt nunca se deu ao trabalho de responder diretamente a Robinson, mas a fama que ele adquiriu às custas de seu trabalho lhe incomodava profundamente, permanecendo em seu horizonte as possíveis respostas. Quando Laqueur resenhou o livro de Robinson, apareceu uma boa oportunidade para divulgar suas respostas ao seu principal detrator de maneira indireta. Escreveu o artigo *O formidável doutor Robinson*, onde discorre sobre as críticas que mais lhe incomodavam devido a abstração realizada.

A pensadora igualou os currículos com um senso de sarcasmo e deboche (Arendt, 2016c). Depois, com grande maestria, ressaltou os principais pontos históricos envolvendo o julgamento de Adolf Eichmann e como esses estavam perfeitamente incorporados em seu livro. Além disso, evidenciou que antes da publicação de *Eichmann*, Robinson não era historiador, enquanto ela, principalmente devido a *Origens do totalitarismo*, tinha uma boa aceitação dentro do campo da História.

Dessa forma, considera que “de acordo com os parâmetros deles [Robinson, Laqueur e Israel], o que eu fiz foi o crime dos crimes: eu contei a verdade em um ambiente hostil” (Arendt, 2016c, p. 819). Ao passo, encerra-se afirmando como uma historiadora, ao dizer que “os homens

que montam guarda junto aos fatos não são os oficiais dos grupos de interesse – **qualquer que seja a legitimidade de suas reivindicações** – mas aqueles que reportam, os historiadores e por fim os poetas” (Arendt, 2016c, p. 820 – grifo nosso). A pensadora não coloca o tema da *banalidade do mal* em destaque, mas sustenta sua posição que não criou teorias ou expôs ideias soltas; o que fez foi reportar fatos em um ambiente que até então não julgava hostil.

Em outros três momentos, Arendt também lançou algumas respostas às críticas que vinha sofrendo no seio da controvérsia. Durante um simpósio na *Jewish World*, em junho de 1963, fala que foi postumamente transcrita no texto intitulado *A destruição de seis milhões* (Arendt, 2016b). Em segundo lugar, *Respostas às perguntas de Samuel Grafton*, de 1963 (Arendt, 2016d). E, em terceiro, a publicação das cartas trocadas com seu amigo Gershom Scholem em 1963 (Arendt, 2016a). Esse conjunto de texto, somado a seção *Nota ao leitor* e *Pós-escrito* da segunda edição de *Eichmann*, constituem o estrato mais significativo para averiguação da compreensão e resposta de Arendt à controvérsia.

Com base nessas respostas e na bibliografia especializada, podemos sinalizar três críticas que Arendt sofreu e se empenhou em responder: a) o direito de julgar, correlacionado às passagens sobre os Conselhos Judaicos; b) a imagem feita de Adolf Eichmann; c) o termo *banalidade do mal*. Importante ressaltarmos que essa divisão é unicamente analítica, pois dentro da controvérsia e do próprio livro estavam entrelaçadas.

Arendt adentrou no debate sobre direito e incapacidade de julgar. Tal discussão nunca foi um tabu para a pensadora, que vinha desde a década de 1940 empenhada na discussão sobre as condições de julgamento e punição dos crimes nazistas. Exemplificando essa passagem, a pensadora escreveu a Jaspers, em 1946, que

Uma coisa é certa: devemos combater todos os esforços para mitificar o horrível e, na medida em que não posso evitar tais formulações, não compreendi o que, de facto, se passava. Talvez o que se esconde por detrás de tudo isso seja o facto de os seres humanos não terem morto outros seres humanos por razões humanas, mas de ter sido feita uma tentativa organizada para erradicar o conceito de ser humano (Arendt; Jaspers, 1992 [carta nº 50 de 17 de dezembro de 1946]).

A pensadora, ao constatar a ruptura com o arcabouço teórico-conceitual da filosofia ocidental, o qual ela denomina de tradição, contribuiu com a teoria de que tais crimes desafiam a

possibilidade de julgamento humano, pois seus atos explodiram os parâmetros das instituições legais. Em outro momento, Jaspers havia chamado a atenção de Arendt para o fato de que

uma culpabilidade que ultrapassa qualquer culpabilidade criminal adquire um toque de grandeza – de grandeza satânica – que, [...], é tão inapropriada, no que diz respeito aos nazis [...]. Parece-me que nos é necessário considerar todas as coisas na sua banalidade completa, na sua trivialidade prosaica, porque é isso que as distingue (Arendt; Jaspers, 1992 [carta nº 50 de 19 de outubro de 1946]).

A mistificação ou elevação dos crimes nazistas à categoria demoníaca acarretaria na impossibilidade de julgá-los, o que não poderia ser admitido pela filosofia de Jaspers. Portanto, ele propõe a Arendt que o caminho seria compreender e julgar os crimes em sua *banalidade completa*, não no sentido trivial como muitos podem pensar, mas na ótica de ações sem grande profundidade filosófica, espiritual, histórica ou demoníaca. Interessante como o posicionamento de Jaspers influenciará a decisão de Arendt, quase 17 anos depois, no processo de cunhar o termo *banalidade do mal*.

Desse modo, Arendt (1999) emitiu juízos sobre os crimes nazistas, as ações de Eichmann e a participação dos Conselhos Judaicos. Afirmou que estava tocando nesses pontos em seu relato unicamente porque surgiram durante o julgamento. Com relação aos Conselhos, enumerou os estágios do plano de assassinato em massa: I) os judeus foram separados por leis e marcas, e logo então concentrados em guetos; II) depois foram deportados ou “realocados” em campos de concentração; III) até serem enviados para os Campos de Extermínio (Arendt, 1999). Em paralelo, sinalizou o comportamento dos Conselhos Judaicos durante os estágios de deportação, considerando como *decisões erradas* que levaram a que a se tornassem *ferramentas* da destruição do seu próprio povo.

Ponto crítico foi a menção feita a Leo Baeck, o principal representante do povo judeu durante o período nazista, chamando-o de “Führer judeu” (May, 1988, p. 94; Watson, 2001, p. 81). Tal julgamento causou grande revolta, pois muitos tinham devoção por Baeck e outros acharam a condenação de Arendt como ignorante das condições reais em que os judeus enfrentaram nas últimas fases do domínio nazista². Frisamos que Arendt retirou essa menção na segunda edição do seu livro, sem qualquer comentário público ou privado.

² Os juízos emitidos por Arendt sobre os Conselhos Judaicos, seus integrantes e o povo judeu no geral não adentram o período da “Solução Final”.

Os sionistas receberam tais juízos como uma difamação e negação das condições históricas que as vítimas estavam envolvidas. Siegfried Moses, antigo conhecido de Arendt em Berlim, tesoureiro de Israel, publicou uma “declaração de guerra” contra Arendt (Courtine-Dénamy, 1994, p. 103). As sinagogas e os rabinos de Israel, da Europa Central e dos EUA receberam a declaração. Logo em seguida, a *Anti-Defamation League*, fundada em 1913 para lutar contra o anti-semitismo, emitiu uma circular com o esboço de *Eichmann*, um resumo superficial de seus pontos mais controversos, uma cópia em inglês da Declaração do Conselho de Judeus da Alemanha e um artigo do *Jewish Floridian* (Young-Bruehl, 1997, p. 311; ADLER, 2007, p. 467). Todo esse movimento pressionou Arendt para calar-se e recolher seus “juízos”. Em particular, desabafou com Jaspers que “sem o pressentir, toquei em uma parte não superada do passado judaico: em toda parte, principalmente em Israel, encontramos ainda ex-membros dos conselhos judaicos nos postos mais elevados” (Arendt; Jaspers, 1992 [carta nº 331 de 20 de julho de 1963]). Assim, concluía que a crítica por parte das autoridades sobre seus juízos era em decorrência de ainda haver conselheiros em cargos elevados.

51

De acordo com suas biografias, a pensadora suportou bem as críticas advindas de Israel e da comunidade judaica. Entretanto, foram os rompimentos de amizades antigas que abalaram. Amizades como de Kurt Blumenfeld, Hans Jonas e Gershom Scholem foram abaladas (May, 1988). Dessas, Kurt Blumenfeld não reestabeleceu contato, Hans Jonas demorou quase 10 anos para retornar e Scholem se afastou da “tribo” de amigos permanentemente.

O caso de Scholem é significativo para compreender a censura sobre o direito de “julgar”. Amizade que surgiu em decorrência de Walter Benjamin, um amigo em comum, persistiu por muitos anos com admiração mútua. Durante a controvérsia, as cartas de Scholem foram as únicas que Arendt não se esquivou. Scholem argumentava que “passou-se um tempo insuficiente para que sua geração desenvolvesse uma necessária visão em perspectiva ou mesmo objetiva para julgar ações ocorridas em meio à catástrofe do Holocausto” (Watson, 2001, p. 81). Na perspectiva de Scholem, os sobreviventes e os seus descendentes ainda não tinham um afastamento temporal suficiente para emitir juízos claros sobre o tema.

Tanto é que o sobrevivente e professor Wladimir Rabi, em um artigo na *Nouveaux Cahiers*, questionou Arendt “que sentido dar a tudo isso, senão a vontade de alcançar um desprendimento

supremo, enquanto, para nós, Auschwitz é o indizível?” (Coutine-Dénamy, 1994, p. 110). Heberlein (2021, p. 150) questiona se “será que não é imoral, até desumano e insensível, censurar as vítimas – como Hannah fez?” Noutras palavras, como julgar o que permanece sendo indizível para muitas vítimas? Se permanecermos dentro dessa única questão, as acusações de arrogância por emitir juízos, por “censurar as vítimas” tomam coro. Contudo, devemos ressaltar que Arendt não almejava censurar com sua narrativa, tanto que para ela a função política do contador de histórias é ensinar a aceitar as coisas como elas são.

Um passado que não passou, esse era também a opinião da pensadora que citava as palavras de Faulkner, “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado” (Arendt, 2016e, p. 37). Contudo, isso é diferente de afirmar que é *indizível* ou *superado*. Para a pensadora, justamente devido o acontecimento ainda ferir as vidas dos envolvidos que o ato de narrar se faz necessário. Não concebia o passado como algo a ser superado, mas como algo a ser compreendido e dotado de sentido por meio da narrativa que inevitavelmente passava pela atividade do julgar.

Destarte, Arendt (2016a, p. 760) respondeu a Scholem que “eu acredito realmente que só podemos nos acertar com este passado se começarmos a julgar e a ser francos com relação a ele”. Ao passo, acrescentou com sarcasmo no pós-escrito da segunda edição que “começou a discutir se [...] alguém que não estava presente tem o direito de ‘julgar’ o passado” (Arendt, 1999, p. 308). Desse modo, a pensadora sinaliza e rebate as críticas afirmando que não existe uma distância temporal que valide o julgamento do historiador e nem um distanciamento do caso. Portanto, na perspectiva arendtiana, todo contador de história inevitavelmente julga o passado e, tal ato, confirma no mundo o grande valor da narrativa.

Sendo assim, Young-Bruehl (1997, p. 334) expôs de forma majestosa a questão ao indicar que “os fatos [para Arendt], não importa se aterrorizantes, devem ser preservados não ‘para que não os esqueçamos’, mas de modo que possamos julgar. A preservação e o julgamento não justificam o passado, mas revelam seu significado”. É nessa busca do significado dos atos, dos fragmentos do passado cristalizado, que os homens conquistam tudo o que lhes é possível, pois olham para os males passados e, assim, percebem que são privilegiados com a possibilidade de julgar.

Portanto, Arendt, ao emitir juízos em *Eichmann*, o qual também pode ser visto como um *ensaio biográfico*, examina a vida de um sujeito na perspectiva de seus detalhes. Uma escrita da história calcada no privilégio de julgar que pode ressaltar as mudanças e as continuidades, sem cair na armadilha de *explicar* o final.

O segundo ponto de maior envergadura dentro da controvérsia foi a imagem de Adolf Eichmann. Passagens como: “Ele [Eichmann] se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam” (Arendt, 1999, p. 37) e “[ele] não era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de ‘se provar um vilão’” (Arendt, 1999, p. 310) geraram grande repercussão. Foram interpretadas como ausência de responsabilidade e, principalmente, suavização dos atos criminosos.

Dentro da tradição ocidental, o homem mau e os atos maus não eram concebíveis indissociavelmente. Ambos estavam ligados entre si e assentados em um coeficiente demoníaco. Quando Arendt (1999) indicou que Eichmann não era um mentiroso compulsivo, não almejava o mal que suas ações causavam e não era um demônio, rompeu-se com uma concepção forte dentro da comunidade judaica. Era inconcebível um nazista que não fosse demoníaco. Tal rompimento levantava uma questão até então indiscutida: a possível disparidade entre ação e agente, entre atos maus e intenções más.

Arendt então se empenhou no *pós-escrito* e em trechos da *A Vida do espírito* em elucidar sua reflexão. Arendt (2017, p. 18) frisou que “os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava em julgamento – era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso”. O que a pensadora evidenciava no fundo é que crimes que podemos julgar demoníacos – mesmo correndo o risco de colocarmos em uma instância que seja incapaz de julgar – foram perpetrados por homens banais sem um caráter demoníaco.

Alongando o panorama das respostas de Arendt, ela emitiu o juízo que “ele não era burro. Foi pura **irreflexão** – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época” (Arendt, 1999, p. 311 grifo nosso). Novamente, ela voltou a frisar a situação, indicando que “[...] a única característica notória que se podia perceber [...] não

era estupidez, mas **irreflexão**” (Arendt, 2017 grifo nosso). Na distinção entre crime e criminoso, a pensadora observou que a irreflexão era o principal vetor para tal acontecimento.

Podemos então considerar a formação de um estrato de experiência inquietante que seria a pergunta: o que fez esse homem parar de pensar? Se assim considerarmos, é possível apontar que um horizonte de expectativa se abriu a partir desse estrato, o qual impelia a pensadora a compreender a atividade do pensar, querer e julgar. Tanto que comentou a Scholem que “Eichmann pode muito bem permanecer o modelo concreto do que eu tenho a dizer” (Arendt, 2016a, p. 763). O que tinha a dizer pode ser evidenciado na síntese de “provar que, sem ter sido os monstros sádicos e verdugos inveterados, a grande maioria dos que realizaram o nazismo partilhou desse *banal* – pois que muito difundido, e muitas vezes aceita como anódino –, a condição de renúncia ao julgamento pessoal” (Kristeva, 2002, p. 139 grifo da autora)³. Julgou Eichmann como alguém que se absteve de pensar e julgar os seus atos e seu contexto.

Diante do fato da ausência de reflexão e julgamento, da distinção entre crime e criminoso, Arendt seguiu sua premissa de *pensar sem corrimão* e passou a se empenhar na busca de uma nova categoria que auxiliasse na compreensão daquele fato que estava *escancarado* em Eichmann. Com isso, entramos no terceiro tópico.

Partindo do que julgava ser um dado factual, ela fez o que Zumthor (2012, p. 106) propõe, “em vez de deduzir, do objeto com o qual se confronta, possíveis consequências, ela [a imaginação] o faz trabalhar”. Ao passo que, concordando com Zumthor (2012, p. 97) “o passado se oferece a nós como uma mina de metáforas com a ajuda das quais, indefinidamente, nós nos dizemos. Por que não confessá-lo e fazer dessa confissão um ponto de partida?” Arendt viu como necessário realizar a confissão do que estava observando. Em conjunto, se fazia necessário, devido a ruptura com a tradição, pensar novas categorias. Assim, resgatando e transformando experiências passadas,

³ Primo Levi (1988), já em 1947, havia testemunhado esse estranhamento. Retratou a imagem de seus algozes como “sem rosto, e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que me é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, *não se possa ler o menor pensamento*” (Levi, 1988, p. 132 grifo nosso). Em outra passagem, afirmou que “teríamos esperado algo mais apocalíptico, mas eles *parecem simples guardas*. Isso deixava-nos desconcertados, desarmados” (Levi, 1988, p. 21 grifo nosso). Sujeitos que aparentemente não eram demoníacos, mas os quais não podia se encontrar o pensamento. Certamente que o testemunho de Levi não deve ser usado para representar todos os nazis. Citamos com o intuito de indicar que o estranhamento arendtiano possui lastro em outros autores e sobreviventes.

principalmente aquelas alinhadas com Jaspers e com seus estudos envolvendo Kant, Arendt propôs o termo *banalidade do mal*.

A opção de criar uma nova categoria ou conceito carrega um risco intrínseco. Paul Zumthor, ao fazer um balanço sobre essa situação, comentou que o risco existe, uma vez que toda teorização pode quebrar o objeto que se destina. “Mas em tudo há riscos. As prudências somente vão jogar no prévio, na coleta de informações” (Zumthor, 2012, p. 106). Arendt estava ciente disso, tanto que se arrisca a propor uma nova categoria. O que não calculou foi o lastro emocional que isso teria na vida de seus leitores e comunidade judaica em geral.

Quando Arendt apresentou o termo, muitos discursos foram feitos. Alguns disseram que a pensadora: a) estava fazendo uma teoria sobre o mal às custas de um evento traumático; b) visava diminuir os crimes nazistas com eufemismos; c) estava expressando o *ódio de si* por ser judia; d) considerava que os sofrimentos dos sobreviventes do Holocausto eram banais e irrelevantes (Rosehill, 2022). Tratava-se de um conjunto de desinformação e superinterpretação que proliferava, principalmente, entre aqueles que somente *ouviram falar*.

55

De modo geral, desabafou sucintamente que “a razão pela qual aqueles que leem ‘banalidade do mal’ poderiam saltar à conclusão de que ‘seus sofrimentos são banais’ está além da minha compreensão” (Arendt, 2016d, p. 774). Assim como afirmou que “este livro, portanto, não trata da história do maior desastre que se abateu sobre o povo judeu, nem é um relato sobre o totalitarismo, [...], nem é, por fim e sobretudo, um tratado teórico sobre a natureza do mal” (Arendt, 1999, p. 308-309). A pensadora insistiu na dimensão factual da *banalidade do mal*, evidenciando que o termo visava apenas relatar e dar significado a um dado factual.

Entretanto, Arendt não evitou as perguntas envolvendo o termo feitas por Scholem que a questionou: que tipo de mal é esse que pode ser banal? A partir dessa crítica, Arendt (2016a) frisou que não considerava todo mal banal e que muitos nazistas estavam à beira da perversão e bestialidade, mas, no caso de Eichmann, a atitude que inquietava era de *Pôncio Pilatos*. Nas palavras da própria Arendt (1999, p. 310 grifo nosso), “ele **simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo**”. Essa falta de reflexão e responsabilidade sobre seus próprios atos foi o que impeliu Arendt a abrir mão do conceito de *mal radical*. Comentou que “eu de fato penso atualmente

que o mal nunca é ‘radical’, que ele é apenas extremo e não possui profundidade nem qualquer dimensão demoníaca” (Arendt, 2016e, p. 763).

Foi essa ausência de profundidade e enraizamento em motivos maléficos e demoníacos que encarou factualmente a pensadora durante o julgamento. Nessa linha, Arendt concluiu que o mal que estava observando era um fenômeno de superfície extremo, sem ser radical. Assim, ele contrasta com a noção geral de que no mal há algo de demoníaco e grandioso.

Arendt (2016d, p. 776 grifo nosso) considerou que “o mal não é **radical**, não vai à raiz, não tem profundidade e é precisamente por esta razão que é tão terrivelmente difícil pensar a respeito dele, uma vez que o pensar, por definição, pretende alcançar as raízes”. Se o pensar leva às raízes, a *banalidade do mal* é o esvaziamento do pensamento, ou seja, a irreflexão. Heberlein (2021, p. 149) indicou que “Não é o mal em si que é banal, senão os motivos por trás do mau ato”. Quais os motivos? Seguir as ordens de seus superiores e buscar uma ascensão na carreira? Motivos que não julgamos como criminosos. Contudo, tais motivos banais e corriqueiros, ao se ligarem a um sujeito superficial, possibilitam a irreflexão, que somado a um contexto de violência-extrema, levaram a tratar a *solução final* como um trabalho burocrático. Assim, a pensadora julgou que Eichmann “não era burro. Foi pura irreflexão que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época” (Arendt, 1999, p. 311).

Ao passo que, Courtine-Dénamy (1994, p. 108) considerou o “último avatar dessa ausência de pensamento: a ausência de responsabilidade. O mal extremo de que fala Arendt é mais radical do que o mal radical kantiano, na medida em que ‘não tem raízes na interioridade do indivíduo’”. A falta ou esgarçamento das raízes na humanidade é um dos componentes principais da irreflexão produtora da *banalidade do mal*. Como ele ocorre com a ausência do pensar, teoricamente, ele poderia ser prevenido por meio do diálogo e do pensar.

Assim, a pensadora respondeu a Sholem que

Ele [o mal] pode proliferar e devastar o mundo inteiro precisamente porque ele se espalha como fungo sobre a superfície. Ele desafia o pensamento, como eu disse, porque o pensamento procura alcançar alguma profundidade, ir à raízes, e, no momento em que lida com o mal, ele se frustra porque não há nada. Isto é “banalidade”. Apenas o bem tem profundidade e pode ser radical (Arendt, 2016a, p. 763).

Como um fungo que se espalha na superfície, a *banalidade do mal* pode se desenvolver em sujeitos superficiais. Arendt estabelece uma antítese não apenas com o *mal radical*, mas também

com a faculdade do pensar. A antítese da *banalidade do mal* é a profundidade do pensamento. Com isso, a pensadora evidencia que “essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos – talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a **lição** que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém” (Arendt, 1999, p. 311 grifo nosso). Em outro momento, afirmou que “**a lição** que este longo curso de maldade humana nos ensinou — a lição da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos” (Arendt, 1999, p. 274 grifo nosso). Cristaliza-se em Arendt um estrato de experiência que será significativo até o final de sua vida, a *banalidade do mal* não enquanto *mal radical*, teoria ou explicação, mas como um dado factual.

A lição que Arendt frisa aos seus leitores é que o nazismo tornou possível que grandes crimes fossem cometidos por homens superficiais. Sua irrupção e perpetração se desenrolam quando o pensar e o julgar estão corroídos. Simultaneamente, pincelou sua expectativa e suspeita do que poderia ser feito para combater tal fenômeno.

A antítese da *banalidade do mal* seriam as atividades do pensar, lembrar e julgar. Almejava-se tal proposição, pois, para Arendt, “aquele que fala as coisas que são sempre conta uma história e, nessa história, os fatos particulares perdem sua contingência ao adquirir significado humano” (Lafer, 2018, p. 99). Por sua vez, a linguagem para a pensadora “constitui o repertório da experiência humana. O nomear das coisas, a criação de palavras, é a forma de apropriação e desalienação do mundo, ao qual todos chegamos, pelo nascimento, como novatos e estrangeiros” (Lafer, 2018a, p. 88). Assim, o relato de *Eichmann em Jerusalém* fala das pessoas no mundo, e não dos mundos nas pessoas, mantendo sua adesão teórica de distinção entre público e privado, mas sobretudo ressaltando que o pensar e o julgar são movidos por ações públicas.

4. Considerações finais

Podemos enumerar sete estratos que constituem a fonte. O primeiro refere-se aos motivos que levaram a pensadora a cobrir o julgamento, revelando o desejo de aprofundar inquietações sobre o mal, já despertadas em *Origens do totalitarismo*, e dar sentido ao próprio passado. Motivada pelo dever de memória e responsabilidade, visava uma cura *a posteriori*, pois compreendia que pensar e narrar poderiam dotar de sentido os fragmentos da experiência vivida. O segundo estrato trata do triângulo de comunicações com Jaspers, Blumenfeld e Blücher, que lhe

permitiu acompanhar notícias da Alemanha, Israel e EUA. No terceiro, destaca-se a ênfase na oralidade e seu poder de transformar o vivido em narrado como chave no processo de julgar.

O quarto estrato aborda a reconsideração da tese dos poços de esquecimento: diante das testemunhas, Arendt afirmou que, enquanto houver sobreviventes capazes de narrar, tais buracos não existirão. O quinto refere-se ao método de construção do livro *Eichmann em Jerusalém*, concebido como exercício de pensamento que, além de relatar, buscava captar experiências e instigar a atividade de pensar e julgar.

A sexta camada corresponde à grande controvérsia pública, envolvendo críticas sobre: a) o direito de julgar, especialmente nos trechos sobre os Conselhos Judaicos; b) a imagem de Eichmann; c) o termo banalidade do mal. Arendt defendia a narrativa como forma de compreender o passado e julgá-lo, distinguindo crime e criminoso e mostrando que crimes demoníacos podiam ser cometidos por homens banais. Eichmann foi julgado como alguém que se absteve de pensar e julgar seus atos, o que gerou um desenraizamento e a banalidade do mal.

Por fim, o sétimo estrato reúne essas críticas e orienta a fase final de sua obra. Entre 1963 e 1975, Arendt investigou o mal, concluindo que a banalidade do mal consiste na irrupção de crimes demoníacos praticados por sujeitos que se abstêm de pensar e julgar.

58

Referências

ADLER, Laure. **Nos passos de Hannah Arendt**. Tradução de Tatiana Salem Levy e Marcelo Jacques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARENDT, Hannah. A Controvérsia Eichmann. Uma carta a Gershom Scholem. In: ARENDT, Hannah. **Escritos judaicos**. Tradução de Laura Degaspere Monte Mascaró, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. São Paulo: Amarilys, 2016a, p. 755-764 [original de 1963].

ARENDT, Hannah. A destruição de seis milhões: um simpósio da Jewish World. In: ARENDT, Hannah. **Escritos judaicos**. Tradução de Laura Degaspere Monte Mascaró, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. São Paulo: Amarilys, 2016b, p. 791-798 [original de 1964].

ARENDT, Hannah. **A Vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Tradução de Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 [escrito em 1975 e publicado em 1978].

ARENDT, Hannah. **Carta a Thompson, Fundação Rockfeller**. Library of Congress: Collections Hannah Arendt Papers, 20 de dezembro de 1960. Disponível em:

<https://www.loc.gov/collections/hannah-arendt-papers/about-this-collection/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2025.

ARENDT, Hannah. **Carta ao Vassar College**. Library of Congress: Collections Hannah Arendt Papers, 2 de janeiro de 1961. Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/hannah-arendt-papers/about-this-collection/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2025.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. “O formidável doutor Robinson: uma resposta de Hannah Arendt. In: ARENDT, Hannah. **Escritos judaicos**. Tradução de Laura D. M. Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. São Paulo: Amarilys, 2016c, p. 799-820 [original de 1966].

ARENDT, Hannah. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016e, p. 28-42 [publicado em 1961].

ARENDT, Hannah. Respostas às perguntas de Samuel Grafton. In: ARENDT, Hannah. **Escritos judaicos**. Tradução de Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. São Paulo: Amarilys, 2016d, p. 765-781 [original de 1963].

59

ARENDT, Hannah.; BLÜCHER, Heinrich. **Within four walls**: the correspondence between Hannah Arendt and Heinrich Blücher, 1936-1968. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2000.

ARENDT, Hannah.; JASPERS, Karl. **Hannah Arendt and Karl Jaspers – Correspondence 1929-1969**. New York: Martin Books, 1992.

COURTINE-DÉNAMY, Sylvie. **Hannah Arendt**. Tradução de Ludovina Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

HEBERLEIN, Ann. **Arendt**: entre o amor e o mal. Tradução de Kristin Lie Garrubo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Ed. EDUERJ. Ed. Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KRISTEVA, Julia. **O gênio feminino**: a vida, a loucura, as palavras. Tomo I Hannah Arendt. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt**: pensamento, persuasão e poder. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MAY, Derwent. **Hannah Arendt**: a notável pensadora que lançou uma nova luz sobre as crises do século XX. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial, 1988.

ROSEHILL, Samantha. **Hannah Arendt**. 1. ed. Tradução de Juliana Albuquerque. São Paulo: Contracorrente, 2022.

WATSON, David. **Hannah Arendt**. Tradução de Luiz Antônio Aguiar e Marisa Sobral. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por amor ao mundo**: a vida e a obra de Hannah Arendt. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2012.

60

Artigos Livres

Recebido em: 15 abr. 2025.

Aprovado em: 12 ago. 2025.

ARTIGOS LIVRES

Uma reação conservadora no campo intelectual: a Fundação da Promoção Social (FPS) e o Recife da década de 1960

A conservative reaction on the intellectual field: the Fundação da Promoção Social (FPS) in the 1960's Recife

Luiz Felipe Batista Genú (felipe genu@hotmail.com)

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE)

Resumo

O presente artigo se debruça sobre a participação de intelectuais nas disputas políticas do Pernambuco da década de 1960. Nosso enfoque se ajusta sobre as reações do campo conservador à implementação do Movimento de Cultura Popular (MCP), em maio de 1960. Projeto educacional e cultural de grande monta lançado pela gestão do prefeito Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular reorganizou o sistema educacional da capital pernambucana além de redefinir as bases de sua política cultural. Mergulhamos no processo de concepção e lançamento de um projeto similar ao MCP, embora norteado por concepções educacionais e culturais opostas: a Fundação da Promoção Social (FPS). Investigamos sua trajetória desde as primeiras formas que a FPS assumiu, até chegar ao seu formato final e o estabelecimento de contatos com instituições similares de outros estados. Utilizamos como referenciais documentais jornais e escritos de governo da época. Esse material é analisado, como indicado no título do artigo, a partir da teoria dos campos, do sociólogo Pierre Bourdieu.

61

Palavras-chave: Cid Sampaio; Fundação da Promoção Social; Miguel Arraes; Movimento de Cultura Popular;

Abstract

This article focuses on the participation of intellectuals in the political disputes in Pernambuco in the 1960s. Our focus is on the reactions of the conservative camp to the implementation of the Movimento de Cultura Popular (MCP), in May 1960. A major educational and cultural project launched by the administration of mayor Miguel Arraes, the Movimento de Cultura Popular reorganized the educational system of the Pernambuco's capital in addition to redefining the bases of its cultural policy. We delve into the process of designing and launching a project similar to the MCP, although guided by opposing educational and cultural concepts: the Fundação da Promoção Social (FPS). We investigated its trajectory since the first forms that the FPS took, until reaching its final format and establishing contacts with similar institutions in other states. Newspapers and

government documents were used as documentary references. This material is analyzed, as indicated in the article's title, based on the theory of fields, by sociologist Pierre Bourdieu.

Key words: Cid Sampaio; Fundação da Promoção Social; Miguel Arraes; Movimento de Cultura Popular;

Introdução

O objetivo principal das páginas que se seguem é contribuir para a construção de uma história política dos intelectuais durante a década de 1960. Nesse intuito, optamos por narrar o momento de estabelecimento da Fundação da Promoção Social (FPS), entidade assistencialista criada pelo governo do Estado de Pernambuco em 1961, durante a gestão de Cid Sampaio, e cujo objetivo era fazer frente às iniciativas do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pelas forças de esquerda que serviam de base à gestão do prefeito Miguel Arraes – à época, maior rival político do governador do estado. Os documentos analisados e que nos permitiram narrar uma parte da história da FPS consistiram, sobretudo, de artigos publicados na imprensa da época e impressos oficiais do governo.

O uso da expressão “campo intelectual” em nosso título antecipa um dos referenciais teóricos nos quais alicerçamos o trabalho: a teoria dos campos sociais do sociólogo Pierre Bourdieu. Por se tratar de uma teoria que propõe enxergar a sociedade como composta por vários microcosmos sociais – os tais campos – tendencialmente autônomos e dotados de estruturas próprias e análogas, consideramos essa teoria uma ferramenta conceitual profícua para a análise do papel dos intelectuais nas disputas políticas em Pernambuco no período considerado. Tal fato se dá porque esse balizamento conceitual nos permite divisar quem são e como atuam os intelectuais, quais são as configurações do campo intelectual a cada momento, bem como os dispositivos de legitimação interna ao campo.

Outra vantagem proporcionada pela teoria dos campos é, ao mergulharmos nas relações internas do campo intelectual, nunca perdermos de vista o movimento dos outros campos sociais, como o político ou o econômico, e as zonas de contatos entre esses campos, uma vez que o pressuposto elementar dessa teoria é o de que todos os campos não são totalmente autônomos. Pelo contrário, quando percebidos como situados no mesmo espaço societal, vemos sobressair as

relações de graus diversos que mantêm entre si. Podemos, então, simultaneamente, isolar as forças e os movimentos em seus campos específicos de produção enquanto somos capazes de enxergar todo o sistema de campos se movendo em conjunto.

A opção pela trajetória da FPS é justificada pela tentativa de invertermos o foco narrativo: em geral, a historiografia que trata do tema costuma narrá-lo a partir da perspectiva do MCP e conferir à FPS um papel secundário e superficial nas disputas que se desenrolaram no campo intelectual. Dessa maneira, embora a narrativa do presente artigo se inicie pelo Movimento de Cultura Popular, ela o faz unicamente por razões cronológicas: foi preciso surgir o MCP para que a FPS fosse pensada enquanto uma resposta.

As forças populares e o Movimento de Cultura Popular (maio, 1960)

Em maio de 1960, o prefeito do Recife, Miguel Arraes, anunciou o lançamento de um novo projeto de sua administração: o Movimento de Cultura Popular (MCP). O MCP consistia em uma sociedade civil de finalidade educativa e cultural, criada para planejar e gerir a política cultural e educacional da capital a partir de uma concepção de cultura popular enquanto um instrumento de educação e politização – à época chamada de “conscientização” – da população. Segundo seu estatuto, o movimento era uma resposta do “prefeito Miguel Arraes, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria” (Estatuto do MCP, 1960, p. 1).

Principalmente no seu início, o movimento empolgou e atraiu muitos intelectuais importantes da época, de projeção local ou nacional. Com base nos nomes e profissões que constam nos estatutos do MCP como sócios-fundadores, podemos visualizar a variedade de profissões de onde provinham os intelectuais do movimento: um total de 19 áreas de formação ou ocupações diferentes, mais os estudantes. Os números são importantes, mas, quando tratamos de intelectuais, os nomes são o real parâmetro por nos permitirem entender a posição que ocupavam no campo e o capital simbólico que agregavam ao MCP. Nesse quesito, aparecem alguns nomes importantes. O grupo de maior destaque dos signatários incluiu Abelardo da Hora¹, Ariano Suassuna², Hermilo

¹ Artista plástico e escultor.

² Teatrólogo e professor universitário.

Borba Filho³, Francisco Brennand⁴ e Graça Mello⁵. Outros nomes surgiram ou ganharam projeção a partir da participação no MCP, como Paulo Freire⁶.

Na prática, o MCP assume o lugar de uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura e passa a planejar e executar as políticas voltadas para essas áreas. O movimento esteve à frente das mais variadas atividades: da criação de escolas e programas de alfabetização para crianças, jovens e adultos, à promoção de cursos profissionalizantes. Assumiu a administração dos teatros da cidade e realizou a construção das praças de cultura – espaços pensados para o lazer e a instrução. Também promoveu publicações, festivais de teatro e cinema e reorganizou o circuito de festas populares da cidade, sempre dando destaque à concepção de cultura popular dos intelectuais que estavam a frente do movimento.

Enfatizando nosso olhar sobre a parte educacional, os objetivos elencados pelos fundadores do MCP deixam claro que viam o processo educacional como um meio de promover o “desenvolvimento pleno de todas as virtualidades do ser humano” (COELHO, 2012). Dentro dessa concepção, era basilar que os educandos desenvolvessem uma consciência de si e de seus pares, enquanto cidadãos dotados de plenos direitos e de capacidade de intervenção na estrutura social, uma vez que a finalidade do processo era a construção de uma nova ordem social. Essa abordagem permeava todas as iniciativas educacionais do movimento, tanto a educação de crianças quanto a de adultos.

Dessa maneira, a ideia de cultura popular propagada pelo MCP partia de um pressuposto em que educação e cultura são compreendidas como um fator de intervenção na realidade social, sendo o intelectual mcpista o agente provocador da mudança. Muitos, inclusive, vão associar essa mudança a uma revolução, conceito muito popular na época.

Em suma, o MCP, a partir de 1960, se coloca enquanto uma instituição composta por intelectuais cuja afinidade política estava mais à esquerda e que passa a elaborar planos para a gestão de Miguel Arraes com o objetivo declarado de modificar a estrutura social vigente. E, ao menos de início, recebeu amplo apoio em Pernambuco e outros estados onde foi divulgado. O MCP

³ Teatrólogo.

⁴ Escultor.

⁵ Ator e diretor de teatro.

⁶ Educador.

serviu ainda como referencial para a criação dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (Genú, 2019).

O campo conservador se organiza: o Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) (agosto, 1960)

Desde 1958, o engenheiro Cid Sampaio era o governador de Pernambuco. Filho da oligarquia usineira, membro da União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora, Cid fora eleito em 1958 graças a uma coligação partidária bastante incomum com a Frente do Recife: uma aliança partidária identificada com ideias progressistas e de esquerda. Além da UDN, o apoiaram oficialmente o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Trabalhista (PST). Extraoficialmente, sabia-se na Veneza Brasileira⁷, que o Partido Comunista, posto na ilegalidade em 1947, também se comprometera em eleger Cid. O sociólogo José Arlindo Soares credita essa aliança a um alinhamento de objetivos conjunturais: derrotar as oligarquias políticas mais tradicionais, ligadas ao latifúndio – que, em Pernambuco, estavam agrupadas no Partido Social Democrático (PSD) – e instituir um governo voltado à implantação de políticas de cunho desenvolvimentista (Soares, 1982). Naquele momento, Cid Sampaio era a principal liderança de uma burguesia urbana, conservadora, porém interessada em uma modernização dentro dos marcos do capitalismo liberal e que não afetasse de forma profunda a estrutura social vigente. O foco dessa modernização conservadora de Pernambuco recaía na busca pela industrialização do estado e, nesse projeto, buscava-se uma forma de educar capaz de formar trabalhadores mais eficientes. A imprensa da época costuma se referir a esses grupos como “classes produtoras”.

Eleito Cid, a aliança com os outros partidos da Frente se tornou gradativamente incômoda, afinal, a UDN de Cid Sampaio ainda representava forças políticas conservadoras, cujo projeto desenvolvimentista estava longe de ser o mesmo das forças populares. Nesse sentido, os anos de 1960 e 1961 foram de afastamento entre a UDN e o restante dos partidos da base de apoio eleitoral. Esse processo de afastamento culminou, em janeiro de 1962, em uma carta aberta do Partido Comunista que comunicava a ruptura oficial da aliança com a UDN (Soares, 1982).

⁷ Por conta dos seus numerosos canais e pontes, a cidade do Recife recebeu o apelido de Veneza Brasileira.

Durante o processo de ruptura política com a esquerda, o governo Cid Sampaio iniciara uma reação em face do sucesso que a iniciativa educacional da gestão municipal de Miguel Arraes vinha obtendo com o MCP. Não obstante a educação figurasse na lista de áreas prioritárias do governo estadual para 1960, a ampla adesão e visibilidade obtidos pela prefeitura municipal do Recife com o MCP – não esqueçamos de mencionar o potencial eleitoral da alfabetização de adultos – obrigaram a gestão de Sampaio a criar um projeto que apresentasse uma roupagem similar à do Movimento de Cultura Popular, porém, orientado por premissas diferentes. Enquanto o MCP era pautado pelo objetivo de fornecer uma formação humanística ampla da população, a Fundação da Promoção Social (FPS) vai apresentar em suas ações um foco na formação profissional e na assistência de saúde. Enquanto o MCP transmite a ideia de gestar cidadãos prontos para interferir e modificar a estrutura social, o enfoque da FPS recai sobre preparar profissionalmente os indivíduos para serem cidadãos funcionais e produtivos dentro da estrutura social estabelecida.

A resposta da administração de Cid Sampaio precisava ser rápida. Já no final de agosto daquele ano, o *Diário de Pernambuco* noticia a criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS), autorizado pela portaria nº 168, de 17 de agosto de 1960. Na ocasião, além do governador, estavam presentes o secretário de educação, Lourival Vilanova, o responsável pela pasta da Fazenda, Salviano Machado, e o presidente do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM)⁸, Paulo Rangel Moreira. Os dois secretários e o diretor assinaram um convênio entre suas respectivas repartições públicas, que estabelecia a criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS).

A partir desse ponto, o diretor do SSCM, Paulo Rangel Moreira, se tornaria uma figura de proa no desenvolvimento do Grupo de Trabalho da Promoção Social e, um ano depois, na criação da Fundação da Promoção Social. Sob seu olhar atento, o Grupo de Trabalho da Promoção Social se torna um departamento semi-independente, subordinado diretamente ao chefe do Serviço Social Contra o Mocambo, o que lhe permitiria ter estrutura mais flexível e adaptada a responder com mais rapidez aos desafios imbricados na sua gênese. Mas a que se propunha o Grupo de Trabalho da Promoção Social? Segundo o próprio Cid Sampaio,

[...] pretende o governo através do Grupo de Trabalho de Promoção Social, dirigido pelo próprio SSCM, ir pondo em prática essas medidas. O processo terá mais

⁸ Criado durante a gestão do governador Agamenon Magalhães, na década de 1940. Sua função era, sobre o pretexto da higiene e saúde, erradicar moradias populares construídas sem permissão do poder público, geralmente em áreas de alagados e mangues.

flexibilidade e a própria experiência indicará o caminho mais acertado para sua reestruturação. O homem, que deve ser o centro das preocupações dos administradores, mais do que em outro qualquer local, precisa ser amparado no Nordeste. [...] (Diário de Pernambuco, 1960, p. 3).

Estamos diante de uma instituição voltada para a educação, profissionalização e assistência de saúde dentro de valores fundamentados no desenvolvimento econômico e na introdução dos indivíduos no mundo do trabalho. Para tanto, o montante mensal orçado para o funcionamento do GTPS era de Cr\$ 2.200.000 de cruzeiros.

A verba disponível não tardou a ser investida: no dia 4 de setembro é noticiado que as primeiras 12 escolas do GTPS e o primeiro posto de saúde foram inaugurados pelo governador no bairro do Vasco da Gama, zona norte do Recife. Segundo foi publicado dois dias após as inaugurações, cerca de 1.440 crianças já estariam matriculadas nessas escolas. Mais eventos de inauguração de escolas, prontos-socorros e ambulatórios foram amplamente noticiados. Em um dos primeiros eventos de lançamento da Fundação, um almoço com representantes dos Centros Educativos Operários e o governador, o chefe do SSCM, Paulo Rangel Moreira, faz um discurso no qual menciona a importância de se promover uma “evolução social” no lugar de uma “revolução”. Com isso, Rangel Moreira coloca a Fundação da Promoção Social em um lugar que é oposto ao do MCP dentro do campo intelectual e político.

67

A atenção conferida por veículos importantes da imprensa local, como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, às atividades do GTPS e a necessidade de concorrer com as medidas da PMR/MCP encorajaram rapidamente a continuidade da expansão das atividades do Grupo e do seu orçamento. Já em outubro de 1960 o Serviço Social Contra o Mocambo recebeu a notícia da liberação de verbas federais no valor de Cr\$ 40.000.000, do Ministério de Viação e Obras Públicas, para o SSCM. Foi expresso pelo diretor do Serviço que parte da verba seria utilizada na expansão do programa educacional da GTPS.

Além do dinheiro, a expansão incluía um convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para fornecimento de material didático. Outro instituto, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, já havia doado material de formação para a criação de um Centro de Formação de Professoras que, segundo o diretor, seria estabelecido pelo GTPS. Tomado pela empolgação dos meses iniciais, Cid Sampaio, ladeado por Paulo Rangel Moreira, anunciou a

transformação do Grupo de Trabalho da Promoção Social em um Instituto da Promoção Social ainda em outubro.

Um fracasso e um recuo estratégico: O Instituto da Promoção Social (novembro, 1960)

Em cerca de três meses, de agosto a outubro de 1960, o GTPS, segundo os jornais, contava com 50 escolas de alfabetização, seis ambulatorios e três prontos-socorros. Estabelecera convênios com entidades voltadas para a pesquisa educacional e planejava a criação de um centro de formação de profissionais da educação. Por fim, estava em vias de se tornar um instituto, o que provavelmente significaria a expansão da sua estrutura burocrática e de pessoal.

Para além, houve o crescimento de importância na estrutura governamental. Ou seja, embora o estado, diferentemente da prefeitura do Recife, possuísse uma secretaria voltada para a educação e uma malha de escolas públicas – de níveis fundamental e técnico – é o GTPS que começa a se tornar a ponta de lança da educação no estado. Pensando em termos do campo intelectual do Recife, a partir de 1960 temos uma configuração em que surgem duas novas instituições conveniadas ao poder público com autonomia decisória, flexibilidade estrutural e acesso a verbas públicas, que concorriam no que tange à elaboração de projetos educacionais e ao recrutamento de intelectuais.

Segundo uma mensagem enviada pelo governador para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) em 28 de novembro de 1960, o plano para o ano seguinte era transformar o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social. A fundamentação para essa ação seria a obsolescência entre o SSCM, criado em 1945, e as demandas daquele presente. Modernizar era preciso, segundo afirmava o governador e seus apoiadores, e o caminho parecia passar pelo Grupo de Trabalho da Promoção Social. O primeiro artigo define da seguinte maneira o Instituto da Promoção Social:

Art. 1º - Passa a denominar-se INSTITUTO DA PROMOÇÃO SOCIAL autarquia administrativa, o atual Serviço Social Contra o Mocambo, com a finalidade de promover socialmente o homem nas áreas do Estado onde se encontrem mais densamente agravadas as condições de vida, através da organização ou reorganização de comunidades; da humanização da habitação e da vida domiciliar; da elevação do salário real da família,

pelo profícuo aproveitamento de suas virtualidades e utilização proveitosa do lazer; assistência à família e ao homem nos setores cívico-educacional e médico-sanitário.⁹

Se compararmos o artigo transcrito com seu equivalente no decreto que estabeleceu o SSCM, notamos que há diferenças na concepção das entidades, embora persista o papel do Estado enquanto organizador das comunidades. Por exemplo, em 1945, a preocupação central do SSCM era acabar com as moradias insalubres, provendo a construção de substitutas higiênicas. Ou seja, temos como premissa o higienismo, doutrina comum no início do século XX. Com a Promoção Social, o foco recai sobre a assistência social e a humanização da vida domiciliar

O arranjo legal proposto no projeto de lei que estabelecia o Instituto da Promoção Social, na prática, permitiria a conservação das verbas já destinadas ao SSCM, bem como incorporava ao novo Instituto todo o patrimônio do Serviço Social Contra o Mocambo (artigo 3º do projeto) (Diário de Pernambuco, 1960). E, claro, assegurava maior independência para a tomada de decisões em relação ao governo estadual por se tratar de uma autarquia. Transformar o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social também serviria para acabar com a reclamação feita por alguns vereadores do Recife de que já existia no estado órgãos destinados à assistência social e educação popular, o que tornava redundante a criação do GTPS, cuja criação era criticada como medida “eleitoreira” do governador (Diário de Pernambuco, 1960). Unificar SSCM e GTPS poderia amenizar essas críticas.

69

O pré-projeto, que agora era analisado pela ALEPE, indica uma reorganização de propósito, de diretorias e de departamentos que deveriam compor o novo instituto. No texto, constam como órgãos do futuro Instituto da Promoção Social: a Presidência, um Conselho Deliberativo e de Planejamento e uma Procuradoria Judicial. Embora apenas três órgãos fossem definidos no texto, o décimo artigo do projeto estabelecia que o restante da estrutura administrativa departamental seria criada de acordo com a demanda dos projetos propostos pela Presidência e aprovados pelo Conselho Deliberativo e de Planejamento.

Os preparativos para o novo Instituto corriam em paralelo à análise do projeto pela ALEPE. Um dos primeiros intelectuais recrutados para pavimentar o caminho do Instituto foi o escritor paraibano José Rafael de Menezes. Bacharel em História, Geografia e Ciências Jurídicas, José

⁹ Projeto de lei que estabelece o Instituto da Promoção Social. Grifo do original. Arquivo histórico do INEPE. Disponível em: Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep. Acesso em: 13 jan. 2024.

Rafael havia sido promotor de justiça na Paraíba e lecionava em instituições de ensino superior. Mudou-se para o Recife no final da década de 1940, onde prosseguiu sua trajetória ligada à educação e ao serviço social. No período em tela, lecionava em uma faculdade do Recife. O convite para assessorar a formação do Instituto da Promoção Social chegara nos primeiros dias do ano novo de 1961. Em uma entrevista sobre essa nova fase do GTPS, José Rafael afirmou que sua função era “supervisionar e completar a estruturação de todo um vasto plano de serviço social em que se inclui assistência médica e profissional, artística e educacional para as populações pobres do Recife” (Diário de Pernambuco, 1961, p. 8).

Retomando as discussões sobre o projeto que transformava o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social, o governo de Cid Sampaio sofre um revés: o projeto não foi aprovado. O entrave se deu na conversão do Serviço Social Contra o Mocambo em uma outra instituição com maior autonomia dos dispositivos de controle do estado, sobretudo na questão do emprego das verbas governamentais que recebia. Convencido de que a Promoção Social era “grande demais” para continuar como departamento do SSCM, o diretor do serviço, Paulo Rangel Moreira, começou a preparar um novo projeto. Na nova versão, o SSCM e o GTPS seriam separados e o segundo passaria a ser uma entidade de direito privado. O Serviço Social Contra o Mocambo permaneceria focado em sua finalidade original: os problemas habitacionais. Já o GTPS, agora independente, se tornaria uma fundação regida por seus próprios estatutos e em convênio com o governo do estado (Diário de Pernambuco, 1961, p. 5).

70

A Fundação da Promoção Social entra em campo (julho, 1961)

O período entre os meses de maio e julho de 1961 foi decisivo para a nova instituição. No dia 26 de junho, uma comissão formada por nove representantes de órgãos governamentais e instituições ligadas ao projeto da Fundação da Promoção Social compareceram à rua do Imperador Pedro II, nº 468, no bairro de Santo Antônio. Nesse endereço funcionava o cartório Pragana. Lá, no livro 743, nas folhas 157 a 165, foi elaborada uma escritura pública de constituição da Fundação. Nela, encontramos os estatutos que regulamentavam a Fundação da Promoção Social. No segundo artigo, o objetivo da FPS é definido como sendo o de “promoção social do homem e da família,

incentivando as iniciativas de auto soerguimento dos grupos e comunidades” (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1961, p. 4377).

Os objetivos detalhados mantêm a tônica do que havia sido imaginado como função do Instituto da Promoção Social, ao mesmo tempo em que ressalta as preocupações com o fomento de atividades econômicas nas comunidades carentes que possam aproveitar os potenciais de aumento de renda já presentes ali. Prevalece a ideia de melhorar as condições de vida, sem mudar radicalmente o arranjo social. Ficou estabelecido, ainda, que os Centros Educativos Operários, ambulatórios, prontos-socorros e escolas que eram mantidos pelo SSCM passariam para o patrimônio da Fundação da Promoção Social, enquanto os funcionários ficariam à disposição para compor a estrutura administrativa do instituto.

Os nove representantes presentes no cartório naquele dia eram: Carlos Frederico Maciel, representando o governo do estado de Pernambuco; Arnaldo Amorim de Lemos, representante do SSCM; Antônio Lacerda Galvão, emissário da Associação Comercial de Pernambuco; Maria de Lourdes Moraes, da Cruzada de Ação Social; do Centro das Indústrias de Pernambuco vinha Miguel Vita. Também constam os nomes de Antônio Germano Rodrigues, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; Douglas Barry Clark, da Companhia de Revenda e Colonização; Sebastião Pessoa Dantas, dos Centros Educativos Operários, e Renato Brito Bezerra de Mello, que presidia o Conselho do SSCM (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1961, p. 4377).

71

Os nomes de Miguel Vita e Renato Brito Bezerra de Mello ajudam a entender o direcionamento dado à futura fundação e revelam os grupos que se articulavam em prol de sua criação. Ambos eram filhos de grandes famílias industriais. Ambos exerceriam a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). Ambos seriam recebidos pelos generais-presidentes após o golpe de 1964 em eventos patronais na década de 1970.

No dia 23 de junho, nova reunião, agora com o governador presente, para ajustes dos estatutos. Finalmente, em 14 de julho de 1961, o governador Cid Sampaio aprovou em caráter definitivo os estatutos que transformaram o Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) em Fundação da Promoção Social. No dia seguinte, os estatutos foram publicados no diário oficial. Seu primeiro presidente foi Paulo Rangel Moreira, que pediu exoneração do Serviço Social Contra o Mocambo a fim de poder assumir a nova fundação. Para o Conselho da Fundação, foram eleitos Renato Brito Bezerra de Melo (presidente) e Carlos Frederico Maciel (vice). O amplo raio de ação

da FPS – que compreendia a área educacional, de saúde e a assistência social – resultou em uma configuração institucional que, além da Presidência e do Conselho Deliberativo, compreendia seis departamentos, que comandavam treze divisões diferentes.

Para que a FPS iniciasse suas operações, a Assembleia Legislativa de Pernambuco discutia o projeto proposto pelo deputado Nivaldo Machado, que autorizava a liberação de Cr\$ 40.000.000 para a Fundação, via Poder Executivo, no início de outubro. Nesse mesmo mês, um novo evento serviria para coroar o surgimento da Fundação da Promoção Social: a I Semana da Promoção Social, marcada para acontecer entre os dias 7 e 13 de outubro de 1961.

A I Semana da Promoção Social

O projeto da I Semana da Promoção Social foi elaborado ainda sob a marca do Serviço Social Contra o Mocambo. Ele definiu quatro objetivos básicos para o evento: orientar o professorado da Promoção Social e do SSCM sobre os problemas de alfabetização nas áreas pobres; promover a troca de experiências entre a equipe do SSCM/GTPS e o pessoal da Secretaria de Assistência Social da Guanabara; adaptar experiências bem-sucedidas para as necessidades do Recife; por fim, atrair o público universitário para a iniciativa, visando sua adesão ao trabalho voluntário. Assim, nos objetivos iniciais do projeto da Semana da Promoção Social, obtemos uma indicação das articulações que os intelectuais responsáveis pela criação da Fundação da Promoção Social procuravam estabelecer com outros grupos de intelectuais, no caso em tela, os que compunham a Secretaria de Assistência Social da Guanabara. Outra colaboração que se planejava estabelecer – explicitada no documento – era com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER).

O auditório da Faculdade Ciências Econômicas, localizada na rua do Hospício, centro do Recife, foi o palco para a cerimônia de abertura. Ali, em 7 de outubro de 1961, pontualmente às 20 horas, Cid Sampaio, acompanhado por diretores da FPS, secretários do estado e os chefes das casas Civil e Militar, discursou sobre a importância da Promoção Social. A fala do governador reforçou o papel da FPS no sentido de solucionar problemas como a pobreza e o subdesenvolvimento humano, contribuindo dessa forma para trazer as pessoas mais humildes para a “civilização”

(Diário de Pernambuco, 1961). Ao final, Cid apresentou o sociólogo José Arthur Rios, responsável pela palestra de abertura da Semana.

Articulado com setores intelectuais católicos, Rios acumulara passagens como professor em universidades dos Estados Unidos – Vanderbilt e Flórida – e exercera cargos de assessoria técnica para o governo federal e o Senado. Desde 1960 era secretário de Assuntos Sociais do Estado da Guanabara. Cabe destaque o fato de que sua atuação intelectual entre as décadas de 1950 e 1960 esteve ligada a políticos de orientação conservadora, notadamente quadros da UDN, como João Cleofas e Carlos Lacerda. Também era associado ao Instituto de Pesquisas Sociais (IPES), em que participou de um grupo de estudos encarregado de planejar uma reforma agrária capaz de contribuir para esvaziar os discursos da esquerda política (Dreyfuss, 1981, p. 241). Rios chefiava o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA). Sua vinda ao Recife fora noticiada na imprensa local, enaltecendo sua formação e atuação, o que o colocou em uma posição de bastante relevância. Para a I Semana da Promoção Social, José Artur Rios preparara uma palestra intitulada “Educação de Base e recuperação social em áreas marginais” (Diário de Pernambuco, 1961).

73

O texto da palestra não foi publicado, entretanto, um editorial do *Diário de Pernambuco* nos oferece algumas informações sobre o que especificamente foi abordado. O editorialista destaca a importância da entrega feita por Cid Sampaio de 250 casas populares no Alto do Jordão, bairro do Ibura, para moradores de palafitas. A seguir destaca a importância dos programas assistenciais de educação e saúde que serão desenvolvidos junto à população que ocupará essas casas, uma vez que não seria suficiente apenas entregar uma moradia nova, era preciso ensinar a usá-la de forma adequada, já que “se trata de migrantes das formas de moradia mais incompatíveis com a dignidade humana” (Diário de Pernambuco, 1961, p. 4). No parágrafo seguinte, temos uma pista do discurso de José Artur Rios, quando o editorialista recorre a um trecho da palestra para fundamentar seu argumento.

O sociólogo José Artur Rios, agora vindo ao Recife, a convite da F.P.S. chamou a atenção do público para esse ponto na conferência realizada no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, com a sua experiência de pesquisador entre os favelados do Rio de Janeiro. Contou o que aconteceu quando parte daquela gente foi removida da favela do Jacarezinho, para edifícios especialmente construídos. Dentro de algum tempo, as repartições internas dos apartamentos achavam-se subvertidas, pois até galinheiros

havam sido montados nas áreas de quartos e instalações sanitárias (Diário de Pernambuco, 1961, p. 4).

Considerando o trecho transcrito e o título da palestra, podemos aferir – dentro de um universo de outros tópicos – que José Artur Rios destacou a importância que a educação de base tem nas políticas de assistência social, como as de moradia, no sentido de modificar hábitos e costumes da população de baixa renda. Aparece aqui a noção – não sem alta dose de elitismo – de que é preciso civilizar as pessoas mais humildes. Entendimento que fora também destaque na fala de abertura do governador. É como se, por viverem há tanto tempo em condições sub-humanas, as pessoas assistidas pelas políticas públicas precisassem ser “humanizadas”, no sentido de aprender os comportamentos que eram socialmente desejados.

Feita a abertura, uma vasta programação ocupou a semana dos participantes, que se dividiram entre conferências e seminários. Também havia espaços reservados para grupos de discussão sobre as temáticas das conferências e horários voltados para a visita das escolas, ambulatórios e demais aparelhos administrados pela FPS. As conferências e palestras versaram sobre educação, assistência social, sanitarismo, desenvolvimento, habitação e a realidade do Nordeste.

74

Todas as atividades da semana foram pensadas dentro do objetivo de consolidar a Fundação da Promoção Social e lançar o conceito de “promoção social” enquanto caminho alternativo à “cultura popular”, da qual o MCP havia se assenhorado. Na programação do evento, encontramos ainda os nomes do sociólogo Manuel Diegues Júnior, do engenheiro Stélio de Alencar Rôxo, da professora Lúcia Marques Pinheiro e do bibliotecário Edson Nery da Fonseca. Todos tinham uma atuação de destaque nas suas áreas e ocupavam cargos de direção em instituições públicas.

Não faltaram intelectuais de relevo para abrilhantar a I Semana da Promoção Social e alavancar a nova fundação. Contudo, a conferência de encerramento roubou as atenções da cobertura jornalística do evento devido à presença de um intelectual em particular. No sábado, 13 de outubro de 1961, às 20 horas, estudantes, professores da educação básica e superior, representantes dos Conselhos Operários, jornalistas e intelectuais diversos se reuniram novamente no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas para ouvir a conferência de encerramento *Promoção Social*, emitida pelo economista, professor universitário e Secretário da Fazenda

estadual, Paulo Maciel¹⁰. Os procedimentos iniciais seguiram a prática habitual, com os integrantes da mesa convocados um a um para ocuparem o lugar de destaque. A primeira palavra, outra vez, coube ao governador, que agradeceu e passou a palavra para o presidente da mesa.

Embora fundamental para que possamos delimitar o lugar social e intelectual da FPS, a conferência de Paulo Maciel não foi o único acontecimento da noite digno de nota, ainda que a imprensa mencione que o conferencista fora capaz de arrancar “aplausos repetidos do auditório” (Diário de Pernambuco, 1961). Havia uma presença na mesa do conferencista que, em se tratando de atividades intelectuais na capital pernambucana, era de uma relevância cardinal. E isso não passou despercebido pelos fotojornalistas da época.

Na imagem a seguir, vemos uma parte dos integrantes da mesa. Atrás, um cartaz anuncia: Semana da Promoção Social. No canto esquerdo, de óculos, está Antiógenes Chaves, industrial que apoiava o governo de Cid Sampaio. Ao centro, sentado enquanto aguarda o fim do discurso do presidente da mesa, está Paulo Maciel. De pé, no canto direito, discursando, está o intelectual encarregado de presidir a mesa de encerramento e cuja presença emprestava grande prestígio ao projeto da Promoção Social: Gilberto Freyre. Além de ser reconhecido e respeitado internacionalmente, Freyre também era a principal figura ligada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPER-PE) – duas instituições empenhadas em cooperar com a Fundação da Promoção Social. Naquela noite, Freyre presidia a sessão, por isso sua fala foi breve.

75

¹⁰ Além da carreira acadêmica de destaque, foi consultor econômico da Federação das Indústrias de Pernambuco, deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) entre 1967 e 1971. Ainda na década de 1970 foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco.



Figura 1: Palestra de encerramento da I Semana da Promoção Social.
Fonte: *Diário de Pernambuco*. APEJE

Dois dias após o encerramento, o discurso de Gilberto Freyre foi publicado integralmente em formato de artigo pelo *Diário de Pernambuco*, na mesma página em que eram publicados os editoriais e artigos de opinião. Intitulado *Um jovem homem público*, o artigo expressa a satisfação do autor com o evento, com a criação da FPS e com o fato de o governador Cid Sampaio sinalizar uma tendência “de buscar jovens homens de estudos dotados de grande capacidade de ação para compor os quadros administrativos do governo do estado”. Homens, que se distinguiam dos “diletantes e demagogos”. Continua, se referindo a Paulo Maciel:

Está neste caso o conferencista desta noite que o Governador Cid Sampaio foi encontrar, para lhe confiar a Secretaria da Fazenda, numa casa de estudos interrelacionados da Economia com outras ciências do Homem – o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – que é também um centro de engenharia social, onde os problemas nacionais e regionais são considerados como problemas totais e complexos para cuja solução a ciência social pode de fato contribuir com suas pesquisas e seus projetos. O ainda jovem professor Paulo Maciel é o que é: um cientista social que à sua ciência junta o senso da realidade dos verdadeiros homens públicos (Freyre, 1961, p. 4).

A filiação intelectual de Paulo Maciel ao Instituto Joaquim Nabuco e a ênfase dada por Freyre a sua formação técnica e científica são utilizadas para avaliar, simultaneamente, o governo de Cid Sampaio e a FPS. Já o conferencista procurou enfatizar a presença de Freyre em seu pensamento e no desenvolvimento da nova fundação, ao mencionar que “a doutrina e a obra de Filosofia Social de Gilberto Freyre estavam insertas na programação da Fundação da Promoção Social” (Maciel, 1961, p. 03.).

A influência de Freyre no pensamento de Paulo Maciel é notável ainda na importância que este atribui à doutrina social da Igreja Católica, segundo sua visão renovada graças à encíclica

Mater et Magistra, que entendia ser uma espécie de guia. Daquela noite em diante, embora nunca exercesse um cargo na FPS, o mestre de Apipucos faria aparições em momentos importantes para ratificar a Fundação da Promoção Social: uma fala em um evento público, uma resenha sobre um livro ou uma pequena nota de defesa.

No que se refere à palestra de Paulo Maciel, ela nos permite divisar algumas características do que viriam a ser as práticas dos intelectuais da FPS. Nesse sentido, se sobressai a dimensão do planejamento baseado em pesquisas empíricas, algo nos moldes do INJPS ou da SUDENE. O discurso de Maciel permite entrever uma preocupação com a criação de programas que pudessem proporcionar o que chama de um desenvolvimento humanizado da população. Também faz menção da importância da reforma agrária e aponta que essa também seria uma das metas da Promoção Social para todo o estado de Pernambuco. Nas áreas do Agreste e Sertão, seriam criadas unidades produtoras familiares, nas demais sub-regiões, o plano incluiria a implantação de programas de criação de cooperativas, concessão gradual da posse da terra e empresas público-privadas (Diário de Pernambuco, 1961).

77

A FPS figura, assim, enquanto um *locus* de produção de *expertise*. Algo perceptível quando observamos não apenas sua aproximação com instituições produtoras de conhecimento mais antigas, como o INJPS e o INEPE, ou a preocupação com a publicização do currículo acadêmico/técnico dos palestrantes trazidos para a I Semana da Promoção Social, mas também nas ações desempenhadas pela Fundação. Com frequência, a FPS é referenciada em notícias do governo entre os órgãos técnicos envolvidos na criação de políticas públicas, quase sempre figurando ao lado do Serviço Social Contra o Mocambo. Seja na área da educação, saúde ou moradia, o pessoal da FPS é referenciado como uma das instituições desenvolvedoras do planejamento desde a etapa da coleta dos dados.

A fixação da FPS, enquanto produtora de um saber, entendido como um discurso que também legitima e referencia uma prática de poder, é reforçada pelo projeto de publicações da FPS, que vai, em 1962, expor alguns dos métodos de pesquisa empregados pelos intelectuais da fundação e destacar os programas de cooperação com outras instituições similares para a formação de intelectuais. Sobre o intercâmbio e a formação de intelectuais, a FPS atuou em duas frentes: enviou jovens pesquisadores locais para estágios em outros estados brasileiros e trouxe intelectuais de renome ao Recife.

Logo, a pretensa neutralidade científica da nova fundação se viu reforçada em diferentes frentes, o que lhe garantia – e aos seus – legitimidade no campo intelectual. Não obstante, os intelectuais que compunham a FPS tinham consciência que o impacto de seus programas era também político, algo expresso na palestra de Paulo Maciel. Ficou candente ainda a preocupação com o alinhamento da Fundação com valores cristãos de doutrina social, o que nos permite enxergar algum limite no discurso de cientificidade.

Considerações finais

As características e os objetivos assumidos pela Fundação da Promoção Social delinearam a trajetória que o órgão teve entre 1961 e o início de 1963, quando foi extinto. A FPS expressa um projeto de modernização e reforma social que apesar, de promover certo grau de melhora das condições de vida dos trabalhadores, tinha como principal objetivo conservar a estrutura social vigente e dissipar a ameaça que cada pequeno avanço das esquerdas políticas representava para as elites. Ou seja, o capitalismo faz pequenas concessões para se preservar.

A Fundação da Promoção Social foi a encarregada de contribuir com esse projeto de modernização conservadora, atuando na área da educação, cultura e assistência social. Também era um lugar de produção de pesquisas dentro dos moldes das Ciências Sociais. Ela surge como um departamento do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), órgão do governo do estado, inicialmente chamado de Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS), estabelecido já em agosto de 1960. Poucos meses após o Movimento de Cultura Popular ser criado.

O objetivo da FPS era buscar uma “evolução” social no lugar de uma “revolução” social, como foi expresso pelo seu presidente, Paulo Rangel Moreira, ainda no período do Grupo de Trabalho da Promoção Social (Diário de Pernambuco, 1961). Sobre o posicionamento de Rangel, é importante considerarmos que ele é tomado a partir da leitura que era feita na época sobre o MCP, entendido por muitos de seus integrantes – e propagandeado – como um movimento revolucionário.

As ligações que a FPS estabeleceu com outras instituições também expressam o lugar que a fundação ocupava como ponta de lança da intelectualidade conservadora no Estado. E aqui podemos elencar o convênio estabelecido com o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Higiênicas (SERFAH), do Estado da Guanabara, na época governado por Carlos

Lacerda, que tal qual Cid era Membro da UDN. Esse serviço vai influenciar bastante a concepção de Promoção Social da FPS. Algo que é demonstrado na vinda de intelectuais do Serviço ao Recife para o evento da I Semana da Promoção Social (1961). O chefe do SERFAH, sociólogo Artur Rios era um homem que tinha ligações também com o IPES e com o IBAD e quando esteve no Recife fez conferências para a Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE).

No campo local, a Fundação da Promoção Social encontra amparo no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER), ambos liderados por intelectuais que estavam próximos do campo social mais conservador: Mauro Mota e Gilberto Freyre. É dessas instituições que parte do grupo dirigente da FPS provinha, caso de Carlos Frederico Maciel, que era um dos diretores do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife e foi nomeado vice-presidente do Conselho da FPS. Frederico Maciel, após o golpe de 1964, foi nomeado interventor no Movimento de Cultura Popular.

A ampla capacidade de mobilização entre intelectuais exercida pelo tema da modernização do estado viabilizada, em parte, pela ampliação das oportunidades educacionais demonstra a relevância que o assunto atingiu no período. Também aponta para a disposição manifestada por esses intelectuais de se envolverem nesse processo social. Sub-repticiamente, disputavam o controle do processo de modernização e o lugar no campo que permitiria ao grupo vencedor traçar as características e os valores do processo. Uma vez definida, a Fundação da Promoção Social entrou em convergência com outros atores internacionais importantes no palco da Guerra Fria.

79

Referências

12 escolas serão inauguradas amanhã. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 202. 03/09/1960. p. 03.

APROVADO o crédito de 40 milhões para a Fundação da Promoção Social: Plano está pronto. **Diário de Pernambuco**. 03/10/1961, p. 03.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. “**Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção**”: O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASILEIRO, Dimas & MENDONÇA, Djanyse. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). **Estudos Universitários**, nº 24(5/6), 11–22. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256117>.

CID aprovou estatutos da Fund da Promoção Social. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 159. 15/07/1961, p. 05. APEJE.

COELHO, GERMANO. **MCP: História do Movimento de Cultura Popular**. Recife. Ed do autor, 2012.

DREYFUSS, René, Armand. **1964: a Conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe** Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

ESTATUTOS da Promoção Social. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 15/07/1961, p.4377.

FREYRE, Gilberto. Um jovem homem público. **Diário de Pernambuco**. 15/10/1961, p. 04.

FREYRE, Gilberto. “Doutrina Social Cristã deve ser o lema da “Promoção”. **Diário de Pernambuco**. 14/10/1961, p. 03.

FORMULADAS ontem severas críticas ao governador. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº205. 06/09/1960, p. 03.

GENÚ Luiz Felipe Batista. **Atos cênicos, atos revolucionários: o Teatro de Cultura Popular do Recife (1960-1964)**. Organizadora: Joana D’arc Lima. Recife: Ed. UFPE, 2019.

GENÚ Luiz Felipe Batista. **Nuances da Guerra Fria Cultural em Pernambuco: intelectuais, instituições e disputas políticas (1960-1965)**. Recife, 2024. 229f.: il. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2024.

GOVERNADOR inaugurará escolas e ambulatórios. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 220.02/10/1960, p. 20.

GOVERNADOR pede apoio operário a campanha de desenvolvimento”. **Diário de Pernambuco**. 07/01/1961, p. 30.

GRUPO de Trabalho criado no Mocambo para assistência aos moradores dos bairros pobres. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 199. 31/08/1960. p. 03.

I Semana da Promoção Social. Serviço Social Contra o Mocambo. **Arquivo histórico do INEPE**. Disponível em: [Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep](#). Acessado em: 13/01/2024.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PROFESSOR Arhur Rios Condena latifúndio: revisão agrária. **Diário de Pernambuco**. 08/10/1961, p. 03.

PROMOÇÃO Social: nova fase do SSCM para ajuda à população pobre. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 16. 18/01/1961.

PROMOÇÃO Social será fundação: presidente do SSCM anunciou. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 108. 14/05/1961, p. 05.

PROMOÇÃO Social será transformada em fundação ainda no mês em curso. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 133. 14/06/1961, p. 35.

PROMOÇÃO Social vai debater problemas ligadas a habitação popular: filmes. **Diário de Pernambuco**. 10/10/1961, p. 04.

RECUPERAÇÃO Social do Homem: meta de Cid. **Diário de Pernambuco**. 22/10/1960, p. 03.

SSCM passa a ser Instituto de Promoção Social: mensagem enviada. **Diário de Pernambuco**. Ano: 136, n 269. 29/11/1960.

SSCM passa a ser Instituto de Promoção Social: mensagem enviada. **Diário de Pernambuco**. Ano: 136, n 269. 29/11/1960, p.08.

Sociedade Brasileira de Sociologia. **Bionotas**. José Arthur Rios, (sbsociologia.com.br). Consultado em 12/12/2022.

SEMANA da Promoção Social começará sábado: palestras. **Diário de Pernambuco**. 01/10/1961, p. 03.

Artigos Livres

Recebido em: 18 abr. 2025.

Aprovado em: 12 jun. 2025.

ARTIGOS LIVRES

Ensino de História da África no Brasil: possibilidades didáticas a partir das Histórias em Quadrinhos “Angola Janga” e “Cumbe”¹

Comics and Anti-Racist Education: Teaching African History in Brazilian Classrooms through Angola Janga and Cumbe

Flávia Santos Arielo (fsarielo@uem.br)

Doutora em Ciência da Religião. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Gabriela Ferreira Lima (gabrielaferreiralima@estudante.ufscar.com)

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)²

Resumo

Este artigo analisa a aplicabilidade e os benefícios do uso de histórias em quadrinhos (HQs) como recurso didático no ensino de História da África no Ensino Médio, com foco nas obras *Angola Janga* (2017) e *Cumbe* (2014), de Marcelo D’Salete. As HQs foram tratadas como fontes históricas de pesquisa, e a metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica, com suporte teórico sobre a historiografia africana e os desafios da educação antirracista no Brasil. A proposta consistiu em investigar de que maneira as HQs podem contribuir para a construção de uma aprendizagem crítica, significativa e sensível às questões étnico-raciais. Foram ainda analisados materiais didáticos oficiais da rede pública paulista e aplicada uma consulta a estudantes de duas escolas estaduais na cidade de Bauru-SP. Os resultados indicam que, embora presentes nas escolas, seu uso ainda é limitado, evidenciando a necessidade de formação docente para práticas que valorizem narrativas visuais, diversidade e abordagens plurais da história afro-brasileira.

82

Palavras-chave: Ensino de História da África; Ensino Médio; Histórias em quadrinhos; Práticas pedagógicas.

Abstract

This article examines the pedagogical potential of comic books in the teaching of African History in Brazilian high schools, with a focus on *Angola Janga* and *Cumbe* by Marcelo D’Salete. Framed as historical sources, these comics are analyzed through bibliographic research grounded in African historiography and antiracist education. The study explores how comics can foster critical, meaningful, and ethnically responsive learning. Analysis of official teaching materials and student feedback from two public schools in the city of Bauru, state of São Paulo, reveals limited classroom use, underscoring the need for teacher training and broader adoption of visual and plural narratives in Afro-Brazilian historical education.

¹ O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de PIBIC-EM desenvolvida durante os anos de 2021 e 2022.

² Bolsista Capes.

Keywords: African History Teaching; Comics; Cultural Diversity; High School; Pedagogical Practices; Racism in Education.

Introdução

As histórias em quadrinhos (HQs), surgidas no contexto da cultura de massa no final do século XIX, consolidaram-se como linguagem híbrida que articula texto e imagem. Embora historicamente marginalizadas por discursos pedagógicos que as associavam à alienação, violência e ao empobrecimento cultural (Gonçalo, 2004), seu potencial educativo tem sido cada vez mais reconhecido e atualmente se transformaram num campo específico de linguagem e debate, com altas tiragens e grande variedade de temas (Vergueiro, 2005). Mais do que mero entretenimento, as HQs oferecem recursos narrativos e visuais capazes de promover a mediação crítica do conhecimento, sobretudo em abordagens interdisciplinares (Hamze, 2008).

Ao tratar especificamente do campo histórico, José D'Assunção Barros (2023) ressalta a possibilidade e importância da utilização das HQs em seis relações: como agente, objeto, fonte, representação, recurso didático e inspiração interdisciplinar. Todas estas relações estipuladas pelo autor são relevantes para o presente estudo, mas tomamos como principais àquelas voltadas para o ensino e para a representação histórica, visto que, “as HQs também podem contribuir para a História com recursos particularmente úteis para o seu ensino, ou mesmo como inspiração interdisciplinar capaz de ajudar a renovar a própria História enquanto campo de saber” (Barros, 2023, p. 405).

No que se refere à relação entre as HQs e o universo acadêmico, é possível afirmar que houve um crescimento expressivo de pesquisas que tangem a temática, principalmente nas áreas de Letras, Literatura e História. Isso é evidenciado pelos pesquisadores Victor Callari e Karoline Kunieda Gentil (2016), os quais apresentam um panorama estatístico das pesquisas sobre Histórias em Quadrinhos nas universidades estaduais e federais brasileiras, com foco especial na área de História, entre 1970 e 2014. Os autores confirmam um crescente interesse pelas HQs no Brasil, dentro e fora da academia, gerado por diferentes fatores, tais como as transformações no próprio mercado das HQs e incentivos governamentais na inclusão de quadrinhos nas listas do Plano Nacional Biblioteca Escola (Callari; Gentil, 2016, p. 11). O estudo reforça que o aumento no número de pesquisas em HQs é um indício do crescente interesse da sociedade e do

desaparecimento do preconceito³ que as associava a formas descartáveis de conhecimento, refletindo-se diretamente no avanço acadêmico nas décadas de 2000 e 2010.

Relativo ao ensino de História da África, apesar da obrigatoriedade legal instituída pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, ele permanece, grande medida, negligenciado nas escolas brasileiras, especialmente no Ensino Médio. Essa lacuna revela a persistência de uma matriz curricular de orientação eurocêntrica, que marginaliza narrativas e epistemologias africanas. A abordagem sistemática da história do continente africano é fundamental não apenas para a superação de estereótipos, mas também para a compreensão da formação social, política e cultural do Brasil. Reconhecer a centralidade da presença africana na constituição da identidade brasileira é um passo decisivo na construção de uma educação plural. Como ressaltam Carlos Serrano e Maurício Waldman: “Tal lacuna é evidente tanto na ausência pura e simples de uma visão realista sobre o continente quanto no seu desdobramento direto na persistência de uma visão estereotipada e preconceituosamente impingida, sem maiores delongas, à África” (Serrano; Waldman, 2010, p. 11).

84

De acordo com Nilma Lino Gomes (2007), a África e os negros brasileiros são vistos de forma estereotipada, e, por muitas vezes, animalizada. Tais imagens vêm à mente de formas isoladas e desconectadas da ampla discussão em torno do contexto político, cultural e histórico, afirmando que o estudo da África, tanto no passado quanto no presente, a partir de uma perspectiva histórica, cultural, política e geográfica, poderá contribuir para a superação do racismo. Ki-Zerbo (2010, p. 32) defende a necessidade da reescrita da história da África, visto que “até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse”.

Neste contexto, o presente artigo toma como objeto de análise as histórias em quadrinhos *Angola Janga: uma história de Palmares* (2017) e *Cumbe* (2014), ambas de autoria do quadrinista e professor Marcelo D’Salete. A primeira obra oferece uma narrativa densamente documentada sobre os últimos anos do Quilombo dos Palmares⁴, destacando figuras históricas e dinâmicas

³ Importante salientar a recente polêmica ocorrida no mês de junho de 2025, envolvendo uma declaração do ator e humorista João Vicente de Castro, ao afirmar que adultos não deveriam se interessar por quadrinhos, por se tratar de uma mídia “infantil”. A fala foi amplamente criticada por pesquisadores da área das HQ’s.

⁴ De acordo com Flávio Gomes (2011, p. 13), o Quilombo dos Palmares foi a mais famosa e maior comunidade de escravizados fugitivos do Brasil colonial, localizada entre os estados de Alagoas e Pernambuco.

internas de resistência. Já *Cumbe* apresenta quatro narrativas ambientadas no período colonial brasileiro, nas quais o protagonismo é conferido a indivíduos escravizados que resistem às violências impostas pelo sistema escravista. As duas HQs, ao abordarem o passado escravocrata por meio de uma linguagem gráfica potente e rigorosa, configuram-se como materiais didáticos capazes de tensionar visões estereotipadas tanto sobre a história da África quanto sobre a própria legitimidade das histórias em quadrinhos no espaço escolar.

Assim, essa proposta tem como finalidade central discutir a aplicabilidade e os efeitos do uso de HQs no ensino de História da África no Ensino Médio, refletindo criticamente sobre os desafios e potencialidades desta abordagem. Além disso, busca problematizar os limites do ensino tradicional, examinar o tratamento da temática nos materiais didáticos utilizados na rede pública paulista⁵ e fomentar a formação de um olhar crítico por parte dos estudantes, especialmente no que se refere às permanências e rupturas históricas relacionadas ao racismo, à escravidão e à exclusão da população negra no Brasil, reforçando a importância das fontes escolhidas, pois:

[...] quando a realidade histórica abordada pelo quadrinista – seja para elaborar uma narrativa mais propriamente historiográfica, seja para desenvolver uma ficção sobre fundo histórico, ou ainda quaisquer dos outros tipos de representação historiográfica que acabamos de comentar – tem-se a possibilidade adicional de que a realização-HQ dialogue com o Tempo Presente (Barros, 2023, p. 412).

85

As HQs

Marcelo D'Saete é quadrinista, ilustrador e professor, graduado em design gráfico e mestre em Artes Plásticas. Sua produção artística tem se destacado pela abordagem crítica da história da escravidão no Brasil, com forte compromisso historiográfico e estético. Em 2014, publicou *Cumbe*⁶ (Figura 1), obra composta por quatro narrativas ambientadas no período colonial brasileiro, centradas na resistência negra ao regime escravista. As histórias retratam, com intensidade simbólica e narrativa visual, episódios de violência, fuga e rebelião, enfatizando o desejo de liberdade e a recusa à submissão. O uso reduzido de diálogos e a predominância de imagens de forte carga expressiva reforçam a dimensão subjetiva da opressão, conferindo à HQ uma densidade

⁵ A seleção do material da rede pública do Estado de São Paulo se deu através da participação direta de um estudante do Ensino Médio do Colégio Luiz Zuiani, de Bauru-SP, integrante e bolsista da pesquisa de PIBIC-EM que resultou neste levantamento de dados e subsequente artigo. O material didático era de uso diário do estudante, portanto de fácil acesso aos pesquisadores.

⁶ A obra ganhou os seguintes prêmios: Eisner Awards 2018 (Run for it, Fantagraphics, 2017); Prêmio HQMIX 2019 - Destaque internacional.

visual que evoca o trauma e a insurgência. Cada capítulo de *Cumbe*⁷ traz à tona revoltas protagonizadas por africanos escravizados, revelando não apenas a brutalidade do sistema escravista, mas também aspectos culturais e cosmológicos desses sujeitos históricos. A construção da resistência é apresentada de forma não idealizada, mas comprometida com a verossimilhança histórica, ancorada em amplo levantamento bibliográfico. A esperança, enquanto motor da resistência, é tematizada como elemento fundamental para a insurgência, num contexto de violência contínua.

Já em *Angola Janga: uma história de Palmares* (2017)⁸ (Figura 2), D'Saete reconstrói ficcionalmente os últimos anos do Quilombo dos Palmares — reconhecido como o maior polo de resistência negra no Brasil colonial. A obra explora os conflitos políticos e culturais que marcaram o cotidiano dos mocambos⁹ entre o final do século XVI e o início do século XVIII, evidenciando estratégias de sobrevivência, articulações entre os quilombolas e tentativas de negociação com a Coroa portuguesa. Ao longo da narrativa, destacam-se as fugas em direção aos quilombos, os embates violentos contra senhores de engenho e a complexa organização social interna dos grupos insurgentes. Nas duas obras, o silêncio gráfico — marcado pela ausência proposital de falas em diversos quadros — opera como recurso narrativo para transmitir a tensão, o medo e o peso da opressão. Esse silenciamento visual não apenas dramatiza a ausência de liberdade, mas também expressa, de forma potente, a violência do sistema escravista por meio da linguagem do não dito.

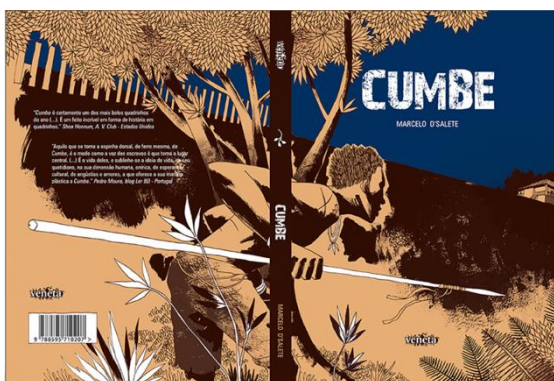
Ressaltamos que a escolha dessas obras se deu pelo recorte da temática da escravização dos africanos no Brasil colonial e por sua relevância estética e conceitual, mas faz-se importante pontuar a existência de diversas obras que também fazem o significativo papel publicizar a história africana e afro-brasileira na atualidade, tais como *Contos dos Orixás* (2013), de Hugo Canuto; *Estados Unidos da África* (2024), de Anderson Shon e Daniel Cesart, e *Campo de Mandinga* (2024), de Felipe Maldonado.

⁷ Segundo Nei Lopes (2006), a palavra tem origem no quimbundo kumbi, equivalente à língua umbundo ekumbi: “sol”.

⁸ A obra recebeu os seguintes prêmios: Prêmio Jabuti 2018 - categoria quadrinhos; Prêmio Grampo Ouro 2018; Prêmio HQMIX 2018 - desenhista, roteirista, destaque internacional e edição especial nacional; Rudolph Dirks Award 2019 - Roteiro América do Sul.

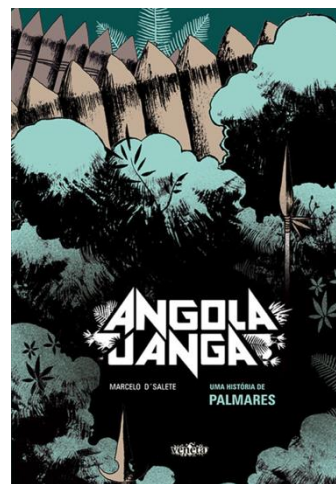
⁹ De acordo com Nei Lopes (1988), a palavra “mocambo” teria origem do termo quicongo mukambu, significando “cumeieira, telheiro em alusão à principal característica do tipo de habitação: o telhado de palha”. Assim era como se nomeavam os locais onde encontravam-se os negros fugitivos, sendo também um termo utilizado por autoridades até o século XVII, posteriormente sendo substituído pela expressão quilombo.

Figura 1 – Capa e contracapa da HQ *Cumbe*.



Fonte: Site oficial do autor Marcelo D'Saete

Figura 2 – Capa da HQ *Angola Janga*



Fonte: Site oficial do autor Marcelo D'Saete

87

1. Contexto histórico das HQs

No contexto da colonização portuguesa no século XVI, a ocupação do território brasileiro estruturou-se inicialmente em torno da extração do pau-brasil e, posteriormente, da implantação do complexo agroexportador açucareiro. A economia dos engenhos de açúcar baseava-se na exploração de mão de obra escravizada, inicialmente indígena e, em seguida, majoritariamente africana. Milhões de homens, mulheres e crianças foram capturados em diversas regiões do continente africano — especialmente nos territórios que hoje correspondem à atual Angola e à República Democrática do Congo — e transportados forçadamente para as Américas por meio do tráfico atlântico a bordo dos navios negreiros¹⁰.

¹⁰ Segundo Jaime Rodrigues (2018), no Dicionário de escravidão e liberdade, organizado por Lilia Moritz Schwarcz e Flávio Gomes, o ato de embarcar em um navio negreiro, para os africanos, era algo para motivo de pânico, uma vez que eles acreditavam que seriam mortos depois de toda a travessia.

O principal ponto de chegada desses indivíduos no Brasil era o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro (Figura 3), considerado o mais relevante entreposto negreiro do Império durante o auge do tráfico africano. De acordo com o *Dicionário da escravidão e liberdade*, o Valongo foi “o mais importante entreposto negreiro na cidade na época de intenso tráfico de escravos africanos no país” (Soares, 2018, p. 499). A estrutura do complexo incluía mercados de escravizados e também o chamado Cemitério dos Pretos Novos, onde eram enterrados aqueles que não resistiam à travessia transatlântica. Os navios negreiros, também denominados *tumbeiros*, apresentavam altíssimas taxas de mortalidade, decorrentes das precárias condições sanitárias, da fome, das doenças e dos maus-tratos (Figura 4).

No interior dos engenhos coloniais, a organização do trabalho escravizado não era homogênea. Segundo Stuart B. Schwartz, em sua obra *Escravos, roceiros e rebeldes* (2001), existia um sistema interno de quotas que estruturava uma forma específica de hierarquização entre os cativos. Esse arranjo, ainda que limitado e inserido em um contexto de exploração extrema, oferecia algumas possibilidades de mobilidade relativa entre os escravizados, criando uma diferenciação funcional nos papéis desempenhados dentro da lógica produtiva do engenho. Como aponta o autor: “Escravos especializados – caldeiros, mestres, carpinteiros, purgadores, supervisores e mestres de açúcar – criaram essa divisão social tanto semelhante quanto reforçada por uma hierarquia de cor ou categorias raciais” (Schwartz, 2001, p. 96).

Figura 3 - Mercado de escravizados

Figura 4 - Navio negreiro



Fonte: Marcelo D'Saete (2014, p. 106)



Fonte: Marcelo D'Saete (2017, p. 115)

Ainda que houvesse um sistema de favorecimento, a violência era constante por parte dos senhores para com os escravizados, com a aplicação contínua de castigos, sendo uma das punições mais frequentes o açoitamento. O padre jesuíta André João Antonil afirmava que no trato dos senhores para com os escravizados seria necessária a aplicação da regra dos três pês: pano (roupa), pão (comida) e pau (castigo), como exposto a seguir:

O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. (Antonil, 2011, p. 111)

A violência física constituía um dos pilares do sistema escravista brasileiro, sendo exercida por meio de diversos instrumentos de repressão e tortura. Para além do uso sistemático do açoite, recorriam-se a dispositivos como máscaras de folha de flandres — que impediam a alimentação dos cativos —, coleiras metálicas que causavam ferimentos no pescoço e o chamado *sumidouro*, um poço profundo utilizado para ocultar os corpos de escravizados assassinados. Segundo Clóvis Moura (2004, p. 382), esse local era descrito como “o lugar onde se dava sumiço aos escravos rebeldes, que mereciam por isso a pena de morte”, operando como dispositivo extremo de silenciamento e punição.

Apesar da brutalidade do regime, os escravizados resistiram ativamente ao longo dos séculos XVI e XVII, organizando formas diversas de enfrentamento, entre elas as fugas, as rebeliões e a construção de redes de solidariedade. Conforme destaca Schwartz (2001, p. 219), “a resistência dos escravos, o medo de suas rebeliões e o problema das fugas atormentava os colonos e administradores coloniais”. Entre as estratégias mais significativas, as fugas deram origem à formação de comunidades autônomas conhecidas como mocambos ou quilombos, que se multiplicaram por diversas regiões da colônia.

A primeira referência documental ao Quilombo dos Palmares remonta ao final do século XVI, quando se registraram episódios de fuga na região da Serra da Barriga — atual estado de Alagoas, então pertencente à Capitania de Pernambuco. A invasão holandesa em Pernambuco (1630–1654) desestabilizou profundamente os engenhos da região, favorecendo o deslocamento de cativos fugitivos e a consolidação de Palmares como polo de resistência. Esse conjunto de mocambos passou a ser denominado pelos próprios habitantes como *Angola Janga*, expressão que, segundo Clóvis Moura (2004), deriva do quimbundo e significa *Pequena Angola*. Nei Lopes (2006), por sua vez, indica que o termo possui origem em outras línguas banto e pode ser compreendido como *Minha Angola* evocando vínculos identitários e territoriais com o continente africano.

90

Ao longo do século XVII ocorreram inúmeras invasões organizadas pelo poder colonial contra os mocambos da Serra das Barrigas. Conforme explicitado por Stuart Schwartz (2001), foram tomadas diferentes medidas antimocambo, com a institucionalização de recompensas para aqueles que capturassem um fugitivo. O grupo de soldados negros, denominado Terço dos Henriques, que atuou contra os holandeses, passou a fazer parte das invasões contra Palmares. Tais invasões contaram com o “uso planejado de índios como caçadores de escravos” (Schwartz, 2001, p. 231). De acordo com o autor: “No século XVI, os senhores de engenho e os capitães donatários absenteístas procuravam transferir os índios do interior para servirem como força de defesa contra possíveis levantes escravos” (Schwartz, 2001, p. 231).

Apesar das invasões e da destruição do Quilombo de Palmares, seu legado permaneceu, assim como as tradições e costumes culturais advindos dos povos africanos que foram trazidos para

o Brasil. Neste legado, a existência e a importância do referido local podem ser discutidas por meio das histórias em quadrinhos, que constituem as principais fontes desta análise.

2. Cumbe, Angola Janga e a História

Durante grande parte da história brasileira, a experiência dos africanos escravizados e de seus descendentes foi silenciada ou marginalizada nas representações artísticas e culturais — e os quadrinhos, enquanto linguagem narrativa e visual, não estiveram à margem dessa omissão. No entanto, a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, representou um marco legal importante ao tornar obrigatória a inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica. Essa medida tem fomentado, nos últimos anos, a produção e a circulação de materiais que buscam problematizar o racismo estrutural e propor abordagens didáticas mais inclusivas e críticas.

Entre esses esforços destaca-se a publicação da coleção *História Geral da África: a História que Precisa Ser Contada*, organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em 2010. Essa obra, considerada um divisor de águas na historiografia africana no Brasil, rompe com a tradição eurocêntrica que por séculos reduziu a África à condição de periferia histórica. Ao reposicionar o continente como sujeito ativo da história global, a coleção tornou-se uma referência para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

A valorização crescente da história afro-brasileira também tem repercutido no campo dos quadrinhos. As obras de Marcelo D'Saete, aqui analisadas, exemplificam essa renovação crítica. Reconhecidas por diversos prêmios nacionais e internacionais, essas HQs apresentam narrativas densamente embasadas, resultado de mais de uma década de pesquisa por parte do autor. Longe de qualquer romantização, os traços e silêncios das obras dialogam com uma estética da resistência e da memória, ancorada em documentação histórica, análise historiográfica e rigor conceitual. O esforço de contextualização pode ser observado, inclusive, nos glossários presentes ao final de cada volume, que auxiliam o leitor a compreender termos e conceitos fundamentais do período retratado.

Como observa Stuart B. Schwartz (2001), a documentação histórica sobre o Quilombo dos Palmares — contexto central de *Angola Janga* (2017) — revela uma complexidade política e

cultural que desafia os estereótipos frequentemente atribuídos às populações quilombolas, também “não é extensa e se concentra, em geral, na última década de sua existência e na destruição final. Por conseguinte, muito ainda permanece desconhecido, mas isso não impede que procurem escrever sua história ou romantizá-la como uma “Tróia Negra” ou uma “república”” (Schwartz, 2001, p. 250). Ao reconstituir esse universo com base em fontes históricas e imaginário gráfico, D’Salete contribui para reinscrever a história negra no centro do debate educacional e cultural contemporâneo.

Marcelo D’Salete constrói suas narrativas com base em ampla pesquisa historiográfica, buscando representar os acontecimentos com o máximo de fidelidade possível às fontes disponíveis. No entanto, seu trabalho não se pretende uma restituição objetiva da história, mas sim uma leitura interpretativa que articula dados documentais e imaginação crítica. Em nota presente ao final de *Angola Janga: uma história de Palmares* (2017), o autor ressalta: “não é “a” história de Palmares. Mas “uma” de Palmares. Uma possibilidade de interpretar e reimaginar fatos. Há diversos modos de abordar o conflito. Os dados históricos são pistas, indícios, que podem ajudar a caminhar por aquela picada em mata fechada” (D’Salete, 2017, p. 419).

Essa declaração explicita o posicionamento autoral de D’Salete, ao reconhecer os limites da representação histórica e ao reivindicar a potência da linguagem gráfica como ferramenta de reinterpretação do passado. A construção narrativa de *Angola Janga* explicita escolhas políticas e historiográficas, como a opção por apresentar duas das principais hipóteses debatidas na historiografia acerca da figura de Zumbi dos Palmares¹¹. Uma delas, difundida por Décio Freitas (1982), sugere que Zumbi teria sido criado por um padre, Antônio Melo, que o batizou com o nome de Francisco e o educou com vistas a torná-lo coroinha, antes de sua fuga e retorno à Serra da Barriga.

Outra hipótese, também abordada na obra, discute a possibilidade de existência de formas de escravidão interna dentro do próprio Quilombo dos Palmares — tema complexo e debatido por estudiosos, e cuja presença na narrativa reforça o compromisso de D’Salete com uma abordagem crítica e não idealizada do passado. A inserção dessas questões tensiona o imaginário tradicional

¹¹ De acordo com Nei Lopes (2006), o termo zumbi provém do quimbundo nzumbi, espírito. Zumbi dos Palmares foi o último líder do quilombo de Palmares.

sobre a figura de Zumbi e sobre Palmares, contribuindo para uma leitura mais complexa e politicamente informada da resistência quilombola.

D'Salete ressalta o aspecto contraditório que havia entre os próprios negros em relação a figura do capitão-do mato, posição que, segundo Schwartz (2001, p. 230), “quase sempre atraía indivíduos de certa forma marginais, ex-escravos e mestiços libertos, olhados com desconfiança pelos senhores e odiados pelos escravos”. O quadrinho também retrata a expedição em direção ao Quilombo dos Palmares que tinham como objetivo destruir os mocambos da região.

Em *Cumbe*, o ilustrador consegue produzir uma obra profunda, ampliando uma visualização panorâmica do que foi a escravidão e apresentando a perspectiva de indivíduos que estavam ali subjugados. A obra difunde a narrativa dos escravizados de forma central, levando o leitor a perceber essas pessoas como indivíduos de luta, resistência e força.

A HQ retrata também os costumes do povo Banto, o linguajar e tradições religiosas, representando uma rica ambientação e expondo as práticas de violência contra os escravizados no período. Apesar de não narrar um episódio histórico em específico, *Cumbe* apresenta quatro histórias diferentes que retratam o cotidiano dos escravizados no Brasil nos cenários dos engenhos, canaviais, assim como a organização das fugas e revoltas, assim como o ambiente interno da casa dos senhores.

Tais obras fictícias mostram-se de grande importância a partir do momento em que tornam públicas essas histórias, resgatando a memória de povos que foram escravizados por cerca de 400 anos. Dessa forma, o autor demonstra o papel significativo da ficção, enfatizando que “é a partir dela que podemos transpor muros e acessar, pela poesia e arte, aqueles homens e mulheres” (D'Salete, 2017, p. 419).

Materiais e métodos

Com o intuito de avaliar a percepção dos estudantes sobre o uso de histórias em quadrinhos no ensino de História, foi aplicado um questionário a estudantes do Ensino Médio de duas escolas públicas do estado de São Paulo. O público-alvo foram adolescentes entre 14 e 18 anos, alunos regulares das escolas selecionadas, que cursam o Ensino Médio – 1º, 2º e 3º colegial. O questionário

foi elaborado de forma digital pelo *Google Forms*, e divulgado em sala de aula pelo aluno de Ensino Médio e pesquisador do PIBIC-EM, assim como pela aluna colaboradora e graduanda do curso de História do Centro Universitário Sagrado Coração - Unisagrado (Bauru-SP). A previsão inicial era de alcançar até 120 participantes; no entanto, em virtude de entraves burocráticos — como o tempo de aprovação pelo comitê de ética e os trâmites internos das escolas —, a amostra efetiva ficou restrita a 28 estudantes.

O questionário elaborado foi dividido em duas partes, cada qual contendo oito perguntas, somando-se dezesseis perguntas no total, sendo dessas apenas quatro questões de resposta aberta e o restante de resposta fechada. A primeira parte teve como objetivo explicitar a relação do público-alvo com a leitura de HQ's em geral e a relação destas para com o ensino de História. Já na segunda parte, o alvo foi especificamente o ensino de História da África e qual o conhecimento dos alunos acerca deste assunto. Neste ponto também foi perguntado ao público-alvo o conhecimento ou desconhecimento sobre as HQ's *Cumbe* e *Angola Janga*, fontes desta pesquisa.

Tendo em vista a faixa etária do público-alvo, o seguinte percurso foi necessário para que o questionário fosse respondido:

- Em primeiro lugar, tanto o aluno pesquisador de ensino médio quanto a colaboradora graduanda em História conversaram presencialmente com cada uma das turmas sobre a pesquisa, apresentando-a em seus objetivos e metodologias.
- Em seguida, os pesquisadores distribuíram as duas vias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para que os alunos menores de 18 anos entregassem a seus responsáveis. Também foi distribuído o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) para que os alunos assinassem, e posteriormente fosse entregue juntamente com o TCLE assinado pelos responsáveis. Alunos maiores de 18 anos receberam o TCLE que pôde ser assinado no mesmo momento da entrega.
- Somente após o recebimento de todos os termos devidamente assinados os alunos tiveram acesso ao questionário, disponível no seguinte link: <https://forms.gle/jNwB26Y5WWWEoLd89> e dispenderam cerca de 15 minutos para respondê-lo.

3. As HQs na aprendizagem de História segundo estudantes do Ensino Médio: resultados do questionário

Entre os respondentes, 12 tinham 15 anos, 8 tinham 16 anos e outros 8 estavam na faixa dos 17 a 18 anos. Quanto à identidade de gênero, 22 estudantes se identificaram como do gênero feminino, 6 como masculino e 2 preferiram não declarar. Em termos de escolaridade, 15 estudantes estavam matriculados no 1º ano do Ensino Médio, 8 no 2º ano e 5 no 3º ano.

No que diz respeito aos hábitos de leitura, 20 estudantes afirmaram ler entre 1 e 7 livros por ano; 5 disseram ler entre 10 e 20 livros; e 3 relataram não realizar leitura de livros. Sobre o contato com histórias em quadrinhos, 22 estudantes indicaram já ter lido HQs, enquanto 6 afirmaram não ter tido esse tipo de experiência. Dentre os leitores de HQs, 16 relataram ter lido até 5 obras no último ano, 5 leram até 10, e 2 estudantes afirmaram ter lido 16 ou mais. Cinco estudantes não responderam a essa pergunta.

Questionados sobre a eficácia das HQs no ensino de História, 27 estudantes manifestaram-se favoráveis, argumentando que os quadrinhos tornam o aprendizado mais leve, acessível e dinâmico. Entre as justificativas mais recorrentes estavam: a maior facilidade de compreensão, o caráter lúdico e o estímulo ao interesse pelas temáticas abordadas.

No tocante ao ensino de História da África, 11 estudantes afirmaram nunca ter tido aulas sobre o tema, enquanto 17 indicaram ter tido algum contato com a temática. Quando solicitados a identificar os conteúdos abordados, mencionaram tópicos como manifestações culturais, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), clima, impacto do imperialismo, fome, religião e aspectos geográficos. No entanto, 9 desses estudantes admitiram não se lembrar com clareza do conteúdo estudado.

A respeito do conhecimento sobre os marcos legais e curriculares que orientam o ensino de História da África no Brasil, 26 estudantes declararam desconhecer o conteúdo do currículo paulista referente à temática, e apenas 2 afirmaram conhecê-lo. Em relação à Lei nº 10.639/2003, 23 estudantes disseram não ter conhecimento sobre sua existência, enquanto 5 estudantes declararam já ter ouvido falar sobre a legislação.

Quanto à leitura de HQs com temática relacionada à História da África, apenas 4 estudantes afirmaram ter tido esse tipo de experiência, e, desses, somente um mencionou especificamente a leitura da obra *Cumbe* (2014), descrevendo-a como uma leitura enriquecedora e capaz de ampliar sua compreensão sobre a condição dos africanos escravizados no período colonial brasileiro. Nenhum dos participantes declarou ter lido a HQ *Angola Janga* (2017), embora ambas as obras façam parte do acervo das salas de leitura das escolas participantes, tendo sido disponibilizadas às redes públicas estaduais em 2019 por meio do PNLD Literário (Programa Nacional do Livro Didático Literário), do ano de 2018.

Com base na análise do questionário aplicado aos estudantes, os resultados qualitativos da pesquisa são notavelmente reveladores. O primeiro ponto de destaque é a percepção amplamente favorável e a receptividade dos alunos em relação ao uso das HQs como ferramenta pedagógica. De forma quase unânime, os estudantes não apenas validam o formato, mas o qualificam como um meio de tornar o aprendizado da História mais dinâmico, divertido e, crucialmente, mais fácil de compreender. Suas respostas indicam que a linguagem visual e narrativa dos quadrinhos tem o potencial de prender a atenção e despertar um interesse genuíno pela matéria, conectando o conteúdo escolar a um material que muitos já consomem em seu cotidiano.

96

Em forte contraste com esse potencial, o segundo ponto qualitativo essencial que a pesquisa expõe é o profundo abismo entre a disponibilidade dos recursos e sua efetiva utilização, somado a uma significativa lacuna no ensino de História da África. Ficou evidente que, apesar de as obras *Cumbe* (2014) e *Angola Janga* (2017) estarem fisicamente presentes nas bibliotecas das escolas, elas permanecem praticamente desconhecidas e não lidas pelos alunos, até a finalização dessa pesquisa no ano de 2022. Este dado, quando cruzado com o desconhecimento massivo dos estudantes sobre a Lei nº 10.639/2003 e a própria carência de aulas sobre a temática africana, revela uma falha sistêmica. A qualidade da pesquisa reside em demonstrar que o desafio não é apenas a falta de material, mas a ausência de práticas pedagógicas que integrem esses recursos potentes e acessíveis ao currículo, deixando um valioso acervo sem cumprir sua função educacional e antirracista.

4. Análise dos livros didáticos: a África e a escravidão no Brasil

Para a análise histórico-didática, foram selecionados materiais do programa *Currículo em Ação*, atualmente em uso no Ensino Médio da rede pública paulista. Os livros analisados — disponíveis no site da EFAPE (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos profissionais da Educação do Estado de São Paulo) — abrangem os componentes de Ciências Humanas ao longo dos três anos do ciclo. No que diz respeito especificamente ao período colonial brasileiro e à temática da escravidão, foram identificadas atividades destinadas ao segundo ano do Ensino Médio, presentes tanto no *Volume 1* (referente ao primeiro bimestre) quanto no *Volume 2* (referente ao segundo bimestre).

No *Currículo em Ação – Volume 1*, a *Situação de Aprendizagem 1*, intitulada *Desigualdades e vulnerabilidades: desafios e caminhos para uma sociedade democrática*, propõe como objetos de conhecimento os legados do patriarcalismo e da escravidão. Para tanto, o material utiliza múltiplas fontes — escritas e visuais — como subsídio para a análise crítica. Entre os textos selecionados, estão um trecho da obra *O racismo explicado aos meus filhos* (2007), de Nei Lopes; dois excertos de *Racismo no Brasil* (2001), de Lilia Schwarcz; e um fragmento do clássico *Cultura e opulência do Brasil* (1711), de André João Antonil. As fontes iconográficas incluem gravuras de Jean-Baptiste Debret, como *O jantar no Brasil* (1827) e *Um funcionário brasileiro a passeio com sua família* (1839), além de retratos, como *Augusto Gomes Leal e da ama-de-leite Mônica* (1869), de João Ferreira Vilela.

O material didático propõe ainda roteiros de leitura orientados por perguntas analíticas, como: “A que período do Brasil a obra da historiografia brasileira apresentada está fazendo alusão?”, “Que tipo de sociedade está sendo apresentada?”, “Como Antonil retrata o senhor de engenho?”, e “É possível afirmar, a partir da leitura da fonte, que é construído um ideal de patriarca no Brasil?”. Também são discutidas categorias como democracia racial e suas implicações na construção da identidade nacional.

Apesar do mérito na seleção de fontes historiográficas relevantes e na proposição de questões interpretativas pertinentes, o material apresenta limitações na articulação entre conteúdo e forma. As fontes visuais, embora potentes, são subexploradas didaticamente, e a inserção das fontes escritas — muitas vezes densas e originalmente destinadas a leitores acadêmicos — ocorre

de forma excessiva e pouco contextualizada. A ausência de um suporte pedagógico efetivo que qualifique o professor para abordar criticamente os temas da escravidão e da história africana compromete a efetividade da proposta. Assim, constata-se que, embora haja avanços no sentido da inclusão de conteúdos antirracistas, a mediação docente continua sendo um fator decisivo para que tais materiais cumpram, de fato, seu papel formativo.

No que se refere ao uso de fontes visuais, observa-se a necessidade urgente de ampliar o repertório iconográfico presente nos livros didáticos, superando a recorrência de imagens “clássicas” que, ao longo dos anos, tornaram-se onipresentes e, em muitos casos, esvaziadas de potência crítica. Embora essas imagens tradicionais mantenham valor documental, é fundamental diversificar as representações visuais do período colonial brasileiro com obras igualmente relevantes, mas ainda pouco exploradas. As aquarelas de Jean-Baptiste Debret, por exemplo, oferecem um vasto acervo que extrapola as imagens habitualmente selecionadas. Entre essas, destacam-se *Engenho manual que faz caldo de cana* (1822) e *Cirurgião negro colocando ventosas* (1822), ambas pertencentes à coletânea *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834) e ainda ausentes dos livros didáticos mais recentes. Além disso, outras obras visuais que escapam do cânone, como *Chafariz do Lagarto* (1851), de José dos Reis Carvalho, retratam com sensibilidade o cotidiano urbano e os mecanismos de repressão no Brasil escravocrata, contribuindo para a construção de uma memória visual plural e crítica.

98

O capítulo intitulado *Transformações no mundo do trabalho em diferentes tempos e espaços* propõe como objeto de conhecimento os modos de produção e suas transformações históricas. A proposta pedagógica orienta os estudantes, divididos em grupos, a investigar diferentes sistemas produtivos e elaborar um infográfico com os resultados. Um dos grupos é incumbido de estudar a escravidão nas Américas, a partir de três fontes principais: o *Verbetes Escravidão* (2012), de Nei Lopes, um excerto da obra *Brasil: uma biografia* (2015), de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, e o vídeo educativo *Como aconteceu a escravidão no Brasil?* disponível no site Toda Matéria.

Na etapa seguinte, os estudantes são convidados a responder a um roteiro de análise contendo questões como: (a) Quais as principais características da escravidão moderna no Brasil?; (b) Em que sentido as características da escravidão moderna se diferenciam da instituída na

Antiguidade?; (c) Quais os impactos da escravidão moderna nas questões raciais contemporâneas? Apesar da tentativa de incorporar tecnologias digitais por meio de conteúdos acessíveis via *QR Code*, a proposta enfrenta obstáculos práticos, como a falta de acesso à internet e de dispositivos adequados nas escolas públicas. Além disso, o uso de termos complexos, como escravidão moderna pode gerar confusões conceituais entre os estudantes, especialmente quando não há mediação docente qualificada para contextualizar as diferenças históricas entre as formas de escravidão.

Na sequência, a *Situação de Aprendizagem 3* trata da ressignificação do trabalho e apresenta textos sobre o trabalho infantil escravizado. Apesar da importância dos temas abordados, a atividade oferece apenas uma imagem (a fotografia *Vendedora* (1864), de Christiano Júnior), reforçando o predomínio de fontes textuais. Essa escassez de recursos visuais contrasta com o perfil dos estudantes atuais, mais receptivos a linguagens multimodais. A ausência de múltiplas camadas de leitura limita o desenvolvimento do pensamento crítico.

Por fim, nota-se que, embora os livros avancem na inclusão de conteúdos sobre a escravidão e a história africana, a abordagem frequentemente reduz essas temáticas à esfera econômica, negligenciando aspectos simbólicos, políticos e culturais da resistência negra. Em ambos os volumes, a figura do sujeito escravizado aparece diluída, sem protagonismo histórico. A superação dessa lacuna depende, sobretudo, da formação crítica dos docentes e da ampliação do repertório de fontes — inclusive visuais — para além do cânone ilustrado.

99

Considerações finais

Desde 2019, as bibliotecas escolares da rede pública estadual paulista contam com exemplares de HQs como *Cumbe* e *Angola Janga*, aprovadas no edital do PNLD Literário de 2018. Essas obras, entre outras disponíveis, oferecem recursos valiosos para a implementação efetiva da Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da educação básica. No entanto, os resultados deste estudo apontam para um descompasso profundo entre a disponibilidade desses materiais e sua efetiva apropriação didática. A análise do questionário evidenciou, por um lado, a enorme receptividade dos estudantes às HQs como recurso de ensino e, por outro, uma alarmante carência de vivência escolar em torno da História da África e um desconhecimento generalizado da legislação pertinente.

Superar essa lacuna exige que as políticas públicas avancem para além da mera distribuição de materiais. É essencial transformar o potencial latente desses recursos em práticas pedagógicas consistentes e críticas. Para tanto, alguns caminhos práticos podem ser propostos para a inserção qualificada das HQs nas escolas. Em primeiro lugar, focar numa formação docente continuada e específica, pois entendemos ser fundamental a criação de programas de formação continuada para professores de História, focados não apenas no conteúdo historiográfico, mas na própria linguagem dos quadrinhos, capacitando os educadores a realizar uma avaliação crítica do material. Em seguida, o foco em desenvolvimento de projetos interdisciplinares, visto que as HQs são catalisadoras para a interdisciplinaridade. Assim, a escola deve fomentar projetos que conectem o ensino de História com as áreas de Artes (para a análise da composição visual, do traço e da cor), Língua Portuguesa (para o estudo da narrativa, dos personagens e da relação texto-imagem) e Sociologia (para a discussão sobre racismo estrutural e representatividade).

Por fim, a sugestão é a elaboração de materiais de apoio pedagógico, tais como guias e cadernos de atividades que acompanhem as HQs distribuídas pelo PNLD. Esses materiais de apoio podem oferecer contextos históricos adicionais, roteiros de discussão, sugestões de debates, atividades de análise comparativa com outras fontes (documentais, iconográficas, etc.) e orientações para a avaliação crítica das obras, ajudando a mediar a leitura e a aprofundar a compreensão dos estudantes.

Em suma, as HQs oferecem uma oportunidade singular de aproximar os estudantes dos processos históricos por meio de uma linguagem acessível, crítica e envolvente. Contudo, reconhecer e utilizar esse potencial exige ações estruturadas e intencionais que articulem política pública, formação docente e inovação pedagógica. Somente assim o ensino de História da África deixará de ser uma diretriz formal para se tornar uma prática efetivamente plural, antirracista e transformadora.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

BARROS, José D'Assunção. HQ-História: as relações da HQ como agente histórico, meio de representação da História e objeto histórico. *Revista Antíteses*, Londrina. v. 16, n. 31, p. 397-427, jan-jun. 2023.

CALLARI, Victor; GENTIL, Karoline Kunieda. As pesquisas sobre quadrinhos nas universidades brasileiras: uma análise estatística do panorama geral e entre historiadores. *Revista história, histórias*. Brasília, vol 4, n. 7, 2016.

D'SALETE, Marcelo. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2014.

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga**: uma história de Palmares. São Paulo: Veneta, 2017.

FREITAS, Décio. **Palmares**: histórias, símbolos e memória social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-109.

101

GONÇALO, Junior. **A guerra dos gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HAMZE, Amélia. **História em quadrinhos e os Parâmetros Curriculares Nacionais**. São Paulo. 2008. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/historia-quadrinhos.htm>> Acesso em: 25 mar 2021.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. São Paulo: Forense Universitária, 1988.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Pallas, 2006.

MARCELO D'SALETE. dsalete, 2022. **Biografia**. Disponível em: <<https://www.dsalete.art.br/bio.html>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

RIBEIRO, Marcus Venicio. Não basta ensinar história. **Revista Nossa História**, ano 1, n. 6, p. 76-78, abr. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Flávio. **Dicionário de escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África** – A temática Africana em Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição**. Data Grama Zero, v.6, n.2, 2005. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5643> >. Acesso em: 25 mar 2021.

MATERIAIS DIDÁTICOS

Currículo em Ação: Segunda Série, Ensino Médio, Volume 1, 1º Bimestre. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: 102
https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/01/Impress%C3%A3o_2a-Serie-EM-Aluno-MIOLO_P4.pdf

Currículo em Ação: Segunda Série, Ensino Médio, Volume 2, 2º Bimestre. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em:
https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/04/2aSerie-2oBim-EM-Aluno-site_12-04.pdf

Artigos Livres

Recebido em: 05 mai. 2025.

Aprovado em: 14 ago. 2025.

ARTIGOS LIVRES

A Antiguidade como ferramenta colonial no Norte da África: os usos do passado na criação do Projeto do Mar Interior do Saara (1874-1883)

Antiquity as a colonial tool in North Africa: the uses of the past in the creation of the Sahara Inland Sea Project (1874-1883)

Heitor dos Santos Rodrigues (heitorrodrigues.14@hotmail.com)¹
Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo

O presente artigo tem por intenção a análise dos usos do passado no projeto de criação do Mar Interior do Saara, idealizado pelo militar e geógrafo francês François Élie Roudaire, no contexto da colonização francesa no Norte da África. A proposta consistia em transformar os *chotts* (lagos salinos) do sul da Argélia e Tunísia em um novo mar, visando modificar o clima desértico e fomentar a agricultura, comércio e o assentamento de colonos europeus. Argumenta-se que Roudaire utilizou referências da Antiguidade para legitimar sua proposta, especialmente a menção de Heródoto ao lendário Mar Tritão, que, supostamente, teria existido na região. Ao analisar as fontes clássicas, o autor procurou apresentar o seu projeto como forma de restaurar esse corpo hídrico. Essa visão era reforçada com a ideia do antigo Norte da África como *celeiro de Roma*, cuja fertilidade e *civilização* também deveriam ser restauradas, ideia que foi utilizada pelos franceses para justificar o processo colonial naquele espaço, como parte da *missão civilizadora*. Dessa maneira, analisa-se as duas obras centrais de Roudaire: o artigo *Une mer intérieure en Algérie* (1874), no qual ele recorreu intensamente às fontes clássicas para legitimar uma narrativa histórica que favorecesse seu projeto, e o livro *La mer intérieure africaine* (1883), publicado após a rejeição do projeto, marcando uma mudança em sua abordagem frente às críticas às suas ideias. Conclui-se que as referências à Antiguidade foram fundamentais na construção de uma justificativa histórica para os empreendimentos coloniais franceses no Saara.

103

Palavras-chave: Antiguidade; Colonialismo; François Élie Roudaire; Imperialismo; Mar Interior do Saara; Usos do passado.

Abstract

This article analyzes the past uses of the project to create the Sahara Inland Sea, conceived by French military officer and geographer François Élie Roudaire, in the context of French colonization in North Africa. The proposal consisted of transforming the *chotts* (saline lakes) of southern Algeria and Tunisia into a new sea, aiming to modify the desert climate and promote agriculture, trade, and the settlement of European colonists. It is argued that Roudaire used ancient references to legitimize his proposal, particularly Herodotus' mention of the legendary Triton Sea, which supposedly existed in the region. By analyzing classical sources, the author sought to present his project as a way to restore this body of water. This vision was reinforced by the idea of ancient

¹ Bolsista Capes/Proex

North Africa as the *breadbasket of Rome*, whose fertility and *civilization* should also be restored, an idea that was used by the French to justify the colonial process in that space as part of their *civilizing mission*. Thus, we analyze Roudaire's two central works: the article *Une mer intérieure en Algérie* (1874), in which he drew extensively on classical sources to legitimize a historical narrative that favored his project, and the book *La mer intérieure africaine* (1883), published after the project's rejection, marking a shift in his approach to criticism of his ideas. We conclude that references to antiquity were fundamental in constructing a historical justification for French colonial enterprises in the Sahara.

Keywords: Antiquity; Colonialism; François Élie Roudaire; Imperialism; Saharan Inland Sea; Uses of the past.

1. Introdução

Em 1874, François Élie Roudaire² (1836-1885) publicaria o artigo *Une Mer Intérieure en Algérie*, na *Revue des Deux Mondes*, no qual formulou o Projeto do Mar Interior do Saara. Posteriormente, produziria o livro *La Mer Intérieure Africaine* (1883), defendendo seu empreendimento.

No Norte da África, principalmente ao sul da Cordilheira do Atlas, se encontram os *chotts*, termo local dado aos lagos de sal, que tem como característica os ciclos sazonais, frequentemente secando no verão e enchendo novamente no inverno. Os principais *chotts* interconectados estão localizados entre o sul da Argélia e Tunísia, sendo eles o *Chott el Djerid* (ou el Jerid), *Melrhir* (ou *Melghir*) e *Rharsa* (ou el *Gharsah*).

Foi nesse espaço que Roudaire imaginou implementar seu megaprojeto³, que consistia em construir um canal em Gabès, na costa tunisiana, em direção aos *chotts*, para submergir com as águas do Mar Mediterrâneo. Era estimado que essa inundação criasse um mar navegável com cerca de 8.200 km², com uma profundidade média de 24 metros (Roudaire, 1883, p. 91). Era reconhecido

² Nascido na comuna de Guéret, parte central da França, Roudaire foi um militar e geógrafo de origem burguesa. Na formação, se especializou em diversas disciplinas envolvidas com a geografia, como geodésia e topografia. No exército, foi promovido até o posto de Coronel (Puyo, 2021, p. 184-185).

³ O projeto de Roudaire se enquadra na categoria de *Megaprojeto* ou *Macroengenharia*. Por definição, os megaprojetos são, em termos técnicos, projetos de grande escala que demandam muito tempo e recursos para serem planejados, desenvolvidos e concluídos, envolvendo muitas instituições públicas e privadas e que impactam a vida de milhares de pessoas. Entretanto, do ponto de vista sociológico, os megaprojetos podem ser entendidos como instrumentos capazes de transformar as paisagens de maneira rápida, intencional e visível, exigindo a coordenação de capital e poder estatal. Nesse sentido, ao analisar a sociedade por meio de seus megaprojetos, é possível identificar suas ambições, problemas e perspectivas futuras (Söderlund *et al.*, 2017).

que a área entre o norte do futuro mar e sul do Aurès⁴, apresentava potencial para a agricultura, mas o clima árido dificultava essa realização. Era esperado, com o projeto, que o ambiente se tornasse úmido, com o aumento da pluviosidade e a consequente fertilização do território.

Em 1830, a França invadiu a Argélia sob o pretexto de represálias diplomáticas, mas com motivações ligadas ao desejo de expansão imperial e à instabilidade política interna da monarquia, então sob a dinastia dos Bourbons — que havia sido recém restaurada após as Guerras Napoleônicas (1803-1815). Embora a região fosse formalmente parte do Império Otomano, possuía significativa autonomia local. Após a captura de Argel, os franceses reivindicaram a posse do território como colônia. No entanto, houve resistência à ocupação, como as campanhas lideradas por Abd El-Kader (1832-1847), que prolongaram os combates com sua derrota, estabilizando parcialmente a região. Em 1848, a Argélia foi juridicamente incorporada ao território francês, o que a diferenciava das demais colônias do império. Mesmo assim, levou décadas para que a autoridade colonial fosse consolidada, sobretudo ao Sul da Cordilheira do Atlas (Naylor, 2000, p. 6-7).

105

Nesse contexto, incentivou-se a migração de colonos franceses e outras nacionalidades europeias⁵ (os chamados *pieds-noirs*), que se estabeleceram principalmente nas áreas férteis do norte (Naylor, 2000, p. 6-7). Segundo Nicolay A. Ivanov (2010, p. 589), esse processo foi intensificado na década de 1860, com a concessão de privilégios que garantiam o direito dos europeus em repartir e transferir as terras dos autóctones. Nesse sentido, Julia Clancy Smith (2016) descreve que essa colonização se caracterizou majoritariamente por povoamento. No entanto, houve investimentos consideráveis para melhorar a infraestrutura e expandir a produção agrícola, mas sentiam-se limitados diante dos pântanos próximos à Cordilheira do Atlas e o deserto do Saara ao sul.

No caso da Tunísia, que era formalmente um território otomano, mas com autonomia considerável, os franceses passaram a exercer crescente influência à medida que consolidavam a colonização na Argélia e o Império Otomano declinava. Dessa maneira, esse território se tornou

⁴ Região nordeste da Argélia, precisamente ao sul da Cordilheira do Atlas e próxima à fronteira da Tunísia.

⁵ Dentre as nacionalidades presentes na comunidade europeia da Argélia, destacam-se espanhóis, italianos e malteses, além de uma considerável população judaica, cuja presença remonta ao período romano-bizantino. Após o decreto Crémieux (1870), os judeus argelinos foram naturalizados franceses, mas ainda assim sofreram tentativas de assimilação cultural por parte da administração colonial (NAYLOR, 2000, p. 14, nota 62; p. 43-44).

interesse estratégico e científico para os europeus, tendo sido explorado por militares, engenheiros e geógrafos — como o caso de Roudaire. A presença francesa foi formalizada em 1881, com o estabelecimento do Protetorado, após a assinatura do Tratado do Bardo. Embora o governo local tenha sido mantido, em aparência, o controle efetivo passou aos franceses, que passaram a explorar os recursos naturais e impor reformas administrativas e econômicas (Çoban, 2021, p. 205-206).

Roudaire (1874, p. 325-326) desenvolveu suas ideias quando convocado para realizar uma missão de levantamento topográfico na Argélia, na qual constatou que o *Chott Melrhir*, próximo a *Biskra*, estava abaixo do nível do mar. Baseado nesses dados, ele retomou fontes clássicas e observou a suposta existência de um antigo mar no Saara, denominado Tritão, que havia trazido prosperidade aos povos líbios. Após um desastre natural, esse mar teria desaparecido, tornando a região árida. Acreditava-se que a bacia dos *chotts* correspondia a essa localidade. Inspirado no recente sucesso do Canal de Suez⁶, Roudaire concluiu que bastaria realizar um projeto semelhante na costa de Gabès para *restaurar* a naturalidade do Aurès.

O objetivo era criar um mar evaporativo para umidificar o clima, tornando o território propício para a agricultura e a colonização europeia. Esperava-se um aumento do poder imperial francês sobre o Mediterrâneo e no restante do continente africano, com o novo mar se convertendo em um importante posto comercial e marítimo, resultando efetivamente a Argélia em uma extensão da França (Roudaire, 1883, p. 95-96).

Dessa maneira, o projeto pode ser caracterizado como uma iniciativa de perfil imperialista⁷ e utópico⁸, ao buscar moldar o território norte-africano para atender aos interesses coloniais, sustentada por uma crença no progresso capaz de transcender os limites da natureza e idealizando uma próspera sociedade europeia estabelecida de forma definitiva no continente.

⁶ O Canal de Suez, localizado no Egito, foi inaugurado em 1869, conectando o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Promovido por Ferdinand de Lesseps, o projeto foi amplamente celebrado como um feito da engenharia moderna e um marco da capacidade europeia em remodelar a natureza. Seu sucesso inspirou uma série de empreendimentos de grande escala, muitos dos quais associados à expansão colonial, entre eles, o projeto do Mar Interior de Roudaire.

⁷ De modo geral, o imperialismo, para Edward Said (2011), refere-se à prática de domínio político e ideológico de uma metrópole sobre territórios distantes, sustentado por narrativas que legitimam tal autoridade. Mary Louise Pratt (1999) complementa essa perspectiva ao destacar o papel do *domínio da paisagem*, em que a geografia e os relatos de viagem transformam espaços coloniais em projeções dos interesses europeus, como evidência a proposta de transformar o deserto do Saara.

⁸ Ruth Levitas (2010) argumenta que a Utopia, mais do que uma visão idealizada, é um método para explorar desejos e possibilidades de transformação social. Ela vê a Utopia como uma expressão do desejo humano por uma sociedade melhor, que funciona como um instrumento para a crítica social e a análise das possibilidades de transformação. Nesse sentido, a Utopia serve como um espaço onde as aspirações humanas por mudanças sociais podem ser exploradas, examinadas e debatidas, refletindo tanto os anseios quanto às limitações das sociedades que a produzem.

O projeto teria efetivamente início com sua apresentação no artigo *Une Mer Intérieure en Algérie* (1874), publicado pela revista *Revue des Deux Mondes*, o qual foi avaliado pela academia francesa e aceito para financiamento. Com o apoio de Ferdinand de Lesseps (1805-1894)⁹, Roudaire realizou expedições na Tunísia para calcular as áreas de inundações e o custo do projeto, o qual acabou saindo em valores exorbitantes do que inicialmente previsto.

Além disso, houve críticas e preocupações com os potenciais efeitos negativos no meio ambiente, além das incertezas sobre a viabilidade e promessas de melhoria da colonização. Esses fatores tiveram um peso considerável na decisão do governo francês em rejeitar o projeto (Roudaire, 1883, p. 55-56)¹⁰.

Como resposta, Roudaire publicou o livro *La Mer Intérieure Africaine* (1883), no qual realizou uma apresentação histórica do desenvolvimento de suas ideias, além da contínua defesa e respostas aos críticos da proposta do Mar Interior. Entretanto, o repentino falecimento do autor acabaria levando o projeto ao esquecimento. Cabe destacar a forma como os usos do passado estão presentes nas obras de Roudaire, pois tratou-se de um elemento importante que ele usou para legitimar seu trabalho.

Nas últimas décadas, o uso do passado, enquanto categoria analítica, tem sido influenciado pelas reflexões do pensamento pós-colonial. Entre os principais objetivos dessa abordagem, destaca-se a “urgência de se repensar os conceitos empregados para o estudo do passado” (Silva *et al.*, 2017, p. 5), sobretudo aqueles formulados no século XIX, os quais consolidaram uma visão problemática da Antiguidade. Os debates promovidos pelo grupo de pesquisa *Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado* têm enfatizado a ideia da Antiguidade como uma presença posterior que se mantém ativa, sendo constantemente ressignificada a partir de diferentes contextos contemporâneos (Silva *et al.*, 2017, p. 5).

Segundo Douglas Cerdeira Bonfá (2016, p. 16-17), com o advento da modernidade, o passado greco-romano passou a ser valorizado, visto como exemplo a ser seguido e,

⁹ Foi um empresário e diplomata francês, é reconhecido por participar da construção dos canais de Suez e do Panamá, além da ligação com o sansimonismo. Era também um aliado próximo a Roudaire, ajudando-o a divulgar o projeto aos acadêmicos e políticos franceses, sem mencionar a sua escrita do prefácio e auxílio na publicação do livro *La Mer Intérieure Africaine* (1883).

¹⁰ Roudaire anexou em seu livro o relatório que concedia um parecer negativo ao seu projeto, enviado por Charles de Freycinet (1828-1883), ministro das Relações Exteriores, ao então presidente Jules Grévy (1807-1891), que aceitou o parecer e nisso negou o financiamento e continuidade do Mar Interior.

principalmente, usado como forma de legitimação. O autor analisa que “a herança clássica constituiu um elemento vital nos modos como se tem imaginado e manipulado o mundo” (Bonfá, 2016, p. 20). Nesse sentido, a antiguidade clássica foi retomada, recriada e reinterpretada, conforme os interesses das potências europeias do século XIX (Bonfá, 2016, p. 21).

De forma semelhante, Renata Cardoso Belleboni-Rodrigues (2017, p. 157-159) observa que, entre os séculos XVIII e XIX, as pesquisas históricas estavam profundamente condicionadas e inseridas pelos contextos políticos e ideológicos, o que levou a questionáveis interpretações do passado. Segundo a autora, a História foi frequentemente utilizada como instrumento de legitimação da dominação, gerando narrativas distorcidas, moldadas e ressignificadas conforme os interesses da época. Outrossim, Margarita Díaz-Andreu (2018) aponta que a arqueologia emergiu nesse cenário como um campo que buscava construir um passado que reforçasse a identidade e os projetos nacionais. As escavações arqueológicas passaram a ter um papel central na produção de uma memória nacional, por meio da descoberta e apropriação de vestígios históricos.

No caso do Norte da África, a admiração pelo passado clássico levou a uma busca arqueológica nos territórios coloniais, pois os vestígios romanos eram associados à origem da civilização ocidental, além de legitimar a colonização francesa (Díaz-Andreu, 2018, p. 13). Desse modo, “o resultado das escavações é a tomada dos símbolos do poder romano como símbolos do próprio poder da França” (Belleboni-Rodrigues, 2017, p. 153). Não por acaso, os militares, como Roudaire, estavam diretamente envolvidos nas escavações e nos estudos geográficos da região, e realizavam constantes comparações com o passado romano¹¹.

Ciente da importância do passado clássico para embasar suas ideias, Roudaire elaborou seu projeto com base em uma leitura aprofundada de textos antigos, usados para legitimar e comprovar supostamente a existência histórica do Mar Interior, argumentando que algo natural poderia ser facilmente recriado.

Apesar das preocupações acadêmicas quanto às consequências ambientais, Roudaire destacou dados que apontavam para uma antiga prosperidade agrícola causada pelo Mar Interior,

¹¹ Ademais, assim como a História, a Geografia estava nesse período em formação e servia aos interesses nacionais e coloniais, devido ao seu papel crucial na produção de material cartográfico e na delimitação de territórios. Segundo Mizan (2012, p. 153-154), através da geografia e relatos de viagens (no qual poderiam relatar artefatos culturais ou arqueológicos), o imperialismo intensificou a objetificação da terra explorada para simplificar o seu uso e apropriação.

evocando, assim, a glória de um passado almejado, o que contribuiu para o aumento de interesse em seu trabalho. Esses aspectos foram relevantes para convencer o governo francês a financiar as expedições, reforçando o alinhamento da proposta aos interesses coloniais.

Os usos do passado foram essenciais para a construção do Projeto do Mar Interior, pois seu embasamento estava na análise histórica. Era esperado, eventualmente, que um geógrafo oitocentista utilizasse primariamente as evidências terrestres para respaldarem seu trabalho, mas no caso de Roudaire é o contrário, com as fontes da Antiguidade sendo o elemento principal e os dados geográficos como complementares. Assim, a análise irá abordar o contexto de elaboração do projeto, das influências que levaram à escolha de certos textos clássicos e a importância deles ao longo da narrativa.

2. As Possíveis Influências e o mito do Mar Tritão

Antes de abordar o artigo *Une Mer Intérieure en Algérie* (1874), é importante destacar a questão do Mar ou Lago Tritão, um problema geográfico e histórico do período, que serviu como uma das principais bases para a proposta de Roudaire.

Esse corpo d'água é mencionado na obra *Histórias*, de Heródoto, especificamente no Livro IV – *Melpômene*. Ao narrar a viagem de Jasão, o autor grego refere-se à existência do grande rio Tritão, que deságua em um vasto lago ou mar homônimo, cujas margens eram habitadas por povos líbios (Heródoto, 2006, p. 378–379). O detalhe que mais atrairia a atenção nessa narrativa foi o fato de Jasão ter sido levado por uma correnteza em direção ao interior do *Aurès*, sugerindo uma antiga conexão entre o Mar Tritão e o Mediterrâneo.

Outros autores clássicos também descreveram sobre a geografia do Norte da África, com suas informações sendo posteriormente associadas à Heródoto. Esses relatos alimentaram a imaginação de restauração do antigo ambiente, com os geógrafos e exploradores indicando a região costeira de Gabès como a antiga abertura entre os dois mares. Roudaire, no entanto, forneceu poucos detalhes sobre como acessou às fontes antigas, permanecendo ambígua a maneira como utilizou os textos clássicos para conferir legitimidade histórica ao seu projeto.

Segundo Numa Broc (1987), as pesquisas de Roudaire tinham como respaldo uma longa corrente de geógrafos europeus que estudaram o Magrebe. Alguns deles — antes da conquista francesa da Argélia — já associavam o deserto como um antigo mar que secou, como os ingleses

Thomas Shaw (1694-1751) e James Rennell (1742-1830), que foram um dos primeiros a associarem a bacia dos *chotts* com o Mar Tritão (Puyo, 2021, p. 189).

Da mesma forma, Conrad Malte-Brun (1775-1826) destacou que Diodoro da Sicília mencionou sobre uma região chamada Hespérides, no qual supostamente existiu um grande lago que teria secado como consequência de um terremoto. Essa narrativa foi associada à descrição de Heródoto sobre o Mar Tritão, reforçando a ideia do Saara como um antigo *mar que secou*. Essas especulações contribuíram para a formação de um mito que inspirou projetos ambiciosos voltados para a reconstrução do *Mar do Saara*, ideia amplamente compartilhada entre militares, geógrafos e exploradores (Broc, 1987, 303-304).

Segundo David J. Mattingly (2014), os militares franceses foram ativos nas missões de levantamento geográfico e pesquisa arqueológica do Magrebe. Com a descoberta da altitude negativa do *Chott Melrhir*, somado aos indícios geológicos de presença de rios ou lagos antigos, fortaleceu-se a crença de um antigo mar e clima úmido que remontavam ao passado clássico.

Tem-se como exemplo Virlet d'Aoust (1800-1895) que após estudar o *Chott Melrhir*, afirmou que o lago estava abaixo do nível do mar. Essa descoberta alinhou com os antigos comentários de Shaw, Rennell e Malte-Brun, levando Virlet d'Aoust também a concluir que existia na Antiguidade um mar que banhava a parte sul do Atlas (Broc, 1987, p. 325).

Pouco tempo depois, o engenheiro Charles Dubocq (1820-1873) defendeu esses estudos (Bendjoudi; Letolle, 1999). Outrossim, os militares e acadêmicos Ernest Carette (1808-1889) e Claude Rozet (1798-1858) também qualificaram as ideias de Virlet d'Aoust, ao atribuir mais evidências que apontavam a localização central do Mar Tritão no *Chott Melrhir* e o que Uádi Djedi correspondia ao antigo Rio Tritão (Puyo, 2021, p. 190). Além disso, Carette e Rozet teorizaram que o isolamento dessa região com Mediterrâneo teria ocorrido devido ao acúmulo de sedimentos na costa tunisiana, através das correntezas, levando ao paulatino ressecamento até formar os atuais *chotts* (Broc, 1987, p. 325).

Henri Duveyrier (1840-1892)¹², que era associado ao sansimonismo¹³, também chegou às mesmas conclusões de Carette e Rozet sobre a formação do *istmo* — uma estreita faixa de terra que separa dois mares — de Gabès através do acúmulo de sedimento. Estimou-se que a faixa de terreno arenoso que separava a costa do *Chott el Djerid* tinha cerca de 18 quilômetros (Roudaire, 1874, p. 334)¹⁴.

Esse ponto seria importante para que os franceses imaginassem um megaprojeto nos moldes do canal do Suez, pois com a ideia da região de Gabès como um *istmo*, bastaria apenas modificar essa formação para restaurar o corpo hídrico¹⁵. Por conseguinte, era estimado que o empreendimento fosse viável e de baixo custo, além de estar, teoricamente, devolvendo a antiga natureza da região.

Antes de Roudaire, o geógrafo e naturalista Charles Martins (1806-1889), seria um dos primeiros a defender essa ideia e descrever com detalhes como um projeto poderia ser elaborado para restaurar o Mar Interior (Roudaire, 1874, p. 338).

De acordo com Jean-Yves Puyo (2021, p. 190), na obra *Du Spitzberg au Sahara* (1866), Martins reconsiderou as opiniões anteriores sobre a existência de um mar na atual bacia dos *chotts*,

111

¹² Era um geógrafo e explorador francês, filho de Charles Duveyrier (1803-1866) que era discípulo de Saint-Simon (1760-1825). Apoiado e financiado por outros grupos sansimonianos, realizou viagens para documentar a natureza do Saara, tendo publicado importantes obras para a geografia do período. Por estudar a hidrografia da região e ter acumulado prestígio entre os acadêmicos, Duveyrier acabou sendo muito citado por Roudaire, principalmente nos pontos em que ele precisou reforçar os dados geográficos.

¹³ O sansimonismo, criado pelo Conde de Saint-Simon (1760-1825), foi uma corrente que surgiu em resposta ao Liberalismo e a Revolução Francesa, promovendo a associação universal para restabelecer o vínculo social em bases pacíficas e cooperativas. Segundo Tomasello (2015), o movimento compartilhava de ideias utópicas, porém, sofreria divergências após a morte de seu líder, com alguns dos principais seguidores se distanciando ou adotando abordagens contraditórias, substancialmente no apoio de projetos coloniais. Neste aspecto, Hadj Ali (2006) afirma que a herança intelectual de Saint-Simon era convergente com os valores de superioridade do ocidente, respaldados pelo positivismo e iluminismo. Inserido no contexto do progresso tecnológico e da ciência moderna do século XIX, o sansimonismo defendia a superação das barreiras naturais por meio de grandes empreendimentos, como o Canal de Suez. Seus principais expoentes, incluindo Ferdinand de Lesseps, Michel Chevalier e Barthélemy Prosper Enfantin, legitimaram a colonização da Argélia como uma *missão civilizadora*, conectando Oriente e Ocidente sob a modernidade europeia.

¹⁴ Duveyrier originalmente se refere ao *chott Nefzaoua*, mas, atualmente, essa nomenclatura não designa um lago salino específico, e sim uma região que se estende do Chott el Djerid ao Grande Erg Oriental. Roudaire posteriormente modificou essa referência, sugerindo alteração nos nomes dos *chotts* conforme os avanços nos estudos geográficos ou redefinições cartográficas. Além disso, ao verificar a localização, nota-se que o Chott el Fejaj é o mais próximo da costa, a cerca de 20 quilômetros de Gabès. Como está conectado ao Chott el Djerid, isso pode indicar que no período de escrita do artigo era considerado como único lago de sal, embora no livro de Roudaire (1883) já seja encontrado referência ao Chott el Fejaj.

¹⁵ Segundo Peyras e Troussset (1988, p. 154), a obra *Géographie comparée de la province romaine d'Afrique* (1863), do diplomata e arqueólogo Charles Tissot (1828-1884), auxiliou no processo de correlação entre os usos do passado com o Projeto do Mar Interior. Embora focado na fertilidade da África romana, o autor foi influenciado por Carette ao abordar sobre o Mar Tritão. Ao retomar Heródoto, Pseudo-Cílix e Pompônio Mela, Tissot também presumiu que havia uma abertura na região de Gabès que conectava o Mediterrâneo com os *chotts*. Esta passagem teria sido paulatinamente fechada a partir do acúmulo de sedimentos, formando assim o *istmo*, o que eventualmente explicaria as tentativas das fontes romanas em descrever Tritão como um lago isolado. Nisso, observa-se que essa obra seria de influência para Charles Martins e, por consequência, Roudaire.

tendo como principal evidência a baixa altitude e os vestígios geológicos. O autor também defendeu a ideia de um paulatino acúmulo de sedimentos nos arredores de Gabès, o tornando assim um *istmo*. Dessa maneira, bastaria apenas a construção de um canal para criar o *Báltico do Mediterrâneo* (Puyo, 2021, p. 190).

Doravante, influenciado por Martins e Duveyrier, Georges Lavigne¹⁶ publicou o artigo *Le percement de l'Isthme de Gabès* (1869), que antecipava ideias semelhantes às defendidas por Roudaire — ainda que este não tenha citado ou feito referência à obra¹⁷. Utilizando o caso de Suez, a partir da melhora do clima através do aumento dos lagos *Bitter* e *Timsah*, o autor (1869, p. 7) conclui que isso poderia se repetir em uma escala maior no Magrebe, proporcionando a expansão da agricultura e das rotas comerciais: “Faremos assim de toda a região entre Aurès e os *chotts* um novo delta do Nilo” (Lavigne, 1869, p. 13)¹⁸.

Em relação ao passado clássico, Lavigne (1869, p. 16) se alinha com Martins ao afirmar que a expulsão dos romanos da região foi acompanhada com o fim da *civilização* que forneciam, levando à degradação ambiental e ao avanço do deserto. Entretanto, a distinção ocorre quando Lavigne ressalta a participação da natureza nesse processo, embora considere a necessidade de uma *civilização* para impedir a arenização, colocando a colonização francesa como solução (Lavigne, 1869, p. 4).

O caso desses autores exemplifica um problema que seria posteriormente custoso para Roudaire, que era a tentativa de atribuir a formação dos *chotts* no passado clássico. Essa questão era, em parte, devido à formação da Geologia como ciência. Por consequência, havia debates ou objetos pouco explorados, como a idade da Terra, os tempos geológicos, além da influência religiosa, que criava desacordos, principalmente na ideia de existir um passado anterior à existência da humanidade¹⁹.

¹⁶ Não foi possível encontrar as datas de nascimento e morte.

¹⁷ De acordo com Puyo (2021, p. 189-190), Roudaire teria plagiado Lavigne por não o ter referenciado, dado a semelhança entre os artigos e o período que os separa. Por outro lado, não houve acusação por parte dos acadêmicos, mesmo Roudaire sendo criticado pelo seu projeto, com a exceção de pequenas menções ao fato de Lavigne ter anteriormente proposto a ideia de construir um canal em Gabès, mas sem expor explicitamente o caso de plágio. De qualquer forma, a proposta de Lavigne não ganhou destaque e seria rapidamente solapada, com Puyo atribuindo o apoio de Ferdinand de Lesseps a Roudaire como um dos maiores motivos.

¹⁸ “Nous ferons ainsi de toute la région comprise entre l'Aurès et les Chotts un nouveau delta du Nil” (tradução nossa).

¹⁹ A questão da desertificação do Magrebe, ao longo da história, foi amplamente debatida, principalmente se o processo havia sido acelerado pela atividade humana. Durante as alterações climáticas do Holoceno, a região passou geologicamente por períodos

Segundo Mattingly (2014, p. 55-56), a maioria dos europeus viu a *barbárie* introduzida pela conquista muçulmana como início do declínio ambiental do norte da África, em contraste à *civilização* que era garantida por Roma. O autor esclarece que o imperialismo francês se baseava fortemente no passado romano, por isso justificavam suas ações como forma de restaurar a antiga natureza daquela região. No entanto, o início do declínio da fertilidade do Magrebe pela conquista muçulmana iria, eventualmente, entrar em contraposição, pois os defensores do Mar Interior atribuíam o desaparecimento do mesmo durante o período romano.

Essa questão seria um dos problemas encontrados nos textos que defendiam a (re)criação do Mar Interior. A localização do Mar Tritão, bem como sua extensão, duração e o pouco entendimento se era conectado com o Mediterrâneo ou isolado na forma de um lago, se tornaria um objeto exaustivo nos debates.

Henri Boutillier de Beaumont²⁰ (1884, p. 143-144) considerou que as fontes e cartografias do período clássico não eram muito precisas, entravam em divergência e as evidências geográficas apontavam para um passado muito distante. Outrossim, Duveyrier havia admitido a dificuldade em encontrar antigos sinais de abertura para o Mediterrâneo (Roudaire, 1874, p. 334), além de ter declarado que a busca pelo Mar e Rio Tritão seria objeto de debates intermináveis:

Vemos que a assimilação do nome de Tritão ou Tritonis a um uádi e a um sebkha (depressão salina) da África sempre se prestará a dissertações intermináveis, como se sem utilidade, cuja base será tal e tal passagem bem ou mal compreendida, de um autor clássico bem ou mal informado (Peyras; Trouset, 1988, p. 149)²¹.

Lavigne também ressaltou o problema, antes mesmo do projeto de Roudaire, considerando a ineficácia das fontes para encontrar os antigos vestígios:

Marcamos em alguns mapas o ponto onde as águas que deixam de fluir na superfície desaparecem sob as areias. Foi aqui que os rios e o lago se encontravam? A antiguidade não pode nos informar a esse respeito.

Ela apenas nos conta que havia um lago, um rio e um porto muito grande. Não nos dá informações exatas sobre a profundidade e extensão do lago, sobre o regime do rio e, mesmo que nos desse, não seria de nenhuma utilidade (Lavigne, 1869, p. 11)²².

alternados de aridização e umidificação, mas é amplamente constatado que esse espaço era no período clássico mais fértil e verde quando comparado com a contemporaneidade (Pausata *et al.*, 2020, p. 237-238).

²⁰ Não foi possível encontrar o ano de nascimento e falecimento.

²¹ “On voit que l'assimilation du nom de Triton ou Tritonis à un ouâd et à une sebkha d'Afrique prêterait toujours à des dissertations sans fin, comme sans utilité, dont le fond sera tel passage bien ou mal compris, d'un auteur classique bien ou mal renseigné”. (tradução nossa).

²² “On a marqué sur quelques cartes le point où les eaux cessant de couler à la surface disparaissent sous les sables. Est-ce là que se rencontraient autrefois les fleuves et le lac? L'antiquité ne peut nous renseigner à cet égard.

Dessa maneira, o uso dos documentos da Antiguidade para legitimar os projetos coloniais criou problemas diante das faltas de evidências, além dos novos dados geográficos que apontavam para um passado mais distante.

De acordo com Broc (1987, p. 325), a questão do Mar Tritão se caracteriza como um mito da geografia grega aproveitado pela Ciência Moderna, somado a visão estereotipada que os intelectuais tinham do Saara a partir das fontes clássicas, dos quais algumas haviam sido traduzidas e comentadas de forma questionável por Leão, o africano (1494 - cerca de 1554). Mas, conforme novos estudos e relatos de viagem apontaram para uma geografia incoerente com as interpretações dos textos históricos, surgiram debates e questionamentos que acompanharam o desenvolvimento do projeto de Roudaire.

3. O uso de fontes clássicas em *Une Mer Intérieure en Algérie* (1874)

Neste artigo, não houve a escolha do autor em focar nas questões de engenharia e funcionalidade do canal. Como geógrafo e militar, era esperado que Roudaire concentrasse a análise da viabilidade geográfica e nos possíveis impactos na geopolítica do território. Contudo, elas se tornam secundárias diante da importância da comprovação histórica do Mar Tritão e seus benefícios nos povos antigos. 114

O objetivo está em enfatizar que o projeto não visa a modificação ou a criação de algo novo naquele espaço, mas sim uma restauração. Sua narrativa é embasada no entendimento que o Mar Interior foi, paulatinamente, deixando de existir a partir do período romano, com a conquista muçulmana encerrando o apogeu agrícola. No final do artigo, Roudaire garante que, com a restauração do mar, o clima se tornaria propício para a vinda de mais colonos, expansão da agricultura e ampliação das rotas comerciais, tornando-se assim uma conquista que “o homem jamais terá feito na natureza” (Roudaire, 1874, p. 350)²³.

Como exposto anteriormente, Roudaire recorreu a autores que eram exploradores, geógrafos e militares, mas poucos eram historiadores de formação plena. Embora se possa

Elle nous dit seulement qu'il y avait un lac, un fleuve et un très-grand (sic) port. Elle ne nous donne pas de renseignements exacts sur la profondeur et l'étendue du lac, sur le régime du fleuve, et quand elle en donnerait, ils ne serviraient de rien” (tradução nossa).

²³ “l'homme aura jamais faites sur la nature” (tradução nossa).

considerar que esses profissionais não estiveram diretamente envolvidos na discussão sobre o Mar Tritão, essa escolha pode ter sido influenciada pela própria formação de Roudaire como geógrafo e militar, que lhe proporcionou maior familiaridade com os autores citados acima²⁴.

Outro fator a ser considerado nos estudos de Roudaire é a eventual direção narrativa ou analítica que favorece as suas ideias. Em outras palavras, a concepção de que o pesquisador encontra a narrativa que deseja em sua fonte, algo considerado problemático diante de análises controversas do contexto oitocentista²⁵.

Mesmo que Roudaire não fosse historiador, o seu trabalho com as fontes clássicas poderia conter a ausência de olhar crítico diante de textos considerados por ele como verdadeiros. Na verdade, uma das eventuais razões das escolhas dessas fontes, para dar legitimidade histórica ao Mar Interior, era devido à crença de que certos documentos escritos eram incontestáveis. Esse ponto também pode ser reforçado quando considerado o fator do artigo passar por uma avaliação, no qual trazer autores da Antiguidade e referenciar figuras reconhecidas (como Duveyrier) favoreciam as chances de aprovação.

115

De qualquer forma, a questão do Mar Tritão ganhou centralidade no artigo de Roudaire. Era estimado que sua localização fosse na região dos *chotts*, com o seu centro sendo no Chott Melhrir. Além disso, respaldado pelos estudos anteriores, a escolha de Gabès como local de abertura do canal não era exclusivamente por fatores técnicos, pois considerou esse espaço como ponto de ligação original do Mar Interior com o Mediterrâneo.

Roudaire (1874, p. 335) afirma que Heródoto foi o primeiro a fornecer detalhes do Mar ou Baía de Tritão, no qual o analisou e estimou sua extensão original em média de 320 km de

²⁴ Todavia, Henry Clifford Darby (2020) afirma que as fronteiras entre a História e Geografia eram finas, grande parte devido à ausência de consolidação no entendimento das áreas e objetos de cada disciplina, as quais não podem ser confundidas com os debates de interdisciplinaridade — pois ganharam força apenas no século XX. No caso da França, Darby usa o exemplo de Jules Michelet (1798-1874) que dava importância às pesquisas geográficas para construir as histórias nacionais, pois a nação (e a sua história) eram constantemente definidas pelos espaços que ocuparam. Casos como esse inspiraram outros historiadores franceses a utilizarem a geografia como introdução nos seus trabalhos. Consequentemente, os geógrafos também passaram a dar crescente importância ao fundo histórico em seus objetos de estudo. O resultado foram as tentativas de “explicar a história pela geografia e a produzir sentenças do tipo ‘a história é governada pela geografia’, ‘a história é a geografia em movimento’, ‘a história é a geografia acumulando-se a juros compostos’” (Darby, 2020, n.p.).

²⁵ Dentro do campo da História, José d’Assunção Barros (2019) observou a forma como os textos antigos eram tratados no século XIX, especialmente por Charles Seignobos (1854-1942) e Charles-Victor Langlois (1863-1929), que compartilhavam a visão dos documentos já estarem prontos, “à espera do historiador, e de que os mesmos conteriam informações imobilizadas, prontas para serem extraídas” (Barros, 2019, n.p.). Em contraste, Lucien Febvre (1878-1956) destacou “o fato de que a própria documentação é delimitada ou constituída pelo historiador a partir do problema histórico que ele tem em vista, e no próprio ato da operação historiográfica” (Barros, 2019, n.p.).

comprimento e 60 km de largura²⁶. O corpo hídrico volta a ser mencionado na obra *Périplo do Mediterrâneo*²⁷, confirmando novamente para Roudaire a localização na atual bacia dos *chotts*, com a ligação com o Mar Mediterrâneo estando na costa do Golfo de Gabès.

Além disso, o militar francês cita Duveyrier, que havia identificado mais elementos do antigo mar no atual Chott el Djerid, próximo à cidade de Gabès (Roudaire, 1874, p. 328-329). Entretanto, ao observar a possível comunicação com o Mar Mediterrâneo, Roudaire (1874, p. 327-328) percebeu que essa informação é ausente nas fontes romanas.

Pompônio Mela escreveu sobre a geografia do Norte da África, citando a existência do Lago Tritão (também denominado como Lago Pallas), não recebendo mais alcunha de mar. Isso levou Roudaire (1874, p. 329) a teorizar que a comunicação com o Mediterrâneo havia deixado de existir, levando a uma gradual redução das águas no interior. Outro ponto que reforçou essa visão, foram as descrições de Pompônio sobre as áreas áridas com traços de vida marinha, próximas à Constantina, na Argélia.

Com o auxílio dos estudos de Duveyrier, Roudaire observou nos escritos de Cláudio Ptolomeu a existência de uma bacia de lagos próximos a Cartago, o qual se enquadrou nos atuais *chotts*. Isso levou Roudaire a reforçar a hipótese que o antigo Mar Tritão havia diminuído em volume até formar os lagos salinos (Roudaire, 1874, p. 330-331).

No entanto, ainda havia o problema da localização do suposto Rio Tritão, pois Ptolomeu dava sua origem no desconhecido Monte Vasaletus. Nesse ponto, Roudaire (1874, p. 331-332) sugere alteração no sentido do termo *tritão*, pois a localização do rio estava entrando em conflito com a geografia da região. Ele ressalta que os antigos gregos não restringiam esse termo a somente um tipo de corpo hídrico. Nesse sentido, Ptolomeu estaria se referindo a *tritão* como uma série de córregos ou riachos que ligavam *chotts*, formando assim uma bacia hidrográfica.

²⁶ “La baie de Triton pouvait occuper une surface de 320 kilomètres de longueur sur 60 kilomètres de largeur” (tradução nossa).

²⁷ Atualmente nomeado como *Périplo de Pseudo-Cílix*, pois a autoria de Cílix de Carianda é questionada por historiadores. Além disso, Roudaire atribui a fonte como pertencente ao século II a.C., algo que também foi posteriormente reavaliado, sendo considerado provável a escrita ter ocorrido no século IV a.C. (Matijašić, 2017).

É importante ressaltar que Roudaire não informou se as fontes estavam traduzidas ou comentadas por outro autor, além de não ter citado diretamente trechos da fonte, com a exceção de palavras ou nomes²⁸.

Por fim, o autor traz Diodoro da Sicília e retoma Pseudo-Cílax, para comprovar que a atual cidade Tozeur, próxima ao *Chott el Djerid*, estava descrita nas fontes como uma suposta cidade que os líbios aproveitaram as vantagens do antigo mar (Roudaire, 1874, p. 333).

Com base nessas informações, Roudaire sintetiza que, na época de Heródoto, o Mar Tritão era ligado ao Mediterrâneo. Mas, no período romano, essa conexão havia sido cessada, causando um ressecamento até formar os atuais lagos de sal. Contudo, o autor deixa explícito a falta de dados concretos nas fontes que ligam com as informações geográficas do seu presente.

Roudaire (1874, p. 333-334)²⁹ então reconhece que a memória do Mar Tritão havia sido vagamente transmitida. Essa informação pode confirmar que, apesar da leitura de diversos documentos, a existência histórica do Mar Interior era incerta, não havendo solidez nos dados. Esse problema também era geográfico, pois a insistência de conectar os vestígios geológicos com os textos clássicos criou inconsistências.

Um exemplo é como a conexão com o Mediterrâneo foi cessada, cuja rápida formação de terra no período romano não seria naturalmente concreta. Se apoiando na bibliografia, Roudaire reforçou a hipótese do crescente acúmulo de sedimentos devido à baixa força da correnteza, aliado à falta de uma contracorrente para quebrar esses depósitos. Esse contínuo processo levaria também à redução da profundidade do mar, formando assim as atuais planícies ao redor dos *chotts* (Roudaire, 1874, p. 336).

Parafraseando Martins (1864), os lagos de sal seriam uma herança desse antigo período geológico, e bastaria apenas quebrar o *istmo* de Gabès para o mar se formar novamente (Roudaire, 1874, p. 338). Em contraste, Broc (1987, p. 327) ressaltou que alguns estudiosos do período criticaram Roudaire e seus aliados por confundirem mares geológicos com históricos, pois o primeiro tinha melhor embasamento, enquanto o segundo era carregado de dúvidas.

²⁸ Como apontado anteriormente, Broc (1987, p. 325) sugere que as fontes utilizadas pelos defensores do Mar Interior teriam sido traduzidas e comentadas por Leão, o Africano. Por conseguinte, se torna provável que Roudaire também as tenha utilizado.

²⁹ “Le souvenir de l'ancienne baie de Triton s'est transmis vaguement jusqu'à nous” (tradução nossa).

No restante do artigo, Roudaire buscou comprovar que seu projeto era viável e de baixo custo, estimando os ganhos que a França obtería com o novo mar. Além disso, abordou sobre o *celeiro de Roma* para reforçar a antiga fertilidade da província romana da África. Porém, esse ponto é mais aprofundado em seu livro. Após a publicação do artigo, Roudaire obteve aprovação do governo francês para iniciar as expedições à Tunísia.

4. Os usos do passado em *La Mer Intérieure Africaine* (1883) e o *celeiro de Roma*

O contexto por trás da escrita deste livro impactou a visão que Roudaire tinha das fontes. No período em que realizava as expedições, o projeto foi constantemente questionado sobre os potenciais danos ambientais e econômicos, além do problema de análise das evidências geográficas com as históricas, na tentativa de comprovar um antigo mar na região. Diante da rejeição, Roudaire buscou continuar defendendo seu trabalho, com o livro servindo para angariar mais apoio, como observado na sua estrutura que facilita o leitor a conhecer sobre o Mar Interior.

Grande parte da obra se caracteriza como uma história do megaprojeto: do seu desenvolvimento, expectativas, resumo das expedições, das críticas, dos contra-argumentos a estes e, por fim, a rejeição final. Ao analisar os usos do passado, Roudaire optou por reprisar muitas das informações que já haviam sido expostas em seu artigo.

Embora tenha focado em responder às críticas dirigidas às questões técnicas e econômicas do seu projeto, Roudaire optou por, com poucas exceções, ocultar os detalhes das críticas dirigidas aos problemas apontados em suas análises históricas. Eventualmente, devido à dificuldade em respondê-las de forma concreta.

Há como exemplo a questão da costa de Gabès, na qual Roudaire tentou, a partir das fontes antigas, configurar aquele espaço como um *istmo* existente desde a Antiguidade. No entanto, as expedições realizadas à região demonstraram que a constituição geológica do território contradiz essa hipótese: não havia, em escala histórica, indícios de uma abertura e formação posterior de faixa estreita de terra separando dois mares.

Em resposta, Roudaire (1883, p. 30-31) defendeu a existência do *istmo*, mas que o seu terreno submerso seria originalmente muito elevado. Porém, o autor rapidamente altera seu discurso ao declarar que seu projeto era independente das questões históricas e apenas centrado na geografia física.

A adoção desse posicionamento se torna problemática, pois grande parte do seu artigo estava sustentado pela discussão histórica. Um dos claros objetivos era a tentativa de comprovar a existência histórica do Mar Tritão e que o projeto poderia ser viável. Foram comentadas múltiplas fontes que iam dos antigos gregos até os viajantes muçulmanos do medievo.

Essa mudança, possivelmente, surgiu diante da dificuldade de Roudaire em responder de forma concreta os problemas de análise histórica. Entretanto, essa escolha não causa estranhamento quando contraposta ao objetivo do livro — que era de angariar apoio público ao projeto. Se Roudaire tivesse exposto a maioria das críticas, com suas respectivas informações e tentasse debatê-las, o efeito poderia ser o oposto nos leitores, pois viriam que o projeto teria mais problemas de sustentação. Isso poderia descredibilizar ainda mais o autor, no momento em que sua imagem já era negativa pela rejeição dos seus trabalhos.

Por consequência, no decorrer do livro, Roudaire não buscou mais abordar sobre a existência do Mar Tritão ou do *istmo* de Gabès. Após as respostas às críticas de outras áreas, o autor se concentrou em apresentar novos argumentos favoráveis ao megaprojeto, principalmente nos benefícios coloniais e econômicos que a França obteria. Mas a recorrência do passado não seria esquecida, pois Roudaire continuaria citando o período romano para reforçar o antigo clima mais úmido e fértil da região.

Como visto anteriormente, além da repressão colonial, havia a visão de que as conquistas muçulmanas arruinaram o *celeiro de Roma* (Mattingly, 2014, p. 50). No caso de Roudaire (1883, p. 23), argumenta-se que o Magrebe apresentava, durante o período romano, uma fertilidade ambiental *incomparavelmente* superior, com os *chotts* mais cheios de água e em condições mais prósperas, conforme indicam os vestígios encontrados nas áreas próximas.

Essa visão era condizente com a mentalidade dos franceses, especialmente dos militares, na Argélia. Os soldados eram vistos como descendentes dos antigos legionários e seus generais eram comparados aos grandes comandantes romanos (Mattingly, 2014, p. 54). A maioria dessas figuras seria encarregada das missões de mapeamento, topografia e arqueologia, as quais acabaram criando a imagem de um antigo Magrebe ambientalmente glorioso e que poderia ser restaurado. Como Roudaire (1883, p. 93) afirmou: “os fatos históricos confirmam [...] que na época romana, quando

os *chotts* estavam cheios de água, o sul da Argélia e da Tunísia era incomparavelmente mais fértil do que hoje”³⁰.

Ademais, a narrativa de Roudaire buscou atingir os franceses que exerciam atividade econômica na Argélia, principalmente os envolvidos na agricultura. Esse ponto é ainda mais reforçado quando se leva em consideração a sua proximidade com os sansimonianos, que defendiam a aplicação de grandes projetos para restaurar o *celeiro de Roma*.

De acordo com Smith (2016), uma parcela das elites francesas na Argélia tinha vínculos com o sansimonismo e, conforme desenvolveram planos de expansão agrícola, encontraram limitações geográficas, com destaque para a influência climática do Saara. Esse processo ocorria simultaneamente com as descobertas arqueológicas que eram rapidamente usadas para comprovar e enaltecer o paraíso agrícola que os romanos desfrutaram daquele espaço.

Outrossim, Mattingly (2014, p. 55) observa que parte desses estudos eram problemáticos e questionáveis, pois extraíram somente as narrativas que eram convenientes às ações coloniais. Da mesma forma, Roudaire utilizava esses dados apenas para reforçar as suas ideias e argumentos, ao passo que ironicamente essas mesmas pesquisas contradiziam as longas análises que ele fizera sobre o Mar ou o Lago Tritão.

O livro é encerrado com Roudaire imaginando um cenário utópico, com a França obtendo todos os benefícios que desejavam no período: a Argélia efetivamente uma segunda França, o legado romano *restaurado*, status de potência relevada após a perda Alsácia-Lorena e o domínio comercial e colonial do restante do continente africano. Como Roudaire (1883, p. 95-96) afirmou, “É para este objetivo que todos os nossos esforços devem ser direcionados hoje; é no Norte de África que devemos procurar a extensão necessária ao desenvolvimento da nossa riqueza e do nosso poder”³¹.

Assim, é crucial reconhecer que os esforços de Roudaire e seus contemporâneos para legitimar o Projeto do Mar Interior fundamentam-se em uma rede complexa de referências lendárias, estruturadas por um *tópos* ou *topoi*, que visavam conferir legitimidade e continuidade às

³⁰ “Les faits historiques confirment [...] du temps des Romains, lorsque les chotts étaient pleins d'eau, le sud de l'Algérie et de la Tunisie était incomparablement plus fertile que de nos jours. La stérilité des régions avoisinantes a été la conséquence du dessèchement (sic) des chotts” (tradução nossa).

³¹ “C'est vers ce but que doivent tendre aujourd'hui tous nos efforts; c'est dans le nord de l'Afrique que nous devons chercher l'extension nécessaire au développement de notre richesse et de notre puissance” (tradução nossa).

suas ideias. A utilização de fontes clássicas e a conexão com o passado romano não apenas ofereciam suporte teórico, mas também funcionavam como instrumentos para justificar a intervenção colonial francesa. Nesse contexto, o uso da história como ferramenta para transformar a paisagem saariana evidencia a persistência de estratégias de dominação e exploração, em que o passado é moldado para atender aos interesses do poder contemporâneo.

5. Conclusão

A partir da análise do Projeto do Mar Interior do Saara, percebe-se como os usos do passado desempenharam um papel central na sua formulação e legitimação. A construção dessa proposta não foi resumida a um empreendimento de engenharia e colonização, pois, provavelmente, Roudaire não tinha intenção de ser o inventor, mas sim um *restaurador*. Essa ideia pondera as buscas em fontes clássicas para encontrar evidências que conectam os *chotts* ao mitológico Mar Tritão e à prosperidade do período romano. Isso também é refletido no pensamento imperialista, que via na Antiguidade um modelo a ser recuperado para justificar a expansão e domínio europeu sobre o Saara.

121

Contudo, a relação entre Roudaire e o passado revela também as tensões e limites de sua abordagem. Embora fontes históricas fossem usadas como base, a escolha delas vinha a partir de uma corrente de geógrafos e exploradores que tentavam atribuir evidências geológicas ao período clássico. O resultado foi uma intensificação deste processo no artigo *Une Mer Intérieure en Algérie*, levando a análises problemáticas que careciam de dados concretos.

A mudança de discurso em *La Mer Intérieure Africaine*, no qual o autor relega os usos do passado a um papel secundário, reflete, diante das críticas, às dificuldades em sustentar a viabilidade histórica do Mar Tritão. O apelo ao período romano, serviu como complemento para legitimar os benefícios coloniais e agrícolas projetados, demonstrando a persistência de um imaginário que vinculava a dominação territorial à missão civilizatória dos europeus.

Portanto, o caso de Roudaire ilustra como o uso do passado é moldado pelas necessidades e interesses do presente, utilizando a narrativa histórica para legitimar certos empreendimentos. No caso de Roudaire, a busca em justificar e sustentar sua proposta através do passado clássico, reflete não apenas seu pensamento, mas também as aspirações imperialistas e utópicas da França no contexto do século XIX. Assim, este estudo expõe não apenas as dinâmicas entre História e

Geografia, mas também os limites e possibilidades de como o passado é mobilizado para servir aos interesses do presente, não estando restritas às mãos dos historiadores e arqueólogos.

Referências

ALI, Smaïl Hadj. Os São Simonianos e a colonização da Argélia. **Revista dos Estudos**

Avançados: São Paulo, v. 20, n.º 56, p. 225-236, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/yhW6WMh9Kbq9nWpQwN3y6Wx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos.

História e Parcerias: Rio de Janeiro, ANPUH, n.p., 2019. Disponível em:

https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_ARQ_UIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

BONFÁ, Douglas Cerdeira. Antiguidade, Identidade e os Usos do Passado. **Revista de Estudos**

Filosóficos e Históricos da Antiguidade: Campinas, n. 30, p. 11-32, jan-dez 2016. Disponível

em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cpa/article/view/17204>. Acesso em: 18 jan. 2025.

122

BROC, Numa. Les Français face à l'inconnue saharienne: géographes, explorateurs, ingénieurs

(1830-1881). **Annales de géographie**: Paris, v. 96, n.º 535, p. 302-338, 1987. Disponível em:

<https://doi.org/10.3406/geo.1987.20609>. Acesso em: 11 jan. 2025.

ÇOBAN, Mehmet İlbey. The Challenges to French Colonial Rule in Tunisia: Realpolitik in the

Mediterranean. **Uluslararası Suçlar ve Tarih/International Crimes and History**: [s.l], n. 22, p.

193-216, 2021. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/ustich/issue/66006/1018079>.

Acesso em: 24 mai. 2025.

DARBY, Henry Clifford. Sobre as relações entre História e Geografia. **Confins**: São Paulo, n.

44, n.p., mar. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/26794#quotation>.

Acesso em: 15 jan. 2025.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. Archaeology and Imperialism: From Nineteenth-Century New

Imperialism to Twentieth-Century Decolonization. In: EFFROS, Bonnie; LAI, Guolong.

Unmasking Ideology in Imperial and Colonial Archaeology: Vocabulary, Symbols, and Legacy.

Vocabulary, Symbols, and Legacy. Cotsen Institute of Archaeology Press at UCLA, JSTOR, p.

3-28, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvdjrrt0>. Acesso em: 23 oct. 2024.

HERÓDOTO. **História**. [s.l]: eBooksBrasil, 2006. *E-book*.

LAVIGNE, Georges. Le percement de l'Isthme de Gabès. **Revue Moderne**: Paris, p. 1-16, nov.

1869 (1876). Disponível em:

https://books.google.com.br/books/about/Le_percement_de_l_Isthme_de_Gab%C3%A8s.html?id=GIpvi7-SouMC&redir_esc=y. Acesso em: 13 mar. 2025.

LEVITAS, Ruth. **The Concept of Utopia**. Bern: Peter Lang, 2010. *E-book*.

PUYO, Jean-Yves. Utopian and Developmental Mediterranean Spaces: The Example of the *Inland Sea* of Martins, Lavigne, Roudaire et al. (1869–1892). In: LOIS-GONZÁLEZ, Rubén Camilo (ed.). **Geographies of Mediterranean Europe**. London: Springer Cham, Springer Geography, p. 181-197, 2021. *E-book*.

MATTINGLY, David. J. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. In: MATTINGLY, David. J. **Imperialism, Power and Identity: Experiencing the Roman Empire**. New Jersey: Princeton University Press, v. 2, p. 49-69, 2014. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/From-one-colonialism-to-another-%3A-imperialism-and-Mattingly/394c0ce2aa8e7924a0cc36c1ac442da15cb02a27>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MATIJAŠIĆ, Ivan. Cílix de Carianda, Pseudo-Cílix e o Périplo de Paris: reavaliando a tradição antiga de um texto geográfico. **Mare Nostrum**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 1–19, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/127958>. Acesso em: 1 maio. 2025.

123

MIZAN, Souza. Geography and Travel Writing as Imperial Tools. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**: Brasília, v. 13, n. 1, mar-abr. p. 150-162, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/1838035/Geografia_e_narrativas_de_viagem_como_ferramentas_imperialistas. Acesso em: 16 jan. 2025.

PAUSATA, F.S.R.; GAETANI, Marco; MESSORI, Gabriele; BERG, Alexis; SOUZA, Danielle Maia de; SAGE, Rowan F.; deMENOCAL, Peter B. The Greening of the Sahara: Past Changes and Future Implications. **One Earth - Cell Press**: Philadelphia, Elsevier inc., p. 235-250, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2020.03.002>. Acesso em: 27/02/2025.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

PEYRAS, Jean; TROUSSET, Pol. Le lac *Tritonis* et les noms anciens du chott el Jérid. **Antiquités africaines**: Aix-en-Provence, v. 24, p. 149-204, 1988. DOI: <https://doi.org/10.3406/antaf.1988.1150>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/antaf_0066-4871_1988_num_24_1_1150. Acesso em: 05 mar. 2025.

ROUDAIRE. François Élie. Une Mer Intérieure en Algérie. **Revue des Deux Mondes (1829-1971)**: Paris, TROISIÈME PÉRIODE, v. 3, n. 2., p. 323-350, mai. 1874. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44750901?seq=1>. Acesso em: 10 jan. 2025.

_____. **La mer intérieure africaine**. La Société anonyme de publications périodiques, 1883. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=WqZIAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 11 jan. 2025.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011. Edição de bolso. *E-book*.

SILVA, G. J. (Org.); GARRAFFONI, R. S. (Org.); PAULO A. FUNARI, PEDRO (Org.); Gralha, J.C.M. (Org.); Rufino, R. (Org.). **Antiguidade como Presença**: Antigos, modernos e os usos do passado.. 1. ed. Curitiba: Prismas, v. 1, 2017.

SMITH, Julia, Clancy. Colonial North Africa: Migration, Failed Innovation, and Agriculture, c. 1830-1914. **Revue d'histoire du XIXe siècle**, Paris, v. 53, n. 2, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://shs.cairn.info/journal-revue-d-histoire-du-dix-neuvieme-siecle-2016-2-page-97?lang=en>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SÖDERLUND, Jonas; SANKARAN, Shankar; BIESENTHAL, Christopher. The past and Present of Megaprojects. **Project Management Journal**: Newtown Square, Project Management Institute, v. 48, n.º 6, p. 5-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/875697281704800602>. Acesso em: 13 jan. 2025.

124

TOMASELLO, Frederico. Utopia e politica del movimento sansimoniano (1825-1835). In: IV Congresso Internacional de Estudos Utópicos: A Utopia Italiana - Particularidades, Problemas e Possibilidades. **MORUS UTOPIA E RENASCIMENTO**: Firenze, Università degli Studi di Firenze, v. 10, p. 281-298, 2015. Disponível em: <https://flore.unifi.it/handle/2158/1094620>. Acesso em 19 jan. 2025.

Artigos Livres

Recebido em: 08 mai. 2025.

Aprovado em: 02 jun. 2025.

PRIMEIROS PASSOS

Em nome da pátria e da família: a educação feminina nas páginas da revista "*Futuro das moças*" (1917-1918).

In the name of the country and the family: female education in the pages of the magazine *Futuro das moças* (1917-1918).

Thaíssa Koller Freitas (thaissakoller28@gmail.com)

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Vanderlei Sebastião de Souza (vanderleidesouzayahoo.com.br)

Doutor em História, docente da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Resumo: Este artigo se insere no campo da História Cultural e busca analisar o debate sobre a educação feminina nas páginas da revista carioca *Futuro das moças*, nos anos de 1917–1918. O objetivo é buscar compreender como os discursos sobre o futuro do Brasil eram realizados nas páginas da revista destinada à educação das mulheres brasileiras, que tinham acesso à alfabetização. O trabalho dirige especial atenção para as relações entre história, imprensa e educação feminina, realizando uma análise sobre mulheres, gênero e sexo a partir do trabalho de Joana Maria Pedro. Para além do exposto, analisadas no mesmo período da Primeira Guerra Mundial, a revista produzia matérias sobre o surgimento do sentimento patriótico na sociedade brasileira e as funções das mulheres em meio a este acontecimento histórico: deveriam ser ótimas mães e esposas, ajudando na formação de uma nação patriótica brasileira.

125

Palavras-Chave: Feminismo; Gênero; Imprensa Brasileira; República Brasileira.

Abstract: This article falls within the field of Cultural History and seeks to analyze the debate on female education in the pages of the Rio-based magazine *Futuro das Moças* (The Future of Young Women) between 1917 and 1918. The objective is to understand how discourses about Brazil's future were constructed in the magazine, which was aimed at the education of Brazilian women who had access to literacy. The study pays special attention to the relationships between history, the press, and female education, conducting an analysis of 'women, gender, and sex' based on the work of Joana Maria Pedro. Beyond this, the magazine—analyzed during the same period as World War I—produced articles on the emergence of patriotic sentiment in Brazilian society and the roles women should play amid this historical event: they were expected to be exemplary mothers and wives, contributing to the formation of a patriotic Brazilian nation

Keywords: Feminism; Gender; Brazilian Press; Brazilian Republic.

Introdução

A pesquisa que originou o presente artigo analisou publicações da revista *Futuro das*

moças nos anos de 1917 e 1918, período marcado pelo fim da Grande Guerra. O objetivo é compreender o papel da imprensa nas representações femininas em tempos de guerra.

A revista *Futuro das Moças*, publicada e produzida na antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, de 1914 a 1918, era voltada às mulheres cariocas e tinha edições semanais, com conteúdo distribuído entre 30 e 40 páginas. Era vendida sempre às quartas-feiras ao custo de trezentos réis. Essas publicações estiveram entre as pioneiras no Brasil a se dirigiam especificamente ao público feminino, defendendo o trabalho da mulher e abrindo espaço para escritoras em suas páginas. A análise dos exemplares publicados entre 1917 e 1918 permite compreender o papel da imprensa na construção das representações femininas durante o contexto da Primeira Guerra Mundial.

As capas eram, em sua maioria, compostas por retratos de mulheres que expressavam os padrões sociais e estéticos da época, como podemos ver no volume 22, publicado em 29 de agosto de 1917 (figura 1), que traz na primeira página a foto da Estephania M. Manso, homenageada como colaboradora da revista. Todas as mulheres retratadas estão muito bem arrumadas, com penteados elaborados, são todas brancas, usam vestidos elaborados e joias. É possível deduzir que essas mulheres certamente pertenciam à classe média urbana e às elites brasileiras da primeira década do século XX.

126

Figura 1 – Foto da colaboradora Estephania M. Manso



Fonte: *Futuro das moças*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 1, 29 de ago. 1917.

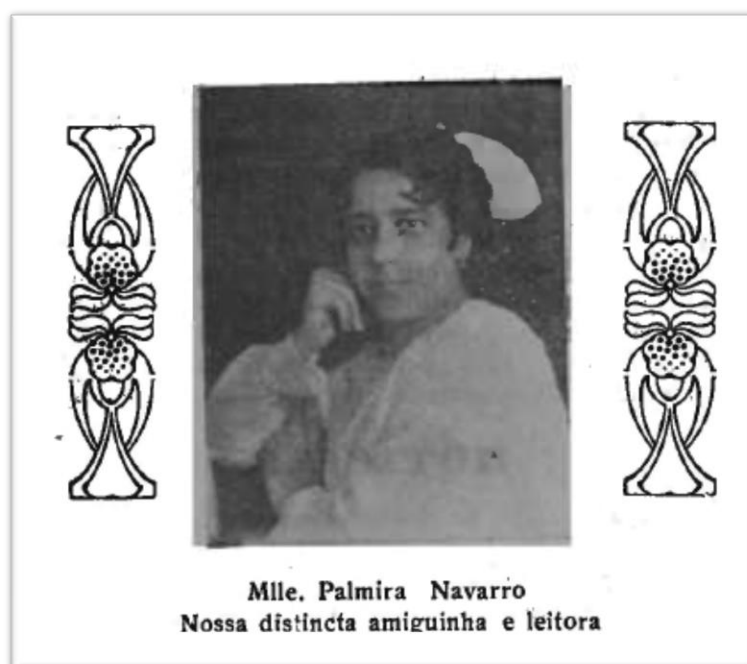
Rev. 29 de Abril, v. 5, n.9 dez./2025

Quem era o público-alvo das revistas femininas? Certamente não eram as mulheres das classes trabalhadoras, pobres e negras, mergulhadas num cotidiano voltado a suprir as necessidades básicas de sobrevivência e para quem o trabalho sempre representou uma dura realidade. Tampouco as trabalhadoras domésticas, as trabalhadoras negras recém-saídas do regime de escravidão, as prostitutas, as operárias e camponesas. A revista tratava e era voltada às mulheres com certa projeção social, aquelas vistas como destinadas ao casamento e à maternidade, as mulheres brancas, de classe média ou das elites, que se encaixavam no padrão ideal de mulher e de beleza feminina. Contudo, deve-se dizer que mesmo essas “mulheres padronizadas”, na duplicidade de valores da relação amorosa, também estavam sob o julgo e julgamento da dominação masculina e da sociedade (Almeida, 2008).

Logo, observa-se que a revista produzia conteúdos para ensinar a mulher a ser boa esposa e mãe, a estar sempre bem arrumada, a cultivar qualidades indispensáveis como a delicadeza, a amabilidade, a gentileza, o bom gosto para roupas e joias. As produções das revistas datam de uma época marcada pela Primeira Guerra Mundial, porém as publicações semanais traziam poucas notícias sobre o que estava acontecendo no mundo e no cenário político do Brasil.

127

Figura 2 – Fotografia da leitora da revista Palmira Navarro



Fonte: *Futuro das Moças*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 25, 3 out. 1917.

A imagem da leitora Palmira Navarro, publicada na edição de 1917, contrasta deliberadamente com os ideais de beleza propagados pela revista. Seu retrato, austero e desprovido de artifícios, desafia a narrativa dominante ao apresentar uma feminilidade que não se submete aos padrões de perfeição física. Essa estratégia editorial revela uma tentativa de equilibrar a promoção de produtos de embelezamento com a representação de mulheres reais, cujas identidades transcendiam os estereótipos de gênero.

Metodologia

O acervo documental da pesquisa é composto por dezoito volumes da revista. A primeira etapa de trabalho envolveu traçar um percurso metodológico. Inicialmente foi realizada a catalogação da revista *Futuro das Moças*, com a separação do material por volumes e por ano de publicação. Deste modo foi possível visualizar em quais momentos a revista teve mais edições – 1917 e 1918 – com algumas publicações em 1914. Nos anos de 1915 e 1916 houve uma lacuna na publicação da revista, uma vez que nenhuma edição foi produzida.

Depois desta etapa, foi realizada uma exploração no site da Hemeroteca Digital na tentativa de encontrar mais volumes publicados, complementando, assim, o acervo já organizado. Depois de analisar em quais anos havia mais volumes a serem analisados e estudados, o recorte temporal escolhido foi o período entre 1917 e 1918, quando a revista publicou cerca de 18 edições.

Após essa etapa, foi feita a leitura de todos os volumes compilados, a fim de compreender as ideias contidas no discurso da revista; ao mesmo tempo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em busca de embasamento teórico para a análise dos textos.

A revista *O Futuro das Moças*, publicada e produzida na antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, nos anos de 1914 a 1918, tinha produções semanais designadas às mulheres cariocas. As capas são, em sua maioria, compostas por retratos de mulheres que expressavam os padrões sociais e estéticos da época, como podemos ver no exemplo do volume 22, publicado em 29 de agosto de 1917, que traz na página principal a foto da Estephania M. Manso, como homenagem à uma colaboradora da revista. A maioria das mulheres retratadas é branca e está muito bem arrumada, com penteados elaborados, vestidos sofisticados e joias. Como é possível deduzir, essas mulheres certamente pertenciam à classe média urbana e às elites brasileiras da primeira década do século XX.

Figura 3 – Foto da colaboradora Estephania M. Manso



Fonte: *Futuro das Moças*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1, 29 ago. 1917.

Para quem eram produzidas as revistas femininas? Certamente não para as mulheres das classes trabalhadoras, pobres e negras, mergulhadas nas necessidades básicas de sobrevivência e para quem o trabalho sempre representou uma dura realidade. Não para as trabalhadoras domésticas, as trabalhadoras negras recém saídas do regime de escravidão, as prostitutas, as operárias e camponesas. Falava-se das mulheres de certa projeção social, as destinadas ao casamento e à maternidade, às mulheres brancas e de classe média ou das elites, vistas como o padrão ideal de mulher e de beleza feminina. Contudo, deve-se dizer que mesmo estas “mulheres padronizadas”, na duplicidade de valores da relação amorosa, também estavam sob o jugo e julgamento da dominação masculina e da sociedade (Almeida, 2008).

Logo, observa-se que a revista *O Futuro das Moças*, produzia conteúdo feminino que ensinava as mulheres a serem boas esposas e mães, sendo bem arrumadas, e tendo qualidades

Rev. 29 de Abril, v. 5, n.9 dez./2025

indispensáveis como a delicadeza, o bom gosto por roupas e joias, sendo amáveis e gentis. As produções das revistas datam de uma época histórica marcada pela Primeira Guerra Mundial, porém as publicações semanais traziam poucas notícias sobre o que estava acontecendo no mundo e no cenário político do Brasil.

Nesta pesquisa, busca-se desvelar publicações de 1917 e 1918, período marcado pelo fim da Grande Guerra, observando dezoito volumes para compreender o papel da imprensa nas representações femininas em tempos de guerra. Para realizar esta pesquisa, foi necessário pensar em um percurso metodológico. Inicialmente era indispensável a catalogação da revista “*O Futuro das Moças*”, separando o material por volumes e o ano de publicações, de modo que fosse possível visualizar em quais momentos a revista teve mais publicações – 1917 e 1918 –, e com algumas publicações em 1914 percebeu-se, então, que havia uma lacuna nos anos de 1915 e 1916, pois a revista nada publicou nesses anos. Depois desta etapa, realizei uma exploração no site da Hemeroteca Digital para tentar encontrar mais volumes publicados, complementando assim o acervo já organizado. Depois de analisar em quais anos teriam mais volumes para analisar e estudar, houve a escolha dos anos de 1917 a 1918, período em que a revista publicou cerca de 18 volumes.

130

Após essa etapa, se fez necessário a leitura de todos os volumes separados, de modo a entender as ideias que estavam sendo propagadas, realizando ao mesmo tempo pesquisas de artigos, entre outros textos que pudessem auxiliar nas análises dos textos da revista feminina.

As revistas femininas, que serviam para o entretenimento e a informação, tornaram-se um espaço de construção do que viria a ser a mulher moderna brasileira no contexto do início do século XX, marcado pela chegada ao Brasil do ideal de progresso técnico e científico. Este fator influenciou a modernização da imprensa brasileira, que se adequou às novas tendências da imprensa europeia (Lima, 2007; Buitoni, 2009).

A história da imprensa no Brasil remete ao início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa em 1808 (Buitoni, 2009). A mudança da corte portuguesa para a América, influenciou fortemente a vida política, social e cultural da colônia. A imprensa passou a reproduzir um modelo esperado de mulher e de papéis femininos. Conforme destaca Duicília Buitoni, desde a chegada da família real já havia uma preocupação com a regulação dos modos e dos comportamentos femininos

A existência da corte passou a influir na vida da mulher do Rio de Janeiro, exigindo-lhe mais participação. O Rio estava deixando seu caráter provinciano para ser uma capital em contato com o mundo. Dentro deste contexto, a moda assumiu grande importância para a mulher que morava nas cidades, ainda mais se fosse na corte. As tendências europeias eram copiadas e aí entra o fato da imprensa, primeiro com a importação de figurinos vindos de fora e depois com a publicação, aqui, em jornais e

revistas que reproduziam gravuras de moda. A necessidade estava criada; havia, portanto, um mercado. Foi por isso que as primeiras publicações dirigidas à mulher no Brasil traziam moda. Jornalismo feminino, nessa época, significava moda e literatura. (Buitoni, 2009, p. 31-32).

O jornalismo feminino nasceu com a função de entreter e trazer dicas práticas e didáticas de como ser uma mulher ideal para a sociedade. O número de publicações dedicadas ao público feminino no país era pequeno. Em 1852 surgiu no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*, uma das primeiras publicações femininas, e, posteriormente, começou a aparecer um espaço específico em jornais maiores que tinham conteúdo dirigido a mulheres. É o caso da *Revista da Semana* (Rio de Janeiro, 1901), que tinha sessões chamadas de “*cartas de mulher*”. A imprensa feminina deste período, segundo Buitoni (2009, p. 85), ainda conservava características literárias, que marcaram de forma intensa o jornalismo do século XIX.

As revistas destinadas às mulheres cariocas, no início do século XX, desempenhavam um papel ambíguo. Por um lado, buscavam facilitar o acesso da população feminina à instruções e conhecimentos; por outro, considerando o reduzido número de mulheres alfabetizadas no Brasil na época, essas publicações acabavam reforçando distinções sociais. Seus discursos dirigiam-se principalmente às mulheres letradas, enfatizando uma educação que mesclava formação intelectual, profissional e cívica com fortes expectativas morais e domésticas. O objetivo era prepará-las para cumprir sua “*missão sublime*”: permanecer no espaço privado, zelando pela saúde, alimentando mentes e moldando o caráter dos futuros cidadãos – perpetuando, assim, desigualdades de gênero.

131

Uma Análise Metodológica das Publicações de 1917 a 1918

A Revista “*O Futuro das Moças*”, publicada semanalmente no Rio de Janeiro, de 1914 a 1918, também intitulada como um semanário ilustrado, tinha edições entre 30 a 40 páginas, e era vendida sempre às quartas-feiras, custando trezentos réis. Essas publicações foram pioneiras no quesito de serem destinadas ao público feminino, defendendo o trabalho feminino e abrindo espaço para escritoras na revista. Observou-se as matérias publicadas de 1917 a 1918, para compreender o papel da imprensa nas representações femininas em tempos de guerra.

A historiadora Tania Regina de Luca (2008) afirma que a imprensa tem se transformado em uma fonte fundamental para a historiografia, seja para analisar os fenômenos do mundo social e político, seja para compreender as tendências e representações culturais em diferentes sociedades e contextos históricos. Desde o início do século XX, mas especialmente depois da Escola dos *Annales*, a imprensa deixou de ser vista como uma fonte de menor importância, considerada até então como exageradamente subjetiva, parcial e repleta de ideologias. De Luca

aponta que esse cenário sofreu mudanças a partir da segunda metade do século XX, com a chamada terceira geração dos *Annales*, sobretudo a partir da expansão dos estudos ligados à História Cultural.

A metodologia utilizada para compreender a revista *Futuro das Moças* é a História Cultural, como trabalhada pelo historiador inglês Peter Burke –na obra *O que é História Cultural*, de 2008. Nela, Burke buscou pontuar elementos da história cultural, como: as relações familiares, a língua, as tradições, a religião, a arte e algumas ciências. O autor defende uma escrita histórica que incorpore novas perspectivas e narrativas, demonstrando como o pensamento feminista contribui para esse exercício de reinterpretação do passado. Essa abordagem exige não apenas incluir a visão feminina, mas também ler criticamente as fontes, questionando seus silêncios e omissões. Nesse contexto, as revistas femininas do período revelam-se impor.

Ao mesmo tempo, essa pesquisa também se apoia nos estudos de gênero, compreendendo-os como uma categoria analítica importante para o estudo da História. Conforme explica Joan Scott, gênero é uma categoria de análise histórica, de compreensão do universo cultural e político e expressa, invariavelmente, relações de poder, o que possibilita utilizá-la em diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias sociais e culturais (Scott, 1995). É importante destacar, também, a construção do termo gênero, pontuado pela Joana Maria Pedro, que analisa as categorias “mulheres”, “gênero” e “sexo” através de um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays e de lésbicas, trazendo um panorama de como estas categorias de análise têm sido constituídas e questionadas.

A análise da revista *Futuro das Moças* revela como, no início do século XX, o termo “mulher” predominava sobre o conceito contemporâneo de “gênero”. Como demonstra Pedro (2005), as páginas da publicação carioca não trabalhavam com uma noção universalizante de feminilidade, mas sim com múltiplas e hierarquizadas categorias de mulheres - distinguindo entre “negras”, “índias”, “mestiças”, “pobres” e “trabalhadoras”. Essa diferenciação mostra como a simples oposição binária entre “homem” e “mulher” se tornava insuficiente para explicar as complexas relações sociais da época.

Essa discussão dialoga diretamente com as contribuições teóricas de Simone de Beauvoir e Joan Scott. Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949), já alertava para como a cultura patriarcal construía a mulher como “o Outro”, relegando-a à submissão. Scott, por sua vez, em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), demonstrou como essas construções culturais serviam para manter estruturas de poder. A revista, portanto, opera nesse contexto

histórico, no qual, mesmo antes da consolidação teórica do conceito de gênero, já se manifestavam as desigualdades que as teóricas feministas posteriormente sistematizariam.

A análise da revista *Futuro das Moças* revela a importância da imprensa como um espaço de expressão e debate para as mulheres brasileiras no início do século XX. No entanto, este estudo representa apenas um recorte temporal de um fenômeno mais amplo. Logo, futuras pesquisas podem ser realizadas para aprofundar a análise das representações femininas em outras publicações periódicas, explorando as conexões entre a imprensa feminina e outros movimentos sociais da época, e investigar o impacto das representações midiáticas nas identidades e práticas sociais das mulheres.

Folheando o futuro: um passeio pelas páginas e pelo conteúdo de *Futuro das Moças*

O conteúdo da revista era composto por dicas de como manter a casa arrumada, de como se vestir perfeitamente, textos de teatros, crônicas, receitas de bolos, propagandas de lavanderias, lojas de joias, de roupas, perfumaria, anúncios de bons restaurantes e cafeterias, contatos de professores para aulas de Geografia e História, trechos de músicas e contatos de cirurgiões plásticos que aumentavam os seios das mulheres.

Maria Izilda Santos de Matos afirma que “[...] desde 1850, os produtores de remédios e cosméticos eram os maiores anunciantes, assumindo grande influência, impacto e atingindo um grande público” (2010, p. 1). As páginas da revista abriam espaço, ainda, para a venda de produtos estéticos. Merece destaque a propaganda de um produto denominado “*pasta russa*”, um creme que garantiria a beleza dos seios femininos, deixando-os desenvolvidos, fortificados e bonitos, e que fora produzido pelo médico e cientista russo Doutor G. Ricabal. Esse conteúdo demonstra que havia uma grande exigência com a aparência feminina naquele contexto.

Figura 3 – Propaganda pasta russa



Fonte: *Futuro das Moças*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7, 5 set. 1917

134

A análise do anúncio publicitário em questão revela a construção histórica de padrões estéticos femininos vinculados a ideais de juventude e perfeição corporal. Como demonstra a ênfase nos seios "perfeitos" na ilustração analisada, esses paradigmas estéticos reforçam uma concepção de beleza que associa o envelhecimento feminino à perda de valor social. Na contemporaneidade, essa lógica se materializa na estigmatização de características como rugas e cabelos brancos em mulheres, fenômeno que pode ser observado na crescente medicalização dos corpos femininos através de procedimentos como aplicação de botox e cirurgias plásticas. Tal distinção de tratamento entre gêneros - que naturaliza o envelhecimento masculino enquanto patologiza o feminino - evidencia as estruturas patriarcais que fundamentam esses padrões estéticos.

Contudo, observa-se atualmente o surgimento de movimentos contra-hegemônicos que contestam essa normatização dos corpos femininos. Práticas como a exibição consciente de cabelos grisalhos, representam formas de resistência que ressignificam o envelhecimento feminino. Essas manifestações, apoiadas por figuras públicas e estudiosas do feminismo, demonstram que os padrões estéticos, embora enraizados, são construções sociais passíveis de desconstrução. A tensão entre manutenção e superação desses ideais revela a complexidade das relações entre gênero, envelhecimento e representação corporal na sociedade contemporânea.

Em 2013, o site UOL (WEBER, 2013) divulgou uma pesquisa indicando que o mercado

de beleza brasileiro movimentara cerca de 40 bilhões de reais, posicionando o Brasil como o terceiro maior consumidor global desses produtos, atrás apenas de Estados Unidos e Japão. Esse dado revela não apenas a força econômica do setor, mas também a longa história de como a mídia, voltada ao público feminino — sobretudo revistas — promoveu, desde o século XIX, não só o consumo de produtos, mas também narrativas sobre comportamentos ideais. Tais publicações associaram a beleza à virtudes morais como o 'bem portar-se', reforçando padrões de gênero que circulavam em paralelo às transformações capitalistas

Ao longo da história e em culturas diferentes muitos foram os métodos para obter o corpo desejado. Sendo estes desejos diferentes em diferentes momentos: “Já foi belo cobrir a pele de alvaiade, para torná-la muito branca, ou passar horas no sol para bronzeá-la, alisar os cabelos com soda cáustica ou encrespá-los com enxofre” (Mattar, 2004, p. 1).

Ou seja, o feminino é uma construção histórica mutável, e o corpo feminino torna-se alvo dessas transformações, sendo constantemente redefinido como objeto de controle. Como observa Mary Del Priore (2000, p. 11), “[...] diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas em salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho”. A afirmação ilustra uma mudança paradigmática: se, no passado, a moral religiosa ditava os comportamentos femininos — associando virtude à salvação da alma —, hoje, a pressão social deslocou-se para a esfera corporal, onde a 'salvação' depende da adesão à padrões estéticos. O corpo perfeito tornou-se uma nova forma de disciplina, substituindo a antiga culpa pelo pecado pela angústia da inadequação física.

Essa transição reflete tanto o declínio da influência religiosa na vida cotidiana, quanto a ascensão de um individualismo centrado na autoimagem. Enquanto as mulheres do século XIX e início do XX eram julgadas por sua moralidade cristã, as do século XXI são avaliadas por sua conformidade à ideais de beleza — ambos mecanismos de controle, mas com fundamentos distintos.

A associação obcecada do público feminino com o belo,⁷ leva a mulher a um distanciamento emocional, político e financeiro, criando um sistema de repressão que passa pelo mercado de beleza, influenciando cada vez mais o consumo que resulta em uma desigualdade econômica, informação essa muito evidenciada na revista feminina a qual promovia sempre propagandas de roupas e acessórios para suas leitoras.

Figura 4 – Propaganda da fábrica de chapéus de palha *La Belle Forme*



Fonte: *Futuro das Moças*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 15, 3 out. 1917.

As revistas do início do século XX promoviam narrativas nas quais as mulheres deveriam destinar todos os seus esforços para serem bonitas, uma vez que os homens não buscavam nelas gênios fortes ou inteligência: era a sedução que os atraía. Afirmavam, ainda, que as mulheres deveriam se aproximar dos interesses intelectuais do marido, desenvolvendo leituras. Logo, a mulher estaria cumprindo o seu dever que era o de ser esposa e mãe esmerada¹.

136

Como destaca Almeida (2013), as mulheres eram as principais responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, possuidoras de atributos de pureza, bondade e submissão, exaltadas como generosas e meigas, em cujas mãos repousavam o futuro da pátria e da família. Por isso, deveriam aproximar-se do modelo arquetípico reverenciado pela Igreja Católica, da *mulher-mãe-vmrgem*, isenta dos pecados da conjunção carnal. Sua função era servir, com submissão.

O lar era o altar sagrado no qual estavam depositadas sua esperança e felicidade. O casamento e a maternidade deveriam ser o ápice de seus melhores e maiores sonhos de realização pessoal. Por esse motivo, cabia a elas o papel de primeiras educadoras da infância, em cujo fundamento se estruturam o alicerce da família e o futuro da pátria. O grande intuito das revistas femininas nesse período, para as mulheres, é

Defendê-la e ampará-la; queremos que ela torne ao trono sagrado do lar onde os nossos antepassados a colocaram; queremos para ela a posição de respeito e veneração de que gozaram e ainda gozam nossas mães; queremos que ela volte a ser esposa de seu marido e mãe, no sentido lato, de seus filhos

¹ Sinônimo de esforçada.

(Formação Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano IV, n. 30, jan. 1941, p. 61).

Publicado em 1941 pela revista *Formação*, o excerto revela a persistência, mesmo após mais de duas décadas da circulação de *Futuro das Moças*, de um discurso que idealizava a mulher como figura submissa ao marido, devotada integralmente à maternidade e enquadrada nos preceitos da moral cristã. Essa retórica não apenas reproduzia, mas também reforçava um projeto específico de feminilidade brasileira, vinculado a valores tradicionais e hierárquicos.

Em algumas páginas da revista *Futuro da moças* existem anúncios de mulheres e homens solteiros e dispostos a se casarem, isso se dá pela importância das mulheres saberem escolher parceiros conjugais para que a sociedade fosse agraciada com filhos saudáveis, livres da degeneração racial, resultante da consanguinidade, das moléstias hereditárias e da mestiçagem, conforme o lema eugênico bastante comum no início do século XX (Stepan, 2004). Ainda havia a narrativa predominante que afirmava que a mistura de sangue e raças seria um aspecto negativo para o desenvolvimento biológico e econômico do Brasil, resultando no atraso e ausência de civilização. Ou seja, as mulheres ainda eram impostas a situações do século anterior, e continuavam a ser vistas como puras e doces, que deveriam preservar a família, educando seus filhos e se tornando a salvadora da pátria.

137

Futuro das Moças publicou em 15 de agosto de 1917 um artigo intitulado *As paixões e os sentimentos na mulher*, trazendo conceitos de amor próprio - lei suprema que regula a conservação do indivíduo - no homem o amor próprio é individual e pessoal, relacionado ao seu trabalho e bem feitos (*Futuro das Moças*, 1917, p. 20). As mulheres não teriam amor próprio semelhante ao do público masculino, pois nela o amor se identifica como um afeto materno e da família, a mulher seria como uma árvore com suas raízes, sendo o centro da sua família, fora disso, a mulher não compreende nem sente coisa alguma. Esse texto nos delimita muito bem sobre as propagações de pensamentos machistas que colocam a mulher como serva de sua família, que não deve ter amor próprio ou paixões, e que vive apenas para os filhos e marido.

Outra escrita que deve ser pontuada é publicada em 9 de janeiro de 1918, *Futuro da Pátria*, escrito por um homem - Manoel Jose Soares, contribui com a narrativa patriótica, onde os brasileiros deveriam sentir orgulho de seu país. O texto traz os significados das cores da bandeira do Brasil, onde o verde é a vastidão das matas, o jardim dos nossos sertões, o amarelo é a riqueza dos nossos subsolos, o outro que nos engrandecerá, e que nos fará uma potência rija, já o azul, representa a superfície das águas dos rios caudalosos, embelezado pelas suas pérolas, e suas estrelas, que significam o sentir da população de cada Estado, que fundidos formam a

pátria brasileira (Soares, 1918, p. 24).

Para atingir esse ideal denominado “sacrossanto” seriam necessários três fatores: 1º) a importância das Revistas em relatar a bravura de algumas figuras históricas como Floriano Peixoto e Tiradentes, mostrando a sagacidade daquele que unidos lutaram contra nossos primeiros invasores. 2º) Os teatros deveriam levar a população peças patrióticas, formando assim o espírito do novo povo patriótico, e o 3º) Cabe à mulher, como um anjo divino, símbolo da fraternidade, definindo-a como anjo que na paz é o evangelho, mas que na guerra é a espada inquebrantável, que o soldado leva no coração em defesa da Pátria e da Família, pois seu amor faz de cada braço uma fortaleza que cada peito é uma bandeira cujo o mastro é inquebrável.

Para terminar o texto o escritor ainda se coloca, no sexo feminino dizendo “a nós mulheres, patrícias brasileiras, esposas e irmãs cabe o futuro da Pátria, para isso sejamos fortes”. Fica claro aqui, como os homens escreviam para manipular também o sentimento patriótico nas mulheres, trazendo o seu papel como uma âncora que fortalece os soldados brasileiros na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Logo, o resultado dessa estratégia é aumentar o engajamento feminino, não especificamente lutando, mas no papel de cuidadoras da pátria, reforçando funções de gênero machistas que limitavam as oportunidades para as mulheres.

138

Em se tratando das publicações realizadas em meio à Primeira Guerra Mundial, quase não se tem informações/notícias sobre os acontecimentos da época, e o pouco que se encontra é datado de 1917-1918, ligado à narrativa apaixonada à pátria brasileira, que deveria ser defendida e amada por todos, como exposto a seguir.

Uma publicação em 3 de outubro de 1917, intitulada *Antes da Guerra*, escrita por uma mulher - Olinda Almeida. Escreve sobre um cenário da partida de soldados brasileiros para a Guerra, onde o um padre concede a benção e realiza uma missa, com um discurso patriótico onde os homens deveriam partir para a guerra, e defender as terras onde nasceram, salvá-la de uma derrota, e mesmo que matasse o inimigo teria o perdão de Deus, deveriam saber morrer cumprindo o sagrado dever do patriotismo (Almeida, 1917, p. 17). Essa narrativa é importante para compreender a vivência dessa autora, que provavelmente teria assistido a missa neste momento, pois as mulheres deveriam ser devotas e religiosas, trazendo a figura do padre como importante e mais uma vez o discurso de tornar um Brasil uma grande Pátria.

Em 5 de setembro de 1917, a Revista *Futuro das Moças*, já registrava debates acerca do voto. feminino no Brasil, direito este que só seria conquistado em 1932, mas que anos antes tiveram árduos debates, e este texto escrito por - De Castro e Souza, traz um enfrentamento com relação a um homem importante para a época o Dr. Eduardo França definido no texto com um médico, homem de letras e industrial conhecido, que havia afirmado que o voto feminino era

uma bobagem, afirmando que as mulheres que almejam os papéis dos homens numa sociedade é incompatível com o amor

A ideia do voto feminino, em tão boa hora argumentada na Câmara pelo Dr. Maurício Lacerda um deputado fluminense, é além de necessária e compatível com o século em que vivemos, justa, justíssima mesmo, nada mais sendo do que uma parcela dessa grande dívida que contraímos com a mulher, mercê do nosso eterno egoísmo: a igualdade de todos os direitos! (Castro, 1917, p. 09).

Este trecho, escrito na revista carioca, já nos traz exemplos de como a imprensa no início do século XX contribuiu para a luta dos direitos das mulheres, defendendo o voto feminino e enfrentando autoridades masculinas importantes para tais contestações.

Outro elemento a ser observado na revista feminina, é o debate sobre miscigenação, que aparece nas Histórias escritas por Jurema Olivia - intitulado *Amor fatal ou ódio das raças*. O texto traz a história de uma mulher branca pertencente a elite que engravidou de um homem negro e pobre - recentemente liberto da escravidão - causando desgosto na família da moça.

Essa história tem publicações datadas desde 1914 até 1917 pois era sequenciada por capítulos, de modo que os leitores pudessem acompanhar o enredo semanalmente. Porém não foi possível compreender a escrita por inteira por falta de acesso aos fragmentos de 1914 a 1916, mas pode-se fazer uma análise inicialmente no título *amor fatal ou ódio das raças*, já explicita a problemática social que havia no Brasil no início do século XX, relacionado a escravidão que durou séculos. Onde homens e mulheres de cores de peles divergentes não poderiam se casar, problemática essa fundamentada no século XIX, período em que grandes intelectuais debatiam acerca da eugenia racial, e que ainda hoje se espelha no Brasil.

139

Conclusão

Com esse trabalho, conclui-se que a Revista *Futuro das Moças* era escrita apenas para mulheres que faziam parte da elite brasileira. Trazendo debates acerca do papel da mulher em uma estrutura familiar ideal, onde elas deveriam ser ótimas mães e educadoras iniciais de seus filhos, boas cozinheiras, e ótimas esposas, sempre preocupadas em se integrar aos interesses de seus maridos.

A construção do estereótipo feminino também teve contribuições a partir das publicações semanais da revista carioca, pois em todas as edições tinha textos e imagens relacionados a moda da época francesa - definindo a maneira como as mulheres deveriam se vestir - mas para além das vestimentas o que pode ser considerado uma problemática social são as propagandas de corpos ideais, onde as mulheres deveriam ter seios grandes e firmes –

conforme exemplificado em resultados e discussões – o que resulta em uma cobrança feminina em alcançar o corpo ideal. Essas preocupações e a cultura em obter o corpo perfeito ainda é uma problemática presente na sociedade brasileira atual, pois a imposição social existe no tempo presente.

Outra observação a ser realizada para fins de conclusão, é a diferenciação de textos escritos por mulheres e homens, pois em se tratando de um cenário geral, as escritas masculinas têm uma narrativa mais conservadora, que coloca as mulheres como o coração pulsante da família, que estaria inteiramente ligada ao marido e filhos, preocupada em servi-los. Já os textos de autoria feminina, em geral, têm um caráter revolucionário, como por exemplo o debate acerca do direito ao voto feminino, episódio este que inclusive enfrentou o posicionamento de um médico importante para a sociedade fluminense.

Devido a essas contradições, analisar a Revista *Futuro das Moças*, foi desafiador. Pois, além de ler e analisar a revista semanal carioca, empregada aqui como documento histórico e como a principal fonte de pesquisa, foi necessário compreender o período e as ideias que circulavam naquele contexto, como o acontecimento da Grande Guerra e também pensamentos higienistas que estava ligado a preocupação da miscigenação racial no Brasil, atribuindo a responsabilidade às mulheres de escolherem bons maridos para se casarem, que obtivessem a mesma cor de pele, olhos e cabelos, pois assim a sociedade brasileira seria livre da mistura racial.

Neste sentido, a pesquisa permitiu ampliar o conhecimento sobre a história das mulheres no Brasil, relacionando com a imprensa nacional de um período fundamental para compreender os debates históricos sobre a construção de um pátria amada e as construções sobre a sociedade feminina, questões que ainda hoje norteiam a para compreender o Brasil.

REFERÊNCIAS

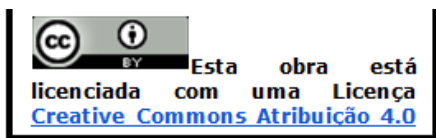
Fontes

Formação: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 30, jan. 1941.

Acervo digital

Hemeroteca Digital Brasileira. **O Futuro das Moças**. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=342149&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ALMEIDA, Olinda. Antes da Guerra. **O Futuro das Moças**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 17, 3 out. 1917.



As paixões e os sentimentos na mulher. **O Futuro das Moças**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 20, 15 ago. 1917.

CASTRO, Souza. O Voto Feminino. **O Futuro das Moças**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 9, 5 set. 1917.

Homenagem a nossa inesquecível colaboradora Estephania M. Manso. **O Futuro das Moças**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 1, 29 ago. 1917.

Propaganda Pasta Russa. **O Futuro das Moças**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7, 5 set. 1917.

SOARES, Manoel José. O Futuro da Pátria. **O Futuro das Moças**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 24, 9 jan. 1918.

Bibliografia

ALIBIO, Nádia Campos; STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Eu sei tudo: a revista feminina e a construção da mulher ideal no início do século XX**. Anais do X Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: Alcar, 2015.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940)**. Educar em Revista, Curitiba, n. 49, p. 187-205, 2013.

141

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BUITONI, Dulcília Helena S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

DEL PRIORI, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2000.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Imprensa feminina, revista feminina: A imprensa feminina no Brasil**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas: histórias dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTAR, Denise. **O Preço da Sedução: Do espartilho ao silicone**. São Paulo: Itaú Cultural, 2004.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.



STEPAN, Nancy. **A eugenia no Brasil - 1917-1940**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 331-391.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; BARROS, Neide Célia Ferreira. **As propagandas da Revista Feminina (1914-1936): a invenção do mito da beleza**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 106-120, 2014.

UOL Mais. **2012: Mercado da beleza movimentou quase 40 bilhões de reais**. 2012. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/s70pk4i6az2h/2012-mercado-da-beleza-movimentou-quase-40-bilhoes-de-reais-04024C993964E4994326?types=A&>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Primeiros Passos

Recebido em: 02 nov. 2024.

Aprovado em: 17 jan. 2025.

PRIMEIROS PASSOS

Seminário de Fontes e Métodos: Uma abordagem metodológica e o uso de acervos digitais

Sources and Methods Seminar: A methodological approach and the use of digital collections

Filipe França Neves de Oliveira (ffndeo@gmail.com)¹

Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca (tvmfonseca@uesc.br)²

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O presente artigo busca expor o desenvolvimento e a aplicação de uma atividade prática de fontes e métodos a uma turma de Pesquisa Histórica I. Tendo em vista o diagnóstico da dificuldade do alunado do curso com metodologia histórica, o monitor e o docente traçaram a estrutura de funcionamento da atividade. Esta foi expor os repositórios digitais e fazer uma análise de uma fonte selecionada. Foram apresentados a Brasiliana Fotográfica, Memória Estatística do Brasil e Hemeroteca Digital. Os métodos utilizados foram Ana Maria Mauad (1996), Heitor Pinto Moura Filho (2008) e José de Assunção Barros (2021). A atividade foi satisfatória, teve boa recepção por parte dos alunos e reforça a importância do Programa de Iniciação à Docência no Ensino Superior.

143

Palavras-Chave: Docência no Ensino Superior. Programa de Iniciação à Docência. Repositórios Digitais.

Abstract

This research note describes the development and application of a practical activity on sources and methods for a History Research I class. In view of the diagnosis of the difficulty of the students in the course with historical methodology, the monitor and the teacher outlined the structure of the activity. This involved showing the digital repositories and analyzing a selected source. Brasiliana Fotográfica, Memória Estatística do Brasil and Hemeroteca Digital were presented. The methods used were Mauad (1996), Moura Filho (2008) and Barros (2021). The activity was satisfactory, was well received by the students and reinforces the importance of the Teaching Initiation Program in Higher Education.

Keywords: Digital Repositories. Teaching Initiation Program. Teaching in Higher Education.

¹ Bolsista do Programa de Iniciação à docência pela UESC.

² Professor Visitante Adjunto de História do Atlântico (PPGH/DFCH-UESC).

Introdução

O Ensino Superior tem apresentado uma quantidade significativa de discentes que têm dificuldades de atingir os objetivos prescritos nas disciplinas curriculares do seu curso. As faculdades e Universidades frequentemente buscam desenvolver projetos educativos que envolvam os alunos, objetivando o aperfeiçoamento da qualificação dos estudantes (Frison, 2016).

Um destes projetos educativos é o Programa de Iniciação à Docência, em que um estudante atua como monitor universitário, auxiliando na aplicação teórica-prática da disciplina. Anterior a prática atual de monitoria, é necessária a exposição e crítica da evolução desta prática em sua historicidade.

As primeiras práticas de estudantes coadjuvando seus mestres, no Brasil, remontam à atuação jesuítica na América Portuguesa. Os chamados *decuriões* eram designados para guiar seus pares, assistindo às aulas, coletando trabalhos, registrando erros e ausências, munindo os educadores religiosos como auxiliares naquela prática educativa (Miranda, 2009).

O paradigma tradicional de educação bancária era, então, reiterado. Nessa concepção, o conhecimento era depositado pelo professor e reproduzido pelos alunos. Já a *decúria* era um agente facilitador e de controle, servindo de instrumento de aproximação unilateral e discricionária do professor com os estudantes, exatamente por ainda partilhar a condição de estudante.

144

Paulo Freire (2011) critica esse modelo, e defende uma educação libertadora, onde o aluno é visto como sujeito ativo na construção do conhecimento, rompendo com a passividade imposta pelo sistema tradicional, promovendo a sua autonomia e responsabilidade:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (Freire, 2011, p. 25)

Contrastando com seu passado em métodos educacionais tradicionais, o método crítico-ativo incentiva uma monitoria em que estudantes monitores e não-monitores sejam coprotagonistas do processo de ensino-aprendizagem. O monitor, nessa experiência, deve acompanhar e partilhar o fazer docente integralmente, formando-se enquanto professor e não atuando como mero assistente de um *docente todo-poderoso*.

Neste artigo, é exposto um seminário, realizado durante o segundo semestre de 2024, sobre uso de fontes e trato metodológicos para com estas. Foram escolhidos acervos digitais, objetivando

assim que o estudante tenha contato com estes acervos e conheça as possibilidades de fontes que estes acervos fornecem, assim como a metodologia que o mesmo deve aplicar para esse material.

Especialmente para aqueles que desejam seguir carreiras na docência, compreender os processos de ensino e aprendizagem é fundamental, permitindo uma atuação coerente e reflexiva no mundo, tornando-se agentes ativos na construção do conhecimento (Frison, 2016).

A Iniciação à Docência no Ensino Superior

Na atualidade, os Programas de Iniciação à Docência no Ensino Superior têm, na monitoria universitária, oportunidade já tradicionalmente bem sucedida de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. Além de desenvolvimento técnico-científico dos recursos humanos engajados na docência em cursos de graduação, especialmente favorecendo a formação docente dos estudantes em licenciaturas, além da própria atualização dos docentes de ensino superior.

Retornamos a Freire (2011) quanto a devida promoção da autonomia, que é uma das premissas nesse projeto. A agência de monitores e não-monitores só é possível quando se respeita:

à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. (Freire, 2011, p. 58-59)

145

Nesse projeto, postula-se que o monitor assuma responsabilidades, mas o docente ainda guarda a teleologia de seu trabalho e, nessa situação, em caráter duplo: ele organiza e prepara o monitor para a partilha da disciplina, mas permanece com as decisões em última instância que oferecerão as condições para formação dos estudantes não-monitores. O docente é o motivador inicial do processo de ensino-aprendizagem, mas o planejamento tanto do curso, quanto em cada atividade pedagógica, deve prever momentos-chave de protagonismo do monitor, considerando as particularidades do ambiente de ensino:

No tocante à formação para o ensino, a monitoria deve ser pensada abarcando todo o processo de ensino. O professor orientador necessita envolver o monitor nas fases de planejamento, interação em sala de aula, laboratório ou campo e na avaliação dos alunos e das aulas/disciplinas. Evidentemente, como reza algumas recomendações da IES, os monitores não podem substituir os professores dando aulas por estes. Eles são aprendizes, ainda não auferiram o nível de competência de um professor. No entanto, tampouco isso significa uma escusa para deixá-los, como salientamos, executando apenas tarefas bastante limitadas quanto ao teor formativo. (Nunes, 2007, p. 18)

Ressalta-se que os monitores não ministraram aulas, mas intervêm nestas, sistematizando, organizando e trocando táticas de aprendizagem com as quais os estudantes se defrontam ante às atividades propostas.

A adoção de um projeto de monitoria deve considerar uma variável subjetiva crucial: a experiência dos monitores que, frequentemente, convivem com os estudantes não-monitores, muitas vezes sendo colegas de turma em outras disciplinas. Isso estabelece uma conexão direta com a mentalidade e as demandas dos estudantes.

O contato entre o professor e o monitor auxilia significativamente na percepção de aspectos que podem escapar à visão do docente na relação com os alunos, devido à tendência de enfatizar a autoridade inerente à sua função (Cavalcanti; Vasconcellos Neto, 2006, p. 34).

A natureza da relação professor-aluno em uma Instituição de Ensino Superior, dentro de um sistema seriado, pode limitar a visão do docente, criando uma miragem sobre os mais diversos aspectos do corpo discente. Com a convivência diária, os estudantes tendem a desenvolver um conhecimento particular sobre as potencialidades e interesses de seus colegas, assim como de seus professores e do curso que, coletivamente, ajudam a moldar. Através da monitoria, o professor pode ter acesso a questões didáticas observadas por membros do corpo discente e não partilhadas na relação do-discente mais comum.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), reconhece a valia dessa possibilidade quando possibilita que os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos. Respalhada em lei, essa prática é prevista na UESC através do Programa de Iniciação à Docência, normatizado pela Resolução CONSEPE nº 14, de 26 de março de 2024 (Universidade Estadual De Santa Cruz, 2024).

A Monitoria

A prática teve seu início no início do segundo semestre de 2024, sendo realizada na disciplina de Pesquisa Histórica I com o Prof. Dr. Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca, desde a etapa de planejamento das atividades a serem desenvolvidas na disciplina até sua realização, sendo desenvolvida na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A UESC tem sua formação oriunda da estadualização da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI) em 1991, através Lei Estadual nº 6.344, de 5 de julho de 1991 (Bahia, 1991), sendo a principal referência em ensino superior do eixo Ilhéus-Itabuna.

A disciplina dedica-se ao entendimento da pertinência social da pesquisa científica em História. Ultrapassando as demandas da História enquanto disciplina, a pesquisa histórica será apresentada como principal forma de construção do saber histórico considerando suas valias científicas, educacionais e políticas. Para tanto, foram estudados e simulados, na prática, os materiais e os meios técnicos para preparação e planejamento de uma pesquisa em História.

Tendo a disciplina o principal objetivo, proporcionar condições para uma visão científica da História colaborando com a sua construção, ensino-aprendizagem e difusão desde o seu ato fundamental, a pesquisa histórica.

História digital e documentos digitalizados

José de Assunção Barros (2022) expõe que o computador foi o principal responsável pela revolução digital que o mundo vive a partir da década de 1990, entretanto é importante salientar que revolução digital é diferente de tecnologia digital, conforme Barros:

É importante termos em vista que o que efetivamente caracteriza uma revolução digital é o espraiamento – por amplos setores sociais e pelo planeta inteiro – da tecnologia digital, de suas linguagens e novas formas de comunicação, da circulação da informação e da produção de novos modelos de sociabilidade que se tornaram possíveis com os recursos digitais. (Barros, 2023, p.12)

Expondo assim que a tecnologia por si não propiciou a civilização digital, mas sim a disseminação e popularização dos meios e redes digitais. Para o autor a revolução criou uma forma de espacialidade, que não seria física, assim um usuário deste espaço poderia se locomover por locais distintos, países distintos, sem necessariamente sair do seu espaço físico.

Ampliando essa discussão, o campo da História Digital nos lembra que a digitalização não é um processo neutro. Um documento digitalizado não é um substituto perfeito do original; ele é um novo objeto, com sua própria materialidade e história. Fatores como a resolução da digitalização, a aplicação de metadados e a tecnologia de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) moldam a forma como acessamos e interpretamos a fonte. Portanto, a crítica histórica deve se estender não apenas ao conteúdo do documento, mas também ao processo de sua mediação digital, questionando as escolhas e possíveis vieses embutidos na própria plataforma do arquivo digital (Prado, 2021).

Um ponto que aqui cabe destaque a respeito do uso de história digital é a necessidade de um critério bem apurado para seleção de fontes, pois, ao realizar buscas avançadas, o historiador irá se deparar com uma infinidade de materiais, que por sua vez, nem sempre serão de origem confiável.

Com isso em mente, durante a orientação e realização do seminário, houve instrução para os discentes sobre a necessidade de identificação de origem da produção e circulação de fontes digitais. Priorizando a escolha de acervos governamentais pela sua confiabilidade, como a Hemeroteca Digital e o acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A internet em seus anos iniciais, no final do século XX, não teve tanto impacto no ofício do historiador, pois mesmo a sua popularização houve e ainda há uma relutância em se apoderar da internet como uma fonte para pesquisas históricas, especialmente quando a trata como fonte primária.

Barros (2022) faz uma distinção entre fontes digitais e fontes virtuais. As fontes virtuais são materiais produzidos na internet, como blogs, postagens, vídeos do Youtube e afins. Enquanto as fontes digitais são fontes que foram digitalizadas para o meio digital, entretanto, foram produzidas no mundo físico.

Para o seminário realizado, optou-se pela utilização exclusiva de fontes digitais, para que o estudante compreenda que os mesmos processos de análises que ele realiza para materiais físicos como jornais, fotografias e estatísticas devem ser utilizados para as fontes digitais que ele irá se deparar na internet.

É evidente que para fontes virtuais, o trato metodológico é diferente que o trato para documentos digitalizados, todavia não será aprofundado esta metodologia pois não era o objetivo principal do seminário. Conforme Fortes (2021):

Formar cidadã(o)s e profissionais conscientes e ativos na sua relação com um mundo dominado pela tecnologia digital implica abrir espaços para esses temas nas estruturas curriculares, nos colegiados, nos ciclos de debates, nas associações científicas e em qualquer outro ambiente relevante da vida acadêmica (Fortes, 2021, p. 5-6)

A aplicação do seminário faz parte do processo, mais que necessário, de formar profissionais críticos ao mundo tecnológico que o cerca, tendo em mente que num futuro próximo, esses estudantes estarão em sala de aula, lidando com alunos que estão em constante fluxo de troca de informações no espaço digital.

Fontes e Métodos

Durante as discussões para o planejamento da ementa da disciplina, uma questão levantada, pelo monitor para o docente, foi uma dificuldade que vem sendo demonstrada pelos estudantes do curso de História em eventos, disciplinas e trabalhos de conclusão de curso.

A dificuldade em questão refere-se ao tratamento metodológico de fontes. É observado que uma quantidade substancial dos estudantes sabe identificar fontes e suas tipologias. Todavia não se é feito um trato metodológico nas análises destas fontes, apresentando trabalhos ricos em quantidade de fontes, mas com uma falta de rigor metodológico em suas análises.

Muitos dos discentes confundem referencial teórico com fontes e acabam por incorporar fontes primárias na Revisão Bibliográfica, tendo em vista que nesse espaço o foco deve ser a indicação e o diálogo com a literatura existente. Segundo Barros (2005):

Se o lugar para a indicação deste diálogo com a "literatura" existente é a "Revisão Bibliográfica", já as "fontes" não devem ser descritas ou avaliadas neste mesmo capítulo do Projeto. Para elas deve ser reservado um capítulo especial, ou então incorporar a sua descrição e avaliação ao capítulo relativo à "Metodologia" (em muitos projetos este capítulo recebe a designação de "Fontes e Metodologia"). (Barros, 2005, p. 63-64)

149

Esta dificuldade deve ser vencida para não propiciar espaços de discussões acerca da validade científica das ciências humanas como um todo. Pois, a área das Ciências Humanas, muitas vezes – por pessoas de fora da área — é tratada não como uma ciência, mas como literatura. Sendo, portanto, o entendimento e domínio do trato metodológico historiográfico, o principal instrumento para defesa das Ciências Humanas como ciência.

A fundamentação para a escolha dos métodos de análise propostos (Mauad, 1996; Moura Filho, 2008; Barros, 2021) se encontra na necessidade de fornecer aos estudantes ferramentas conceituais aplicáveis, além de fácil entendimento, para os tipos de fontes mais comuns em acervos digitais. A abordagem de Ana Mauad (1996) é fundamental nos estudos da cultura visual, tratando a fotografia não como um reflexo da realidade, mas como uma representação carregada de intencionalidades.

O trabalho de Moura Filho (2008), por sua vez, introduz aos estudantes à história quantitativa, demonstrando como dados seriados podem revelar estruturas e processos sociais, exigindo um olhar crítico sobre como e por quem esses números foram produzidos. Por fim, a metodologia de Barros (2021) para fontes jornalísticas oferece um roteiro sistemático para decompor as múltiplas camadas de um periódico, desde sua materialidade até suas linhas editoriais

e discursos polifônicos. Juntos, esses autores fornecem uma base sólida para a crítica de fontes, habilidade central na formação de qualquer historiador.

Um pensamento conjunto entre o docente/monitor durante uma das reuniões para planejamento das atividades a serem desenvolvidas na disciplina, foi a da aplicação de um seminário que unisse repositórios de fontes e textos metodológicos. O intuito era que os alunos aplicassem a metodologia à fonte — sendo estas disponíveis em repositórios digitais — no espaço formativo da disciplina, objetivando o aperfeiçoamento da qualificação dos alunos.

Após essa discussão inicial, em outra reunião, foi delimitada uma aula introdutória sobre a aplicação do trato metodológico em fontes, esta aula foi realizada no Centro de Documentação e Memória Regional da UESC, tendo em parceria uma mestranda de estágio em docência na aplicação dessa atividade. A ideia era que os estudantes tivessem contato com acervos físicos a priori.

Os estudantes receberam previamente o artigo de Ana Maria de Almeida Camargo (2023) sobre os arquivos e a pesquisa histórica, na qual a autora desenvolveu um levantamento temporal sobre o trabalho do arquivista e sua diferenciação com o historiador. No dia da atividade, os estudantes receberam duas fontes distintas: Textuais e Iconográficas (fotografias).

Para a textual foi escolhido o jornal *A Região* (1987-2025) e para as iconográficas, fotografias da Cidade de Ilhéus. Juntamente às fontes, os alunos receberam duas fichas a serem preenchidas com a explicação dos seus respectivos métodos. A primeira foi a respeito da catalogação do documento e a outra da análise histórica, para jornais foi utilizado Barros (2021) e fotografias Mauad (1996).

Essa atividade introdutória sobre aplicação de métodos de análise foi importante para os estudantes compreenderem e tirarem suas dúvidas junto ao docente e ao monitor da disciplina.

O seminário

Após essa aula introdutória, os estudantes receberam a tarefa de se dividirem em grupos de 3 estudantes para apresentação de um dos três repositórios digitais juntamente ao texto de apoio metodológico, listados abaixo:

Figura 1 - Relação de Repositórios e Métodos utilizados

Repositório	Texto Metodológico
-------------	--------------------

Memória Estatística do Brasil	"O Uso da Informação Quantitativa em História: Tópicos para Discussão" (Heitor Moura Filho)
Hemeroteca Digital	"Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica" (José D'Assunção Barros)
Brasileira Fotográfica	"Fotografia e História: Interfaces" (Ana Mauad)

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os estudantes nesta atividade não precisavam apresentar o texto metodológico em si, mas sim aplicar o método em uma fonte escolhida nestes repositórios. O foco principal da apresentação era a exposição do repositório digital e da forma de uso do mesmo. Além disso, os estudantes receberam um roteiro de informações mínimas que deveriam ser expostas em sua apresentação, sendo eles:

151

Figura 2 - Instruções de apresentação

Instituição de Guarda e Origem dos Acervos;	Base técnica da catalogação e metadados;
Forma de Divulgação e Disponibilização Digital e/ou Física (Programa, Projeto, Portal, etc.);	Base técnica de acesso aos documentos (incluindo funcionalidades e ferramentas tecnológicas de destaque);
Gêneros, Espécies e Tipos Documentais identificados	Base técnica de busca;
Estrutura (forma de divisão e apresentação) e volume estimado do(s) Acervo(s);	Base técnica da obtenção (ou não) de cópia digital dos documentos;
Suporte Físico dos originais e suporte [formato] digital (dimensões mais recorrentes e disposição do conteúdo);	Avaliação do estado e tratamento documental (manipulação, visualização, inteireza e integridade dos documentos) por amostra.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Um ponto a ser destacado acerca dos repositórios digitais, no que diz respeito a fontes textuais, é o fato de que os repositórios trabalhados estão disponíveis na tecnologia OCR (Optical Character Recognition). Na qual o pesquisador pode procurar palavras chaves em documentos

históricos, como jornais, por exemplo, facilitando o trabalho referente a demanda do pesquisador de dispor de uma quantidade dispendiosa de tempo para analisar o acervo.

Com a tecnologia de reconhecimento de caracteres, caso seu jornal esteja disponível digitalmente, será possível aumentar a eficiência na busca por relatórios em jornais. Todavia isso não extingue o ofício de levantamento e análise da fonte.

Destaca-se que o presente estudo não foi submetido à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma vez que o objeto de análise se restringe a uma prática pedagógica e não se enquadra na definição de *pesquisa envolvendo seres humanos*, conforme estabelecido pela Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012). A metodologia empregada no Seminário de Fontes e Métodos ateu-se à análise de fontes documentais em um contexto educacional controlado, sem a coleta de dados, amostras ou informações de participantes que exigisse a obtenção de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou que estivesse sob a égide da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Brasil, 2018).

152

As apresentações

A primeira apresentação foi a do repositório Brasileira Fotográfica, que é uma iniciativa resultante de uma parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Moreira Salles. Este repositório foi lançado em 2015 e reúne material de 1855 até 1923, contendo no atual momento 11575 fotografias.

O grupo deste repositório iniciou sua apresentação focando nas discussões da Mauad (1996), expondo a relação entre a história e a fotografia, expondo o valor da fotografia como fonte histórica e as demandas de novas críticas que a fotografia provoca. Os estudantes também expuseram o jogo de interesses e conteúdo que envolvem uma fotografia conforme Mauad (1996):

Os textos visuais, inclusive a fotografia, são resultado de um jogo de expressão e conteúdo que envolvem, necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor. Cada um destes três elementos integra o resultado final, à medida que todo o produto cultural envolve um locus de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere (Mauad, 1996, p. 8).

Após a exposição da fotografia como fonte e do jogo de interesses que envolve a sua produção, os alunos fizeram uma visita guiada ao repositório digital, explorando o repositório e

seu acervo, para a escolha de uma fotografia específica. Os mesmos utilizaram a fotografia mais antiga do acervo, tirada por Revert Henrique Klumb (1835-1886), com o título *Princesa Isabel e Conde d'Eu saindo de sua residência*. com datação aproximada entre 1855 a 1880.

Figura 3 - Princesa Isabel e Conde d'Eu saindo de sua residência



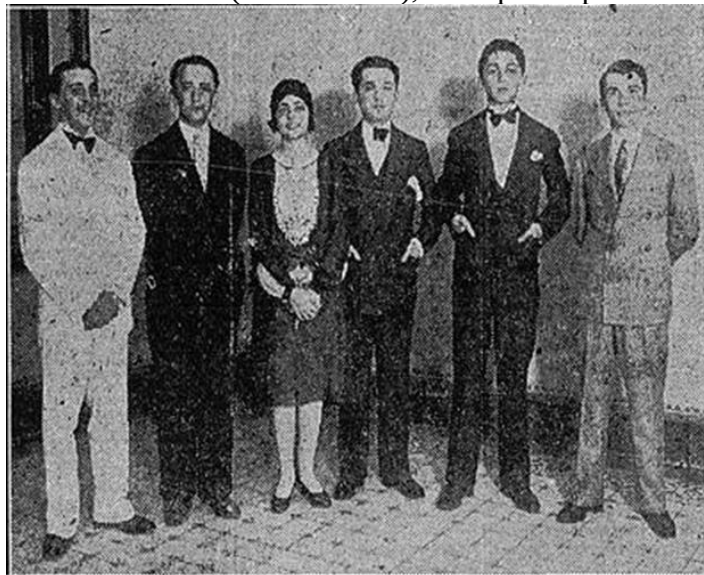
Fonte: Thereza Christina Maia (2024)

153

Para esta fotografia, os alunos se atentaram mais aos metadados presentes em seu site, desde o estado de conservação até os assuntos na qual a fotografia é catalogada no acervo.

Após a visita guiada, os estudantes expuseram suas análises baseadas nas fichas de elementos proposta pela Mauad (1996), uma de elementos da forma de conteúdo e a outra na forma de expressão, segue abaixo a imagem e as fichas preenchidas pelos estudantes:

Figura 4 - Maria Luiza Dória Bittencourt (1910 – 2001), a eloquente primeira deputada da Bahia



Fonte: Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 28 nov. 2024. Localização: Publicações Seriadas - PR-SPR 00130

Figura 5 - Ficha de Conteúdo

AGÊNCIA PRODUTORA ANO	Correio da Manhã (Rio de Janeiro, RJ: 1901)
Local retratado	Associação dos Empregados no Commercio
Tema retratado	Concurso de oratória entre alunos das faculdades de Direito
Pessoas retratadas	Hermes Barroso, Javert de Souza Lima, Fernand Scalamandrê Sobrinho, José Mansur Guerias, Francisco Bittencourt Junior e Maria Luiza Doria Bittencourt
Objetos retratados	
Atributo das pessoas	Bem vestidas, com trajes sociais, majoritariamente homens.
Atributo da paisagem	
Tempo retratado (dia/noite)	Dia, mais especificamente a tarde
Nº da foto	23.438

Fonte: Elaboração dos Alunos com base em Mauad (1996)

Figura 6 - Ficha de Expressão

AGÊNCIA PRODUTORA ANO	1903
Tamanho da foto	i:17,4 cm x 20,6 cm sp:17,9 cm x 23,9 cm
Formato da foto e suporte (relação com o texto escrito)	Gelatina/ Prata P&B – Uma foto sobre arquitetura urbana.
Tipo de foto Enquadramento I: sentido da foto (horizontal ou vertical)	Horizontal
Enquadramento II: direção da foto (esquerda, direita centro)	Centro
Enquadramento III: distribuição de planos	
Enquadramento IV: objeto central, arranjo e equilíbrio)	
Nitidez I: foco	
Nitidez II: Impressão visual (definição de linhas)	
Nitidez III: iluminação Produtor: amador ou profissional	
Nº da foto	23.438

Fonte: Elaboração dos Alunos com base em Mauad (1996)

155

Através da análise dos alunos, foi possível observar um rendimento satisfatório quanto à ficha de conteúdo, em que os estudantes seguiram à risca a ficha proposta no texto metodológico. Na ficha de expressão, os estudantes apresentaram dificuldades no preenchimento das questões relativas a conhecimentos técnicos da produção fotográfica, entretanto, a apresentação do acervo, a análise de conteúdo e a exposição de discussões da Mauad (1996) foram satisfatórias.

Um ponto a destacar dessa apresentação foi a fala de uma das estudantes que trouxe o relato de que estava utilizando essa metodologia na realização de um estágio supervisionado, — em que a mesma desenvolve atividades de catalogação de acervos fotográficos do Centro de Memória e Documentação Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Em sequência, pelo segundo grupo, foi feita a exposição do repositório Memória Estatística do Brasil. O projeto foi desenvolvido a partir do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2006, firmado entre o Ministério da Fazenda e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e publicado no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2006 (Brasil, 2006). Este convênio,

renovado posteriormente em 2010, foi realizado em parceria com o Internet Archive e outras instituições nacionais.

O grupo de estudantes centrou sua apresentação em ter um domínio do método de Moura Filho (2008) para expor oralmente ao escolher uma fonte predeterminada pela equipe. O grupo apresentou a importância das quantificações das fontes para o historiador e, além disso, eles buscaram diferenciar fontes quantificadas de fontes quantificáveis. Além de delimitar a estrutura do foco analítico, na qual o historiador define uma escala (temporal ou espacial) que irá definir seu foco específico.

O grupo explorou a forma que se estrutura o repositório, após isto, o grupo destrinchou uma fonte quantificada para pensar a forma de análise deste material. O grupo escolheu o Anuário Estatístico da Bahia de 1936, com o foco analítico de compreender as receitas da região cacauífera através da sua produção de cacau.

Figura 7 - Dados da produção de cacau (1935-1936)

72 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA

PRODUÇÃO
1 — PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1 — Safras de **1934-35** e 1935-36

REGIÕES PRODUCTORAS	Sacos de 60 kilos	
	1934-35	1935-36
Alcobaça.....	1.378	820
Barra do Rio de Contas (Itapira e Itacaré).....	129.685	166.423
Belmonte.....	136.836	121.262
Camamu.....	18.000	22.740
Cannavieiras.....	131.170	124.311
Caravellas.....	529	486
Ilhéus e Itabuna.....	994.507	1.300.993
Jequié.....	97.281	107.322
Marahú.....	1.398	1.146
Mucury (S. José do Porto Alegre).....	4.395	5.433
Nilo Peçanha.....	158	13
Porto Alegre.....	6.073	6.753
Prado.....	7.561	8.458
Santarém.....	41.762	55.613
Taperoá.....	4.874	5.667
Una.....	12.505	18.340
Valença.....	1.663	997
Outros produtores.....	355	293
TOTAL	1.590.130	1.947.070

Fonte: Directoria Geral de Estatística (1936). Anuário Estatístico da Bahia. Esc. Typ. Salesiana. Bahia. 1936. P.72

Os estudantes fizeram uso da escala espacial para destrinchar a participação de cada município das regiões produtoras da Bahia, e, assim, entender o grau de importância de cada município nesta escala. Os alunos destacaram, para além dessa estrutura de importância na produção, o fato de Itabuna e Ilhéus serem tratadas como um só, mesmo após a emancipação do município de Itabuna. Além de perceber a escala temporal evolutiva da produção da safra de 1934-35 para o outro ano de 1935-36.

Outra fonte que foi analisada pelo grupo foi o quadro demonstrativo dos destinos do café exportado pelo Rio de Janeiro em 1873. O foco foi trazer a discussão a ampla temporalidade do repositório, pois o mesmo contém fontes de diferentes períodos, contextos e lugares.

Figura 8 - Dados de exportação do café (1873)

— 34 —

RESUMO DA EXPORTAÇÃO DO CAFÉ PELO PORTO
DO RIO DE JANEIRO

Em saccas (1)

N. de ord.	Destinos	1871	1872	1873
1	Para os Estados-Unidos...	1.354.355	1.130.682	1.163.563
2	Para a Europa, etc.....	1.003.646	880.510	824.300
	Sommas.....	2.358.001	2.011.192	1.987.869

No anno de 1873 a exportação do café, pelo porto do Rio de Janeiro, teve os destinos declarados no seguinte quadro, que demonstra quaes são em todo o mundo os paizes que mais consomem o café brasileiro:

QUADRO DEMONSTRATIVO
DOS DESTINOS DO CAFÉ EXPORTADO PELO PORTO DO
RIO DE JANEIRO EM 1873 (EM SACCAS)

Classificação geral	Nr. de ordem	Portos de destino	Numero de saccas
Estados-Unidos e America do Norte	1	Portos não declarados...	903.362
	2	Nova-York	127.840
	3	Hampton Roads (Virginia) á ordem.....	60.243
	4	Baltimore	25.571
	5	Galveston	15.510
	6	Nova-Orleans	14.336
	7	Mobile	7.900
	8	Sandy-Hook (New-Jersey) á ordem.....	4.000
	9	Charleston	2.900
	10	S. Thomaz.....	1.877
		Total da America do Norte (saccas).....	1.163.569

(1) Antes de se pôr em pratica o systema metrico, o café vinha das fazendas em saccas de 4 arrobas—32 libras e 387 gr.—e era exportado em saccas de 5 arrobas—71 libras, 447 gr. Actualmente, por um convenio entre os exportadores, a sacca de café pesa 60 kilogrammas exactamente, e as cotações officiaes são feitas na razão de dez (10) kilogrammas.

157

Fonte: Estatística do comércio marítimo do Brasil do exercício de 1872-1873

Para esta fonte, o grupo explorou o que Moura Filho (2008) demonstra sobre os padrões de medidas terem funções sociais, assim como a necessidade de associar uma informação quantitativa

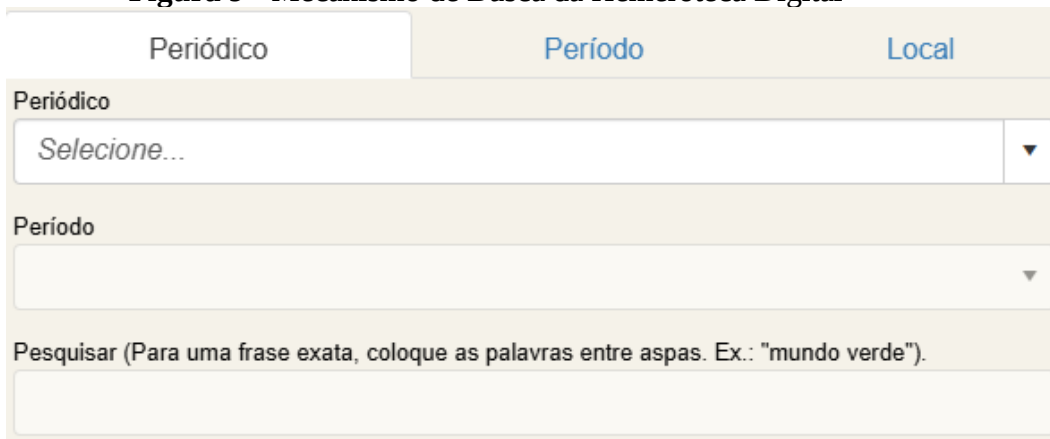
a um objeto, entendendo suas classes e seus elementos. Trazendo a discussão acerca do processo de contagem ou mensuração estar inserido em um contexto não só histórico, mas metodológico, sendo necessário a consideração sobre os graus de precisão da medida, a abrangência da informação e a intenção do agente que realizou tal mensuração.

No último grupo, foi discutido o repositório da Hemeroteca Digital e com o texto de apoio do Barros (2021). Os alunos expuseram a origem do repositório como produto de um aporte financeiro realizado pelo governo federal para a Biblioteca Nacional, no momento em que surge o programa Livro Aberto a partir de 2008. A Biblioteca digital tem a finalidade de ampliar a democratização ao acesso de documentos para a população e tem em seu repositório a seção da Hemeroteca Digital.

Os estudantes demonstraram os mecanismos de busca da hemeroteca, e como ele se estrutura em três pilares de pesquisa: Periódico, período e local. Esses pontos são a estrutura para realizar qualquer tipo de busca no repositório.

Figura 9 - Mecanismo de Busca da Hemeroteca Digital

158



The image shows the search interface of the Hemeroteca Digital. It has three tabs: 'Periódico', 'Período', and 'Local'. The 'Periódico' tab is selected. Below the tabs, there is a dropdown menu with the text 'Selecione...' and a downward arrow. Below that is a section for 'Período' with a dropdown menu. At the bottom, there is a search input field with the placeholder text 'Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").' and a search button.

Fonte: Hemeroteca Digital (2024).

A partir da escolha de um dos três, o pesquisador pode estabelecer sua busca. Após essa exposição, o grupo discutiu os aspectos expostos por Barros (2021) para a análise histórica, sendo eles:

Figura 10 - Critérios de análise de jornais

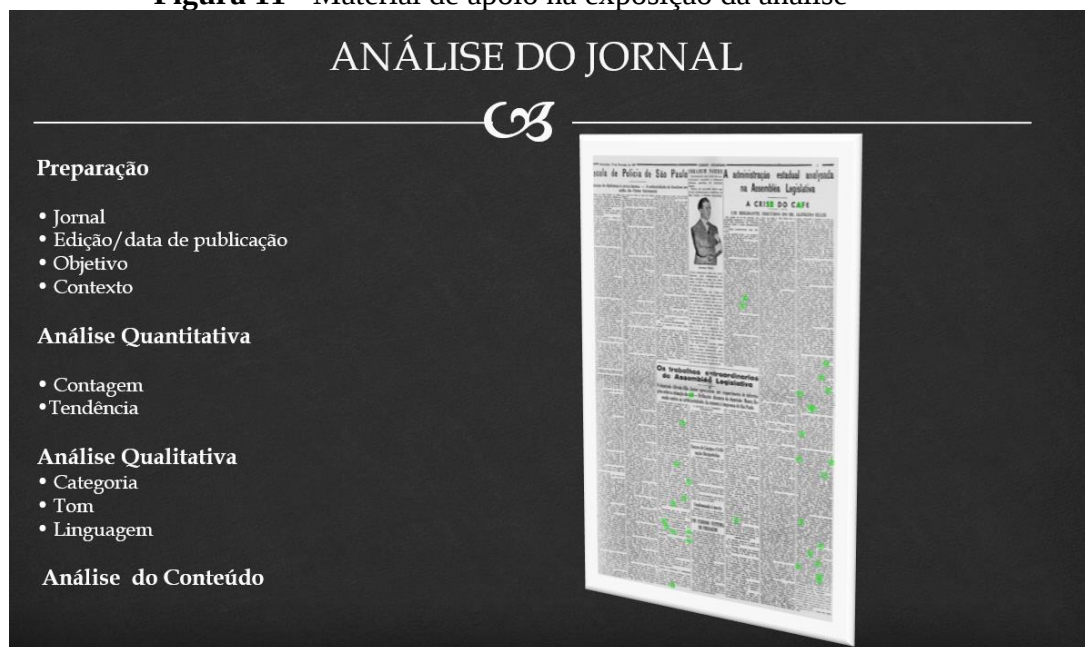
Polifonia de discursos	Publicização
Seções temáticas	Recepção

Conteúdo	Meios de Impressão
Periodicidade	Lugar de impressão
Materialidade	Lugar de Produção

Fonte: Elaboração Própria com base em Barros (2021).

Este grupo escolheu uma fonte de 1937 do jornal *Correio Paulistano* (1854-1963), que tratava de um discurso do deputado Alfredo Ellis (1850-1925) numa sessão da Assembleia Legislativa. Neste discurso, os estudantes realizaram sua análise, bastante voltada à análise de discurso e buscando a compreensão da intencionalidade não só do discursante, mas do jornal que o publicou.

Figura 11 - Material de apoio na exposição da análise



Fonte: Elaboração dos Alunos com base em Barros (2021).

Os estudantes fizeram sua análise elencada nestes quatro pontos: preparação; análise quantitativa; análise qualitativa e análise de conteúdo. Eles desenvolveram esses pontos através da exposição oral de uma forma didática e de fácil entendimento.

Avaliação Crítica dos desafios e limitações

A implementação da atividade também não ocorreu sem desafios. Uma limitação notável foi a desigualdade no acesso à tecnologia entre os discentes. Alguns alunos relataram dificuldades com a conexão de internet instável, o que dificultou a exploração dos acervos digitais fora do ambiente universitário. Além disso, observou-se uma resistência inicial de parte da turma em relação à análise quantitativa, percebida como mais complexa e distante do fazer historiográfico tradicional. Essa percepção evidencia a necessidade de desmistificar o uso de estatísticas e de reforçar continuamente a validade de múltiplas abordagens metodológicas na construção do conhecimento histórico.

Outro ponto de reflexão crítica é a profundidade com que os métodos foram aplicados. Na apresentação sobre fotografia, por exemplo, os estudantes demonstraram maior facilidade com a *ficha de conteúdo* do que com a *ficha de expressão* de Mauad, que exige um conhecimento técnico mais apurado sobre produção fotográfica. Isso sugere que, para futuras aplicações, seria valioso incluir um momento mais focado nos aspectos técnicos de cada tipo de fonte, a fim de capacitar os alunos a realizar uma análise mais completa e sofisticada.

160

Considerações Finais

Esse texto objetivou expor uma experiência tida por meio do Programa de Iniciação à Docência, com a atividade realizada na disciplina Pesquisa Histórica I, do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Esse programa tem sua importância na fomentação do incentivo à carreira acadêmica, além de ajudar a formar a identidade profissional de futuros profissionais. Além de fomentar a trajetória acadêmica, eles são cruciais na construção da identidade profissional de futuros educadores. Essa formação é hoje indissociável da capacidade de responder aos desafios da era digital, que, conforme discutido neste trabalho, exige uma constante reavaliação de currículos e práticas pedagógicas para se manter relevante e eficaz.

A aceleração da difusão de tecnologias faz com que a cada momento seja necessário repensar as práticas pedagógicas, e isso para um docente que está no cargo há muito tempo torna-se substancialmente desafiador. Além disso, é possível observar que, pelo fato de o monitor ser um discente, a proximidade do mesmo com os seus pares torna possível identificar dificuldade e lacunas na formação, além de discutir e apontar possíveis soluções.

Dessa forma, a aplicação dos seminários foi satisfatória para a discussão acerca do tratamento metodológico no processo de análise histórica. Apoiando a formação metodológica dos discentes e instrumentalizando-os na execução de suas pesquisas.

Os próprios discentes da disciplina se mostraram não só receptivos à atividade, mas também expuseram a importância de se ter esse momento formativo e por ter tido contato com a prática com as fontes e a aplicação de métodos em momento anterior ao seminário e as atividades de pesquisa. Foi mencionado pelos estudantes que o material do repositório e dos textos metodológicos foram utilizados por eles para realização de outras produções acadêmicas, assim como para suas sondagens no processo de fazer Pesquisa Histórica.

É fundamental destacar as implicações desta abordagem para a formação de professores de História. Ao vivenciar uma prática de pesquisa que integra acervos digitais e rigor metodológico, os licenciandos não apenas aprimoram suas próprias competências investigativas, mas também constroem um repertório de práticas pedagógicas que poderão ser adaptadas para a Educação Básica. Essa experiência os capacita a ir além do livro didático, promovendo em seus futuros alunos o letramento digital e a habilidade de analisar criticamente as fontes de informação, competências essenciais para o exercício da cidadania em uma sociedade digital.

161

Os discentes puderam observar que a junção do levantamento de fontes e do trato analítico é indispensável para a pesquisa histórica. Assim, não só se cumpre o objetivo da disciplina Pesquisa Histórica I, como também soluciona o déficit formativo do alunado, um grupo por vez.

Referências

BARROS, José D'Assunção. A trama Polifônica das grandes Revoluções Tecnológicas – da revolução agrícola às revoluções industriais e à revolução digital. **REMATEC**, Belém, v. 18, n. 44.

BARROS, José d'Assunção. **História digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa De História**, v. 52, p. 397-419, 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e a pesquisa histórica. **Revista Histórias Públicas**, v. 1, n. 2, p. 22-47, 2023.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CAVALCANTI, Carlos André; PEIXOTO, Edson Peixoto. A Monitoria no Ensino Superior de História: Desafios e Avanços. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, v. 6, p. 4- 11, 2005.

ESTATÍSTICA, Directoria Geral de. SOUSA, José Carlos Pereira. **A administração estadual analisada na Assembleia Legislativa**. Correio Paulistano, São Paulo, 19 de fev. de 1937, p.3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FORTES, Alexandre. Formando historiadores na era digital: concepções e ferramentas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 1–13, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e80880.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 27, n. 1, p. 133–153, 2016.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa**: uma Introdução. Bauru:Edusc, 2002.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História: Interfaces. **Tempo**, Niterói, v. 2, n.1, 1996, pp. 26-46.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas**: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

MOURA FILHO, Heitor Pinto. O Uso da Informação Quantitativa em História - Tópicos para Discussão. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008, pp. 41-83.

NUNES, João Batista Carvalho. Monitoria acadêmica: espaço de formação. In.: SANTOS, Mirza Medeiros; LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). **A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência**: Possibilidades e Trajetórias. Natal: EDUFRN, 2007.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021.

Primeiros Passos

Recebido em: 18 mar. 2025.

Aprovado em: 19 jul. 2025.

PRIMEIROS PASSOS

Relações étnico-raciais e descolonização do conhecimento na escola: uma experiência pibidiana.

Ethnic-racial relations and decolonizing knowledge in schools: a pibidiana experience.

Larissa de Souza Inácio Brandão (larissaisbrandao@gmail.com)
Graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)¹

Elaine Ribeiro da Silva dos Santos (elaine.ribeiro@unifal-mg.edu.br)
Professora Doutora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)²

Resumo:

A partir do conhecimento produzido junto ao projeto do PIBID História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) entre os anos de 2022 e 2024, que teve como tema central “Educação e Descolonização”, o presente artigo tem como objetivo discutir temáticas étnico-raciais na Escola Estadual Samuel Engel, como a falta de conhecimento da comunidade escolar sobre o processo de autodeclaração étnico-racial e da Lei de Cotas nº 12.711/2012. Para tanto, foram realizados estudos da bibliografia especializada a partir de autores como Cida Bento (2022), Neusa Santos Souza (2021), bell hooks (2010; 2013), Frantz Fanon (2022), dentre outros; e também da legislação vigente e das informações governamentais, como as do último Censo Demográfico do IBGE (2022). As experiências diretamente vivenciadas na escola parceira do projeto foram registradas no Caderno de Campo da pibidiana, a partir de suas observações e recolha de tradições orais que serviram como fontes para as análises aqui apresentadas. Com isso, foi possível debater a Lei 10.639/03 e a importância da descolonização do conhecimento, a partir do reconhecimento da relação dos problemas do presente impostos pelo racismo estrutural ligado ao passado da cidade sul-mineira de Alfenas, caracterizada por sua produção cafeeira dependente da mão de obra escravizada. Também foi possível refletir sobre como o racismo estrutural é perpetuado na sociedade, especialmente dentro dos muros escolares.

163

Palavras-chave: Descolonização do conhecimento; PIBID História; Relações Étnico-Raciais.

Abstract:

Based on the knowledge produced within the PIBID History project of the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG) between 2022 and 2024, which had as its central theme “Education and Decolonization”, this article aims to discuss ethnic-racial themes at the Samuel Engel State School, such as the lack of knowledge of the school community about the process of ethnic-racial self-declaration and the Quota Law No. 12,711/2012. To this end, studies were carried out on specialized bibliography from authors such as Cida Bento (2022), Neusa Santos Souza (2021), bell hooks (2010; 2013), Frantz Fanon (2022), among others; and also on current legislation and government information, such as that from the latest IBGE Demographic Census (2022). The experiences directly experienced at the project's partner school were recorded in the PIBIDIANA Field Notebook, based on observations and the collection of oral traditions that served as sources for the analyses presented here. This enabled a discussion of Law

¹ Bolsista PIBID – Capes.

² Bolsista Pibid Capes - Coordenação de área.

10.639/03 and the importance of decolonizing knowledge, based on the recognition of the relationship between current problems imposed by structural racism linked to the past of the southern Minas Gerais city of Alfenas, characterized by its coffee production dependent on enslaved labor. It also allowed reflection on how structural racism is perpetuated in society, especially within school walls.

Keywords: Decolonizing Knowledge; Ethnic-Racial Relations; PIBID History.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo compartilhar conhecimentos produzidos, entre os anos de 2022 e 2024, junto ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (doravante PIBID) do curso de História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Como parte da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, os objetivos do PIBID, entre outros, são promover a formação inicial de professores a partir do “enriquecimento da formação teórico-prática dos estudantes de licenciatura”, bem como da sua “inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica” (PIBID, 2024).

Os conhecimentos produzidos aqui apresentados partem de significativas experiências vividas por uma pibidiana negra e bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) junto à Escola Estadual Samuel Engel, localizada no município sul-mineiro de Alfenas. Foi inegável a mudança de perspectiva da pibidiana ao adentrar pela primeira vez no ambiente escolar público após a finalização do Ensino Médio, em 2017. De acordo com os registros no seu Caderno de Campo (2022-2024): “Todas as vezes que estava em sala de aula, acontecia uma situação diferente que me fazia refletir que era nada mais do que a vida se movimentando e os imprevistos acontecendo, comuns a uma aula de História, conforme Seffner (2011)”. Também é inusitada a sua identificação como pibidiana, não sendo nem aluna e nem professora: “Crianças e adolescentes ficavam questionando e procurando compreender o que eu fazia na escola deles. Ficava entre visita com crachá de identificação, estagiária e futura professora”.

O subprojeto do PIBID História da UNIFAL-MG (2022-2024) teve como tema central “Educação e Descolonização” e um dos principais focos de atividades se concentrava em observar, documentar e estudar como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino das temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas, estavam sendo trabalhadas no ambiente escolar. Para tal estudo, recorreu-se à recolha de tradições orais da escola: um estudo que procurava investigar a inserção das leis supracitadas para além dos documentos oficiais e do currículo prescrito de História. A partir das histórias oralmente contadas na escola, o intuito foi observar as relações étnico-raciais vivenciadas pela comunidade escolar.

Na busca de tais informações, conhecemos o projeto desenvolvido na E.E. Samuel Engel intitulado: “Vista a minha pele: promoção da igualdade racial no ambiente escolar (2021-2024)”. O projeto contava com um núcleo de nove alunas e alunos de Ensino Médio, coordenado pela professora de História, que também atuava como supervisora do PIBID, e foi financiado pela Secretaria de Educação do governo de Minas Gerais junto ao Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB).³

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte apresentamos informações a respeito da cidade sul-mineira de Alfenas e da escola parceira do PIBID História da UNIFAL-MG, edição 2022-2024. Nossa intenção é tensionar as questões étnico-raciais do presente com o passado escravista da região produtora de café. Em seguida, a partir do projeto do PIBID História, discutimos as temáticas étnico-raciais na E.E. Samuel Engel. Consideramos, especialmente, o problema surgido com a falta de conhecimento da comunidade escolar a respeito do processo de autodeclaração étnico-racial. Conjugadas, as duas discussões anteriores levaram à última parte do artigo, que procura apresentar estudos e reflexões sobre a Lei 10.639/03 e a importância da descolonização do conhecimento no ambiente escolar.

Todos os assuntos aqui discutidos foram possíveis a partir dos estudos realizados da bibliografia especializada nas relações étnico-raciais, da legislação vigente, das informações governamentais, como as do IBGE, e dos registros feitos, ao longo dos dezoito meses de vigência do PIBID História, entre 2022 e 2024, em um caderno que doravante referenciaremos como Caderno de Campo da pibidiana 2022-2024⁴.

165

Passados presentes na cidade e na escola

Para iniciar esta discussão, é crucial realizar uma análise histórica da cidade em que a Escola Estadual Samuel Engel está inserida.

A partir do ano de 1805, surgem as primeiras informações sobre a chegada dos colonizadores para povoar a região que hoje é denominada de Alfenas, situada na região sul do estado de Minas Gerais. Após a doação de um terreno por Francisco Siqueira de Araújo e sua esposa, D. Floriana Ferreira de Araújo, para a construção da Capela de Nossa Senhora das Dores e São José, através da Lei Provincial n.º 1.090, de 07 de outubro de 1860, a localidade foi

³ De acordo com a apresentação do Programa, o ICEB “visa fomentar o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa. O foco é incentivar os estudantes a aprimorarem o processo de aprendizagem e a ingressarem no Ensino Superior”. Para mais informações ver: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/concursos-e-editais/programa-de-iniciacao-cientifica-na-educacao-basica-iceb-2023/> Acesso em: 04 maio 2025.

⁴ Neste trabalho, optamos por não divulgar os nomes das autoras do “Caderno de Campo da pibidiana 2022-2024”, “Caderno de Campo da pibidiana A, 2022-2024” e “Caderno de Campo da pibidiana B, 2022-2024”, a fim de respeitar e preservar a privacidade e confidencialidade de cada uma.

elevada a vila e denominada Villa Formosa de Alfenas. No ano de 1871, pela Lei Provincial n.º 1.791, de 23 de setembro de 1871, o município de Vila Formosa de Alfenas passou a se chamar somente Alfenas (IBGE, 1958).

A economia da região de Alfenas foi historicamente caracterizada pela produção cafeeira dependente do trabalho escravizado. Nesse sentido, viveram nas fazendas de café da região africanos vindos da região Congo-Angola e nascidos no Brasil. Uma população que constituiu famílias, cujos descendentes ainda vivem na cidade (Cação, 2022).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Alfenas possui 78.970 habitantes, sendo que 48.445 se identificam como brancos; 23.854, como pardos; 6.386, como pretos; 198, como amarelos; e 66, como indígenas (IBGE, 2023). Os números revelam que a maioria dos alfenenses, de acordo com o processo de autodeclaração, se considera branca e parda, em termos percentuais: 62,85% de brancos, 29,71% de pardos, 7,19% de pretos, 0,19% de amarelos, e 0,06% de indígenas⁵.

As observações registradas no Caderno de Campo da pibidiana (2022-2024) revelam informações que se relacionam com os números do Censo 2022 do IBGE:

na feira livre de domingo e nos eventos que costumam ser realizados na Praça da Matriz (um dos principais pontos de referência da cidade, onde se localiza a igreja católica São José e Dores, a mesma que foi construída no período da escravidão), é possível perceber a continuidade histórica hegemônica: a presença da maioria de cor branca e as suas várias tonalidades.

O pesquisador Oracy Nogueira (2006, apud Costa e Schuman, 2022, p. 294), afirma que a concepção de branco varia ao longo da história brasileira, “em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região”. Portanto, há também um branco de origem multirracial, ou o “branco encardido”,

o branco descendente de negro, o branco miscigenado com indígena, o branco com características identificadas como “nortistas”, “nordestinas” ou mesmo “cearenses”. Ele tem pele branca/morena clara/creme e tende a ter cabelo liso ou ondulado. Diferentemente do branco branquíssimo, ele é automaticamente visto como brasileiro, como não europeu (Costa e Schuman, 2022, p. 469).

⁵ No Brasil, a autodeclaração permanece sendo uma problemática, mais aguda no que se refere a identificação do pardo, que origina uma série de questionamentos. De acordo com Eliane Silvia Costa e Lia Vainer Schucman (2022, p. 467), “[...] há também fenótipos raciais no Brasil que, ora podem ser considerados brancos, ora podem ser percebidos como negros, dependendo de quem olha, isso é, da forma como foi socializada a pessoa que se classifica ou que qualifica o outro, da cidade ou do bairro onde nasceu e até de quem são os membros da sua família [...] Têm sido frequentes perguntas como: - O que faz com que alguém seja classificado como pardo? - Como se define quem é pardo e quem é preto no Brasil? - Qual a diferença entre pardos e pretos dentro do grupo de negros? - A ascendência, o pertencimento cultural e as posições políticas relativas à raça e ao racismo devem ser levadas em conta na classificação racial dos sujeitos ou apenas as características fenotípicas? - Quem define o que se considerar nas classificações raciais?”.

Nos eventos ocorridos na Praça da Matriz e na feira de domingo, descreve a pibidiana,

é possível também enxergar as pessoas pretas. Elas estão geralmente catando latinhas e procurando frutas e legumes descartados pelos feirantes. Porém, no cotidiano não se vê com frequência os corpos pretos passeando, fazendo compras no centro comercial e nem usufruindo da Praça da Matriz.

Observar e anotar no Caderno de Campo da pibidiana (2022-2024) é registrar e refletir sobre o lugar social e histórico dos atuais habitantes de Alfenas. A população, especialmente a negra, ainda enfrenta todos os dias as mazelas de um passado presente ou um passado ruim que não passa.⁶

Essas situações também podem ser observadas no cotidiano escolar. A continuidade histórica se dá por meio de atravessamentos no ambiente escolar, do conhecimento histórico prescrito pelo currículo oficial e pelas relações tecidas entre os sujeitos escolares, especialmente no que se refere às intersubjetividades dentro do complexo das classificações sociais (da autoidentificação e da identificação por terceiros).⁷

Não foi difícil registrar e refletir, a partir do Caderno de Campo da pibidiana (2022-2024), sobre as teias e facetas das intersubjetividades no âmbito das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Questões surgiram das atividades desenvolvidas na escola-campo do PIBID História da UNIFAL-MG e que ensejaram a produção do presente artigo:

onde estão os corpos negros? Se Alfenas no passado recebeu escravizados, onde estão e onde moram os seus descendentes? Porque não circulam diariamente pelo centro da cidade? Na escola, porque os estudantes possuem tanta dificuldade em dizer a palavra “negro”? Quais são as dificuldades em compreender suas identidades, inclusive preencher documentos de autodeclaração? (Caderno de Campo da pibidiana, 2022-2024)

Temáticas étnico-raciais na Escola Estadual Samuel Engel, de Alfenas-MG: o debate em torno da autodeclaração

No final da edição do PIBID (2022-2024) foi possível concluir que as escolas são verdadeiramente desafiadoras, pois através delas e sua comunidade é possível mapear e estudar os diversos problemas estruturais que permeiam o ambiente escolar e que se relacionam com o seu exterior, sendo, aliás, impossível separar a escola da sociedade. De acordo com Magalhães e Ruiz (2011, p.133), as escolas possuem dois grandes objetivos enquanto instituição e que se

⁶ A partir do conceito de colorismo (ou dos “privilégios e barreiras da pigmentocracia”, no dizer de Luiza Abrahão da Silva (2018) é possível no futuro aprofundar a análise das relações étnico-raciais observadas na cidade de Alfenas e na escola parceira do PIBID.

⁷ Conforme Lugones (2020, p. 57), baseada em esquemas universais e pautada pela ideia de raça, a classificação social é um fenômeno que “atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, do trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas”.

relacionam em “uma trama chamada currículo”, que historicamente tem imposto padrões, normas e conceitos:

De um lado, trata-se de uma instituição cuja pretensão é ensinar às novas gerações o conhecimento socialmente construído e acumulado pela humanidade. Por outro lado, a este objetivo, sempre explícito, soma-se outro: a função da escola como espaço ideológico, onde há reprodução social e cultural.

Ou seja, as problemáticas estruturais e sociais acompanham os alunos a partir do momento em que passam pelo portão das escolas. Ao mesmo tempo em que esse espaço é um lugar muito precioso, cheio de vida, de movimento, de confluência e de esperança, também pode se revelar como um local em que as normas disciplinares impostas fazem com os que não se adaptam a elas sejam “rebaixados pelos critérios de avaliação cognitiva e/ou comportamental” e corram “o risco de serem, por excelência, objeto da ação dos preconceitos e estigmas” (Magalhães e Ruiz, 2011, p. 133).

No entanto, em situações conflituosas, a partir de uma prática descolonizadora voltada à construção do conhecimento, os professores podem aprender juntamente com os alunos. Visto que eles ensinam por meio de suas ações e das experiências que trazem consigo para a escola, visto que, conforme bell hooks (2013, p. 26), são “participantes ativos e não consumidores passivos”.

168

Isso pôde ser vivenciado na maioria das quintas-feiras, entre os anos de 2022 a 2024, quando aconteciam as reuniões do PIBID, no campus sede da UNIFAL-MG. Essas reuniões eram de extrema importância para que todos os pibidianos e os professores supervisores das três escolas parceiras compartilhassem suas experiências e o planejamento dos próximos passos de trabalho. Sucediavam em torno de estudos, debates teóricos e até palavras de incentivo, visto que as escolas nos faziam presenciar situações difíceis que nos atravessavam e que estavam no âmbito do currículo oculto, que não faz parte do currículo oficial, daquilo que está documentado a partir da escrita, mas se faz presente no campo da ação, por meio de estigmas, rótulos, enquadramentos, nos silêncios e nas ausências. Faz parte daquilo que é dito, mas não registrado oficialmente e que pode acabar se tornando mais um instrumento de controle nas escolas (Magalhães; Ruiz, 2011, p. 128-139).

A partir dos estudos dos Projetos Políticos Pedagógicos e das primeiras observações realizadas pelos pibidianos, as escolas parceiras do PIBID receberam uma avaliação de acordo com uma palavra-chave. No caso da escola Samuel Engel, a palavra foi “diversidade”. De acordo com o dicionário online de português (DÍCIO), essa palavra significa “característica ou estado do que é diverso, diferente, diversificado”. Realmente, isso assinalou exatamente aquilo com o

que nos deparamos desde o primeiro contato com a escola: a presença de alunos diversos. A diversidade, no caso, se relaciona com o fato de a escola, que oferece Ensino Médio, receber alunos oriundos de outras instituições de ensino da cidade, as quais detêm características específicas. Em outras palavras, a E.E. Samuel Engel se caracteriza por sua comunidade estudantil ter diferentes origens.

Para além da questão da origem diversa, foi possível perceber outra característica, que coloca em perspectiva a ideia de “diversidade” da escola. Durante as atividades realizadas junto às turmas do 8º, 9º, 1º, 2º e 3º anos, em ambos os turnos (matutino e vespertino), pudemos perceber a presença de pouquíssimos alunos negros, em suas diferentes tonalidades, em apenas três dessas turmas. Segundo o Projeto Político Pedagógico (E.E. Samuel Engel, 2022), a escola contava com 1.073 alunos matriculados nos dois turnos. Na autodeclaração étnico-racial, os dados registrados foram: 70% brancos, 4% pretos, 20% pardos, 0% amarelos, 2% indígenas e 4% não declarados. Esses números revelam o que é perceptível nas salas de aula: a baixa presença de alunos pretos e pardos – de acordo com a classificação do IBGE, alunos negros. No entanto, a professora-coordenadora, também supervisora do PIBID História, e os nove alunos do Ensino Médio integrantes do ICEB (Núcleo de Iniciação Científica na Educação Básica), identificaram uma dificuldade significativa entre os estudantes de forma geral em relação à autodeclaração racial.

Por meio de um trabalho investigativo, uma das atividades do ICEB foi preparar e aplicar um questionário online à comunidade escolar. Em relação à autoidentificação étnico-racial, algumas perguntas do questionário foram: “Quantos alunos na Escola Estadual Samuel Engel se identificam como pretos e pardos? Os alunos têm conhecimento básico sobre o que é necessário para se autodeclarar preto/pardo? Esses mesmos alunos se sentem acolhidos pela escola em situações de racismo e preconceito?”.

De acordo com o relatório do projeto “Vista minha pele: promoção da igualdade racial no ambiente escolar”, produzido por seus integrantes e enviado à Superintendência Regional de Ensino em Varginha-MG (s.d.),⁸ o núcleo recebeu apenas 132 respostas de professores, funcionários, familiares e alunos dos dois períodos da escola. Dentre eles, 101 alunos responderam o questionário, o que corresponde ao percentual de 76,5% das respostas, porém um número baixo em relação ao total de alunos matriculados na instituição (1.073). Das 132 respostas, 66,7% das pessoas se autodeclararam brancas; pretas e pardas, 31,8% e apenas duas

⁸ O relatório não foi publicado. Tomamos conhecimento do seu conteúdo a partir da disponibilização do arquivo em PDF pela coordenadora do projeto. Todas as informações apresentadas no presente artigo foram registradas no Caderno de Campo da pibidiana.

peessoas se autodeclararam amarelas. Também na atividade de intervenção, o núcleo recebeu muitas dúvidas, sendo que diversos alunos nunca tinham ouvido falar sobre a temática, não sabiam se autodeclarar ou não conheciam a Lei de Cotas (12.711/2012). A preocupação se tornou mais grave diante da proximidade das inscrições para o ENEM, especialmente em relação aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, pois no ato da inscrição é exigido dos candidatos a autodeclaração de cor/raça.

Também essa situação foi perturbadora quando adolescentes pretos, pardos e indígenas, e com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, se deparavam com a política de Ações Afirmativas, com o direito ao uso da Lei de Cotas, reformulada em 2023, para Lei 14.723/2023, que dispõe o seguinte:

A nova legislação torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e, agora, também para quilombolas. [...] A Lei determina que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas, que são 50% do total, apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência (BRASIL, 2023).

A Lei de Cotas, é considerada uma grande conquista fruto da luta de diversos movimentos negros no Brasil, com destaque para o Movimento Negro Unificado. No entanto, quando o aluno desconhece essa lei, não tem consciência da importância da autodeclaração racial e sequer sabe identificar sua cor que, conforme a classificação do IBGE, pode ser branca, preta, amarela, parda ou indígena, ele acaba sendo impedido de usufruir de um direito duramente conquistado.

A dificuldade dos alunos em se autodeclarar é, novamente, sinônimo das consequências perversas do passado presente, entre elas, os entraves advindos da branquitude como categoria social. De acordo com Barbara Carine (2023, p. 28),

o termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética, e não pela constituição genética (genótipo).

Ademais, após a abolição, grande parte dos intelectuais e políticos brasileiros passaram a defender a ideologia de branqueamento ou políticas de branqueamento da população. De acordo com Lia Vainer Schucman e Eliane Silvia Costa (2022, p. 470), “de um jeito ou de outro, proclamava-se ideologicamente que a raça branca era a civilizada e associada ao progresso da

humanidade”. Assim se constituiu a política de imigração com o fim de “clarear” a população brasileira.

A ideologia de embranquecimento imposta à sociedade brasileira reflete-se diretamente nos dias atuais, especialmente no que se refere ao processo de identificação dos afrodescendentes em uma sociedade branca. Muitas crianças e adolescentes que possuem uma tonalidade de cor mais escura preferem que os amigos os chamem de moreno, e não de negro, visto que ser chamado de negro possui um estereótipo, uma negação, uma vergonha, um medo da discriminação. Costa e Silvia (2022, p. 473) apresentam uma análise muito importante para o problema:

Por assim dizer, os efeitos da ideologia do embranquecimento, o fato de os estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e à raça negra e os efeitos da ideologia do morenamento (dessa valorização da morenidade) fizeram com que parte da população com ascendência africana não se classificasse como negra, gerando um grande número de denominações para designar as cores dos não brancos: do moreno à pessoa de cor, do marrom ao escurinho etc. Portanto, essa forma de classificação não raramente eliminou a identificação de mestiços negros com a negritude, como também contribuiu para que permanecessem intactas estereotípias e representações negativas atribuídas aos negros.

171

Além disso, o currículo prescrito com a baixa representatividade negra ou com participação em conteúdos com conotações negativas, como a escravidão, faz da autoidentificação negra um processo difícil para pretos e pardos.

No Caderno de Campo da pibidiana (2022-2024), alguns questionamentos sobre o tema surgiram:

A falta de representatividade de crianças e adolescentes negros nos livros didáticos e até mesmo dos colegas de escola dificultam a autoidentificação e o reconhecimento positivo sobre si próprio... Alunos e alunas negros passam boa parte de suas vidas dentro do ambiente escolar, cinco dias da semana, isto é, passam mais tempo com professores e colegas que se autodeclararam brancos e menos com suas famílias, seria esse também um fato dificultador da autoidentificação positiva sobre si mesmos? Esses e muitos outros aspectos fazem com que crianças e adolescentes negros desejem ser igual àquele que está próximo todos os dias? Igual fisicamente: desde o cabelo até a cor? Muitas vezes a criança negra (como eu um dia) utilizou o horizonte branco para se auto negar...

Essas dúvidas sobre o corpo negro não são só fruto de experiências individuais, mas de tecnologias do presente que espalham e intensificam mitos violentos, conforme a psiquiatra negra Neusa Santos Souza (2021, p. 54 e 57) argumenta:

o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito do negro. [...] mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em natureza. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que se pode entender como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas.

A partir das observações registradas no Caderno de Campo da pibidiana e dos estudos da bibliografia especializada nas relações étnico-raciais no Brasil, todas as estratégias do racismo estrutural, elaboradas com base no ideal de branquitude, foram possíveis de identificar em uma escola estadual de uma pequena cidade do sul de Minas Gerais. Por esses motivos entendemos as dificuldades de muitos alunos negros não saberem ou não conseguirem se autodeclarar. A negação e a falta de conhecimento de se reconhecer como uma pessoa negra causam problemas sérios – subjetivos, coletivos e psíquicos –, o que provoca intenso sofrimento devido ao processo de apagamento da identidade. No fim e ao cabo, dificultam também o combate ao racismo estrutural.

A descolonização do conhecimento e a Lei 10.639/2003

Todas as dificuldades relativas às relações étnico-raciais na E.E. Samuel Engel só puderam ser reveladas, questionadas e debatidas graças aos métodos de pesquisa desenvolvidos junto ao PIBID História e ao núcleo do ICEB da escola parceira.

Além das ações de intervenção, como reuniões realizadas com a comunidade escolar e o questionário online aplicado, outro método adveio dos estudos teóricos sobre oralidades africanas, pois como afirmava o líder quilombola, poeta, escritor e mestre Antônio Bispo, o Nêgo Bispo, “mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade” (Santos, 2015, p. 45).

Recolher as tradições orais da escola nos revelou informações importantes sobre as relações tecidas entre os sujeitos escolares. Apesar da valorização histórica pelas informações escritas, as tradições orais são importantes de serem observadas, registradas e estudadas, pois, de acordo com Elisa Maria Prado (2024, p. 5), baseada em seus estudos da obra do intelectual malinense Hampaté Bâ,

as tradições orais são essenciais para entendermos outras formas de manifestação e disseminação do conhecimento que diferem do padrão europeu Ocidental [...] elas também representam uma cosmopercepção que tem por essência a própria Oralidade. Essa tradição viva se relaciona com as formas de olhar para si e para o outro e com o sentido dado à existência, uma forma particular de se portar e interagir com a realidade. Uma percepção de mundo que manifesta todos os âmbitos da vida, na qual espiritual e material não são separados. [No dizer de Hampaté Bâ, (2010, p. 169)]: uma presença particular no mundo, que se relaciona com o comportamento cotidiano do indivíduo e de sua coletividade, por isso não é algo que possa ser isolado da vida.

Assim, a oralidade como uma cosmopercepção veiculada por meio de tradições orais, permanece como uma ferramenta essencial de resistência e de transformação social, mesmo que

a estratégia colonial, conforme Hampaté Bâ (2010, p. 167), tenha procurado promover a escrita como forma válida de comunicação e transmissão de conhecimento. “Durante muito tempo se julgou que povos sem escrita eram povos sem cultura”, porém, é preciso lembrar que a escrita é um instrumento que também pode sofrer alterações, pois “os próprios documentos escritos nem sempre se mantiveram livres de falsificações ou alterações, intencionais ou não, ao passarem sucessivamente pelas mãos dos copistas” (Bâ, 2010, 168). Já a oralidade, num sentido das sociedades orais africanas, como cosmopercepção, é “ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite retomar à Unidade primordial” (Bâ, 2010, p. 169).

Estudar as tradições orais, conforme os ensinamentos de intelectuais africanos, e também colocar em prática métodos advindos desses ensinamentos é uma forma de praticar a descolonização do conhecimento histórico e contribuir com a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 supracitadas.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2012, p. 103), a descolonização dos currículos é essencial na prática pedagógica, pois gera um processo de renovação do saber, além de permitir uma aproximação real entre teoria e prática, principalmente por meio da renovação do imaginário pedagógico e da relação entre os sujeitos da educação.

O processo de descolonização do conhecimento é complexo, exige tempo de formação e uma postura política e anticolonial. Vale dizer, que é uma perspectiva complicada, pois, dependendo da política vigente na rede de ensino, por vezes a direção e o corpo escolar não fornecem apoio ao professor e sua jornada se torna solitária e cansativa. Quando o professor, principalmente branco, escolhe ter uma prática antirracista e busca identificar o racismo nas relações escolares, e até mesmo dentro de si, ele transforma a sua prática docente. Por consequência, consegue auxiliar muitos alunos negros que estão no processo de busca pela sua identidade negra.⁹

A professora Nilma Lino Gomes (2021, p. 4) afirma que “a descolonização das mentes insta-nos a construir práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas” (Gomes, 2021, p.4). A prática de descolonização nas escolas é uma forma de trazer à tona as diversas microagressões institucionais que os alunos negros enfrentam diariamente, tanto no ambiente escolar, quanto em relação aos conteúdos eurocêntricos, porque patriarcais e opressores. Gomes explica, ainda, que apenas a indignação não mudará a realidade imposta pelo racismo, pelo contrário só

⁹ É importante salientar que não concebemos que o professor, especialmente branco, possui o poder salvacionista. Pelo contrário, ao adotar o antirracismo como prática pedagógica ele se torna aliado na luta contra o racismo, ao mesmo tempo que procura se ver livre das amarras da ideologia da branquitude.

reforçará o lugar de privilégio hegemônico branco. Para interromper as injustiças é preciso haver a indignação, seguida de ações efetivas, que poderão “nos orientar à explicitação de que as práticas racistas e discriminatórias na sociedade, na Educação Básica e no Ensino Superior são insuportáveis, inadmissíveis e revoltantes” (Gomes, 2021, p. 9).

Para a construção de uma educação antirracista e descolonizadora, é essencial que as crianças e adolescentes tenham acesso a materiais que problematizam e que ajudam a identificar o racismo estrutural, pois o silêncio também é uma prática violenta, “a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade” (Gomes, 2012, p. 104).

Nesse sentido, a criação da Lei 10.639, em 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e estabeleceu a obrigatoriedade, na rede de ensino básico, seja pública ou privada, do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (depois alterada em 2008, pela Lei 11.645 de 2008, para incluir a História e Cultura Indígena) foi uma vitória dos movimentos negros brasileiros e uma significativa forma de incentivar o debate étnico-racial nas escolas.

174

Um dos motivos para que o debate ainda não aconteça de forma sistematizada é o medo dos profissionais brancos encararem as questões em torno da branquitude. Como Cida Bento argumenta: “é fundamental o reconhecimento e debate sobre essa herança por parte dos brancos” (Bento, 2022, p.18). A branquitude precisa ser estudada e debatida, visto que o racismo e as opressões raciais são problemas que devem ser enfrentados pelos profissionais da educação, especialmente, brancos.

Durante as aulas de História na E. E. Samuel Engel, ministrada pela professora branca, também supervisora do PIBID-História, era visível o esforço em tentar contribuir com a educação antirracista a partir do letramento racial, conforme registrado no Caderno de Campo da pibidiana (2022-2024).

Algo que me chamou atenção durante a aula foi presenciar a aplicação da Lei 10.639 através da leitura coletiva com os alunos do 8º ano, do livro “Você é Livre” da autora Dominique Torres. O objetivo central da professora foi apresentar e discutir com os alunos a respeito da escravidão moderna do Níger. A maioria dos alunos estava muito focada na leitura, porém, uma minoria, nem tanto. Alguns se perderam ao longo das palavras (eram nítidos os olhares perdidos). A maioria estava feliz por ter lido bastante e em tão pouco tempo; nesse dia eles estavam na página 39. Uns relataram que em casa não conseguem ler tanto e tão rápido. Outro fator que me chamou atenção foi a postura da professora diante do ensinamento. A última lembrança que eu tenho em relação a leitura coletiva em uma sala de aula tem mais ou menos 13 anos e essa leitura era realizada pela professora de literatura e foi algo que ficou muito marcado em mim.

Eu acredito que naquele momento eu não tinha noção dos benefícios daquela leitura que tanto me influencia no presente (Caderno de Campo da pibidiana, 2022-2024).

Através desse relato, é possível notar a curiosidade dos alunos a respeito de um novo assunto para eles: o conteúdo relacionado a uma região do continente africano. Também notável é como questões comuns, relativas ao processo de leitura, surgiram e se relacionaram com a autoestima dos estudantes: ler rápido e em tão pouco tempo. Vale acrescentar que o livro lido pela turma é ilustrado, o que também fez gerar interesse e questionamentos, alguns relacionados diretamente ao conteúdo, mas outros, direcionados às discussões de identidade negra.

As discussões realizadas nas aulas de História da E.E. Samuel Engel, parceira do PIBID História provocaram o trabalho dos pibidianos de História da UNIFAL-MG. O grupo, constituído por oito licenciandos em História, alguns negros, se obrigou a avançar nas leituras sobre letramento racial e, em especial, sobre o processo de autodeclaração étnico-racial. Lemos e debatemos juntos trabalhos de Lélia Gonzalez, bell hooks, Lia Schucman, Nilma Linos Gomes, entre outros. Junto aos estudos, e de recolhas das tradições orais da escola, isto é, histórias contadas comumente no cotidiano da escola e registradas nos cadernos de campo dos pibidianos, também ensejaram as discussões do presente artigo.

175

Assim, é válido apresentar alguns excertos dos Cadernos de Campo dos pibidianos (2022-2024) que refletem sobre a disposição dos agentes escolares de trabalhar as questões étnico-raciais.¹⁰ Sobre o tema, na E.E. Samuel Engel foi possível anotar que:

A participação da diretoria nas atividades e no interesse do corpo discente é peculiar, talvez seja por não terem escolhas e precisam executar o trabalho ou pode ser também pelo verdadeiro interesse no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Isso ficou muito visível para mim nas últimas reuniões do ICEB, a diretora se fez presente nos encontros e forneceu um conjunto de materiais básicos para os alunos começarem o cronograma de atividades. Também, a mesma forneceu apoio e espaço para a professora coordenadora do Programa, deixando-a livre para desenvolver o seu trabalho de pesquisa com os alunos e com os pibidianos a respeito das relações étnico-raciais na escola. Esses fatores contribuem muito para o fortalecimento das lutas dentro da escola, as quais estamos nos instrumentalizando e possuímos o objetivo de amenizar essas desigualdades (Caderno de Campo da pibidiana, 2022-2024).

Em outra escola parceira do PIBID, a pibidiana A registrou em seu Caderno de Campo (2022-2024) uma situação de racismo em sala de aula.

Durante a aula ocorreu uma situação chata entre dois alunos (um aluno branco e um negro). O aluno branco estava fazendo comentários pejorativos sobre a cor de pele do aluno negro. No final da aula, quando o professor foi chamar atenção dos alunos, a

¹⁰ Aqui faremos uma comparação com os trabalhos desenvolvidos nas outras escolas parceiras do PIBID História da UNIFAL-MG na edição de 2022-2024. Faremos a referência aos registros dos cadernos de campo de dois colegas como Caderno de Campo da pibidiana A e Caderno de Campo do pibidiano B.

mãe do aluno negro foi até a sala de aula para ver o que estava acontecendo, porque os alunos estavam demorando para sair. Quando o professor explicou a situação, a mãe se exaltou com todos na sala e começou a ameaçar o filho dizendo que em casa eles se resolveriam, que ela estava esperando ele aprontar mais uma para “levar umas cintadas”. Nessa hora fiquei sem reação e sem saber como agir na posição do professor (Caderno de Campo da pibidiana A, 2022-2024).

Segundo a pibidiana “A”, a sala ficou sem reação quando a mãe entrou e começou a brigar com o filho, porque ela também era negra. Vale ressaltar que essa é uma das artimanhas do racismo, conforme nos ensina Neusa Santos Souza (2021, p. 18).

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus.) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Por causa dos mitos criados, os repetidos processos de apagamentos da identidade negra, muitos ainda não conseguem se identificar como negro e acabam se colocando no lugar de culpados. Essa violência internalizada, de acordo com bell hooks (2010, p. 188), faz com que “essa ferida emocional que carregamos afete nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido”. Isso faz com que no momento em que o aluno precisava ser acolhido pela mãe, ele foi ameaçado de “levar umas cintadas” quando chegasse em casa.

Esse caso reverbera os problemas seríssimos que o racismo causa na vida da população negra, desde criança até a vida adulta. Mas salienta também a necessidade de a formação inicial de professores se preocupar com as temáticas raciais, uma vez que a pibidiana A escreveu que não saberia como agir caso estivesse na posição do professor.

Questionada sobre como entendeu toda a situação, a pibidiana A relatou que, apesar da abertura da direção para o diálogo, ainda não havia sido feita uma discussão sobre o caso (pelo menos não quando ela estava presente). Também refletiu sobre a maioria dos alunos dessa escola, diferente da E.E. Samuel Engel, ser negra e existirem muitos comentários negativos – “brincadeiras sem graça” –, sobre os quais o professor até chamava a atenção, porém segue com a aula e não desenvolve um debate a respeito das relações étnico-raciais.

Já o pibidiano B analisa as dinâmicas das relações étnico-raciais na escola em que atuou da seguinte forma em seu Caderno de Campo:

A abordagem das questões raciais ocorre apenas em ocasiões específicas, como no mês de novembro, durante as celebrações do Dia da Consciência Negra. Nesse período, a escola incentivou os professores de história do oitavo e nono ano do Ensino Fundamental a realizarem atividades relacionadas a personalidades negras históricas,

sendo que os fanzines mais elaborados seriam exibidos nos corredores da escola. Contudo, a discussão sobre o racismo permanece restrita a pequenos trechos das aulas, nos quais se aborda a eugenia no livro didático ou durante as discussões sobre os escravizados nas aulas de História do Brasil (Caderno de Campo do pibidiano B, 2022-2024).

De acordo com o pibidiano B, durante suas atividades junto às turmas dos oitavos anos, foi possível identificar uma notável desigualdade entre estudantes brancos e negros, ao acompanhar as interações entre eles e também com o ambiente escolar. Adicionalmente, também destacou que a instituição só aborda a temática do racismo durante o mês de novembro por causa do Dia Nacional da Consciência Negra. Entretanto, o pibidiano B pôde observar que os alunos reconhecem a existência do racismo dentro da própria escola, mesmo que a discussão sobre o tema permaneça restrita a breves momentos. De acordo com o que ficou registrado em seu Caderno de Campo:

Nos dias 26 e 28 de Junho foi realizada uma atividade do PIBID com todas as turmas da escola, que teve o propósito de coletar tradições orais presentes na dinâmica escolar, proporcionando um espaço para que os alunos expressarem abertamente suas frustrações e desconfortos relacionados a situações ou comportamentos que os deixam acuados. Diversas situações de desrespeito e racismo foram relatadas, evidenciando um sentimento de aversão em relação à escola e ao seu ambiente. (Caderno de Campo do pibidiano B, 2022-2024)

177

Nesse trabalho do PIBID História foram expostas diversas situações relatadas pelos estudantes, o que evidenciou a necessidade de os profissionais da escola-parceira realizarem atividades para além das comemorações do 20 de Novembro. Os registros do pibidiano B também tornam manifesto que as práticas pedagógicas antirracistas não podem ser realizadas apenas por um professor ou um pequeno grupo de agentes escolares. A descolonização do conhecimento e a luta antirracista deve ser um processo institucionalizado, cuidadoso, porque o racismo é estrutural e cotidiano.

Por fim, é urgente que as comunidades escolares mudem de postura em relação às temáticas raciais e atentem-se, com cuidado, às demandas e denúncias dos alunos negros. O letramento racial pode ser um dos principais aliados no combate ao racismo estrutural, pois é essencial que as pessoas compreendam como ele se manifesta, seja na vida cotidiana, na linguagem, nos materiais e recursos didáticos, ou mesmo nas práticas pedagógicas. Essas questões precisam ser trabalhadas com cuidado, seriedade e responsabilidade, uma vez que o racismo estrutural é um problema de todos, sobretudo da comunidade branca.

Considerações Finais

Para finalizar o presente artigo, podemos evocar Frantz Fanon e lembrar que ele escreveu que o mundo colonizado é caracterizado por extrema violência que afeta as formas de ser, pensar e agir, tanto de colonizados, quanto de colonizadores. Para ele, os colonos são uma nova espécie de homens e mulheres que criaram um mundo dividido em dois, polarizado e compartimentado (Fanon, 2022). Portanto, a quebra dessa relação histórica de violência exige esforços também dos colonizadores.

Trazendo o ensinamento de Fanon para nossa atualidade, em relação ao ensino de História, consideramos que é imprescindível que futuros docentes, negros e brancos, adotem práticas antirracistas que interfiram e bloqueiem esse *continuum* histórico de injustiças. O último registro no Caderno de Campo da pibidiana (2022-2024) evidencia a importância da formação inicial atenta aos estudos das relações étnico-raciais:

Participar do PIBID História (2022-2024) foi um momento revolucionário na minha formação enquanto futura docente negra de História. Neste caderno procurei relatar um pouco do que vivenciei, aprendi e fui afetada. Penso que as escolas são verdadeiros desafios, tanto profissionalmente, quanto pessoalmente, pois as situações que acontecem nos atravessam, principalmente nas questões raciais e de exclusão. Porém, concluo que poder trabalhar a história local nas aulas, abordar temas sensíveis com alunos, conseguir trabalhar questões que estão fora do currículo oficial, incluindo aquelas relacionadas com a oralidade e com as tradições orais, foram muito importantes. Fico satisfeita em reconhecer a importância da prática docente atenta aos outros sentidos, como a audição, os sabores e até os cheiros específicos do ambiente escolar. Reconhecer que “o mundo letrado encontra ainda marcas do mundo da oralidade (Lopes, 2004). Tudo isso, junto com a escrita desse caderno (o que não é contraditório, usar a escrita como ferramenta de luta) faz parte da minha trajetória marcada por escolhas vitais em um mundo que mata e silencia corpos e sociedades negras tanto na vida material, quanto no currículo prescrito. Em suma, vivamos em constante movimento!

178

Referências

BÂ, Hampaté A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (edit.). **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2 ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 167-212.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL, Lei Nº 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 16 de set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 04 de maio 2025.

CAÇÃO, Carolina Messias. As relações sociais e a formação das famílias escravas em Alfenas-MG (1819-1836): uma proposta para o uso dos registros de batismo na sala de aula. In: MONTEIRO, Livia Nascimento; NETO, Mário Danieli (org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição no ensino de história**: reflexões e propostas. Teresina, PI: Cancioneiro, 2022. p.11-21.

Caderno de Campo da Pibidiana. Alfenas-MG, 2022-2024. Documento interno do subprojeto PIBID História, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), 2024. [manuscrito].

179

Caderno de Campo da Pibidiana A. Alfenas-MG, 2022-2024. Documento interno do subprojeto PIBID História, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), 2024. [manuscrito].

Caderno de Campo do Pibidiano B. Alfenas-MG, 2022-2024. Documento interno do subprojeto PIBID História, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), 2024. [manuscrito].

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2023.

COSTA, Eliane Silvia; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812022000200466&script=sci_arttext. Acesso em: 04 maio 2025.

ESCOLA ESTADUAL SAMUEL ENGEL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Samuel Engel**. Alfenas, 2022.

FANON, Frantz. Sobre a violência. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.p. 29-90.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n.1, pp. 98-109, jan-abr 2012. Disponível em: https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 09 de maio 2025.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 14 de jul de 2023.

HOOKS, bell. **Vivendo de amor**. Tradução: Maísa Mendonça. São Paulo, SP: 09 mar. 2010. Título Original: living on love. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em 04 de maio 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: Alfenas - MG. [2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/alfenas.html>
Acesso em: 04 de mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça o Brasil - População**: Cor ou raça. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>
Acesso em: 18 de mar.2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **História e Fotos**: 180 Alfenas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/historico>
Acesso em 07 de out. 2023.

LOPES, José de Souza Miguel. Em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural. In: LOPES, José de Sousa Miguel. **Cultura acústica e letramento em Moçambique**: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural. São Paulo, SP: Educ, 2004, p.157-215.

LUGONES, Maria. A Colonialidade de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; RUIZ, Erasmo Miessa. Estigma e currículo oculto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 125-142, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NkmgGbZTdgVWP4JCtFZY4KG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

PRADO, Elisa Maria. Iniciação à docência e tradições orais: reflexões sobre o PIBID História da Universidade Federal de Alfenas, edição 2022-2024. **Palavras ABEHrtas**, n. 9, 2024. Disponível em: <https://www.palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/111>
Acesso em: 24 março 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília, DF: UnB/INCTI, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo, SP: Veneta, 2016.

SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH.** São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300640137_ARQUIVO_ANPUHSimpósioNacional2011SaoPauloTextoCenasEscolaresFernandoSeffner.pdf. Acesso em 08 de Outubro 2023.

SILVA, Luiza Abrahão da. **Colorismo e reconhecimento:** aspectos da construção identitária dos pardos e mestiços no contexto brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Acesso em: 04 maio 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, RJ: Zahar 2021.

Primeiros Passos

Recebido em: 5 mai. 2025.

Aprovado em: 29 ago. 2025.

RESENHAS

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (org.). *Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos*. Salvador: EDUFBA, 2022. 526 p.

Das margens para o centro: Mulheres marginalizadas no centro da pesquisa

Larissa Barbosa Costa (larissa.historiadora@gmail.com)¹

Mestranda em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

O livro *Das Margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos* foi organizado pelas doutoras em História Ana Maria Veiga, Vânia Nara Pereira Vasconcelos e Andréa Bandeira. Publicado em 2022 pela editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), o livro possui 20 artigos, separados em seis partes, todos discutindo diferentes temáticas como trabalho, saberes, vida afetiva, dificuldades e desafios relacionados às mulheres sertanejas.

O livro é fruto do grupo de pesquisa ProjeTAM – História das Mulheres, Gênero, Imagens e Sertões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB,) composto por diversas professoras e pesquisadoras, estudantes de pós-graduação e graduação. Liderado por Ana Maria Veiga e Vânia Nara Pereira Vasconcelos, o grupo possui como foco as pesquisas e discussões relacionadas à questão de gênero, tendo como espaço geográfico e social os sertões, ou seja, o grupo discute os diversos assuntos relacionados às mulheres sertanejas.

Segundo Albuquerque Júnior (2011), a identidade nordestina e a ideia de sertão foram construídas historicamente como forma de diferenciação cultural e ambiental dentro do Brasil. Essa identidade sertaneja é composta por várias outras identidades, as “sertanidades”. O livro aborda o conceito de “sertanidade” como algo que está muito além da questão geográfica e territorial, sendo definido como pertencimento, conhecimentos, vivências, saberes e experiências que são compartilhados por homens e mulheres das diversas margens no Brasil – como rurais, interioranas, sertanejas –, que estão sempre inventando e reinventando diferentes formas de existir e resistir, superando estereótipos construídos sobre os sertões, seus habitantes e costumes. Sendo assim, o sertão é pesquisado, discutido e analisado como espaços rurais e plurais, interioranos, periféricos, cheios de saberes e riquezas, que devem ser pesquisados e valorizados.

¹ Bolsista PROGPESQ.

A primeira parte do livro, intitulada *Feminismos saberes e rebeldias*, aborda os diferentes feminismos e as experiências de diferentes mulheres, nas mais diversas partes do Brasil. Evidencia as diferentes práticas de resistência dessas mulheres, muitas vezes invisibilizadas na sociedade. Convida o leitor a construir novas formas de conhecimento, visando romper a lógica colonial e desfazer as hierarquias de saberes, que somente valorizam o conhecimento colonial e sudestino. Essa parte também traz a história de Maria Lacerda de Moura, professora mineira, intelectual e pioneira do anarcofeminismo no Brasil, que teve um papel importante na defesa do direito das mulheres. Essa parte do livro, apresenta a narrativa de mulheres que questionam o seu papel na sociedade e transformam o cotidiano em lugar de resistência. Ao final dessa primeira parte, é evidenciada a importância do feminismo e como ele denuncia a opressão vivenciada pelas mulheres.

A segunda parte, intitulada *Enegrecer-se, descolonizar-se*, propõe enegrecer o feminismo, partindo do pressuposto de que existem diferentes tipos de mulheres e que, devido ao racismo estrutural, as vivências e histórias das mulheres negras não são contadas, são desconsideradas. Enfoca como experiências sertanejas e diaspóricas são capazes de conduzir pesquisas acadêmicas e de criar conceitos para pensar o Brasil. Evidencia a importância das contribuições das Ciências Humanas que estão comprometidas com os debates raciais e o destaque da intelectualidade negra. Além disso, aborda também as contribuições das intelectuais negras brasileiras.

A terceira parte, *Mulheres, opressões, intersecções e resistências*, evidencia a importância de se considerar as múltiplas opressões relacionadas a raça, classe, gênero e localização. Essa seção possui como recorte temporal a última década do século XIX e o século XX, estimulando reflexões relacionadas às opressões e resistências a partir da ferramenta da interseccionalidade, ou seja, a sobreposição de diferentes opressões que um indivíduo pode sofrer.

A quarta parte, *Memórias de lutas, práticas e sabenças*, trata da questão da concentração de terras no Brasil e dos conflitos e disputas ocasionados por esse processo. Essa parte foca nas mulheres rurais, seus saberes e “sabenças”, mostrando que elas possuem conhecimentos diversos, aprendidos com seus antepassados. As “sabenças” (Menezes, 2012) são saberes populares e comunitários, aprendidos na vida cotidiana, mobilizados na luta e na resistência. Um exemplo é a sabedoria popular sobre a gestação, passada pelas antigas gerações e utilizada na hora do parto pelas parturientes e parteiras.

A quinta parte, *Mídia, arte e política*, discorre sobre as produções artísticas e midiáticas que historicamente estão relacionadas a aspectos sociais e políticos. Segundo as organizadoras

do livro, devido à inserção de novos sujeitos e formas de pensar, a História começou a ser considerada de uma forma mais ampla, trabalhando com outras áreas do conhecimento, como a Arte. O historiador da arte analisa como as técnicas e os costumes de cada época aparecem nas produções artísticas. Os artigos da quinta parte da obra, ajudam a entender o corpo, a sociedade, o gênero e as relações de poder. Nesse sentido, os textos exploram como as relações de gênero e as mulheres são retratadas no cinema, literatura, trabalho artístico etc.

A sexta e última parte, *Neoliberalismo, neofascismos e pandemia*, explica que os textos que fazem parte do livro foram escritos em períodos de ascensão de neofascismos e da pandemia de Covid-19. Sendo assim, essa última etapa busca discutir questões de necropolítica e do descaso social, usando como recorte as questões de gênero, considerando as questões de raça, classe, localidade, sexo etc.

Tendo como foco as mulheres marginalizadas, as autoras tratam da temática de gênero propondo discussões importantes e necessárias para estudantes de Ciências Humanas, especialmente da área da História, por trazer novas temáticas e novos enfoques da historiografia relacionados às mulheres.

Por um longo tempo, a historiografia voltou-se para as vivências e os feitos dos homens poderosos. Com a ascensão do movimento feminista, ganharam destaque as vivências e saberes das mulheres, em sua maioria brancas, ricas e sudestinas. Contrapondo-se a essa tendência, o livro *Das Margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos* traz uma série de contribuições ao discutir e colocar em evidência, por meio do conceito de “sertanidade”, a temática das mulheres marginalizadas, colocando-as no centro da historiografia. A ideia central da obra é mostrar que existem diferentes mulheres com vivências diversas, saberes e conhecimentos que devem ser respeitados e valorizados. E que merecem e devem ser estudadas.

184

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEZES, Izabel Dantas de. **Ecologia das identificações e suas sabenças na Comunidade de Fecho de Pasto Mucambo, Antônio Gonçalves, BA**. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (org.). **Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos**. Salvador: EDUFBA, 2022. 526 p.

Resenhas

Recebido em: 23 mar. 2025.

Aprovado em: 12 jun. 2025.

RESENHAS

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Branquitude em questão: Reflexões sobre o livro de Cida Bento

Alexia Henning (alexiahenning330@gmail.com)

Mestranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Antes de iniciar a discussão proposta é importante contextualizar que a autora do livro, Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, nasceu em 1952, na zona norte de São Paulo. Ativista e Doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), Cida Bento também é cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), sendo considerada uma das mais relevantes intelectuais e ativistas do movimento contemporâneo.

185

No que respeito às suas produções intelectuais, seus principais temas de análise se centram nas relações entre racismo e psicologia, sendo ela uma referência obrigatória para os estudos sobre branquitude, com contribuições de grande relevância para a compreensão e superação das desigualdades econômicas e raciais no Brasil, especialmente nas áreas relacionadas à educação e trabalho. Tem uma participação em eventos e conquistas que promovem a luta contra a discriminação racial no Brasil, com foco em práticas pedagógicas que valorizam a diversidade nas escolas.

O livro: *O Pacto da Branquitude* (2022), Bento enfatiza que não existe um *problema negro* no Brasil, mas sim problemas nas relações entre negros e brancos, marcadas pela dominação de um grupo sobre outro nas esferas política, cultural e econômica. Essa dominação, segundo a autora, sempre irá manter os privilégios para um dos grupos, no caso da branquitude, e perpetuar o outro grupo condições precárias de vida da população negra, muitas vezes levando à morte. Assim, conforme destaca Djamila Ribeiro (2018): “racismo é um sistema de opressão que vai além de ofensas, negando direitos” (p.72), o que reforça a ideia da autora ao ressaltar que o racismo estrutural opera para manter desigualdades.

Contudo, a obra poderia ser problematizada ao considerar que o racismo estrutural não opera isoladamente, mas intersecciona-se com o capitalismo, que também marginaliza pessoas brancas em condições de pobreza, como apontam dados do IBGE, que indicam que cerca de

18% das pessoas pobres no Brasil são brancas. Essa interseção sugere que a desigualdade não é exclusivamente racial, mas também de classe, o que a autora poderia explorar mais profundamente para evitar generalizações sobre a branquitude como um todo.

A música *O que se cala*, composta por Douglas Germano e interpretada por Elza Soares (2018), reforça a crítica ao racismo estrutural ao expressar a resistência contra o silenciamento de grupos marginalizados, com versos como: “Minha voz/ Uso pra dizer o que se cala/ O meu país/ É o meu lugar de fala.” (Germano, 2018). Esses versos destacam a luta por afirmar as narrativas de populações não brancas, desafiando as estruturas que tentam suprimir suas vozes.

No primeiro capítulo, Cida Bento (2022) elabora o conceito de *pacto narcísico*, descrito como a cumplicidade entre pessoas brancas para preservar privilégios, marginalizando a pluralidade de outras populações. Esse pacto é visto como um ato de autopreservação, onde o *diferente* ameaça o que a branquitude considera *normal*, sustentando a supremacia branca no cerne do preconceito. Complementando essa análise: “a hegemonia branca criada pelo racismo confere privilégios sociais a um grupo em detrimento de outro” (Ribeiro, 2018, p. 40).

Contudo, a ideia de *pacto narcísico* poderia ser problematizada: ao atribuir a manutenção de privilégios a todos os brancos, Cida Bento corre o risco de generalizar, ignorando que pessoas brancas em condições de vulnerabilidade socioeconômica, como os 18% mencionados pelo IBGE, não se beneficiam diretamente desse sistema. Uma análise mais nuançada, incorporando a perspectiva de classe, como sugerem Schwarcz (2013) em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* e Fernandes e Bastide (2008) em *Branco e negros em São Paulo*, poderia enriquecer o debate.

A autora, questiona a *meritocracia*, conceito que justifica desigualdades ao atribuir a ocupação de espaços de poder por pessoas brancas a uma suposta superioridade, enquanto a ausência de pessoas negras seria decorrente de falta de preparo. *Meritocracia*, aqui, refere-se à crença de que o sucesso depende exclusivamente do esforço individual, ignorando barreiras estruturais como o racismo e a herança escravocrata. A autora denuncia como essa herança privilegia pessoas brancas, que se beneficiam desse legado no cotidiano, enquanto destaca a necessidade de valorizar a contribuição cultural do povo negro, em vez de perpetuar a narrativa da escravidão como fardo.

Neste sentido, Djamila Ribeiro (2018) reforça: “Foram 354 anos de escravidão e, depois, não se criaram mecanismos de inclusão para a população negra, como foram criados para os imigrantes” (p. 65). Ambas defendem um Brasil que celebre a cultura negra, mas Cida Bento poderia problematizar mais explicitamente por que políticas inclusivas, como as

sugeridas por Djamila Ribeiro (2018), ainda enfrentam resistência, especialmente entre a classe burguesa, que perpetua privilégios independentemente da etnia.

Os brancos europeus consolidaram sua influência ao se posicionarem como o *homem universal*, criando, assim, uma identidade comum que definiu africanos e negros como o *outro*, estabelecendo as bases para a desigualdade racial. E assim, vemos as gêneses dessa desigualdade nas relações, que como vimos no decorrer da história da humanidade, permitiu que estes disseminassem sua visão de mundo através de suas projeções com os atos de repressão, marcada principalmente por brutalidade contra as populações negras e indígenas que eram consideradas ameaças aos seus interesses.

No pensamento de Cida Bento (2022), o conceito de *Capitalismo Racial* descreve um sistema de dominação que opera por meio da exploração baseado em etnia, gênero e classe, mascarada por um discurso de liberalismo meritocrático¹ que justifica desigualdades. Bento (2022) introduz a figura da *sinhazinha* como um conceito-chave que simboliza a mulher branca privilegiada, cuja posição histórica perpetua a marginalização de mulheres negras no mercado de trabalho e na sociedade. Essa análise dialoga com Djamila Ribeiro (2018), que reforça como o racismo e o machismo interseccionados desumanizam mulheres negras, tratando seus corpos como mercadorias, evidenciando a centralidade desses conceitos para compreender as estruturas de opressão.

187

Contudo, é necessário problematizar: a desvalorização no mercado de trabalho não afeta apenas mulheres negras, mas também mulheres brancas de classes populares, que enfrentam discriminação de gênero e classe, ainda que em menor grau. Essa interseção de opressões, como discutido por Schwarcz (2013), merece maior atenção para evitar a redução da análise a uma dicotomia racial.

A historiografia oficial frequentemente silencia a resistência negra e indígena, ignorando a importância da *memória coletiva*, um conceito construído por meio do ensino, patrimônio histórico e documentos legislativos, como a *Lei nº 10.639/2003*, que torna obrigatório o ensino de história da África e suas consequências no Brasil. *Memória coletiva* fortalece laços grupais e dá significado às experiências compartilhadas, sendo os quilombos exemplos de espaços de resistência e valorização cultural.

¹ O termo combina os princípios do liberalismo clássico, como a liberdade individual e o livre mercado, com a meritocracia, que enfatiza a ascensão social baseada no esforço, talento e competência. Nesse sistema, o Estado deve garantir igualdade de oportunidades, permitindo que os resultados socioeconômicos reflitam o mérito individual, sem privilégios herdados ou barreiras artificiais. (Hayek, F. A., 1960; Rawls, 1971).

Ao longo de sua narrativa, Bento (2022) faz uma análise da personalidade autoritária da branquitude, que projeta a raiva e ressentimentos nos grupos minorizados que são vistos como *inimigos* para desviar a atenção das desigualdades reais. Portanto, ela tenta promover uma tomada de consciência sobre como essas atitudes autoritárias e etnocêntricas operam, sendo claramente um problema sistêmico e não individual.

Bento (2022) analisa a personalidade autoritária da branquitude, que projeta raiva e ressentimentos em grupos marginalizados, vistos como *inimigos*, para desviar a atenção das desigualdades. No entanto, associar essa análise a fenômenos como *trumpismo* e *bolsonarismo* pode desviar o foco da discussão social e de memória para o campo político, enfraquecendo a argumentação aqui proposta. Esses movimentos, marcados por racismo, machismo e desprezo pelos direitos humanos, expressam narrativas de ressentimento, mas a obra poderia problematizar se todos os brancos que aderem a esses discursos são privilegiados ou se são manipulados por uma elite burguesa que perpetua desigualdades. Djamila Ribeiro (2018) questiona: “Por que se tem compreensão com quem está oprimindo e não com quem está sendo oprimido?” (p. 29), apontando para a hipocrisia dessas narrativas.

Ao analisar o racismo institucional, a autora destaca que a suposta neutralidade dos processos seletivos mascara preconceitos que dificultam a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho, que são sempre vistos como espaços destinados aos brancos. Fazendo referência a uma música infantil tradicional do folclore brasileiro bastante conhecida: “Um elefante incomoda muita gente / Dois elefantes incomodam muito mais! / Três elefantes incomodam muita gente / Quatro elefantes incomodam muito mais!” (Luporini, 2006). Utilizando de forma metafórica de maneira crítica e irônica para ilustrar como a presença de pessoas negras em ambientes predominantemente branco é visto como uma ameaça aos seus privilégios.

Como professora de adolescentes no sul do Brasil, observo a dificuldade de desconstruir o imaginário racista, reforçado por materiais didáticos que, mesmo com a *Lei nº 10.639/2003*, ainda priorizam narrativas eurocêntricas. Nesse sentido, Bento (2022) propõe políticas de diversidade e equidade para combater o racismo estrutural, desde a educação até o mercado de trabalho. Djamila Ribeiro (2018) complementa, defendendo que: “cotas não são pensão, mas medidas emergenciais temporárias que devem existir até as distâncias diminuïrem” (p. 74). Essas ações afirmativas, como as cotas raciais, são essenciais para reduzir as desigualdades herdadas dos 354 anos de escravidão.

Conclui-se que mudar a realidade exige reconhecer que o sistema foi construído para manter desigualdades, beneficiando principalmente a classe burguesa, e não todos os brancos,

como sugerem os 18% de brancos pobres apontados pelo IBGE. Pois, “nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório” (Ribeiro, 2018, p. 26), assim, é possível ampliar o conceito de humanidade para incluir a todos. A música *O que se cala* (Germano, 2018) reforça esse apelo por escuta e reconhecimento da humanidade de todos. Não existe um *problema negro*, mas um problema da branquitude e da elite burguesa que precisa ser enfrentado.

Referências

- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FERNANDES, Florestan; Bastide, Roger. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global Editora, 2008.
- GERMANO, Douglas. O Que Se Cala. In: Soares, Elza. **Deus É Mulher**. São Paulo: Deckdisc, 2018.
- HAYEK, F. A. **The Constitution of Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- LUPORINI, Marcos. **Um elefante incomoda muita gente**. In: Galinha Pintadinha. vol. 1. Bromélia Produções, 2006. 1 faixa.
- RAWLS, J. A **Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

189

Resenhas

Recebido em: 30 abr. 2025.
Aprovado em: 08 jun. 2025.

RESENHAS

MILANEZ, Felipe. **Lutar com a floresta**: uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia. Editora Elefante, 2024, 304p.

Lutar pela floresta, lutar pela vida: ecologia política no Brasil contemporâneo

Nicole Luna de Oliveira (ra133893@uem.br)

Graduanda em Comunicação e Multimeios pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Em 2024, a editora Elefante publicou o livro *Lutar com a Floresta*, escrito pelo jornalista e ambientalista brasileiro Felipe Milanez. Em 304 páginas, Milanez narra a história de um casal de ativistas que lutava pela proteção da floresta amazônica, na cidade de Nova Ipixuna, no Pará, antes de serem assassinados, em 2011. Para a produção do livro, foi utilizada uma série de entrevistas feitas pelo jornalista em 2010.

A história de vida do casal era marcada pela defesa ao meio ambiente e pela violência, como demonstrado na obra. Maria do Espírito Santo da Silva nasceu em São João do Araguaia e passou a infância em um castanhal atravessado pelo igarapé Ubá. Seus pais eram extrativistas e viviam da coleta de castanha. Após se casar, ela teve cinco filhos e, em consonância com a realidade de muitas mulheres brasileiras, foi vítima de violência doméstica antes de obter o divórcio. Em 1986 conheceu José Cláudio Ribeiro da Silva, quando era mesária da seção em que ele votava; os dois se apaixonaram e foram viver juntos. José Cláudio também cresceu e passou sua infância no contexto da economia da castanha. Descendia de migrantes do Maranhão, de família paraense e de indígenas do povo Kayapó (Milanez, 2024).

Depois que se casaram, Maria e Zé Cláudio foram morar em uma reserva agroextrativista chamada Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranhiera (PAE), em uma área de terra pertencente à União, na região Sudeste do Pará. O casal e mais quinhentas famílias viviam do extrativismo da castanha e de outros frutos produzidos pela própria floresta e, em troca, preservavam a flora e fauna contra o avanço do agronegócio.

O casal se engajou no ativismo ambiental depois de se mudar para o assentamento. Anteriormente extrativistas, os dois começaram a atuar na Associação de Pequenos Produtores do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranhiera (Apaep), conforme se tornaram cientes dos riscos à floresta e das ameaças dos grandes latifundiários. Além de conservar e liderar o projeto,

os dois também realizavam uma série de denúncias ao Ibama contra as atividades ilegais, como desmatamento e produção de carvão, que aconteciam na região.

De acordo com Milanez, os dois foram responsáveis por cerca de dezesseis denúncias, cartas e informações sobre crimes ambientais entre 2001, quando começaram a ser ameaçados de morte, e 2011. Enquanto José Cláudio conversava com os criminosos, Maria tirava fotos das cargas e formalizava as acusações “[...] O objetivo político do casal era transformar o mundo a partir de onde viviam” ou seja, para o casal a luta é que define a atividade cotidiana dos ambientalistas, pois é “[...] É na luta que se faz o futuro, que se transforma o mundo. Ao se conhecerem as estruturas de dominação, emerge a rebeldia dos sujeitos. Sujeitos que se posicionam como sujeitos coletivos, que lutam por ‘sonhos coletivos’” (Milanez, 2024, p. 74).

O ativismo de Maria não defendia somente a preservação ambiental e a reforma agrária, mas também a igualdade de gênero. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, ela produziu diversos textos, além de atuar como educadora e líder de projetos sociais em Nova Ipixuna. Ela era recém-formada no curso de Pedagogia do Campo, na Universidade Federal do Pará, em Marabá, quando teve sua vida interrompida. Muitas vezes, como Maria contou ao autor, ela lecionou para aqueles que depois viriam a persegui-la e oprimi-la.

191

Na escola local, ela tentava levar conhecimento básico, mas também transmitir a importância da floresta. Além de atuar como educadora, foi também membro do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), uma ONG criada por Chico Mendes, e líder da Associação de Pequenos Produtores do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranha (Apaep).

A sua metodologia de ensino não desvalorizava os conhecimentos locais, tampouco menosprezava as condições das mulheres que participavam do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Sua linha de pensamento se assemelhava ao ecofeminismo da ativista indiana Vandana Shiva, pois ela defendia firmemente a ideia de que a educação permitia a tomada de consciência crítica, principalmente das mulheres, que poderiam transformar o mundo (Shiva, 2013 apud Possebon; Colacios, 2022, p. 21).

Segundo Puleo (2017), o termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne em um artigo sobre a superpopulação, publicado em 1974. Atualmente, entende-se que o ecofeminismo visa a aumentar o protagonismo feminino nas discussões relacionadas ao meio ambiente, contribuindo também em pautas antes negligenciadas pelos tomadores de decisão, visto que ele questiona segmentos que não são considerados tão economicamente relevantes, e ao fazer isso, quebra padrões que antes estavam fixos em critérios como produtividade, renda e as formas de produção (Siliprandi, 2000 apud Possebon; Colacios, 2022).

Lutar com a Floresta transmite a ideia de que a liderança de José Cláudio era mais destacada em comparação com a de Maria, como evidenciado no capítulo do livro dedicado às entrevistas com ambos. O capítulo sobre José Cláudio abrange 59 páginas, enquanto o de Maria possui apenas 29.

Em consonância com a pesquisa de Rayza Sarmiento a respeito da representatividade da mulher nos meios de comunicação e na política, pode-se inferir que a obra acaba, inevitavelmente, reforçando a imagem de mulher 'frágil e submissa', que cumpre mais um papel de auxílio e suporte, em vez de protagonismo.

O assassinato de José Cláudio e Maria aconteceu em 2011, mas somente dois anos depois os criminosos foram condenados. A investigação só teve início após o crime ganhar repercussão internacional, durante o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff. Este caso evidencia a complexa relação entre o sistema de justiça brasileiro e os interesses dos detentores do poder (grandes empresários, latifundiários, grileiros e fazendeiros). De acordo com Milanez, o juiz de primeira instância escreveu em sentença, que foi posteriormente anulada, que José Cláudio e Maria “contribuíram de certa maneira” para seus assassinatos.

Houve, neste interim, a comoção de grande parte do movimento ambiental brasileiro. Greenpeace Brasil denunciou que “o fazendeiro José Rodrigues Moreira, o mandante do assassinato de Zé Claudio e Maria, está foragido desde 2013. Em 2016, o Tribunal do Júri do Pará o condenou a 60 anos de prisão após a anulação de um julgamento em 2013 que o absolveu do crime. Os executores, Alberto Lopes do Nascimento e Lindonjohnson da Silva Rocha, estão presos. Lindonjohnson [irmão de José Rodrigues e um dos executores do assassinato] fugiu da Penitenciária Mariano Antunes, em Marabá (PA) em novembro de 2015, mas foi recapturado em agosto do ano passado,” (Greenpeace, 2021). Manter a floresta em pé é um grande desafio, pois vai contra fatores naturais e, principalmente, antropológicos. Conforme Milanez (2024), é necessário coragem e ousadia para lutar em um espaço de violência no sul e sudeste do Pará.

O último balanço do Imazon relatou que novembro de 2024 foi o sexto mês consecutivo de aumento no desmatamento e na degradação na Amazônia, com as áreas desmatadas registrando um aumento de 41% em 2024, em comparação com 2023. As florestas degradadas (com danos causados pelo fogo ou pela extração madeireira) registraram um aumento de 84% no mesmo período. O líder em desmatamento e degradação em novembro do ano passado foi o estado do Pará. Segundo o sistema de monitoramento do instituto, no estado foram desmatados 95 km² de florestas (58% do detectado na Amazônia) e degradados 1.118 km² (39% do registrado na região). Segundo, ainda, o Imazon, o Pará também teve nove assentamentos entre

os 10 mais destruídos, sendo eles: Nova União, Surubim, Ouro Branco, Paraíso do Norte, Serra Azul, Paraíso, Ademir Fredericce, Renascer II e São Sebastião do Tutuí.

A história do Brasil, desde o período da colonização, é marcada pela violência. Com o pretexto de “civilizar” as terras recém-descobertas, os portugueses dizimaram povos indígenas e devastaram grande parte da flora e da fauna. Não só os nativos sofreram, como também os negros, que foram escravizados e trazidos à força para sustentar a colônia. Durante a ditadura civil-militar de 1964, os ditadores intensificaram as ações exploratórias e, sob o pretexto desenvolvimentista do capitalismo, torturaram, assassinaram e perseguiram aqueles vistos como “entraves” ao avanço da sociedade. A ditadura teve grande influência das classes dominantes, principalmente das oligarquias latifundiárias, que foram protegidas e amparadas pelo Estado enquanto massacraram diversos militantes engajados na causa ambiental. Milanez destaca no livro que os donos dos castanhais foram beneficiados por uma medida da ditadura, em 1976, que regularizou grilhagens “com um decreto que permitia incluir nos aforamentos os excessos de área, até 50% da área aforada” (2024, p 114).

A obra de Milanez demonstra eficazmente como o Estado opera sob uma lógica necropolítica, ao evidenciar que o poder público brasileiro legitima a eliminação do meio ambiente e de seus defensores para atender a interesses minoritários. Afinal, como Adichie Mbembe explica, “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais [...] a racionalidade da vida passa pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar para possibilitar viver” (2015, p. 129).

De acordo com o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ocorrência de conflitos no campo cresceu desde 2015, passando de 564 para 1056 casos. No mesmo período analisado, o Brasil registrou um salto de 325 conflitos pela terra para 824. A CPT afirma que esses dados refletem uma realidade de altos índices de violência no campo.

A luta de Maria e Zé Cláudio era inspirada nos escritos de Paulo Freire. Em sua análise, eles entendiam que a falta de um senso crítico dos indivíduos, principalmente dos agricultores, levava a uma alienação perigosa, pois eles participavam da destruição da natureza sem mensurar os impactos que essas ações teriam em suas próprias vidas. Segundo Milanez, a alienação, na concepção de Maria, era de toda a classe agricultora, que não assumia sua responsabilidade ética e aceitava ser oprimida. Ao contrário; aceitava ser escravizada. É a servidão voluntária do oprimido, que defende o opressor. Ou como a própria Maria relatou na entrevista: “o sonho sempre inalcançável de ser igual ao opressor. O desejo do caboclo de se tornar o senhor. A mentalidade do pequeno que quer ser grande, do assentado que quer ser fazendeiro” (Milanez, 2024, p. 84).

A lógica capitalista promove uma ideia de progresso social que resulta na exploração desenfreada de recursos naturais. Apesar desse impacto significativo, ela persiste devido à alienação que promove ao vender um modo de vida cada vez mais “prático e confortável”, o que resulta na precarização de muitas vidas. De maneira que o sujeito contemporâneo é, como Sodré (2015) escreveu, moldado para ser consumidor antes de ser cidadão.

Tal alienação é o principal mecanismo de perpetuação do capitalismo, conforme o ativista francês Félix Guattari apontou na sua obra *As Três Ecologias*, porque ela afasta os indivíduos da consciência de que eles são parte da natureza, logo, se a destruírem, também sofrerão as consequências. Segundo o autor, a lógica capitalística destroi não apenas a natureza, mas também as relações sociais e a subjetividade (Guattari, 1989). Isso significa que o atual modelo econômico é responsável por aproximar os humanos cada vez mais da rapidez maquínica que Jonathan Crary mencionou em seu livro *Capitalismo Tardio e os Fins do Sono* (2014).

O ativismo de Maria se configura como um ambientalismo popular, pois ela se posicionava contra o modelo de desenvolvimento hegemônico e a privatização do comum, ou como Milanez disse: “se assemelha à ideia do ecologismo dos pobres e dos movimentos por justiça ambiental” (2024, p. 59). Os movimentos por justiça ambiental são importantes mecanismos de reivindicação dos direitos humanos, assim como de condições básicas de vivência em um ambiente sustentável e equilibrado.

O ambientalismo popular parte do pressuposto de que o povo exerce justiça. O papel da comunidade é o de pressionar o Estado a atender às suas demandas, bem como de monitorar o poder público, visando uma convivência saudável e plena. Ou, como diria Guattari, “a questão ambiental não pode ser dissociada das práticas sociais e das formas de subjetividade” (1989, p. 30).

Apesar dos desafios impostos pelo próprio sistema necropolítico, a tomada de consciência individual tem o poder de mobilizar uma comunidade e, assim, promover uma pequena mudança, uma resistência à automatização do capitalismo. Pois, segundo o já mencionado Guattari, é necessário reinventar formas de subjetividade que resistam à massificação.

Seguindo tal práxis, a irmã de José Cláudio, Claudelice dos Santos, criou o Instituto Zé Cláudio e Maria, em 2021, com o objetivo de levar a educação ambiental às comunidades tradicionais do sudeste paraense, além de proteger as lideranças amazônicas ameaçadas de morte. No instituto, Claudelice atua como coordenadora a fim de manter vivo o sonho de

explorar a floresta, de maneira sustentável, e promover a ecologia através da mobilização popular.

O jornalismo de massa segue a mesma lógica de produção capitalista: produzir informações com base na demanda. Para atender às expectativas desse sistema, ele é influenciado pelos interesses da elite, que investe na sua circulação. Porém, o jornalista independente trabalha em paralelo aos grandes *newsrooms*, buscando ir contra a influência elitista. As entrevistas de Milanez exemplificam o potencial do jornalismo independente, pois demonstram a proximidade e o respeito do jornalista com os entrevistados, conforme evidenciado no trecho: “A entrevista foi intensa. Ela chorou, eu chorei, todo mundo chorou [...] Estava com receio de decepcioná-los, pois era jornalista e não tinha a rede de contatos necessária” (Milanez, 2024, p 25).

No contexto do ecofeminismo, segundo Sarmiento (2013), o ato de comunicar tornou-se, dentro do ativismo de mulheres, a forma de expandir as lutas, de se conhecerem em um contexto transnacional, pois ele possibilita que os grupos socialmente excluídos tenham uma oportunidade de amplificar as suas vozes e reivindicar os seus direitos. Esse poderoso mecanismo também foi discutido por Donna Haraway, no seu Manifesto Ciborgue, onde ela sugere que a tecnologia pode ser um meio para desafiar as hierarquias de poder tradicionais.

Dizer que o feminismo deve ver na tecnologia não uma ameaça, mas uma oportunidade de reconfigurar as relações de poder e identidade (Haraway, 1991, p. 155), significa que, através das plataformas digitais, como redes sociais e blogs, as mulheres de diversas origens podem articular suas demandas e construir redes de solidariedade globais, pois assim será possível subverter a centralização do poder em instituições patriarcais dominantes.

Não é possível repor as vidas que foram tiradas, mas é essencial manter vivo os propósitos e as causas que defendiam. O papel fundamental de jornalistas e comunicólogos é garantir que as pessoas sejam ouvidas e que suas histórias sejam transmitidas com a dignidade que merecem. Os meios de comunicação devem, antes de tudo, servir à população, e não aos interesses de uma minoria. A prevalência do sensacionalismo na mídia, em contraste com uma cobertura ética, tende a exacerbar a opressão das minorias já marginalizadas pela sociedade. Contudo, há um trabalho árduo a ser feito para transformar a realidade e promover a mudança desejada de forma contínua.

Referências

BARON, D. et al. **Colheita em tempos de seca: cultivando pedagogias de vida por comunidades sustentáveis**. 1. ed. Marabá: Instituto Transformance, 2011.

CHAMORRO, P.; ROSA, J. **Mulheres na Conservação**. In: **Compasso Coolab**, 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/39RXKOXbbdMTpApIhAlkrS?si=16e7101c319e483d>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GREENPEACE BRASIL. **Zé Cláudio e Maria: quando a violência dá lugar à esperança**, 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ze-claudio-e-maria-quando-a-violencia-da-lugar-a-esperanca/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 1989.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do séc. XX. In: TADEU, T. (org.). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-48.

IMAZON. **Desmatamento e degradação têm sexto mês consecutivo de aumento na Amazônia**. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-e-degradacao-tem-sexto-mes-consecutivo-de-aumento-na-amazonia/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MILANEZ, F. **Lutar com a floresta: uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia**. Elefante, 2024.

POSSEBON, B. G. B.; COLACIOS, R. D. O ecofeminismo em debate: teorias, ação política e educação ambiental. In: SILVA, A. J. N. da (org.). **Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 3**. Ponta Grossa: Atena, 2022. p. 22-34.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 5, p. 1-15, 2013.

SODRÉ, Muniz. Mídia, ideologia e financeirização. **Oficina do Historiador**, v. 8, n. 1, p. 135–157, 2015.

TOXIC AMAZON. Direção: Felipe Milanez. Distribuição: Vice, 2011. 108 min.

Resenhas

Recebido em: 26 mar. 2025.

Aprovado em: 13 ago. 2025.

RESENHAS

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

Formação de sentidos através da cultura: história e vida prática

Neles Maia da Silva (nelesmaia@hotmail.com)

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Em *Cultura faz sentido*: orientações entre o ontem e o amanhã (2014), Jörn Rüsen propõe uma reflexão profunda sobre como as sociedades constroem sentido culturalmente, explorando a relação entre passado, presente e futuro. O autor é um historiador alemão que busca entender como as narrativas culturais moldam a identidade coletiva e a percepção histórica. Lançado aqui no Brasil pela editora Vozes em 2014, o livro traz a estrutura dividida em 4 capítulos e suas subdivisões.

Na primeira: *Apropriações da tradição* traz Rüsen analisando como diferentes períodos históricos reinterpretam tradições passadas, destacando a importância da memória coletiva na formação cultural. Na seguinte: *Impulsos do pensamento teórico*, onde o autor examina como teorias filosóficas influenciam a compreensão cultural e histórica, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva. A terceira subdivisão: *Cultura da ciência* na qual Rüsen discute o papel da ciência na construção cultural, abordando como o conhecimento científico interage com as práticas culturais e sociais. E a última: *Potencialidades na formação de sentido* no qual o autor explora as possibilidades de transformação cultural, sugerindo caminhos para uma compreensão mais inclusiva e dinâmica da cultura.

Importante ressaltar que o livro não foi escrito de forma completa, pois trata-se de uma série de ensaios (inéditos e outros já apresentados em ocasiões e lugares distintos) depois reunidos no livro. Essa característica da obra é interessante, na medida em que, os diálogos traçados sobre os conceitos de cultura, sentido, cultura histórica, consciência histórica, entre outros, dialogam com áreas diversas desde a filosofia até a teologia. Em cada campo de conhecimento Rüsen traça diálogos importantes com diferentes autores, buscando compreender o aspecto da formação de sentido. Aprofundemos mais cada seção do livro do historiador alemão.

No primeiro capítulo da obra: *Apropriações da tradição*, Rüsen aponta para um panorama no qual a globalização e a questão da cultura têm propiciado discussões e

posicionamentos conturbados diante do aspecto da definição cultura, a necessidade de comunicação intercultural e redes de comunicação. O autor aponta para “o potencial de agressão nos encontros, sobreposições e mesclas de tradições, pertencimentos e delimitações culturais” (Rüsen, 2014, p. 17). O autor dialoga com a obra, *Ideia para uma história universal com propósitos cosmopolita* (1784) do filósofo Immanuel Kant e a ideia europeia de história universal com propósito intercultural e com o historiador Vinay Lal e o questionamento da pretensa história universal defendida pelos europeus em seu texto: *Provincialising the West: world history in the perspective of indian history* (2003).

Rüsen parte do princípio que a proposições trazidas por Kant nos permitem revisitar história da cultura para “compreender os limites e possibilidades da interculturalidade diante dos debates sobre alteridade e diferença” (Rüsen, 2014, p. 18). O filósofo iluminista defendia a ideia de uma história universal, partindo de um princípio etnocêntrico com base na superioridade europeia. Em diálogo com a sua obra, Rüsen aponta várias proposições de Kant para solidificar a ideia de que existe uma narrativa mestra universal como base da história de um povo para manter e marcar sua identidade como povo. Ele afirma que manter sua singularidade diante de outras culturas toda identidade cultural tem uma narrativa mestra.

198

Entretanto, essa questão de uma história universal é questionada por autores como o historiador indiano Vinay Lal como aponta Rüsen (2014). Há críticas dos não ocidentais ao padrão de história universal dos ocidentais, uma vez que, os primeiros foram excluídos pelos segundos, além de lhes dar valor negativo ou insignificante diante da dita superioridade europeia. Rüsen afirma que Lal (2003) chega a “defender que as culturas ocidentais devem ser vistas de forma radicalizadas como genocidas culturais das não ocidentais”. (Lal *apud* Rüsen, 2014, p. 20).

A partir daí Rüsen passa a argumentar que não se pode combater uma postura etnocêntrica com mais etnocentrismo. Ele defende que seria aceitável um conceito de história que supere o etnocentrismo e contribua com uma nova cultura do reconhecimento das diferenças. “Somente a cultura do reconhecimento pode evitar o choque de civilizações”. (Rüsen, 2014, p. 21). A ideia da cultura do reconhecimento possui alguns princípios racionais e universais que deveriam ser apreendidos por todos: entre eles o reconhecer alguns princípios universais como a diferença identitária. Como obter uma história universal diante da profusão das diferentes culturas que existem no mundo? Rüsen aponta que a ideia de universal deve-se assentar no princípio da igualdade (típica de uma sociedade cosmopolita e multicultural). Essa igualdade não está relacionada às múltiplas diferenças identitárias de um povo, mas sim em seus direitos.

O segundo capítulo: *Impulsos do pensamento teórico* aborda algumas questões relacionadas à memorização e à memória cultural. Rüsen aponta a virada histórico-cultural ocorrida na historiografia alemã e suas diversas mudanças de paradigmas em relação a diversos aspectos do entendimento do conceito de história e cultura, bem como das categorias de análise advindas de ambos. Além dessas mudanças, o autor aponta para as mudanças na compreensão da história social em diálogo com Jürgen Kocka (2000) e os conceitos de cultura e sociedade, Lutz Nietammer (2000) e seu projeto sobre as memórias nazistas e a República Alemã e Maurice Halbwachs (1990) com a memória. Dentro dessas viradas historiográficas as questões relacionadas à memória e à história oral são fundamentais para as problemáticas da historiografia que desconsideravam esses aspectos em detrimento da fonte escrita. Rüsen afirma que:

Com a virada para a cultura da memorização, a ciência histórica perde o privilégio da memorização cultural: o pensamento histórico, de evento institucionalizado e cientificado de especialistas, passou a ser uma rede de comunicação social entre indivíduos e grupos concretos que concorrem publicamente por interpretações e capital simbólico (Rüsen, 2014, p. 95).

A expansão dos lugares de memória (Nora, 1993), bem como a apropriação da memória coletiva dos eventos históricos já eram utilizados pelas sociedades humanas antes de ser uma preocupação da teoria da história. Mas as reflexões dos historiadores nessas *viradas* ocasionaram o aprofundamento das discussões levando a constructos conceituais importantes como a consciência histórica e a cultura histórica. Para Rüsen:

Consciência histórica é a forma da consciência temporal humana, na qual a experiência do passado enquanto história é interpretada para o presente. A história enquanto o conteúdo da consciência histórica é uma grandeza orientadora da prática vital humana. Ela funciona como meio cultural, no qual são negociadas socialmente as determinações do rumo a seguir nas mudanças temporais determinações que, em virtude do sofrimento, exigem uma ação e que são impostas ou mantidas em movimento pelo próprio agir. (Rüsen, 2014, p. 97).

Ou seja, a consciência histórica é presente em todo ser humano a qualquer tempo, pois trata-se de uma característica inerente da práxis vital. Ela está amplamente ligada ao tempo do agir e do sofrer na vida prática. As experiências do passado são interpretadas no presente e tem como uma de suas finalidades a orientação para o futuro. Essa consciência histórica se constrói e se transforma mediante o aprendizado, as experiências, os sentidos, as ações, os sofrimentos que são característicos da vida humana.

Teoricamente a história enquanto grandeza da consciência histórica deve ser materializada pelo ato de narrar. A narrativa se estabelece como um princípio fundamental da Teoria da História. Rüsen afirma que: “O passado adquire esse caráter de história para o

presente no rumo do futuro mediante a práxis mental da formação histórica de sentido, mediante o ato de narrar uma história.” (Rüsen, 2014, p. 98). Daí a importância da memorização. Como agir no presente com fins de orientação para o futuro sem o ato de rememorar o passado? Por isso: “A consciência histórica está estreitamente ligada com a memorização a memorização mantém ou torna o passado tão presente que ele adquire serventia para a vida” (Rüsen, 2014, p. 98).

Outro aspecto importante abordado por Rüsen é a questão da cultura histórica. Ele afirma que: “A cultura histórica é a quinta essência das atividades e instituições sociais, pelas quais e nas quais acontecem consciência histórica. Ela cobre um âmbito amplo e heterogêneo da vida cultural, que pode ser diferenciado de outros âmbitos pela categoria do sentido histórico”. (Rüsen, 2014, p. 101). Sendo assim esse conceito se refere aos sentidos que são construídos em uma determinada sociedade com suas instituições e atividades sociais nas quais se materializa a compreensão da história, ou seja, a história é construída e os sentidos atribuídos ao passado histórico se transformam mediante a cultura histórica que se estabelece em um dado tempo e espaço. Os sujeitos envolvidos nesse processo são variados, pois “a cultura histórica é determinada pelos produtores, receptores e mediadores da formação histórica de sentido, pelos modos de sua representação e pelos meios e pelas instituições de sua mediação”. (Rüsen, 2014, p. 101-102).

200

O terceiro capítulo: *Cultura da ciência* traz debates sobre o conceito de cultura e de ciência para apontar as relações entre ambos. Para isso, Rüsen retoma o debate sobre a virada cultural mostrando que o conceito de cultura possui uma concepção generalista e outra específica. Do ponto de vista geral, a cultura é compreendida como aquilo que é próprio do ser humano, distinguindo-se, portanto, da natureza. Cultura seria tudo o que o ser humano faz, toca, produz, constrói, ou seja, algo distinto do natural. Do ponto de vista específico, a cultura é uma dimensão da vida assim como economia, política ou sociedade. Para Rüsen, a cultura é essencial para a práxis vital humana e os “seres humanos têm de interpretar o seu mundo e a si mesmos para poderem viver” (Rüsen, 2014, p. 195). Sendo assim, a cultura é uma parte importante da vida humana de modo a compreender o agir e o sofrer ao longo do tempo. Rüsen afirma que:

A cultura é a resposta que os seres humanos atuantes e sofredores dão a si próprios a lidarem com a natureza, com o seu próprio mundo social e consigo mesmos e com os outros seres humanos, quando perguntam pelo sentido de sua vida e querem organizá-la de modo que faça sentido (Rüsen, 2014, p. 195).

Além da cultura diferenciar-se da natureza, ela também é uma resposta para que o ser humano dê a seu próprio mundo, carregando-o de sentidos atribuídos. Ou seja, todos os aspectos

da vida humana que não estejam no campo na natureza são constructos culturais de sentido e valor atribuídos. A cultura também está relacionada com a própria identidade do indivíduo seja pessoal ou coletiva. Esse conceito de cultura possui três funções diferentes, mas interrelacionadas: função de entender, criticar e utopia. Cada uma das funções relacionadas a uma dimensão do tempo histórico. Entender as diferenças culturais, as histórias, os sentidos de um povo, etnia ou cultura se faz fundamental. Criticar os aspectos que embasam essas culturas, histórias e sentidos de modo a verificar se há aspectos que coadunem com a vivência com o diferente. E a utopia está relacionada com o que se almeja para o futuro.

O quarto capítulo: *Potencialidades na formação de sentido*, propõe entendimentos e posicionamentos importantes do autor sobre as temáticas propostas ao longo da obra. Rüsen começa essa parte do livro trazendo reflexões sobre o tempo. O autor afirma que os seres humanos precisam dar um sentido ao tempo. “Ele não se efetua simplesmente no processo vital.” (Rüsen, 2014, p. 256). O tempo embora seja ligado à natureza, também está dentro com campo da cultura, sendo assim, um constructo humano e, por isso carece de sentido. O historiador alemão afirma ainda que:

Isso é tão elementar quanto a tripartição do tempo em passado, presente e futuro. O sentido é a quarta dimensão do tempo, sem a qual as outras três não podem ser humanamente vividas. Ele não brota de nenhuma das três dimensões, mas representa uma realização espiritual mediante a qual e com o qual o arco da vida do ser humano estendido entre o passado, presente e futuro adquiri, pela primeira vez, a uma forma cultural concreta, a forma da vida real. (Rüsen, 2014, p. 256)

Para o autor os tempos históricos passado, presente e futuro não possuem sentido em si mesmos. Os sentidos são fundamentais para a práxis vital humana e por isso precisam ser atribuídos nessas temporalidades. Por isso Rüsen afirma que o “sentido é a quarta dimensão do tempo” (Rüsen, 2014, p. 256), pois sem a existência de sentido não é possível viver, agir e sofrer. As regras sociais, as leis, a moralidade, a fé, a ética, as instituições, a política e tudo o que há na vida humana são parte da cultura (no sentido amplo do conceito) e, por isso a cultura faz sentido. É através dela e dos sentidos atribuídos que os seres humanos fazem o que fazem e sofrem o que sofrem.

Nesse ponto da obra o historiador alemão trata de exemplos que ele chama de eventos contingentes, eventos que fogem aos habituais e que, muitas vezes, descambam para se tornarem “experiências temporais traumáticas” (Rüsen, 2014, p. 257). Ele aponta o holocausto como exemplo desse tipo de evento e passa a investigar as relações desse tipo de experiência com os sentidos. Rüsen, aponta que:

O sentido como resultado da interpretação sempre é abrangente. Só a parte dele se determina o que é sem sentido e contrassenso.... Mas sempre pode acontecer também que as experiências destruam o sentido. Nesse caso, elas são catastróficas ou traumáticas e tem um efeito posterior significativo sobre o que não foi compreendido. Na cultura ocidental, elas são representadas paradigmaticamente (mas não com exclusividade) pelo holocausto. (Rüsen, 2014, p. 298)

É necessário refletir sobre os sentidos que são atribuídos para as ações e os sofrimentos humanos ao longo do tempo. Os eventos traumáticos são frutos de quais sentidos ou contrassensos? Quais as bases de uma ideologia nazista que adquiriu sentido numa dada época e lugar? O que devemos fazer para não incorrer nos mesmos sentidos produzidos que possam levar a outros eventos catastróficos como esse? Após citar os exemplos da difícil relação entre a sociedade civil e a religião (pois segundo Rüsen é um dos embates mais complicados da sociedade globalizada) Rüsen aponta que é preciso seguir os passos na busca de uma sociedade civil universal de bases racionais e com finalidades de convivências assentadas na igualdade de direitos, apesar da cultura do reconhecimento das diferenças. Para isso, volta-se para a utopia.

Rüsen argumenta que a utopia (inalcançável como o próprio termo sugere) também sofreu uma derrocada no sentido de sonhar com uma sociedade e mundo mais humano e igualitário. O fim das utopias na década de 80 do século XX com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) acarretou a entrega de uma grande quantidade de humanistas no mundo a um niilismo altamente prejudicial para a humanidade. O autor afirma que:

202

Parece que entregamos a vontade de transformação aos fundamentalistas de todos os matizes, que só conseguem validá-lo de modo destrutivo. Estaremos na defensiva diante deles enquanto não tivermos ideias melhores com força motivadora de configuração viva e humana das relações para confrontar com as ideias mortais com que promovem a destruição. (Rüsen, 2014. p. 325)

As mazelas geradas pelas utopias, ou pela derrocada destas, devem servir para buscar redefinir o próprio conceito de utopia. Essa utopia ressignificada deve estar assentada na busca por um mundo onde a história e a cultura sejam pensando em seus vieses de entender, criticar e sonhar com melhorias. Rüsen afirma que:

necessitamos de perspectivas utópicas para o nosso mundo, que vão além de todo o factível e controlado, para dar um sentido sustentável ao nosso agir. Precisamos sonhar (durante a noite) para fazer o nosso trabalho sóbrios e despertos (durante o dia). Essa deveria ser a relação entre utopia e o senso pragmático de realidade. (Rüsen, 2014. p. 325)

É possível compreender que as perspectivas abordadas no livro: *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã* (2014), possibilitam reflexões muito importantes para o campo da Teoria da História, mas ao mesmo tempo para a vida prática. Os diálogos tratados

por Rüsen sobre os conceitos de cultura, memoração, consciência histórica, cultura história e sentido são profícuos para os debates historiográficos e ao mesmo tempo para pensar a sociedade atual e as relações interculturais no mundo globalizado.

Referências

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Resenhas

Recebido em: 29 abr. 2025.

Aprovado em: 29 ago. 2025.

RESENHAS

CASSAM, Quassim. **Extremism: A Philosophical Analysis**. 1ª edição. Nova York: Routledge, 2022.

O extremismo em perspectiva: da formação da mentalidade à elaboração de contranarrativas

Guilherme Abizaid David (guilhermedavid3005@gmail.com)
Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Populista, fascista, comunista, são alguns dos adjetivos mais utilizados desde a segunda metade do século XX no meio da política. Geralmente usados pela militância com o intuito de desqualificar seus adversários, esses termos estão associados a outros adjetivos políticos mais amplos, também carregados de sentidos negativos: extremista, fanático e fundamentalista. Na obra *Extremism: a philosophical analysis*, o filósofo britânico, nascido no Quênia, Quassim Cassam faz uma análise ampla que, além de complexificar o conceito “extremismo”, auxilia nas tentativas de diferenciá-lo do “fanatismo” e “fundamentalismo”, tendo em vista que em diversos momentos são confundidos pela população e pelos meios de comunicação.

204

Cassam é professor da Warwick University, no Reino Unido. Formado em Oxford, onde também fez seu doutorado, escreveu, ao longo de sua trajetória acadêmica, sobre teorias da conspiração, vícios epistêmicos e autoconhecimento¹. Além disso, teve uma formação marxista que remonta sua criação junto aos pais, no Quênia. Entretanto, ao ingressar na universidade e estudar o marxismo de forma mais sistemática, passou a revisar alguns de seus princípios políticos e filosóficos, seguindo para uma área da filosofia kantiana².

O autor se propõe, no livro, a desenvolver uma análise filosófica sobre o extremismo, tendo em vista que muito se fala, na Filosofia, sobre o fanatismo. Ao buscar compreender estes processos, Cassam faz questão de destacar a importância de estudos que tenham base empírica para desenvolver sua análise filosófica. Segundo o autor, ao tratar do extremismo, recorrer a exemplos concretos da realidade é fundamental para compreender suas nuances e manifestações, além de permitir uma abordagem mais clara sobre como lidar com ele na sociedade.

¹ Informações retiradas no perfil do autor no site da universidade que leciona. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/people/cassam/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

² Informações concedidas por Cassam em uma entrevista ao filósofo Johnny Lyons. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8ajqG3Gf0nw&ab_channel=JohnnyLyons. Acesso em: 17 jun. 2025.

O livro é dividido em oito capítulos, além de uma introdução e uma conclusão, totalizando dez partes. No primeiro capítulo, o autor apresenta algumas das preliminares sobre como pensar o extremismo, incluindo a importância da multidisciplinaridade, entendendo que existem interfaces entre a Filosofia, a História, a Ciência Política, a Sociologia e a Psicologia. Além disso, ele apresenta sua ideia de que existem três tipos de extremismo: o ideológico, por métodos e o psicológico. No entanto, Cassam argumenta que seja feita uma condensação desses três tipos em uma “mentalidade extremista” (*extremism mindset*). É a partir dessa noção que o autor acredita ser possível analisar a categoria de extremista como não necessariamente violenta ou militante (*armchair extremist*, extremista de poltrona, em tradução livre), ainda que esse seja o foco de sua obra.

Cassam destaca alguns dos pontos-chave do pensamento extremista. Um deles é a preocupação com a pureza. Em outras palavras, o autor aponta que extremistas demonstram enorme rigor em suas ações e crenças, sejam elas religiosas ou políticas. Outro ponto destacado é o vitimismo dos extremistas — ou seja, a ideia que muitos deles têm de que são perseguidos, ainda que isso lhes garanta uma sensação de superioridade moral. Uma característica igualmente importante é o sentimento de humilhação no campo extremista, que não apenas constitui uma preocupação recorrente, mas também funciona como forma de mobilizar emoções dos sujeitos, como o ressentimento, por exemplo.

No segundo capítulo, o autor discorre sobre o extremismo ideológico e como ele se relaciona com o mundo político. O autor acredita que essa métrica de análise apresenta limitações, sendo importante considerar diversos espectros ideológicos, superando a dimensão entre direita e esquerda. Um dos exemplos seria o espectro “pró-violência”, em que em uma ponta estariam os pacifistas e em outra, quem acredita na violência como solução para boa parte dos problemas da sociedade. O autor também trabalha com a hipótese do autoritarismo como espectro. Diversificar esse jogo de posições auxilia, por exemplo, a analisar o Estado Islâmico (ISIS). Mesmo que existam classificações como “islamofascismo” (Traverso, 2021), o grupo extremista religioso, que possui seus ideais políticos, não tem um lugar concreto no espectro direita-esquerda, que acaba por ser limitante na hora de analisá-lo.

Algumas ideologias têm, por essência, uma relação de intransigência frente ao mundo, característica comum ao extremismo, que pode ser incluída na ideia da mentalidade extremista. Cassam exemplifica isso a partir do fascismo e as ideologias que dele descendem. A extrema esquerda é citada a partir do exemplo do Khmer Vermelho, do Camboja, que levaria o comunismo a sua forma mais extrema, combinado a uma limpeza étnica no país.

Cassam também apresenta o conceito de “janela de Overton”, que também serve para analisar os processos de radicalização (Cassam, 2022). Essa “janela” consiste na ideia de que há um conjunto de políticas e discursos aceitos pela opinião pública durante um certo período, mas que pode ser transformado com o tempo. Este argumento se relaciona com o que Cas Mudde (2022) classifica como “normalidade patológica”, isto é, o fato de discursos de ultradireita e suas agendas serem normalizados na esfera pública nos últimos anos, com o crescimento eleitoral dessa. Nesse sentido, observa-se, inclusive, uma colaboração com extremistas no campo político quando há objetivos eleitorais em jogo, com setores ligados a uma direita moderada se radicalizando e alterando essa janela (Chaloub e Lima, 2024).

O processo de radicalização é discutido mais ao final do livro, configurando-se em uma das partes mais interessantes da análise de Cassam. Ao adotar uma abordagem dialética, o autor questiona a possibilidade de radicalismos e extremismos de caráter benigno e aponta que, em alguns casos, ser radical pode significar a melhor saída. Para construir este argumento, o autor cita Nelson Mandela, Martin Luther King e os abolicionistas do século XIX, nos Estados Unidos. Porém, entende-se que este subsídio histórico utilizado pelo autor é pouco eficiente, percebendo alguns anacronismos na análise, quando, por exemplo, discute extremismos de direita, mas posteriormente cita estes casos a título de comparação.

206

Nesse sentido, é necessário analisar cada contexto. Por mais que o partido político a que Mandela estava vinculado (African National Congress – ANC) tenha produzido um atentado que custou a vida de dezenas de civis, usar violência para fins políticos não os fazem um partido necessariamente extremista. Uma série de questões devem ser levantadas para chegar a essa conclusão, como pensar em quando e quais tipos de violência, e contra quem ela foi utilizada, já é um passo fundamental para compreender se há de fato um extremismo virulento em jogo. Cassam faz questão de destacar que os métodos extremistas podem não ser violentos; inclusive, ele usa o exemplo de uma transição de quem era violento para pacifista para destacar o que chama de mentalidade extremista (*extremism mindset*).

Ao desenvolver essa ideia, o autor possibilita uma análise de um padrão de pensamento extremista, ainda que as motivações possam ser distintas. Cassam usa o exemplo de uma personagem do livro *Pastoral Americana*, de Philip Roth. A extremista muda de uma personagem violenta para uma pacifista. Cassam, no entanto, foca na análise do extremista violento e se baseia em quatro elementos-base da mentalidade extremista: s preocupações, atitudes, emoções e padrões de pensamento.

O autor encontra, a partir de sua metodologia de análise empírica, semelhanças em grupos extremistas nesses quatro elementos. Segundo Cassam, é necessário fazer

combinações entre estes para analisar o real grau de extremismo de determinados sujeitos. Quando analisados os padrões de pensamento, destacam-se o conspiracionismo, a visão apocalíptica e o catastrofismo como naturais aos extremistas. O conceito da mentalidade extremista permite ir além no entendimento do extremismo, tendo em vista que consegue abranger diversificadas dimensões do pensamento que passam pelas ideologias extremistas, pela psicologia e pelos métodos.

Ao estabelecer este conceito, Cassam também consegue complexificar a análise e diferenciar o extremismo do fanatismo e do fundamentalismo. O autor dedica um capítulo da obra a diferenciar os três fenômenos que, ainda que sejam parecidos e partilhem características, possuem também diferenças de caráter determinante. Em relação ao fundamentalismo, parece ainda mais importante traçar algumas diferenças com o extremismo, principalmente quando se pensa nos meios de comunicação e na forma como abordam, por exemplo, o terrorismo islâmico (Di Cesare, 2019), transformado em grande inimigo do mundo ocidental (Traverso, 2021).

Com isso, as consequências de atentados terroristas contra países europeus e os Estados Unidos atingiram, indistintamente, praticantes do islamismo e pessoas oriundas de países de maioria islâmica que vivem no ocidente. Políticos e setores da imprensa, por vezes, trataram o islamismo como uma religião extremista, o que não é uma realidade. Cassam demonstra em sua obra que, para além do extremismo de alguns grupos, como o ISIS e a Al-Qaeda, o fundamentalismo atravessa outras religiões, podendo encontrar grupos que avancem também para uma mentalidade extremista.

A principal diferença apontada por Cassam entre o extremista e o fundamentalista está na devoção que o segundo tem por algum texto canônico, que molda a forma de pensar deste e guia suas ações. A questão da pureza, importante aos extremistas, se coloca no fundamentalismo como uma fidelidade aos fundamentos religiosos, com o texto-base sendo seguido de maneira literal e o antimodernismo e o antipluralismo³ sendo elementos chaves da composição fundamentalista.

Em relação ao fanatismo, o autor estabelece um importante diálogo com uma série de filósofos, desde os iluministas até G.W.F. Hegel. Um ponto importante trazido pelo filósofo alemão diz respeito ao erro de ler o fanatismo como uma patologia. Além de simplificar a análise, o fanático é eximido de culpas por seus atos se tratado como alguém doente, uma

³ Compreende-se o antimodernismo como a rejeição ou crítica a ideias, valores e as transformações trazidas pela modernidade (como a secularização, o progresso científico, o racionalismo e as instituições modernas). Já o antipluralismo é caracterizado como a recusa à diversidade, seja ela política, cultural, religiosa, étnica ou ideológica.

leitura que persiste no senso comum. Além de classificações acadêmicas que definem o fanatismo como um vício moral ou epistêmico, podem ser encontradas muitas semelhanças com o extremismo, como o uso da força para atingir seus objetivos. De acordo com Cassam, o fanático não precisa ter as mesmas preocupações da mentalidade extremista. O autor argumenta ser mais comum encontrar extremistas que não são fanáticos (se baseando nos “extremistas de poltrona”) do que fanáticos que não são extremistas.

O autor também discorre sobre moderação. A partir dos escritos de Madame de Stael, Cassam aponta que o fanatismo é diferente do entusiasmo. A moderação envolve pluralismo e equilíbrio, sendo o oposto de extremismo, fanatismo e fundamentalismo. Entretanto, o filósofo argumenta que a moderação é uma escolha tão política quanto a radicalidade, podendo ser necessária em alguns momentos, mas também representando atraso em outros. O exemplo principal trabalhado por Cassam é o abolicionismo, composto por radicais que buscavam uma reforma ampla na sociedade escravista estadunidense⁴.

Dessa forma, não são nem vícios nem virtudes políticas, podendo ser antídotos diferentes para o fanatismo, o extremismo e o fundamentalismo. A moderação pode ser uma solução caso o extremismo ameace o bem-estar da sociedade, assim como o radicalismo quando se combate extremistas, ou então até moderados que sejam um obstáculo no progresso.

Em relação aos processos de radicalização, Cassam analisa o caso de Timothy McVeigh, responsável por um atentado terrorista em Oklahoma, nos Estados Unidos, na década de 1990. McVeigh era um extremista de direita, defensor do porte de armas, acreditava em conspirações e se mostrava revoltado com os caminhos que o seu país tomava. Esse processo de radicalização é composto por uma jornada pessoal, com as análises podendo soar quase que biográficas. Não há um caminho único e o imponderável pode ocasionar a radicalização. Cassam debate sobre as nuances e similaridades entre essas jornadas dos extremistas, podendo encontrar estudos que sugerem traços comuns. Apesar disso, não se pode omitir a importância e o papel que alguns grupos desempenham nos processos de radicalização. Estes indivíduos estão inseridos em contextos em que a sociabilidade e o estabelecimento de redes e articulações locais e virtuais podem possuir um caráter crucial na sua formação, não se tratando necessariamente de atores isolados que se radicalizam “por conta própria”.

⁴ Neste caso o autor estabelece uma leitura mais contextualizada e focada naquele processo histórico, o que efetivamente faz sentido, já que o radicalismo abolicionista era necessário para acabar com um sistema escravista.

Por fim, o autor debate os processos e as estratégias da sociedade para se preparar contra a radicalização. Cassam argumenta que estratégias de contrarradicalização e desradicalização são os antídotos para o extremismo nas sociedades. A contrarradicalização busca formas de evitar processos de radicalização em sujeitos e sociedades. Já a desradicalização envolve olhar para um sujeito já radicalizado e convencê-lo a não se envolver mais com a violência política ou com o terrorismo.

Neste segundo caso, o autor usa como exemplo a Arábia Saudita, que teria tido sucesso em seu processo de desradicalizar fundamentalistas islâmicos. O argumento até faz sentido pensando na realidade local, mas tem pouca ressonância se pensado nos extremismos que fogem à régua do fundamentalismo islâmico. O procedimento adotado no país saudita envolveu a participação de teóricos da religião muçulmana, que incentivaram os praticantes da Jihad a reinterpretar o texto canônico da religião. Dessa forma, o diálogo acabava sendo facilitado e, a partir de uma discussão conceitual e argumentativa, o país obteve sucesso neste processo de desradicalização.

Quando o autor trata sobre as narrativas extremistas, no entanto, fica evidente como é possível pensar em formas de combater o extremismo. Ao afirmar que existem narrativas extremistas que influenciam os sujeitos a desenvolverem suas mentalidades, é possível pensar como os itinerários individuais passam por acreditar nesse tipo de narrativa, marcado por conspirações e paranoias. Essa narrativa também é marcada pelo vitimismo, pela ideia de pureza, humilhação... todas as preocupações que Quassim Cassam faz questão de destacar ao longo de seu texto sobre a mentalidade extremista.

Para combater essas narrativas, a ideia do autor é a construção de outras que possam desmontar os argumentos extremistas. A construção de uma contranarrativa deve passar por cinco características: razoabilidade, credibilidade, profundidade, relevância e acessibilidade. Não se trata de uma tarefa fácil, por isso, não surpreende que as contranarrativas construídas por governos ao longo dos últimos anos tenham tido pouco sucesso em seu propósito⁵.

De toda forma, esta parece ser a maior contribuição de Cassam, inclusive para o próprio campo dos pesquisadores das ultradireitas e grupos extremistas. A ideia de desmontar estes argumentos é importante, inclusive, na elaboração de argumentos ao longo da escrita de dissertações, teses e artigos, tendo em vista que a construção de contranarrativas passa,

⁵ Cassam (2022) usa como exemplo o programa “Prevent”, do Reino Unido. Segundo o autor, tratava-se de um projeto que, para construir suas estratégias de combate ao extremismo, partia de todos os mitos que existiam sobre processos de radicalização (p.e. a ideia de que o extremismo era “contagioso”, não envolvendo processos de persuasão; ou então que somente “melhores conselhos” levariam a uma outra escolha que não o terrorismo – e outros que envolvem uma percepção até de passividade dos sujeitos nestes processos de radicalização). Cassam cita ainda que o programa serviu de exemplo para outros governos ocidentais construírem seus métodos de contrarradicalização.

também, pelo trabalho dos pesquisadores. Em um contexto em que os extremismos de direita se tornaram uma normalidade patológica (Mudde, 2019), a ponto de setores da imprensa tratarem o fundamentalismo islâmico com muito mais urgência, estabelecer uma ética no campo da pesquisa científica que passe pela construção de uma narrativa que tenha um compromisso sério com a democracia e os direitos humanos é fundamental para combater narrativas de cunho extremista.

Por fim, o trabalho de Quassim Cassam elucida certos caminhos do processo de radicalização e de uma certa “condição extremista”. Acredita-se que sua principal valência reside na sugestão das contranarrativas, além do estabelecimento de aspectos psicológicos para compreender o extremismo. A possibilidade de pesquisadores atuarem no combate a esses é de caráter fundamental a quem busca escrever a história desses grupos e processos históricos, mas depende também da atuação conjunta com quem produz, realiza e executa políticas públicas.

Referências bibliográficas:

CASSAM, Quassim. **Extremism: A Philosophical Analysis**. 1ª edição. Nova York: Routledge, 2022.

CASSAM, Quassim. Página pessoal. **Universidade de Warwick**. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/people/cassam/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DI CESARE, Donatella. **Terror e Modernidade**. Belo Horizonte: Ayiné, 2019.

CASSAM, Quassim. **Talking to Thinkers with Quassim Cassam: Part 1 - From Kenya to Keble**. [Entrevista concedida a Johnny Lyons]. 21 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ajqG3Gf0nw>. Acesso em: 17 jun. 2025.

LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego; CHALOUB, Jorge. Sistema e antissistema na crítica do bolsonarismo. **Lua Nova : [recurso eletrônico]: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.122, 2024. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/57347>. Acesso em: 16 de out. 2024.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

TRAVERSO, Enzo. **As Novas Faces do Fascismo: Populismo e Extrema Direita**. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2021.

Resenhas

Recebido em: 07 mai. 2025.

Aprovado em: 18 jun. 2025.

RESENHAS

FROTSCHER, Méri. **“Retorno à pátria alemã”**: migrações de retorno do Brasil para a Alemanha sob o nazismo (1938-1939). Passo Fundo: Acervus, 2024.

***Heim ins Reich*: apontamentos acerca das políticas de migração e do retorno de “alemães do exterior” durante o regime nazista**

Maria Rita Chaves Ayala Brenha (mariarita.chavesayala@gmail.com)
Doutoranda em História Universidade Estadual de Maringá (UEM)

A obra aqui intitulada *“Retorno à pátria alemã”*: migrações de retorno do Brasil para a Alemanha sob o nazismo (1938-1939), de Méri Frotscher, publicada em 2024 pela Editora Acervus, iniciou sua confecção no ano de 2009 enquanto a autora conduzia entrevistas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil com filhos de imigrantes alemães que, entre 1938 e 1939, haviam acompanhado suas famílias para a Alemanha e que, a partir de 1946, retornaram ao Brasil por intermédio da ação de repatriamento da Missão Militar Brasileira.

211

Considerando a densidade da análise, a consulta a diferentes fundos e coleções de documentos se mostrou inerente à obra. Entre eles, destaco as coleções de documentos do *Rückwandereramt der Auslandsorganisation der NSDAP* e do *Deutsches Auslandsinstitut*, do *Bundesarchiv* (Arquivo Público), das representações diplomáticas do governo alemão no Brasil, disponíveis no *Politisches Archiv des Auswärtigen Amts* (Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores), ambos de Berlim; das representações diplomáticas do Brasil na Alemanha, preservadas no Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro; bem como periódicos disponíveis em repositórios digitais, estatísticas oficiais do Brasil e da Alemanha, listas de embarque e fichas consulares acessados *online*, em sites como *Emigrationen aus Bremen*¹ e *DigiZeitschriften*².

Estruturado em cinco capítulos, Frotscher (2024) delimitou o recorte temporal do livro entre os primeiros meses de 1938, a partir da implementação da política de nacionalização de estrangeiros e da repressão aos partidos políticos estrangeiros no Brasil, e o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939. A escolha do período justifica-se pelo volume de

¹ Ver *Emigrationen aus Bremen - Über Bremen in die Welt*. Disponível em: <https://www.passagierlisten.de>. Acesso em: 30 abr. 2025.

² Ver *DigiZeitschriften - Das Deutsche Digitale Zeitsschriftenarchiv*. Disponível em: <https://www.digiZeitschriften.de>. Acesso em: 30 abr. 2025.

documentos levantados, compreendendo, como mencionado, relatos de diplomacia, estatísticas, dados biográficos e narrativas autobiográficas dos próprios retornados.

Ainda no que concerne ao parâmetro temporal, duas ressalvas devem ser feitas. Convém mencionar, em primeiro plano, que a deflagração da Segunda Guerra embora não tenha interrompido de maneira abrupta as migrações, restringiu, naturalmente, o retorno e as relações bilaterais. Ademais, é de referir certa fluidez do parâmetro temporal, uma vez que o estudo das trajetórias de vida das mulheres e dos homens que vivenciaram o retorno à Alemanha sob o nazismo transcende o período limitado.

O primeiro capítulo *O retorno e a guerra na memória familiar* traz uma exemplificação que antecede a discussão teórica, sustentada pela documentação proveniente de órgãos oficiais. O leitor é introduzido ao caso de um imigrante alemão que, após migrar com sua família para o Brasil em meados da década de 1920, retornou à Alemanha em 1938, aos 27 anos de idade, e integrou o contingente militar ativo a partir do início da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, no *front* russo.

Em seguida, *Migrações de retorno para a Alemanha: a cobertura da imprensa e das representações diplomáticas*, inicialmente, traz indícios sobre o aumento dos fluxos de retorno para a Alemanha a partir do Vale do Itajaí-SC, em fins da década de 1930. Posteriormente, o escopo da pesquisa é expandido ao fazer uso da documentação diplomática da embaixada e dos consulados alemães no Brasil durante 1938 e 1939. Busca-se quantificar também, os movimentos de retorno a partir de estatísticas, compostas por relatórios da companhia de navegação alemã Hamburg-Süd, listas do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP) e periódicos, como *Der Urwaldsbote* e *Neue Deutsche Zeitung* publicados na década de 1930 em Blumenau-SC e Porto Alegre-RS, respectivamente.

212

O terceiro capítulo *O Rückwandereramt e o retorno de “alemães do exterior” durante o regime nazista* debruça-se sobre a crucial atuação do *Rückwandereramt* (RWA), repartição da *Auslandsorganisation* (Organização para o Exterior) do NSDAP. No respectivo capítulo, são investigados os sistemas de cadastro, checagem, classificação e orientação dos retornados a partir do regime de migrações nacional-socialista.

O capítulo quatro *Narrar a vida para o governo nazista*, por sua vez, baseia-se em biografias. A partir de *Lebensläufe* (trajetórias de vida) e de narrativas autobiográficas em cartas dos retornados, intenta-se compreender como os indivíduos narravam suas experiências de vida ao RWA, as expectativas que manifestavam, os motivos e significados que atribuíam aos processos de emigração e imigração.

O capítulo final *Entre a arte e a política: o retorno na escrita epistolar de um artista plástico e militante do NSDAP* trata da experiência singular de retorno de Julius Schmischke (1890-1945), artista plástico e militante nacional-socialista. Schmischke viveu em Porto Alegre-RS, de 1923 a 1937 ou 1938. Ao retornar para a Alemanha com a família, manteve correspondência com Karl Götz (1903-?), diretor cultural do *Deutsches Auslandsinstitut* (DAI) de Stuttgart, cidade no sudoeste da Alemanha. Com a análise de suas correspondências, obras e fontes complementares, Frotscher (2024) tangencia não somente a temática do retorno, mas elementos sobre sua vida pessoal, sua atuação no Brasil e na Alemanha, suas narrativas sobre percalços e estratégias para sua reinserção no campo artístico.

Isto posto, embora o período de existência do Terceiro Reich (1933-1945) tenha se limitado a doze anos, seus (distorcidos) conceitos de história e raça deixaram marcas indeléveis na História Mundial. De modo efetivo, a sua busca pela *perfeição ariana* guiou as práticas da Alemanha sob a administração do Partido Nazista tanto no âmbito da política interna, quanto externa.

Ainda nos primeiros anos da década de 1930, as autoridades do NSDAP compreenderam que deveriam buscar novas soluções para superar os diversos déficits que enfrentavam, especialmente, de mão-de-obra. Por um lado, trabalhadores estrangeiros, geralmente poloneses e italianos, eram uma solução a curto prazo; em adição a isso, a migração alemã de dentro da Europa não seria suficiente. Assim sendo, a imigração de *Reichsdeutsche* (cidadãos alemães) e *Volksdeutsche* (alemães raciais, sem cidadania alemã) das Américas, por exemplo, seria útil não apenas para o trabalho, mas também para o crescimento da população germânica (Grams, 2021).

213

Fato é que a chamada imigração de retorno pode ser considerada uma constante nos processos migratórios. Historicamente, a Alemanha se interessou por seus emigrados desde o *Kaiserreich* (1871-1918), durante a República de Weimar (1919-1933) e, naturalmente, o Terceiro Reich (1933-1945). Logo, “os nazistas não elaboraram planos para ação no continente europeu e no mundo a partir do nada, mas beberam nas tradições e na experiência imperialista acumulada pela Alemanha e pela Europa, no período anterior” (Bertonha; Athaides, 2021, p. 26).

Com efeito, a expressão e o programa *Lar no Reich*³, utilizada durante a República de Weimar, foi apresentada em proporções mundiais por um anúncio público de Adolf Hitler

³ Tradução minha. No original, *Heim ins Reich*.

(1889-1945) no Parlamento Alemão em 1939, após a derrota da Polônia. Nesta conjuntura, o *Führer* solicitava a migração de alemães europeus para o Reich.

O movimento de regresso de *Reichsdeutsche* e *Volksdeutsche* partindo do Brasil em direção à Alemanha foi mais do que indivíduos insatisfeitos com a vida no estrangeiro, foi um empreendimento sancionado e encorajado pelo Estado Nazista. O *Rückwandereramt* foi apenas um de muitos órgãos que se responsabilizavam pelos retornados, havia ainda a *Deutsche Arbeitsfront* (DAF – Frente de Trabalho Alemã), *Nationalsozialistische Volkswohlfahrt* (NSV – Assistência Social Nacional-Socialista) e *Volksdeutsche Mittelstelle* (VoMi – Coordenação Central dos *Volksdeutsche*).

Como bem indicado por Frotscher (2024), entre meados de 1937 e 1939, o Brasil foi o país de partida de maior número de cidadãos alemães que retornaram para a Alemanha, superando os Estados Unidos, que havia recebido, até então, o maior contingente de alemães. Segundo registros do *Statistisches Reichsamt* publicados em 1942, durante o referido período entraram na Alemanha pelo menos 8 mil cidadãos oriundos do Brasil.

A autora também apresenta o movimento em direção contrária: o de judeus-alemães buscando refúgio no Brasil, a despeito da política restritiva do governo nacional, atingidos pela política da *Arisierung*, que visava a expropriação de judeus e a transferência de suas propriedades para os denominados arianos:

214

O antissemitismo do Estado, a política de “arianização” da economia e de exclusão social pautada no racismo constituiu a outra face da moeda do mesmo regime de migrações nacional-socialista que ao mesmo tempo em que recepcionava festivamente cidadãos alemães ao chegarem no porto em Hamburg e fazia do retorno tema para propaganda política, expropriava e excluía judeus e outros considerados indesejados da sociedade e economia alemãs (Frotscher, 2024, p. 133).

Ademais, vale sublinhar que a aplicação de conceitos como *Volksgeinschaft* (a ideia de uma comunidade racial alemã) e *Erfahrungsgeschichte* (história das experiências) confere particular profundidade à obra. Para além da reconstituição historiográfica, a autora propõe uma importante reflexão teórica que possibilita a análise tanto dos critérios de inclusão, a concordância e o apoio engajado ao regime, como quanto a violenta exclusão e seleção racial.

Em suma, o retorno dos *Reichsdeutsche* e *Volksdeutsche* envolvia uma combinação de pretextos (econômicos, culturais, políticos e até mesmo ambientais) no Brasil e na Alemanha, além de questões familiares e de saúde. As dificuldades associavam-se à expectativa de melhores empregos e condições socioeconômicas no Reich; tendo em conta que a maioria dos

retornados havia deixado a Alemanha há não mais que vinte anos, no auge da inflação da década de 1920, os vínculos sociais e familiares também foram fundamentais.

À exceção da obra *Coming Home to the Third Reich: Return Migration of German Nationals from the United States and Canada, 1933-1941*, na qual Grant W. Grams (2021) empreendeu uma investigação aprofundada do retorno de cidadãos alemães e alemães étnicos do Canadá e dos Estados Unidos para a Alemanha, entre 1933 e 1941, o autor assinala que o processo de migração de retorno das Américas do Norte e do Sul tem sido negligenciado. Enquanto Grams (2021) contribui no campo de investigação da América do Norte, havia a necessidade de um trabalho que contemple do caso América do Sul, especialmente, no Brasil. O tema, central na densa e informativa obra de Frotscher (2024), representa o estudo inaugural publicado em língua portuguesa sobre essa temática, sinalizando um promissor campo para futuras investigações.

Referências

BERTONHA, João Fábio; ATHAIDES, Rafael. **O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas** (1932-2020). Maringá: Edições Diálogos, 2021.

215

FROTSCHER, Méri. **“Retorno à pátria alemã”**: migrações de retorno do Brasil para a Alemanha sob o nazismo (1938-1939). Passo Fundo: Acervus, 2024.

GRAMS, Grant W. **Coming Home to the Third Reich: Return Migration of German Nationals from the United States and Canada, 1933-1941**. Jefferson: McFarland & Company, 2021.

Resenhas

Recebido em: 07 mai. 2025.

Aprovado em: 28 jul. 2025.

RESENHAS

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023.

História da morte e reflexões contemporâneas sobre o luto

Fabiana Alves Dantas (fabiana.dantas03@gmail.com)

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Juliana Schmitt é uma historiadora brasileira com formação marcada pelos diálogos entre História e Arte. Na Universidade Estadual de Londrina, onde concluiu sua graduação, também realizou um curso de especialização em História e Teorias da Arte. Em seguida, cursou dois Mestrados: o primeiro em História, pela Universidade Federal de São Paulo, e o segundo em Moda, Cultura e Arte, pelo Centro Universitário Senac. Na Universidade de São Paulo, tornou-se doutora em Literatura Brasileira e, por fim, realizou pesquisa de pós-doutorado em Artes, Cultura e Linguagens, pela Universidade Federal de Juiz de Fora¹.

216

Publicada em 2023 pela editora da UFRJ, sua obra intitulada *Três lições da história da morte* está relacionada ao interesse da autora pelo tema na historiografia, estudado por ela principalmente a partir da arte medieval e do vestuário de luto da era vitoriana. Embora esses sejam, notadamente, o foco de interesse nas pesquisas realizadas pela autora², na obra ora resenhada ela busca realizar uma discussão voltada para reflexões sobre a maneira de lidar com a morte e o luto na contemporaneidade, quando “sequer o luto parece possível em tempos de felicidade obrigatória” (Schmitt, 2023, p. 16).

Uma observação relevante é que Juliana Schmitt escreveu *Três lições da história da morte* no contexto da pandemia de Covid-19, razão pela qual esse cenário é contemplado nas reflexões da autora ao longo do texto. Para ela, a pandemia tornou urgente falar sobre a morte, justificando, assim, sua contribuição ao tema.

As duas primeiras décadas do século XXI, com a ascensão das redes sociais (o espaço virtual onde a vida tem de parecer sempre perfeita), indicavam que a morte e assuntos afins continuariam a ser escamoteados – até que o mundo se viu, de uma hora para a outra, aterrorizado pela ameaça de um novo vírus, causador da pandemia de Covid-19. Repentinamente nos encontrávamos diante de um cenário que parecia fadado aos

¹ Informações obtidas a partir de consulta ao currículo de Juliana Schmitt na Plataforma Lattes.

² A título de exemplo de publicações da autora sobre os referidos temas, podem ser citadas suas obras *Mortes Vitorianas: corpos, luto e vestuário* (2010) e *O imaginário macabro: Idade Média-Romantismo* (2017).

livros de história: a morte em massa causada por um agente invisível. Tal como os relatos sobre a peste negra medieval ou a gripe espanhola de 1918, a perspectiva de um morticínio trouxe à tona a necessidade de dar vazão às nossas angústias ante a possibilidade do fim iminente. O nosso e o dos nossos. (Schmitt, 2023, p. 16-17).

Vale ressaltar que, no âmbito das pesquisas historiográficas, a história da morte vem sendo debatida desde o século passado, especialmente a partir das contribuições de autores ligados ao que, no século XX, era chamado de História das Mentalidades, conceito atualmente questionado mas que, contudo, gerou debates profícuos, fomentando o interesse por temas hoje comumente estudados na esfera da História Cultural. Exemplos clássicos são os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores franceses Philippe Ariès, conhecido por sua obra *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias* (2012 [1977]); e Michel Vovelle, de quem pode-se citar o exemplo da obra *As almas do purgatório ou o trabalho de luto* (2010 [1973]). No Brasil, uma referência importante para o aumento do interesse por esse tema é o historiador baiano João José Reis, autor de *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991).

A autora de *Três lições da história da morte* dialoga com essas referências clássicas da historiografia, bem como realiza um diálogo interdisciplinar, apresentando o embasamento de estudos de áreas como a Sociologia, Filosofia e Psicologia para elaborar suas reflexões. Contudo, a intenção de Schmitt é tornar essa discussão acessível também para o público leigo, apresentando as principais considerações acadêmicas sobre a história da morte de maneira resumida e provocando reflexões acerca de experiências da vida cotidiana contemporânea. Portanto, trata-se de uma iniciativa associada à intenção de contribuir com o rompimento do interdito da morte na atualidade. Em busca da concretização de tal objetivo, a obra caracteriza-se pelo pouco volume de páginas — 104 páginas, precisamente; uma linguagem menos acadêmica, embora sem deixar de apresentar o rigor científico, com a citação de fontes e referências sólidas; e uma abordagem pessoal, na qual a autora chega a citar suas próprias experiências com a morte e luto durante a pandemia, mencionando também algumas de suas observações cotidianas em relação ao assunto.

Quanto à maneira como foi estruturada, a proposta divide-se em três capítulos: primeiramente, uma reflexão sobre a finitude humana a partir dos estudos da autora sobre o gênero *Ars moriendi*, indicado como “manuais para uma ‘boa morte’ produzidos a partir do fim da Idade Média” (Schmitt, 2023, p. 18); o segundo, trata-se de uma contribuição à história do cemitério, propondo discutir o lugar destinado aos mortos, trazendo à tona reflexões sobre as imagens de aglomerações de corpos durante a pandemia de Covid-19; e, por fim, o luto, comparando as práticas de enlutamento do período vitoriano com as da contemporaneidade.

Desse modo, as três lições às quais o título da obra faz referência tratam-se desses três aspectos fundamentais do tema da morte na historiografia: a preparação para a morte, o lugar dos mortos e a elaboração da perda.

No primeiro capítulo, intitulado *Preparar-se para morrer*, mostra-se o panorama atual de interdição da morte, especialmente com a morte passando a ocorrer prioritariamente no âmbito hospitalar, distanciando-se daquela que costumava ocorrer no ambiente familiar em tempos remotos. Porém, Schmitt (2023) afirma discordar da ideia defendida por Philippe Ariès (2012 [1977]) de que, um dia, a morte foi “domada”, isto é, aceita com certa tranquilidade. A autora apresenta a seguinte compreensão a respeito da normalidade observada em determinados períodos históricos quanto à maneira com a qual as pessoas lidavam com a morte:

a corriqueira exposição à morte – devido a inúmeros aspectos, como a baixa expectativa de vida, as ondas de epidemias, as fomes e as guerras – tornava-a um assunto demasiadamente comum e rotineiro. Mesmo para as crianças e os jovens, a ideia da morte era muito mais usual. (Schmitt, 2023, p. 22).

Os estudos da autora sobre as *Ars moriendi* medievais evidenciam que a “arte de morrer” ensinada nesses manuais medievais ensinava a habilidade “de se morrer ‘bem’, de maneira adequada dentro de um ideal cristão” (Schmitt, 2023, p. 23). Para ela, essa “boa morte” dos *Ars moriendi* envolveria refletir sobre a própria vida.

Ao fim e ao cabo, a garantia de uma “boa morte” pressupunha olhar para a sua trajetória terrena, avaliar erros e acertos, providenciar o que se acredita pendente, conformar-se com o que não pode ser mudado. Despedir-se, explicitar últimos desejos. Estar, na medida do possível, em paz consigo mesmo. Ser protagonista da própria morte. (Schmitt, 2023, p. 23).

Ao levantar o questionamento da razão pela qual não falamos de nossa própria morte, a autora aponta a complexidade da questão, indicando como a morte opõe-se aos valores dominantes na sociedade ocidental contemporânea, tornando-se um assunto evitado.

Nossa sociedade (leia-se: ocidental, burguesa, capitalista, industrial e urbana) criou diversas estratégias para recusarmos o fato inexorável da morte: a hipervalorização da juventude (num movimento cultural bastante eficaz desde a década de 1960, mas cujas raízes remetem aos “anos loucos” do pós-Primeira Guerra Mundial), a prática médica baseada na manutenção da vida a todo custo (e precisaríamos avaliar com calma e lucidez racional os valores movimentados por uma indústria voltada para medicamentos e equipamentos que prolongam a existência a despeito de todo sofrimento que um tratamento pode causar), o incentivo a um consumo excessivo de bens materiais e imateriais que se torna o único propósito a ser perseguido. (Schmitt, 2023, p. 31-32).

Diante disso, a primeira parte da obra é concluída com uma reflexão sobre o que seria uma “boa morte” contemporânea que, para a autora, “talvez seja aquela que rompe o silêncio e encontra espaços de comunicação. Privados de falar de nossa própria morte, somos incapazes de viver plenamente nossa história” (Schmitt, 2023, p. 36).

No segundo capítulo, intitulado *O lugar dos mortos*, a autora relaciona a história do cemitério com a abolição de uma morte “personalizada, cuidada, digna” (Schmitt, 2023, p. 39) no período da pandemia, defendendo a ideia de que isso “fez com que não tivéssemos, por mais de um ano, outro pensamento diante de nós além da própria morte” (Schmitt, 2023, p. 39). Para a historiadora, as imagens da pandemia “carregam uma perturbadora carga simbólica e nos remetem a um imaginário antigo, como o dos surtos de peste negra que varreram a Europa no fim da Idade Média” (Schmitt, 2023, p. 37). Isso afetou um aspecto importante: os ritos fúnebres, cuja ausência, segundo Schmitt (2023), causou um impacto negativo em muitas pessoas.

A falta de rituais ou de uma sepultura individual, a amontoação dos cadáveres, tudo isso choca, pois representa a perda das ferramentas que nos acostumamos a empregar para dar ordem, sentido e coerência à morte. Não queremos despachar nossos mortos apressadamente, como se coisa inútil fossem. Enquanto eles permanecem entre nós, ainda mantêm qualquer traço de vida: a roupa que se escolhe para o velório, a presença dos amigos e da família relembrando histórias, sua música favorita tocada em sua despedida. (Schmitt, 2023, p. 38).

Quanto a esse aspecto, Schmitt (2023) relaciona o formato dos cemitérios contemporâneos a um desejo de memória em relação aos mortos, isto é, um desejo de mantê-los presentes na vida dos vivos, ainda que de maneira simbólica.

O cemitério contemporâneo, por sua vez, com suas valas individualizadas (ou seus jazigos compartilhados apenas pelos familiares) revela o valor das ideias de privacidade, identidade e higiene, tão caros à nossa sociedade desde o século XIX. Desejamos a lembrança dos mortos – uma memória organizada e linear, salva de todo caos que a morte engendra –, não a ameaçadora presença de seus corpos em decomposição. (Schmitt, 2023, p. 59).

Essa afirmação de Schmitt (2023) pode ser comparada com algumas reflexões de Aleida Assmann, pesquisadora alemã notoriamente conhecida por seus estudos acerca da memória cultural. Em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011 [2006]), essa autora afirma que “a memória do local garante a presença do morto” (Assmann, 2011 [2006], p. 346). Para ela, em

um tempo de mobilidade e renovação modernas, torna-se obsoleta a memória do local e, com ela, a responsabilidade por um determinado pedaço de terra [...]. A aura que confere ao local de memória seu caráter consagrado não é traduzível em monumentos quaisquer, ainda que moldados por mãos hábeis. (Assmann, 2011 [2006], p. 346).

Se é verdade que um local “só conserva lembranças quando as pessoas se preocupam em mantê-las” (Assmann, 2011 [2006], p. 347), para Juliana Schmitt (2023) a preocupação em mantê-las, no que se refere ao espaço do cemitério, ainda existe na contemporaneidade. Seria essa a razão do impacto negativo quando da ausência de velórios e a ocorrência de sepultamentos coletivos no período pandêmico.

O que nos arrepia na visão de nossos mortos da Covid-19, enterrados às pressas, sem cerimônias e em valas coletivas, é resultante do choque entre uma prática de outrora e um pensamento do presente. Há mais de cem anos, desenvolvemos uma cultura da morte que preza a propriedade privada e a individualidade e enaltece o valor da memória pessoal e familiar – noções muito caras ao Ocidente de maneira geral. A sepultura exclusiva concede dignidade àquele corpo sem vida com o qual compartilhamos parte de nossa história. (Schmitt, 2023, p. 59).

Já em *Elaborar a perda*, terceiro e último capítulo, a autora inicia comentando sobre as adaptações ocasionadas nas práticas relacionadas ao luto no período da pandemia de Covid-19. A autora compreende que o termo luto “envolve tanto o que se sente como a maneira como se manifesta o que se sente” (Schmitt, 2023, p. 66), sendo o trabalho de luto “um procedimento complexo, que envolve estados psicológicos e comportamentos previstos por códigos sociais” (Schmitt, 2023, p. 66). Ela observa que o comportamento social referente a isso foi adaptado ao isolamento e uso das redes sociais.

Com o número de mortos crescendo exponencialmente a cada semana, as famílias sentiam a necessidade latente de falar sobre essas pessoas e sobre sua perda, evitando transformar seus mortos em mais uma triste estatística. Pela impossibilidade da presença de todos os que amavam o falecido em seus rituais fúnebres, estes foram, nos últimos meses, em muitos casos, transformados em rituais virtuais – como os velórios online, empregando plataformas como o Zoom e o Google Meet, adotados em boa parte do mundo. (Schmitt, 2023, p. 65).

220

Por ser uma especialista no vestuário de luto da era vitoriana, a autora destaca, no terceiro capítulo, algumas práticas referentes à influência cultural da Inglaterra no século XIX no tocante a esse tema, apresentando aos leitores o seguinte panorama:

No estudo das práticas relativas ao luto no Ocidente, reconhece-se o papel de destaque desempenhado pela cultura fúnebre na segunda metade do século XIX, sob influência da Inglaterra durante o reinado da rainha Vitória, entre 1837 e 1901. Na chamada “época vitoriana”, os funerais eram minuciosamente preparados, os períodos de luto eram longos e a etiqueta social previa uma variedade de regras e restrições a serem observadas em sua duração (Schmitt, 2023, p. 67).

Entre as práticas do século XIX abordadas por Schmitt (2023), destaca-se a menção à questão das fotografias fúnebres. Além de apresentar alguns detalhes sobre os procedimentos realizados para fotografar os mortos nesse período, ela compara o estranhamento contemporâneo em relação a essa prática com a visão que era comum no século XIX sobre a morte, explicando as razões pelas quais essas fotos faziam sentido durante a era vitoriana: “a familiaridade com o corpo morto, mesmo no caso dos membros mais jovens da família, permitia que a ideia de fotografá-lo não fosse tomada como algum tipo de aberração. Mesmo a distribuição dessas fotos ou sua exposição a visitas não causava constrangimento” (Schmitt, 2023, p. 77).

A autora também relaciona essa antiga prática com o presente ao citar estudos que investigam o crescente interesse pela fotografia mortuária por parte de pais de bebês natimortos

ou bebês que morrem pouco após o parto. Nesse ponto, dialogando com Susan Sontag, autora de *Diante da dor dos outros* (2003), a historiadora brasileira enxerga nisso uma tentativa de “possuir”, por meio da fotografia, uma memória desses bebês que não mais serão vistos, percebendo existir entre esses pais e mães, portanto, uma ressignificação do incômodo contemporâneo em relação ao ato de fotografar corpos mortos. Tal incômodo, inclusive, é visto por Schmitt (2023) como um sinal do interdito da morte na contemporaneidade, razão pela qual a autora critica a falta de espaço para o sentimento lutuoso e o imperativo da felicidade, embora isso não signifique defender o retorno às antigas práticas de enlutamento. Trata-se, de acordo com ela, de uma necessária ressignificação da morte e do luto, uma vez que, atualmente, observa-se esse contexto de pressa e interdito como algo nocivo à experiência humana em relação à morte, pois:

É esse turbilhão burocrático paralelo aos rituais imediatos à morte que marca o início do trabalho de luto. Tenho a impressão de que é tudo bastante apressado (como estamos distantes do período vitoriano, em que se cogitava até chamar um fotógrafo para retratar o morto!) e fica ainda mais confuso na sequência. (Schmitt, 2023, p. 84).

Discorrendo sobre essa maneira atual de lidar com o luto de maneira apressada, a autora dialoga com autores que discutem a relação com o tempo na contemporaneidade, como Douglas Rushkoff, que utiliza-se da noção de presentismo “para caracterizar a cultura digital que tem no imediatismo seu principal paradigma” (Schmitt, 2023, p. 86) e Byung-Chul Han, que “fala de uma ‘sociedade do cansaço’, forjada pela demanda constante de desempenho, pela sobrecarga de trabalho e pelo excesso de estímulos, informações e impulsos, que desencadeiam distúrbios psíquicos” (Schmitt, 2023, p. 87). Dessas reflexões ela conclui que o período da pandemia de Covid-19 tratou-se de um momento *sui generis*, no qual a vivência do luto tornou-se ainda mais difícil.

Nessa lógica da aceleração do tempo presente, da fluidez entre vida pessoal e profissional e da satisfação instantânea e constante criada pelas interações nas mídias sociais, dedicar um tempo ao luto pode parecer algo absolutamente anacrônico, deslocado, enfim, uma ‘perda de tempo’. Para agravar a situação, o processo do luto é cada vez mais individualizado ou compartilhado com poucas pessoas. (Schmitt, 2023, p. 88).

Diante do exposto, vê-se que *Três lições da história da morte* é uma contribuição relevante para os debates atuais sobre a história da morte, uma vez que, não só apresenta o estado da arte do tema na historiografia, como também atualiza a discussão dialogando com outras áreas do conhecimento. À guisa de conclusão, pode-se dizer que a reflexão central provocada pela obra é concernente a uma certa urgência em ressignificar a morte e o luto no século XXI, especialmente do ponto de vista ocidental, do qual trata a autora. Eis uma frase que resume de modo pertinente a mensagem da obra: “É preciso reivindicar o tempo para

elaborarmos nossas perdas” (Schmitt, 2023, p. 89). Tal reflexão serve como uma provocação para pesquisadores da história da morte, que podem encontrar na questão da relação das pessoas com o tempo e a sensação de precisarem ser produtivas ininterruptamente, um debate relevante sobre as transformações nas práticas de enlutamento e sua relação com o modo de vida contemporâneo. No entanto, a provocação também serve ao público não especializado, uma vez que possibilita a compreensão sobre o contexto contemporâneo que afeta diretamente a vida das pessoas, dado o caráter inescapável da finitude humana e todas as questões que a envolvem.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 [1977].

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011 [2006].

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023.

222

SCHMITT, Juliana. **O imaginário macabro:** Idade Média-Romantismo. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

SCHMITT, Juliana. **Mortes vitorianas:** Corpos, luto e vestuário. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2010.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho de luto.** São Paulo: Editora UNESP, 2010 [1973].

Resenhas

Recebido em: 24 jul. 2025.
Aprovado em: 14 ago. 2025.